



Os desempregados

Trajetos e quotidianos de pobreza em Portugal

Fernando Diogo, coord.

Ana Cristina Palos

Carlos F. Rodrigues

Elvira Pereira

Fernando Bessa Ribeiro

Francisco Branco

Gabriela Trevisan

Lídia Fernandes

Oswaldo Silva

Pedro Perista

Inês Amaro, colab.

Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081
Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

Director de publicações: António Araújo
Director da coleção Estudos da Fundação: Gonçalo Saraiva Matias
Título: A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos
Autores: Fernando Diogo (coordenação), Ana Cristina Palos,
Carlos Farinha Rodrigues, Elvira Pereira, Fernando Bessa
Ribeiro, Francisco Branco, Gabriela Trevisan, Lídia Fernandes,
Osvaldo Silva, Pedro Perista e Inês Amaro (colaboração)
Revisão de texto: Rita Cabral
Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Abril de 2021

ISBN: 978-989-9064-77-5

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os autores desta publicação adotam o novo Acordo Ortográfico. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

Índice

Conteúdo

Introdução	5
Metodologia	13
1. Dos perfis às quotas	15
2. Procedimentos de construção e aferição do guião	20
3. Seleção e formação das entrevistadoras	28
4. O acesso e a recolha de dados	31
5. Aferição da grelha de análise	41
1. Enquadramento familiar na infância	51
1.1. Recordações e contextos da infância	51
1.2. Eventos e situações potenciadoras de pobreza na infância	59
2. Relação com o sistema educativo	67
2.1. Percurso escolar durante a infância/juventude	69
2.2. Representações sobre a escola e percursos de abandono escolar	74
2.3. Representações sobre a escola e o futuro	79
3. Transição para a vida adulta	86
3.1. Transição Escola-Trabalho	88
3.2. Retorno à formação: o impacto dos programas de ativação dos desempregados	99
3.3. Transições familiares	114
3.3.1. Transição para a conjugalidade	116
3.3.2. Transição para a parentalidade	125
4. Relação com o mundo do trabalho	133
4.1. Vivências no mercado de trabalho e trajetória de (des)emprego	133
4.2. Identidade e satisfação em relação ao trabalho	163
5. Autoperceção do percurso, comparação da vida presente com a passada	184
5.1. Perceções sobre a adequação de níveis de rendimento	184
5.2. Avaliação subjetiva do percurso de vida até ao momento	196
6. Relação com os sistemas de proteção	203
6.1. Desempregados e proteção social	206
6.2. Desempregados e relação com o sistema de Segurança Social e outros serviços públicos	214

7. Redes de apoio não institucional e território	226
7.1. Redes informais de apoio e vizinhança	226
7.2. Avaliação subjetiva da habitação e do território de residência	237
8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza	247
8.1. Autoperceção da situação pessoal de pobreza e do agregado	247
8.2. Identificação das situações de discriminação/exclusão social	252
8.3. Identificação de medidas de política social e no combate à pobreza	252
9. Perspetivas face ao futuro	260
9.1. O desemprego e a exclusão social e laboral	262
9.2. O papel das políticas públicas	278
Conclusão	286
Bibliografia	291
Anexos	304
A. Tabela dos perfis	304
B. Distribuição dos perfis por quotas	308
C. Distribuição territorial das quotas (primeira aproximação)	312
D. Credencial de identificação	326
E. Consentimento informado	327
F. Guião de entrevista	328
G. Grelha de codificação (versão base)	337
H. Situação perante o trabalho e estrutura familiar	362

Introdução

Este livro resulta do projeto *Trajetos e Quotidianos de Pobreza em Portugal*, tendo sido desenvolvido por uma equipa multidisciplinar e multi-institucional para a Fundação Francisco Manuel dos Santos¹. Do relatório final de investigação resultaram um resumo alargado para o público em geral, intitulado *Faces da Pobreza em Portugal*, e um livro principal intitulado *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*. Neste livro, o leitor encontra informação detalhada sobre o projeto. Complementarmente, extraíram-se quatro livros, fornecendo a base empírica para os perfis encontrados: Reformados; Precários; Desempregados e Trabalhadores.

Cada um destes livros tem uma introdução onde se enquadra o projeto e se refere brevemente os seus principais produtos. Nesta introdução, a primeira parte é comum aos quatro e a segunda recupera a introdução sobre cada perfil específico que se encontra no livro principal, de forma a fundamentar teoricamente os capítulos empíricos. O leitor encontra também um capítulo metodológico comum a estas publicações, no qual se podem melhor compreender as questões em que se basearam os procedimentos de seleção do grupo de entrevistados, bem como o processo de tratamento da informação. Naturalmente, a maior parte do conteúdo de cada um destes livros é dedicada a uma análise aprofundada de um dos perfis acima identificados. Os diversos capítulos foram extraídos do relatório geral do projeto, tendo os autores procedido a uma extensa revisão que incluiu numerosas alterações, considerando as exigências decorrentes da publicação. Por sua vez, a conclusão resulta, novamente, da conclusão do respetivo capítulo no livro principal articulada com a conclusão equivalente do relatório final.

O livro principal é constituído por dois grandes tipos de materiais: nos primeiros capítulos, é feita uma reflexão acerca do conceito de pobreza usado no projeto, seus pontos fortes e limitações, bem como uma revisitação dos principais indicadores de pobreza em Portugal e a exploração dos microdados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) do INE. Os quatro capítulos finais dizem respeito aos quatro perfis de pobreza em Portugal. Estes capítulos são constituídos sobretudo pelas conclusões parcelares de cada um dos pontos dos

¹ Esta equipa envolveu 11 investigadores enquadrados em oito universidades distintas, bem como em diversos centros de investigação, tendo competências em Sociologia, Serviço Social, Economia, Estatística, Psicologia e Antropologia.

quatro livros ora apresentados, adaptadas e enriquecidas por trechos ilustrativos. É este conjunto articulado de seis livros que apresenta o conjunto dos resultados do projeto.

Passando da organização das publicações para os aspetos mais relevantes da investigação, começamos por referir que o projeto procurou responder à seguinte questão: Quem são e como vivem os pobres e qual a sua situação de pobreza em Portugal?

Este projeto teve como objetivo desenvolver uma análise de cariz qualitativo capaz de complementar os trabalhos com base no ICOR que se têm produzido com alguma regularidade em Portugal, até sob os auspícios da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Em concreto, foi nosso objetivo proporcionar aos mais diversos atores (individuais, coletivos e institucionais) novos dados e reflexões que possam contribuir para uma visão mais aprofundada da pobreza no país, complementando as análises qualitativas realizadas ao longo dos anos (das quais destacamos, entre outras: Amaro & Branco, 2010; Castro, *et al.*, 2002a; 2002b e 2010; Capucha, 2005; Diogo, 2007). Este estudo aprofunda os resultados já conhecidos, atualiza-os, sendo, sobretudo, o primeiro a basear-se num desenho de investigação que articula estreitamente a pesquisa qualitativa com uma sólida análise quantitativa, com validade estatística para o conjunto do país.

Deste modo, espera-se que a investigação possa concorrer para uma discussão alargada deste problema em Portugal, bem como para o desenho de políticas públicas de combate à pobreza centradas nas pessoas em situação de pobreza, por contraponto à aplicação exclusiva de políticas generalistas. Estas últimas são centrais para se assegurar a generalização do acesso básico aos direitos sociais mas, ao mesmo tempo, promovem desigualdades, ao darem respostas iguais a problemas diferentes, pelo que têm de ser complementadas com políticas específicas (*targeted policies*).

Assim, no que ao desenho da investigação se refere, optou-se por uma estratégia mista sucessiva. Começou-se, portanto, por analisar os principais indicadores de pobreza em Portugal disponibilizados pelo INE (dados do ICOR). De seguida, mobilizaram-se os microdados do ICOR (2017), usando duas metodologias de análise quantitativa pouco utilizadas para interrogar os dados sobre a pobreza em Portugal: a Análise Probit e a Análise das Correspondências Múltiplas (ACM). As técnicas e os resultados obtidos são apresentados no livro *A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*. Depois de afinados em confronto com os estudos qualitativos anteriormente feitos em Portugal envolvendo perfis de indivíduos em situação de pobreza, estes resultados conduziram aos quatro perfis de pobreza aqui referenciados.

A realização desta fase quantitativa teve três objetivos principais, aqui apresentados pela ordem com que aparecem no livro acima identificado: em primeiro lugar, proporcionar uma

visão diacrónica atualizada dos principais indicadores de pobreza em Portugal, contribuindo-se, assim, para caracterizar de forma mais aprofundada a população em causa; em segundo, aplicar ferramentas estatísticas aos microdados do ICOR em ordem a compreender de forma mais aprofundada a pobreza em Portugal, numa perspetiva extensiva e inovadora; e, em terceiro, definir os perfis de pobreza a mobilizar para a análise qualitativa. Foi o cumprimento deste último objetivo que fundamentou, no essencial, a fase qualitativa do projeto.

Os resultados respeitam a indivíduos com 18 ou mais anos², quer na fase quantitativa, quer na qualitativa. Não obstante, as crianças e os jovens são considerados na fase qualitativa (o alvo deste livro) de duas maneiras: primeiro, quando se interroga a infância dos próprios respondentes e, segundo, quando no decorrer das entrevistas surgem referências aos filhos dos entrevistados.

Seguiu-se um intenso e cuidado processo de operacionalização, muito assente na definição meticulosa das características das pessoas a entrevistar bem como nas estratégias do seu recrutamento. Estas duas questões são particularmente sensíveis, dado que é com muita facilidade que rapidamente um estudo deste género se pode acantonar nos utentes dos serviços de apoio social. Sendo certo que estes constituem parte apreciável das pessoas em situação de pobreza, não esgotam, de todo, a totalidade dos casos. Aliás, as principais fontes de rendimento das famílias, apresentadas no ICOR, permitem perceber isso mesmo, mas a maior facilidade de acesso poderia vir a ditar esse desfecho. Nesse sentido, a estratégia adotada procurou minimizar esses problemas. No capítulo metodológico deste livro, é dada ampla nota desse procedimento, assim como é referenciada a distribuição das entrevistas no território nacional, complementando-se as notas sobre estes assuntos presentes no capítulo metodológico do livro *A Pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*.

Além disso, o processo de operacionalização teve também como importante objetivo dar conta da diversidade da pobreza em Portugal. Assim, este processo foi desenvolvido de forma a considerar a diversidade interna de cada perfil, o que implicou reduziu a coerência interna dos perfis encontrados. Esta coerência poderia ter sido melhor assegurada se os entrevistados fossem apenas indivíduos com as características centrais de cada perfil. Contudo, a opção realizada permitiu um conhecimento mais aprofundado da diversidade das situações de pobreza realmente existentes e, nesse sentido, acomoda melhor os objetivos do projeto.

² De notar que na Declaração Universal dos Direitos das Crianças entende-se por criança todas as pessoas com idade até aos 17 anos. Esta definição tem sido adotada pelas mais variadas instâncias, como a UE ou a OCDE, por exemplo.

Destes procedimentos resultaram 87 entrevistas validadas e ainda quatro exploratórias³. Com estas últimas pretendeu-se, sobretudo, afinar e validar o guião de entrevista e o sistema de categorias de análise de conteúdo definido *a priori* (como se dá conta neste livro). A análise das entrevistas teve por base o aplicativo MaxQDA e como estrutura um sistema de categorias construído a partir do guião de entrevista, modificado no decorrer dessa mesma análise. As entrevistas ficaram assim distribuídas: Perfil 1, Reformados, 20 entrevistados; Perfil 2, Precários, 21 entrevistados; Perfil 3, Desempregados, 22 entrevistados e, finalmente, Perfil 4, Trabalhadores, 24 entrevistados.

Depois desta introdução, este livro começa por apresentar o capítulo metodológico acima referido. De seguida, são apresentados, em nove pontos, os resultados relativos ao perfil dos desempregados. Estes pontos apresentam duas lógicas distintas, mas complementares. Uma primeira refere-se à ordem biográfica, percorrendo a trajetória de vida dos indivíduos, desde a infância até ao momento da entrevista. Neste percurso, é dada particular atenção aos fatores disruptivos na infância, à frequência escolar, à transição para a vida adulta e ao envolvimento com o mundo do trabalho, bem como aos sistemas, formais e informais, de solidariedade (considerando a sua importância para a população em causa), bem como à inserção no território. A segunda lógica refere-se à autoavaliação, à representação de si, numa perspetiva que se pode apelidar de subjetiva e identitária. É aqui dado enfoque ao balanço de vida, à auto-perceção como pobre e às perspetivas de futuro. Refira-se, em complemento, que estas duas lógicas não são estanques. Ao longo da análise, verifica-se que se interpenetram, sendo comum encontrar a lógica identitária a permear as afirmações de cariz mais factual, as questões mais subjetivas a serem o motor da ação. Além disso, existe, com alguma regularidade, sobreposição entre os temas tratados em cada capítulo. Se as análises tendem a focar um tema e um momento (como numa fotografia), a vida dos indivíduos é um todo difícil de dividir em temas com fronteiras claras. Por isso, é necessário por vezes retomar um assunto de forma a realizar uma análise mais aprofundada de um dado tema.

Independentemente do perfil onde se situam, todos os entrevistados estavam em situação de pobreza no momento da entrevista (e a grande maioria tem estado nessa situação ao longo de toda a sua vida), pelo que partilham essa característica em comum. De facto, a quase totalidade dos entrevistados pode ser enquadrada naquilo a que se costuma chamar de pobreza

³ Os autores agradecem a todos os que se prontificaram a responder, bem como às entidades que nos auxiliaram a chegar a eles, e a um conjunto vasto de pessoas sem as quais este processo não se teria realizado. A lista detalhada dos agradecimentos pode ser encontrada no livro *A pobreza em Portugal: Trajetos e quotidianos*. Acrescentamos apenas uma menção especial a todas as entrevistadoras que conosco trabalharam.

tradicional⁴, dado serem pobres desde a infância e/ou oriundos de famílias também elas pobres. Por outro lado, existem algumas características que vão distinguindo os diversos perfis. No perfil dos Reformados, por exemplo, o peso da idade distingue-os (duplamente) dos outros perfis; no dos Precários, a sua inserção em agregados sem baixa intensidade de trabalho e a trajetória de emprego precária (em carrossel) desempenham o mesmo papel; no dos Desempregados, verifica-se uma relação distante com o mundo do trabalho; e, no dos Trabalhadores, pelo contrário, essa relação é particularmente forte. Estes são apenas alguns exemplos, significativos, de características que singularizam os diferentes perfis.

Contudo, o livro ora apresentado centra-se numa terceira questão: a descrição e análise aprofundada dos traços que caracterizam um único dos perfis identificados. Ao longo de todo o livro *A pobreza em Portugal: trajetões e quotidianos*, mas em particular na sua conclusão, faz-se um exercício comparativo entre os quatro perfis de pobreza. Nessa obra, apresenta-se uma visão de conjunto, identificando-se quer os aspetos comuns aos entrevistados, quer as singularidades distintivas de cada um dos perfis.

Neste livro em particular, é abordado o perfil dos Desempregados. De seguida apresenta-se, por isso, o enquadramento teórico desta categoria social, na sua relação com a pobreza.

O desemprego constitui um tema de referência no estudo de pobreza, motivando debates importantes acerca dos mecanismos geradores e reprodutores de pobreza nas sociedades contemporâneas, nomeadamente sobre o papel da economia, das políticas públicas, assim como das alterações dos valores sociais. Como diferentes autores têm sublinhado, a crise e a precarização do emprego, o desemprego estrutural e a tendencial desregulação da relação salarial têm contribuído para desestruturar a definição que as sociedades modernas construíram do trabalho, conotado com o «emprego assalariado, exercido a tempo integral e com estabilidade» (Bandt *et al.*, 1995, p. 7). Na sequência da crise petrolífera da década de 70 do século XX, a acentuação de lógicas neoliberais evidenciou alguns dos paradoxos do modelo económico que tem vindo a prevalecer, um modelo marcado por uma crescente integração produtiva e do processo de trabalho à escala mundial, estando a inovação tecnológica e os ganhos de produtividade associados à redução do número de postos de trabalho disponibilizados ou à extinção de empregos, encarados como condições necessárias à própria competitividade económica (Castells, 2005).

⁴ Este é o tipo de situação que predomina neste perfil. No entanto, existem algumas situações de melhoria das condições ao longo do trajeto, mas que a situação profissional precária e os três D da pobreza – em particular o desemprego – voltaram a remeter para uma situação de pobreza.

Além disso, especialmente a partir da década da década de 90, assistiu-se a uma viragem microeconómica da economia do trabalho, na qual os problemas do desemprego, da discriminação ou da desigualdade salarial passaram a ser tratados como imperfeições e distorções do mercado de trabalho, cuja solução passaria pelo ajustamento dos salários em função do equilíbrio entre a procura e a oferta (Teles, 2017). O consenso em torno do pleno emprego, estabelecido no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, foi abandonado em favor de um princípio de plena empregabilidade, resultando numa responsabilização do indivíduo, e não do coletivo, pelos resultados da economia (Mitchell & Muysken, 2008). No caso português, há que juntar a este pano de fundo internacional as especificidades nacionais, designadamente a sua posição semiperiférica (Santos, 1985; Santos, 2004), o facto de o país ter entrado em contraciclo no movimento de institucionalização do pleno emprego do pós-guerra (Fernandes, 2011; Fernandes, 2019)⁵, assim como a perda, com a adesão à União Económica e Monetária (UEM), de instrumentos políticos e de desenvolvimento que permitissem lidar com crises assimétricas (Reis *et al.*, 2013). Dessa forma, em particular a partir da década de 2000, foi-se tornando visível a incapacidade de gerar emprego, o que se refletiu de forma especialmente acentuada na crise económica de 2008-2014, quando o desemprego atingiu um máximo histórico de 17,5 % no primeiro trimestre de 2013. Num contexto de redução dos níveis de proteção social, não é de surpreender que o desemprego se tenha tornado um fator de acrescida relevância, na relação que estabelece com a pobreza e com as desigualdades sociais (Carmo & Cantante, 2015).

Importa lembrar algumas das principais características distintivas deste perfil, que representa 13 % dos cidadãos em situação de risco de pobreza em Portugal: por um lado, a população desempregada apresenta uma intensidade laboral muito reduzida e, por outro, tende a ancorar-se em agregados cuja principal fonte de rendimentos são as «outras transferências sociais». Apesar de estarem em idade ativa, a maior parte das pessoas estava desempregada aquando da realização da entrevista, sendo que apenas quatro se encontravam em situação de inaptidão para o trabalho ou invalidez permanente. Um outro elemento distintivo dos casos aqui enquadrados prende-se com o facto de todos pertencerem a agregados familiares cuja principal fonte de rendimento se baseia em alguma forma de transferência social, excetuando pensões de velhice ou de sobrevivência, e abrangendo formas de proteção ou assistência social, como subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego, medidas ativas de emprego (estágios

⁵ Este princípio foi acolhido na Constituição da República Portuguesa de 1975, numa altura em que o modelo social do pós-guerra começava já a entrar em crise.

profissionais e programas ocupacionais), Rendimento Social de Inserção (RSI) e ainda pensões de invalidez⁶.

A relevância das transferências sociais neste perfil aponta para a necessidade de uma reflexão acerca do papel das políticas sociais no combate à pobreza, havendo a considerar, por um lado, as medidas de proteção social no desemprego e, por outro, as de ativação de desempregados.

A retórica muito atual da «empregabilidade» assenta num conceito polissémico, na sua formulação mais simples entendido como a probabilidade de o desempregado sair da situação de desemprego e de se inserir profissionalmente (Freyssinet, 2004), mas que pode também ser compreendido no sentido da **empregabilidade-iniciativa** que, como refere Gazier, acentua a capacidade individual para mobilizar as qualificações no mercado de trabalho (Gazier, 2001). Este pressuposto, muito caro à ideologia neoliberal, deixa subentender a responsabilidade individual na obtenção de um emprego e assume, nas suas versões mais vincadas, a forma de um princípio de *workfare* em que a assistência é condicionada à disponibilidade para aceitar trabalho (Gallie, 2002). Tem-se vindo justamente a verificar uma reorientação das políticas sociais segundo os princípios da empregabilidade e da ativação, em detrimento de políticas de redistribuição de rendimentos, o que levanta debates importantes sobre a sua eficácia no combate à pobreza e às desigualdades sociais, em particular aquelas associadas ao desemprego. Análises recentes têm sugerido que os mecanismos causais da pobreza e da desigualdade de rendimentos poderão ser diferentes e que, embora as políticas de ativação possam ter eficácia na redução das desigualdades de rendimentos, terão eficácia reduzida na redução da pobreza, pelo facto de não garantirem que quem participa neste tipo de programas tenha acesso a emprego (Marques *et al.*, 2015). Neste sentido, importa considerar outros fatores, nomeadamente os relacionados com a quantidade e qualidade dos empregos disponíveis e as características institucionais do mercado de trabalho⁷.

Saliente-se também que a maior parte das situações aqui analisadas ressalta o desemprego de (muito) longa duração, por vezes precoce e recorrente e, em muitos casos, remontando à crise económica de 2008-2014. Apesar de não estarem empregados, quase todos os entrevistados tiveram amplas experiências de trabalho ao longo da sua vida e viveram várias

⁶ Ou seja, contrasta com o perfil 1, dos Reformados, por se referir sobretudo a pessoas em idade ativa; e com o perfil 2, dos Precários (onde também se encontram categorias relacionadas com o desemprego e inatividade), pelo facto de, ao contrário destes, não fazerem parte de agregados domésticos cuja principal fonte de rendimento é o trabalho.

⁷ Refere-se a aspetos normativos do mercado de trabalho, na linha da abordagem institucionalista adotada por Marques *et al.* (2015). Há três tipos de instituições consideradas fundamentais: o salário mínimo, a proteção social no desemprego e a legislação relativa à proteção no emprego.

experiências de desemprego. Ora o **desemprego repetitivo** aprofunda a situação de privação, na medida em que «cada passagem pelo desemprego pode constituir-se num risco de deterioração da condição profissional» (Caleiras, 2011, p. 79), acentuando igualmente o risco de processos desqualificação e/ou de desafiliação social (Gallie e Paugam, 2000; Castel, 1995; Fernandes, 2011; Amaro, 2015). Neste sentido, importa considerar as relações subjetivas e sociais associadas à experiência do desemprego, reconhecendo-se que o trabalho é não apenas uma necessidade objetiva, mas um valor central nas sociedades produtivistas (Schnapper, 1994), constituindo uma matriz orientadora da construção das identidades pessoais e sociais. Considerando que o afastamento do indivíduo do mercado de trabalho pode privá-lo não apenas dos recursos materiais, mas igualmente dos recursos «afetivos e psicológicos necessários à manutenção da sua integridade pessoal e social» (Amaro, 2015, p. 186), a pobreza é entendida, neste caso, como um processo de «corrosão e desligamento do laço social» (p. 187) ou de **desafiliação**, no sentido de Castel (1995).

As narrativas em que nos baseámos para a elaboração deste livro contam diferentes modos de vivenciar o desemprego, quer pela forma de o significar, quer pelas consequências pessoais da privação de emprego. Embora as pessoas entrevistadas estejam em situação de pobreza, possuem recursos culturais e idades diversos. Neste sentido, uma melhor compreensão das suas trajetórias e experiências quotidianas exige equacionar o desemprego enquanto forma de exclusão laboral e social e, simultaneamente, o papel das políticas sociais para endereçar os problemas a ela associados. Procurámos assim neste capítulo explorar a forma como a experiência de desemprego se reflete não apenas na vivência social quotidiana, mas também nas definições subjetivas pessoais na relação com o trabalho, considerando a trajetória de vida pessoal e equacionando-se também a possibilidade de o processo de desligamento do laço social ser anterior à própria experiência de desemprego.

Metodologia

Com vista a responder à pergunta de partida (Quem são e como vivem os pobres em Portugal?), foi adotado um desenho de pesquisa misto sequencial (Morse & Niehaus, 2009). Na primeira fase, de natureza quantitativa, foram desenvolvidas três componentes distintas, todas com base nos dados do ICOR, na edição de 2017 (contendo dados referentes ao ano de 2016). Nos próximos parágrafos, apresentamos estas componentes, já referenciadas na Introdução.

Na primeira componente, procedeu-se à análise dos principais indicadores de pobreza e exclusão social para o período de 2003-2016, algo que permitiu fazer uma primeira identificação das principais tendências e das variáveis mais determinantes para explicar o problema da pobreza no país. Este trabalho aprofunda e atualiza outros estudos anteriormente realizados, alguns deles de diversos membros da equipa de investigação.

Na segunda, desenvolveu-se uma análise Probit, que permitiu identificar as distintas probabilidades de pobreza associadas às diferentes categorias de cada variável, a partir de uma categoria de referência por nós escolhida para cada uma delas. Este segundo exercício permitiu, por um lado, compreender e caracterizar melhor a pobreza em Portugal e, por outro, identificar de forma mais fina as variáveis mais pertinentes para a definição de perfis de indivíduos em situação de pobreza.

De seguida, na terceira componente, construíram-se distintos perfis de pobreza em Portugal, a partir da tipicidade e da representatividade das categorias das variáveis em causa (Flick, 2002). Para isso, foi mobilizada a ACM, aplicada aos dados do ICOR (2017).

Como já foi indicado, os resultados da análise intensiva são apresentados, nas suas três componentes, no livro *A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*.

O principal objetivo da fase extensiva do estudo (fase quantitativa) foi proporcionar uma base de consistência estatística à análise intensiva, assegurando a identificação das regularidades sociais e da diversidade que subjaz à pobreza em Portugal. Para o fazer, partiu-se do princípio de que a condição de pobreza impõe algumas características comuns (regularidades sociais) aos indivíduos nessa situação, mas que, ao mesmo tempo, é também possível encontrar distintas formas de se ser pobre. Por outras palavras, partiu-se do princípio de que os pobres não são todos iguais, mas têm em comum a dimensão comum à sua condição, sendo possível definir distintos perfis de pessoas em situação de pobreza.

Um segundo objetivo importante foi o de se produzir conhecimento novo sobre a pobreza no país, quer através da atualização e sistematização de trabalhos anteriores, realizados a partir dos indicadores fornecidos pelo INE, quer através da mobilização de técnicas estatísticas pouco utilizadas para a análise da pobreza, em Portugal e a nível internacional, Probit e ACM, para interrogar os microdados do ICOR. Nesse sentido, as probabilidades de pobreza por variável e os perfis estatísticos de pobreza são, por si só, resultados inovadores, acrescentando informação pertinente ao que já se sabe sobre a pobreza em Portugal.

Na segunda fase, intensiva, a investigação centrou-se na realização e análise de entrevistas semiestruturadas. O ponto de partida foi a construção de um guião, do qual se dá conta neste capítulo. As entrevistas em causa foram realizadas a partir dos perfis definidos com base na ACM. Contudo, antes disso, os perfis foram afinados através do seu confronto com a literatura existente em Portugal acerca de perfis de pobreza em estudos qualitativos.

A passagem dos perfis às quotas foi um momento de grande investimento de tempo e esforço intelectual, na medida em que se pretendeu dar conta da diversidade da pobreza em Portugal, incluindo a existente intra-perfil, e evitar as principais armadilhas que a experiência de investigação da equipa permitia antecipar. Desde logo, a possibilidade de os entrevistados serem apenas indivíduos recrutados através de instituições de apoio social, em regra mais fáceis de mobilizar. Além disso, entendeu-se como relevante evitar o acantonamento das entrevistas a um contexto em particular. Tal implicou a sua realização por todo o país, de acordo com uma distribuição muito criteriosa e cuidadosa.

Como referenciado, as questões relativas à fase intensiva deste trabalho, bem como mais detalhes sobre a metodologia adotada, estão explanadas no livro *A pobreza em Portugal Trajetos e quotidianos* (incluindo a questão do afinamento dos perfis com base no confronto com a literatura). Neste capítulo, apresentamos de forma detalhada os critérios e procedimentos adotados na recolha e análise dos dados relativos à componente qualitativa desta pesquisa. Começamos por apresentar os critérios de definição da estrutura do grupo de indivíduos entrevistados.

Antes disso, contudo, uma advertência. Tendo-se realizado um esforço importante para, através deste estudo, se dar conta da diversidade da pobreza em Portugal, a componente intensiva, de que agora se apresenta um dos perfis encontrados, não é estatisticamente significativa – nem é esse o propósito de um estudo intensivo. Não obstante, através dos resultados apresentados, é possível dar conta de importantes formas de diversidade e de regularidade de se viver a pobreza em Portugal de uma forma aprofundada e em respeito pela trajetória biográfica dos indivíduos.

Um primeiro aspeto a considerar concerne ao procedimento de operacionalização dos perfis de pobreza encontrados⁸. Este procedimento permitiu garantir nas entrevistas a diversidade de situações que a análise quantitativa anteviu e, ao mesmo tempo, superar o problema da potencial sobrerrepresentação dos utentes dos serviços de apoio social.

1. Dos perfis às quotas

Em primeiro lugar, dá-se conta das principais especificidades de cada um dos perfis no processo de construção das quotas, possíveis de obter através do confronto com os microdados do ICOR. Cada quota é constituída por casos com características relativamente semelhantes dentro do perfil principal, formando um subperfil mais aprofundado, de modo a dar conta da diversidade interna de cada perfil. Mas também para se assegurar que cada indivíduo que pertence a um dado perfil não é classificável em dois ou mais – princípio da exclusividade mútua. Este princípio nem sempre foi fácil de assegurar, dado que o sistema de quotas divide os indivíduos em função das suas características atuais. Contudo, estas são complexas, havendo lugar para ambiguidades de fronteira, sendo ao mesmo tempo provisórias, dado que a biografia dos indivíduos pode levá-los de um perfil para outro ao longo do tempo. Estas questões foram tidas em consideração quer na definição das quotas de que se dá abaixo conta quer na preparação, realização e análise das entrevistas:

1 – Reformados. Neste perfil, enquanto algumas quotas se diferenciam sobretudo em função da variável sexo (mulher ou homem, nos casos do P1.1 e P1.3), noutras é o facto de a pessoa viver sozinha (P1.2 e P1.5), sendo de destacar neste último caso o maior peso das mulheres; ou o estado civil (solteiro ou divorciado no caso da P1.5) que constitui o elemento diferenciador. Destaque-se ainda que foi definida uma quota segundo um critério etário abrangendo pessoas da faixa etária imediatamente anterior (45-64 anos) àquela que constitui um elemento caracterizador central deste perfil (65 ou mais anos), mas que são inativas – ou reformadas ou a cumprir tarefas domésticas e/ou responsabilidades de assistência. A composição do agregado ajuda a situar esta quota neste perfil: agregados de apenas um adulto ou de dois adultos, em que o segundo adulto terá 65 ou mais anos. Em todos os casos, a principal fonte de rendimento do agregado são as reformas (e pensões);

⁸ Cf. quadro sistemático com toda a informação sobre os perfis e subperfis identificados (quotas) em anexo.

2 – Precários. Dada a sua maior indefinição, verificaram-se mais dificuldades em estabelecer quotas para este perfil⁹. Todas as quotas foram definidas em primeiro lugar em função da condição perante o trabalho: estudantes (P2.1); pessoas desempregadas (2.2 e 2.4); domésticos¹⁰ (2.3); empregados (2.5). A primeira quota (P2.1), está associada a um conjunto de características demográficas e do agregado: jovens (18-24 anos), solteiros, a viver a casa dos pais, o que não se verifica em nenhum outro perfil. Importa também assinalar que a principal fonte de rendimento do agregado é o trabalho. No caso das pessoas desempregadas, o elemento distintivo relativamente às quotas similares do Perfil 3 é o facto de a principal fonte de rendimento do agregado ser o trabalho e não as transferências sociais. A quota P2.2 engloba pessoas mais jovens, dos 18 aos 44 anos, solteiras, a viver em casa dos pais. A quota P2.4 engloba pessoas que não vivem em casa dos pais, mas antes com o cônjuge ou outro, correspondendo assim a uma faixa etária que abrange pessoas menos jovens – 25 a 64 anos¹¹. Embora definida em função da condição perante o trabalho, a quota 2.3 acaba por ter uma marca de género, visto que inclui apenas mulheres, dos 25 aos 64 anos, sendo o estado civil uma característica relativamente secundária. Trata-se de mulheres inseridas em agregados cuja principal fonte de rendimento são o trabalho ou as pensões – no primeiro caso, com crianças, no segundo, sem crianças¹². Por fim, a quota 2.5 engloba pessoas empregadas, mas que, contrariamente às do Perfil 4, vivem em agregados de apenas um adulto, com ou sem crianças. Sublinhe-se que a análise qualitativa permitiu perceber que a grande maioria dos entrevistados neste perfil tem uma trajetória de emprego onde a precariedade se salienta, sendo esse o fator que acaba por permitir o nome escolhido;

3 – Desempregados. A principal fonte de rendimento dos agregados domésticos privados (ADP) são outras transferências sociais, o que contrasta com os restantes perfis onde trabalho e/ou pensões desempenham esse papel. Portanto, quase todas as quotas definidas para este perfil abrangem pessoas desempregadas inseridas em agregados familiares cuja principal fonte de rendimento é constituída por outras transferências sociais: mulheres com idade entre 45 e 64 anos (P3.1); homens na mesma faixa etária (P3.2); mulheres com idades entre 18 e 44 anos (P3.3) e homens na mesma faixa etária (P3.4). Enquanto nas duas primeiras

⁹ De facto, considerando o seu lugar no mapa percetual da ACM (cf. o capítulo quatro do livro *A pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*), é o perfil mais difícil de definir, dado que se encontra a meio caminho entre os perfis 3 e 4.

¹⁰ Domésticos é a designação adotada pelo INE, a grande maior das pessoas aqui classificadas são, contudo, domésticas.

¹¹ O outro elemento que distingue esta quota prende-se com o facto de o agregado familiar não incluir crianças.

¹² Neste último caso distingue-se de P1.4 pelo facto de o segundo adulto ter menos de 65 anos.

quotas predominam os agregados sem crianças, nas outras duas, em particular na constituída por mulheres, há um peso importante de agregados com crianças. Assinale-se por fim que a quota 3.5 abrange pessoas inaptas para o trabalho ou numa condição de invalidez permanente, a viver sozinhas ou em agregados de dois adultos sem crianças – trata-se da única quota na globalidade dos perfis onde isso se verifica. Neste caso, a principal fonte de rendimento do agregado são pensões ou outras transferências sociais, constituindo-se como a (relativa) exceção no conjunto do perfil;

4 – Trabalhadores. A principal fonte de rendimento dos agregados destes entrevistados é o trabalho, sendo que todos os entrevistados se encontram a trabalhar. Em relação aos detalhes, a maior parte das quotas deste perfil foram definidas em função das variáveis sexo e idade (P4.1; P4.2; P4.3; P4.4), todas elas referindo-se a pessoas casadas ou em união de facto, em agregados com ou sem crianças¹³. As quotas 4.3 e 4.4 englobam pessoas de faixas etárias mais jovens (25-44 anos) inseridas em agregados familiares com crianças. A última quota prevista está definida em função do estado civil, distinguindo-se das restantes por englobar pessoas solteiras ou divorciadas, enquadradas em agregados com ou sem crianças. Importa salientar que, tal como se verifica nas restantes quotas destes perfis, também esta se distingue do P2.5 por se referir a agregados com pelo menos dois adultos. Importa também notar que, neste perfil, os casos de adultos a viverem em casa dos pais são residuais, pelo que não foram considerados nas quotas.

Depois de definidas as quotas com as características concretas dos indivíduos (e seus agregados familiares) a entrevistar em cada perfil, foram desenvolvidas algumas estratégias para assegurar a sua distribuição pelo território nacional.

Para o fazermos, partimos do mais recente estudo onde as heterogeneidades do território nacional estão analisadas na perspetiva da pobreza, o Referencial de Coesão Social 2014. Este estudo foi desenvolvido tendo por base um sistema de indicadores que se traduziu em duas tipologias de concelhos, uma de exclusão social (por sua vez com base em cinco dimensões: Trabalho; Rendimentos; Condições de Vida; Grupos Vulneráveis e Capital Inclusivo) e outra designada como territorial (com base em quatro dimensões: Estrutura Etária da População Residente; Estrutura do Povoamento; Perfil das Dinâmicas Económicas e Dinamismo Demográfico)¹⁴.

¹³ Assinale-se que, de forma distinta do verificado noutros perfis, se verifica um maior peso de homens, expresso no número de entrevistas previstas para P4.2.

¹⁴ Este estudo apresenta como importante limitação o facto de ter sido feito apenas para o continente.

O principal resultado desta análise foi a produção de perfis de concelhos para cada uma das tipologias acima mencionadas (dez perfis para o primeiro caso e nove para o segundo). A sua mobilização permitiu encontrar, numa primeira aproximação, os concelhos para a realização das entrevistas, tidos por representativos da diversidade territorial do país. A seleção e a distribuição das entrevistas pelos concelhos tiveram em atenção as tipologias acima referenciadas e os seguintes critérios e observações: um máximo de três concelhos por grande dicotomia; dois concelhos por cada uma das zonas do interior, tendo em conta a sua maior homogeneidade (cf. IESE, 2015) e a identificação de concelhos mais representativos dos perfis-tipo de exclusão social mais representativos. Teve-se ainda em atenção que, em geral, os concelhos urbanos são mais diversos.

Após a definição dos concelhos onde se realizaram as entrevistas, procedeu-se à distribuição dos perfis, procurando atender, tanto quanto possível, às especificidades socioterritoriais de cada concelho (cf. a lista de distribuição de perfis por concelho no anexo C).

Foram equacionados vários indicadores e dimensões elencados nas tipologias definidas no Referencial de Coesão Social (IESE, 2015)¹⁵. Por exemplo, em concelhos onde predominariam perfis de exclusão associados a baixos rendimentos ou a quebra de rendimentos (como é o caso de Lisboa, Porto e Guimarães), procurou-se prever um número significativo de entrevistas (cerca de um terço) referentes ao Perfil 4 (Trabalhadores). Noutros, onde a inatividade, associada a um peso importante da faixa etária de 65 ou mais anos, é uma dimensão particularmente relevante para perceber os processos de vulnerabilidade e exclusão social nesses territórios, procurou-se equacionar mais entrevistas com pessoas com mais de 65 anos, reformadas, ou seja, enquadradas no Perfil 1.

Noutros concelhos, com população mais jovem – como é o caso de Castelo de Paiva, Mafra e Guimarães – procurou-se prever mais entrevistas envolvendo pessoas em idade ativa. Em concelhos marcados pela fraca intensidade laboral e/ou pelo desemprego (Ex: Castelo de Paiva, Amadora, Porto, Lisboa e, em certa medida, Aljustrel e Guimarães) procurou-se considerar mais entrevistas relativas aos Perfis 2 e 3 (Precários e Desempregados). Assinale-se por fim os concelhos da Amadora, do Porto, de Lisboa e de Aljustrel onde, de acordo com o estudo em que nos baseámos, importa ter em conta a vulnerabilidade associada ao género. Nestes casos, foi prevista a realização de mais entrevistas envolvendo mulheres. Por outro lado, na linha do que foi referido anteriormente, a vulnerabilidade da população imigrante e das minorias étnicas não está refletida nos perfis definidos, embora tenha sido considerada no

¹⁵ Para uma leitura mais compreensiva, ver Quadros 2 e 4 do Referencial (IESE, 2015, p. 35 e 69).

processo de seleção de pessoas a entrevistar em concelhos onde, segundo o Referencial de Coesão Social, essa dimensão é relevante – por exemplo, Amadora, Porto e Lisboa.

Acresce que a dinâmica de execução das entrevistas implicou que estas se realizassem em concelhos que não estavam inicialmente equacionados. Foi o caso de Ferreira do Alentejo, Caldas da Rainha e Celorico de Basto. Em sentido inverso, não foram feitas entrevistas em Aljustrel, Mafra, Sernancelhe ou Alvito. Os novos concelhos foram escolhidos tendo em conta a tipologia acima apresentada, sendo equivalentes aos retirados da análise.

Um terceiro aspeto tido em conta, ainda no que à seleção dos entrevistados diz respeito, foi o referente ao cálculo do limiar de pobreza, de maneira a assegurar que todos os entrevistados se encontravam nessa situação. Se nos estudos que têm por base as populações assistidas, a questão não se coloca (os indivíduos são pobres) ou é facilmente resolvida (os serviços têm informações pormenorizadas sobre quem é pobre), no caso deste estudo foi necessário prestar especial cuidado a este detalhe, precisamente por aqui se incluírem indivíduos fora do sistema de apoio social.

O limiar de pobreza definido para 2017 era de 5 610 euros por ano, por indivíduo. Em agregados familiares de apenas uma pessoa, foi este o valor considerado. Nos restantes casos, foi calculado o limiar usando a escala modificada da OCDE (usada pelo Eurostat e pelo INE para individualizar os rendimentos familiares), atribuindo-se o peso de 1 ao primeiro adulto; 0,5 aos restantes adultos (aqui entendidos como maiores de 14 anos) e 0,3 às crianças. É exatamente esta a fórmula de cálculo usada no ICOR, pelo que, desta maneira, se investe na coerência entre as duas análises realizadas.

Seguindo esta fórmula de cálculo, e tendo por referência o tipo de agregados prevaletentes no Perfil 1, enquanto num agregado de um adulto o limiar era de 5 610 euros, já num agregado de dois adultos (1,5) esse valor correspondia a 8 415 euros. Nos restantes casos, o processo de cálculo foi mais complexo, pois os agregados, na maior parte das quotas definidas, podem não incluir crianças, sendo também problemático o facto de as crianças serem subconsideradas para efeitos desta definição estatística de pobreza¹⁶. O limiar de um agregado de duas pessoas, por exemplo, é menor quando a segunda é uma criança (7 293 euros), ficando particularmente reduzido quando inclui duas ou mais crianças. Sublinhe-se que as entrevistas foram realizadas entre Abril e Dezembro de 2019, embora o limiar disponibilizado nessa altura

¹⁶ De notar que foi adotada a definição da Convenção dos Direitos das Crianças da ONU (também usada pelo INE e pelo Eurostat) para os perfis e quotas, onde se considera criança qualquer indivíduo até aos 17 anos de idade. Para efeitos de cálculo do limiar, foi tido como referência o critério estabelecido na escala modificada da OCDE, em que crianças são os indivíduos até aos 14 anos.

pelo INE fosse o relativo a 2017. Esta diferença de cerca de um ano colocou algumas dificuldades à equipa.

A questão do cálculo dos rendimentos é particularmente crítica no caso do Perfil 4, onde se encontram pessoas que, estando a trabalhar, se encontram ainda assim em situação de pobreza. Repare-se que de 2017 para 2019 o salário mínimo nacional (SMN) subiu de 535 para 600 euros, representando um acréscimo de 780 euros anuais relativamente aos 5 610 euros de valor de base para o cálculo do limiar da pobreza – esta discrepância poderá ser tanto mais relevante quanto maior for o agregado familiar (visto que o peso de cada criança no cálculo do limiar é de apenas 0,3). Por exemplo: casal com um filho e com SMN e 450 euros – rendimento anual de 12 600; o limiar de 2017 para este caso seria de 10 098 euros. Neste caso, acomodou-se este acréscimo salarial nos critérios de seleção dos entrevistados.

2. Procedimentos de construção e aferição do guião

Analisadas as questões relativas ao grupo de pessoas a entrevistar, a dificuldade mais relevante que se desenhou em seguida prendeu-se com o guião. A conceção e construção do guião de entrevista respondem a uma etapa fundamental para a concretização e desenvolvimento da fase intensiva.

Assim, optou-se por se construir um guião de entrevista de inspiração biográfica que, desenvolvendo-se em torno de um conjunto de dimensões agregadoras, permitiu explorar toda a diversidade de formas de viver em pobreza.

A escolha da realização de entrevistas semiestruturadas encontra fundamento no facto de estas se constituírem como um recurso metodológico especialmente adequado para indagar, compreender e interpretar trajetos de vida a partir dos discursos subjetivos dos atores sociais. Em regra presente nos estudos sociais alicerçados em abordagens de tipo qualitativo, a entrevista ocupa lugar de destaque quando se pretende conhecer a história de vida (Poirier *et al.*, 1995), também designada, talvez com maior pertinência, por narrativa de vida (Bertaux 1997)¹⁷. Tal coloca-se em oposição às abordagens positivistas, fundadas no princípio de que o social só pode ser devidamente conhecido por via da aplicação de instrumentos que permitam

¹⁷ Ainda que podendo ser entendidas como expressão sinónimas classificando situações semelhantes, é interessante convocar à discussão a distinção que Bertaux (1997, p. 6 e 32-34) estabelece entre «história de vida» e «narrativa (*récit*) de vida». No seu entender, a narrativa, aplicada ao discurso que um determinado indivíduo, interpelado por um investigador, produzida num dado contexto de pesquisa, é do ponto de vista metodológico mais rigorosa, pois caracteriza apenas parcelas, sempre subjetivas, do trajeto de vida de quem fala e não a sua história de vida, no sentido mais geral.

capturar informação de tipo quantitativo, pretensamente objetivo, produzida por inquiridos por questionário. No caso concreto deste estudo, como ficou bem evidente pela sua centralidade metodológica, a opção pela entrevista exprime o reconhecimento das suas faculdades para aceder a conhecimento devidamente explicado dos aspetos mais reservados e pessoais da história (ou narrativa) de vida do entrevistado.

Em termos metodológicos, a história de vida conecta com a memória, seja individual, seja coletiva, procurando, na feliz formulação de Poirier *et al.* (1995, p. 9-10) «fazer falar os “povos do silêncio” através dos seus representantes mais humildes: do pastor da região de Limoges ao emigrado, do operário fabril ao camponês bambara ou ao pastor *peul*». Ou seja, como sublinhou M. Ribeiro (1995), a entrevista assume uma função decisiva na inquirição das memórias de vida dos atores sociais¹⁸.

Aliás, desde há muito que as pesquisas com um forte pendor etnográfico têm demonstrado, nos mais variados contextos sociais (cf., entre outros, para o contexto português, Silva, 1998; Estanque, 2000; Ribeiro, 2010; Ribeiro *et al.*, 2007 e Clemente, 2011), a relevância da informação obtida para uma compreensão densa de uma dada realidade social e dos atores que a compõem, podendo proporcionar resultados mais densos do que outras técnicas de investigação, como sublinha Zonabend (1989) na sua argumentação em prol das vantagens das metodologias qualitativas.

Mas é, porventura, em Bourdieu (2008 [1999a]), considerando que o nosso estudo é sobre pobreza e exclusão, que encontramos os melhores argumentos em defesa da entrevista como recurso metodológico. Refletindo sobre as questões levantadas pelo relacionamento entre o investigador e o investigado, o sociólogo francês oferece-nos uma estratégia metodológica para a aplicação da entrevista em profundidade. Obedecendo a uma comunicação não violenta, na qual o entrevistador se deverá colocar em pensamento no lugar do entrevistado, sem censurar o seu ponto de vista, mas antes esforçando-se por compreendê-lo, mobilizando a empatia estabelecida¹⁹, esta estratégia permitirá aceder a

¹⁸ Como já foi demoradamente discutido por um de nós (Ribeiro, 2010), a mobilização da memória no processo de investigação é crucial para o conhecimento de um dado fenómeno. Por se ancorar nomeadamente à casa que se habita e ao lugar onde se trabalha, não existe memória sem espaço. A memória é condicionada pelo trajeto de vida do indivíduo, no qual o passado e o presente, o que foi e o que é enquanto dicotomia temporal estão muito evidentes nos discursos produzidos, organizando o processo de recordação (Candau, 1996, p. 39). Este processo é também feito de esquecimento, constituindo-se simultaneamente como oposição e complemento. Como argumenta Augé (1998, p. 7), sem o esquecimento, o indivíduo coloca-se em risco, pois a impossibilidade de esquecer (hipertrofia da memória) provoca danos psicológicos, mormente os decorrentes da recordação dos ressentimentos e dos traumas sofridos.

¹⁹ Seguindo Martinelli (2000, p. 53 ss.), Ribeiro (2010) argumenta que a empatia é um elemento essencial no estabelecimento de uma relação social significativa entre o investigador e o ator social entrevistado.

uma compreensão genérica e genética do que ele [o observado] é, fundada no domínio (teórico ou prático) das condições sociais das quais ele é o produto: domínio das condições de existência e dos mecanismos sociais cujos efeitos são exercidos sobre o conjunto da categoria da qual eles fazem parte (as dos estudantes, dos operários, dos magistrados, etc.) e domínio dos condicionamentos inseparavelmente psíquicos e sociais associados à sua posição e à sua trajetória particulares no espaço social (Bourdieu, 2008 [1993a], p. 700).

Numa situação ideal de investigação, a aplicação da entrevista deve ser antecedida de um conhecimento detalhado e rigoroso do contexto social onde os atores vivem. Implicando visitas e mesmo estadias prolongadas do investigador, tal permite a sua inserção no meio onde a pessoa entrevistada vive, estabelecendo com esta e com aqueles que lhe são próximos relações de empatia, segundo o modo como ela foi acima definida.

No nosso caso, os estudos anteriores sobre a pobreza, alguns dos quais realizados pelos membros da equipa, a experiência de trabalho com a pobreza dos investigadores envolvidos, as entrevistas exploratórias e a parte quantitativa deste trabalho permitiram fornecer as dimensões contextuais necessárias. Acresce que a forma como o contacto com os entrevistados foi realizado permitiu forjar alguma relação de confiança.

Como qualquer outro recurso metodológico, a aplicação da entrevista, bem como a sua análise, reclama um certo distanciamento crítico, a cumprir-se numa relação tensa com os efeitos decorrentes da empatia que se pretende estabelecer com a pessoa entrevistada. Deste modo, a análise do discurso do entrevistado é defendida da manipulação que este pode fazer dos elementos da sua vida escrutinados durante o ato conversacional (cf. Poirier *et al.*, 1995).

A elaboração do guião foi um processo que ocupou a equipa de investigação durante vários meses, com diálogos cruzados entre os seus membros e diversas reuniões. Após 11 versões e a aplicação das entrevistas de aferição, o guião ficou finalmente definido. O tipo de estrutura escolhido foi pensado para permitir uma certa flexibilidade durante a aplicação da entrevista, decisiva quando se pretende captar e compreender aspetos muito particulares da vida dos indivíduos, não raro nem imaginados pelos investigadores, cujas vidas, em boa medida,

Como conceito, o termo empatia é originário da Grécia Clássica, onde ter empatia – *empathia* (Empáthos) – significava deixar-se afetar, comover ou apaixonar, implicando, por isso, uma identificação emocional com um outro indivíduo. Etimologicamente relacionada com o *páthos* (Paíthos) – estado de alma inquieto –, a empatia detinha para os gregos clássicos, tal como para nós, um sentido mais poderoso do que a simpatia. No século XIX, os alemães reintroduziram o conceito no pensamento ocidental: a *Empfindung*, traduzida pelos ingleses por *empathy* e que deu origem à palavra francesa *empathie*. Abraçada pelo Romantismo Alemão, a empatia foi por este entendida como um meio para sentir o latejar do coração de um povo, logo algo mais intenso do que simplesmente assumir a sua «pele» (Martinelli, 2000, p. 72-76).

são bem distintas. Tal abordagem implica, seguindo Bourdieu (2008 [1993b]), procurar ir para além das evidências mais evidentes, vinculando os investigadores a um esforço de identificação e de compreensão da forma como as estruturas económicas, sociais e políticas afetam a vida destes indivíduos.

A definição concreta das dimensões constituintes do guião resultou de uma leitura cruzada que teve em linha de conta:

- i) os resultados da Probit e, sobretudo, da ACM e o tipo de variáveis que se revelaram pertinentes para a definição dos perfis (tal como explicitado anteriormente);
- ii) a literatura existente sobre a pobreza (designadamente a que tem um maior foco qualitativo: Amaro & Branco, 2010; Capucha, 2005; Carmo *et al.*, 2010; Castro & Guerra *et al.*, 2010; Costa *et al.*, 2008; Diogo, 2007; Diogo, Castro & Perista, 2015);
- iii) a própria experiência e sensibilidade dos investigadores da equipa de investigação com trabalhos anteriores de realização de entrevistas desta natureza;
- iv) o recurso à consulta dos guiões utilizados noutros estudos sobre a pobreza em Portugal (em especial usando: Garcia *et al.*, 2000; Branco, 2001; Castro *et al.*, 2002; Diogo, 2007; Castro & Guerra *et al.*, 2010; Bruto da Costa *et al.*, 2008).

Como resultado deste cruzamento, o guião foi construído em torno de nove dimensões de exploração analítica a que acresce mais uma de caracterização geral do entrevistado, respetivo agregado familiar e progenitores. Tendo em conta a orientação biográfica das entrevistas, as dimensões consideradas foram:

1. Enquadramento familiar na infância;
2. Relação com o sistema educativo;
3. Transições para a vida adulta;
4. Relação com o mundo do trabalho;
5. Auto-perceção do percurso, comparação da vida presente com a passada;
6. Redes de apoio social não institucional e território;
7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção social;
8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza;
9. Perspetivas face ao futuro;
10. Caracterização da pessoa entrevistada e do seu agregado familiar;

O elemento aglutinador destas áreas temáticas é, pois, a história de vida enquanto instrumento de recolha de informação fundamental, organizada numa lógica cronológica, a partir da qual se procurou detetar eventos estruturadores da situação de pobreza em cada indivíduo entrevistado. Pressupôs-se que a identificação dos eventos estruturadores apoia a orientação da entrevista para um registo mais narrativo, nas suas dimensões biográficas referentes à exploração das diferentes trajetórias, mas também nas suas dimensões subjetivas, que remetem para as questões das perceções e reflexões. Nesta esteira, o guião contemplou espaço para que, em cada entrevista, se pudesse identificar outros domínios e acontecimentos cruciais e críticos que decorram das idiosincrasias da história de vida do próprio entrevistado. Em resultado dessa opção, foi possível captar a importância das temáticas da emigração, da doença e da morte, que tiveram um relevo nas narrativas contrastante com a sua omissão nas perguntas colocadas.

Seguiu-se uma fase de pré-teste, em que o guião foi utilizado na realização de quatro entrevistas (uma por perfil identificado na ACM). Em resultado deste procedimento, foi gerado novo debate em torno do instrumento de recolha e introduziram-se novas alterações (abaixo neste capítulo este aspeto é discutido com mais detalhe).

Nesta fase, foi ainda objeto de intenso debate entre a equipa de investigação a ordem segundo a qual deveriam ser introduzidas cada uma das dimensões temáticas no contexto da entrevista. Num primeiro momento, decidiu-se abandonar a lógica cronológica, que coloca em primeira linha as questões sobre a infância, por remeterem para aspetos potencialmente mais sensíveis e íntimos da vida dos entrevistados cujo desenvolvimento poderia beneficiar caso a dimensão fosse introduzida num momento mais avançado da entrevista, em que alguma distância já tivesse sido quebrada.

As entrevistas de aferição (pré-teste) foram aplicadas no período de 4 a 18 de Fevereiro de 2019 a quatro indivíduos pertencentes aos quatro perfis identificados na análise quantitativa (cf. quadro seguinte). As entrevistas foram gravadas com o recurso à função disponibilizada nos dispositivos móveis (telemóveis), uma opção preferível ao tradicional gravador, considerado mais intrusivo por poder ser visto como um objeto estranho pelos entrevistados. O seu uso foi antecedido de autorização por parte dos entrevistados, garantindo-se também que a gravação seria interrompida sempre que o pretendessem, por exemplo, quando desejassem garantir que um dado aspeto da sua vida não seria objeto de registo gravado, ainda que pudesse ser

transmitido oralmente ao investigador²⁰. Esta opção pela gravação através do telemóvel acabou por se traduzir numa orientação para o trabalho das entrevistadoras.

Quadro 1 – Síntese da aplicação das entrevistas de aferição

Entrevistado	Perfil	Duração	Data, Local e Contexto de Realização	Principais Ilações
1	Homem, trabalhador, pobre, empregado auferindo o SMN, casado, com dois filhos a coabitar (16 e 24), vive numa habitação arrendada em Évora	60 minutos	18/2/2019 Évora, sede da delegação de Évora da <i>European Anti Poverty Network</i> (EAPN)	(i) o entrevistado não é muito conversador, o que não permitiu uma recolha muito rica em termos de narrativa na primeira pessoa, tendo isso suscitado a necessidade de pensar a forma de tratamento de dados; (ii) a entrevista permitiu apurar o essencial da trajetória, possibilitando elaborar um esquema biográfico do entrevistado.
2	Homem, 75 anos, vive numa república sénior	50 minutos	7/2/2019 Lisboa, nas instalações da instituição que o apoia	(i) a entrevista deve explorar com especial cuidado o discurso do entrevistado, procurando ligar, de forma que faça sentido para este, os diversos aspetos da sua vida, como: o trabalho; a reforma; a habitação; a escola; a conjugalidade e a relação com os serviços públicos.
3	Homem, 47 anos, desempregado, vive no centro de Ponta Delgada	95 minutos	4/2/2019 Ponta Delgada, na residência do entrevistado	(i) as entrevistadoras devem estar sempre munidas de credenciais de identificação; (ii) flexibilidade na obtenção formal do consentimento informado; (iii) dúvidas em relação a quem deve fazer o primeiro contacto, se o entrevistador, se um mediador.
4	Homem, 52 anos, vive num bairro social e é inativo, vivendo de uma pequena pensão de invalidez	75 minutos	15/2/2019, Braga, sentados em bancos do jardim do bairro onde o entrevistado reside	(i) a entrevista deve começar sempre por uma secção de caracterização pessoal (idade; profissão; estado civil; habilitações; local de residência...) (ii) sempre que possível, a entrevista não deve ser realizada no primeiro contacto. É conveniente uma conversa preliminar/introdutória em dia anterior, de modo a preparar o entrevistado e estabelecer uma relação mínima de confiança com o entrevistador.

Apesar de se terem realizado nesta fase apenas quatro entrevistas, estas foram consideradas suficientes para a aferição da coerência e pertinência do guião por quatro investigadores diferentes, dois homens e duas mulheres. Ficou claro que a opção metodológica pela entrevista era a mais acertada para responder aos objetivos e questões a que o estudo procurou responder, sem prejuízo de se ter refletido e extraído as devidas inferências, com

²⁰ Este estudo seguiu com rigor os procedimentos condensados nos princípios de consentimento informado.

impacto na versão final do guião, das ilações compiladas no quadro acima, incluindo para a formação das entrevistadoras.

Destaca-se a importância das apreciações subjetivas dos principais acontecimentos que marcam o trajeto da sua vida e que concorrem para explicar a situação social em que presentemente se encontram. No que respeita aos entrevistadores, a experiência proporcionada pela aferição confirmou a importância da escuta ativa e flexível, permitindo o aparentemente livre fluir do diálogo, sem descartar a introdução de interpelações e pedidos de esclarecimentos às afirmações do entrevistado, de modo a explorar todos os caminhos que pudessem contribuir para relevar momentos decisivos da sua vida, sobretudo quando relacionados com os fracassos e as dificuldades que permitem explicar a sua situação no presente. Esta escuta ativa e flexível deve, no estrito respeito pela proposta de Bourdieu (2008 [1993b]) acima mencionada, colocar-se em pensamento no lugar do entrevistado, escutar sem censurar – estar atento às contradições e afirmações aparentemente menos plausíveis, de modo que da análise da entrevista possa resultar um registo biográfico coerente e rico em detalhes subjetivos, permitindo compreender o modo como a pessoa entrevistada olha para os factos e momentos marcantes da sua vida.

Após a realização do pré-teste, a equipa decidiu regressar à lógica da cronologia, por considerar que seria mais estruturador do pensamento e narrativa dos entrevistados. Foi, todavia, consensual que, tratando-se de uma entrevista de orientação biográfica de natureza semiestruturada, o questionamento poderia fluir de acordo com a lógica discursiva do entrevistado, mesmo que em detrimento da ordem prevista para os diferentes blocos temáticos.

Neste sentido, o guião é também suficientemente flexível para ter sido adaptado em função do perfil de cada entrevistado, não se descurando, ao mesmo tempo, os limites que permitiram uma lógica de comparabilidade.

Tendo em conta o tamanho da equipa de investigação e a circunstância de as entrevistas serem realizadas por entrevistadoras contratadas, considerou-se fundamental tornar o guião o mais robusto possível do ponto de vista das indicações para a forma de aplicação e de explicitação das ideias, bem como dos significados que veicula. Assim, para cada uma das dimensões foi escrito um texto introdutório explicativo do seu significado, propósito e pertinência²¹.

²¹ Cf. em anexo, o guião com os respetivos textos, e mais detalhe sobre a sua estrutura infra texto.

Em suma, com o instrumento de recolha construído, a equipa de investigação esperou conseguir captar e compreender melhor a diversidade de estratégias que os atores mobilizam para lidar com a sua situação de pobreza, bem como a forma como se auto-percecionam.

Pretendeu-se, também, dado o regime subprotetor que tem caracterizado o Estado-Providência em Portugal (Santos, 1993; Silva, 2001), verificar a plausibilidade do impacto das solidariedades familiares e das redes sociais locais nas estratégias de sobrevivência, algo que se traduziu no destaque dado aos sistemas formais e informais de proteção social. De resto, a própria definição de pobreza aconselhou a dar especial relevo a esta questão dado que, à partida, se pode esperar uma influência importante de redes e sistemas sociais de apoio na vida dos indivíduos.

Por fim, está em causa a identificação dos eventos que espoletaram a situação de pobreza. Considerando que entrevistámos apenas indivíduos pobres, não foi possível encontrar episódios de saída da pobreza.

Em todo o caso, e na linha da literatura disponível (por exemplo, Bréban, 1984; Bourdieu, 1986, 1993; Paugam, 1991, 2014; Gaulejac & Léonetti, 1994; Capucha, 2005; Diogo, 2007; Amaro & Branco, 2010; Castro & Guerra, 2010; Branco, 2015; Caleiras, 2015), esperávamos descobrir nos diferentes perfis alguma diversidade no que diz respeito a formas de viver e enfrentar a situação de pobreza, que não são alheias às trajetórias pessoais. Esta diversidade teve como fundamento diversos fatores como os agora apresentados de uma forma resumida: a relação com o Estado (mais reivindicativa, conformista ou ausente); a relação com o futuro (estratégias claras de investimento no futuro ou pensamento mágico); as redes de solidariedade (familiar e de vizinhança); as estratégias de relação com o trabalho (engajamento, desimplicação) e ainda o impacto do tempo de vida dos indivíduos. Este último fator é especialmente relevante no Perfil 1, dos Reformados, e no 2, dos Precários.

A equipa de investigação monitorizou de perto a aplicação do guião por parte das entrevistadoras de forma a garantir a qualidade das entrevistas. Neste sentido, foram rejeitadas cinco entrevistas por falta de qualidade ou por não cumprirem/excederem as quotas definidas.

Todos os atores que aceitaram colaborar foram devidamente informados sobre as condições da sua participação, tendo-lhes sido garantido o seu anonimato. Em concreto, tendo-se solicitado o seu consentimento pela forma considerada mais adequada à sua compreensão e contexto de inquirição, embora sempre com o documento de consentimento informado produzido pela equipa (em anexo) como guia e pano de fundo. O lugar e o momento da sua realização foram definidos de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Sendo de tipo semi-diretivo (ou semiestruturado), o guião de entrevista utilizado pela equipa foi construído

considerando que, entre outros aspetos, a sua aplicação deveria estimular a pessoa entrevistada a realizar um exercício de reflexão sobre as suas experiências de vida, procurando significados para os momentos mais relevantes. Ao mesmo tempo, deveria proporcionar ao investigador um conhecimento etnográfico dos efeitos produzidos nos indivíduos pelas situações de pobreza e exclusão que, longe de serem produzidas pelo acaso, são impostas pelos constrangimentos estruturais muito persistentes que se fazem sentir não apenas no indivíduo entrevistado, mas (com frequência) na sua família, atravessando gerações.

Importa ainda salientar que a situação de entrevista se realiza, muitas vezes, em cenários sociológicos bastante complexos e coletivos, nos quais se torna difícil garantir que o decurso da entrevista corresponda ao padrão puro do «diálogo a dois» (Diogo e Roque, 2002). Assim sendo, as entrevistas decorreram, em número significativo, total ou parcialmente na copresença de familiares, nomeadamente cônjuge e filho(a), neto(a), em alguns casos até com mais do que uma pessoa. As modalidades dessa copresença foram diversas, indo desde a presença silenciosa e vigilante ao aparecimento momentâneo de alguém, da circulação e brincadeira dos filhos ou netos no local (chegando a interferir com o gravador) até à participação ativa na própria entrevista – que poderá ir do apoio na evocação de acontecimentos e memórias até à situação de interlocutor privilegiado que acaba por responder às questões em lugar do entrevistado.

Enquanto emergência situada na própria dinâmica sociológica de quem está a ser entrevistado, o discurso daí decorrente deve ser visto menos como a expressão de atores individuais e mais como a expressão da comunidade onde vivem o seu dia-a-dia. Entende-se que esta marca heterogénea e coletiva da situação de entrevista não deve servir para que se rejeite a sua validade, mas antes para que se reconheça o seu carácter contextual, bem como a necessidade de serem analisados segundo os critérios de confiabilidade que devem orientar a pesquisa qualitativa (Flick, 2002; Galkel & Bauer, 2004). Neste sentido, é essencial desde logo uma reflexão crítica sobre uma certa ficção do indivíduo como uma entidade isolada das relações sociais da sociedade (Diogo & Roque, 2002; Beaud & Weber, 2007).

3. Seleção e formação das entrevistadoras

Um dos aspetos que contribui decisivamente para a qualidade dos dados recolhidos diz respeito ao trabalho das entrevistadoras, em especial quando se trata de uma abordagem qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas de orientação biográfica, que conferem ao

entrevistador uma significativa margem de liberdade, mas que exigem de si experiência e formação para que consiga gerir o contexto situacional de cada entrevista.

Este é um aspeto muitas vezes descurado e que, com facilidade, pode contribuir para uma menor qualidade dos resultados obtidos. Neste sentido, uma das primeiras preocupações da equipa do projeto foi definir um perfil para as entrevistadoras de forma a maximizar a qualidade que a sua ação encerra e a minimizar a possibilidade de se obterem dados menos ricos. Esta preocupação traduziu-se ainda num forte investimento na formação das entrevistadoras. Este ponto do livro pretende, pois, apresentar as ações desenvolvidas pela equipa do projeto para assegurar a maximização da qualidade das entrevistas.

Em relação ao perfil das entrevistadoras, procurou-se acima de tudo garantir que estes tinham experiência particularmente em três aspetos: em investigação na área das Ciências Sociais; na realização de entrevistas semiestruturadas e/ou histórias de vida, e ainda na análise qualitativa de dados. Complementarmente, foi também definida como dimensão importante a confiança dos membros da equipa no seu desempenho, tendo em atenção o seu conhecimento das competências dos candidatos.

Na confluência destas preocupações, foi definido o seguinte perfil preferencial de entrevistador: doutorandos com experiência em realizar e analisar entrevistas, recomendados pelos membros da equipa. Para o caso da zona de Lisboa, assumiu-se, desde logo, a possibilidade de usar a equipa de entrevistadores já ao serviço do Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS). Esta opção era especialmente frutuosa, dado o CESIS ser uma cooperativa de investigação, tendo os seus entrevistadores uma vasta experiência de investigação, em especial na realização de entrevistas semidiretivas e histórias de vida, pelo que a questão da confiança na qualidade do trabalho estava também garantida.

Na prática, não foi possível assegurar o perfil definido para todas as entrevistadoras, pelo que algumas das selecionadas tinham apenas uma pós-graduação ou eram estudantes de mestrado e não de doutoramento. Contudo, todos tiveram a possibilidade de realizar investigação (pelo menos ao nível do mestrado) e de desenvolver entrevistas e análise de conteúdo. Para além disso, todas as entrevistadoras escolhidas foram recomendadas pelos membros da equipa que, em regra, as orientaram ou orientam nas suas formações pós-graduadas, pelo que a confiança na sua capacidade para assegurar as tarefas estava também confirmada, dado existir informação objetiva sobre a qualidade do seu trabalho.

Foram assim recrutadas 15 entrevistadoras (5-10 entrevistas por entrevistador), das quais três eram doutoradas, sete eram mestres (alguns doutorandas) e as cinco restantes eram licenciadas, mas com pós-graduação ou a frequentar mestrado. A sua base de formação abrange

diversas áreas disciplinares das Ciências Sociais nomeadamente o Serviço Social, a Sociologia, a Educação Social e a Psicologia da Saúde. De relevar, como último aspeto do processo de seleção, que uma vez que as entrevistas tiveram lugar por todo o país, foram recrutadas entrevistadoras em Lisboa (incluindo Amadora, sede do CESIS), Serpa, Porto, Braga e Ponta Delgada.

O processo de formação teve dois momentos contratualizados com as entrevistadoras, um decorrido em Março de 2019 e outro em Setembro do mesmo ano.

O primeiro destes momentos teve como objetivo principal habilitar as entrevistadoras a realizar as entrevistas, tendo a formação em causa decorrido nas instalações do ISCTE-IUL, com a duração de um dia (9.30-18.00). Em termos práticos, nesta primeira formação destacamos:

- i) a apresentação do projeto, na medida em que foi considerado relevante que as entrevistadoras compreendessem o contexto que condicionou a elaboração das entrevistas e os objetivos para os quais estas iriam ser realizadas;
- ii) a apresentação dos resultados da ACM, em concreto dos perfis que estão na base das quotas;
- iii) a apresentação comentada do guião, pergunta a pergunta, com direito ao esclarecimento de dúvidas;
- iv) Dois momentos de encenação (*role playing*) que ocuparam boa parte do dia. Num primeiro, duas voluntárias realizaram parte da entrevista (como entrevistada e entrevistadora), sob o olhar do conjunto dos formandos e dos formadores. Num segundo, o conjunto das entrevistadoras foi dividido em grupos de três, assumindo o papel de entrevistado, entrevistadora e de observadora. Ambos os momentos tiveram espaços em plenário para a troca de dúvidas e de comentários sobre o guião.

O trabalho de encenação permitiu também fazer uma segunda aferição do guião (para além das entrevistas de teste já mencionadas), tendo sido incorporada uma sugestão das entrevistadoras.

No segundo momento de formação, habilitaram-se as entrevistadoras a construir outro produto que lhes foi pedido: em função de um esquema categorial construído e testado pela equipa, foi pedido às entrevistadoras que organizassem a informação das entrevistas, aplicando-lhe um primeiro tratamento de análise de conteúdo e, complementarmente, foi-lhes pedido que produzissem um esquema biográfico. Este trabalho foi completado e aprofundado pela equipa, tendo em vista a construção das conclusões do estudo, e serviu essencialmente para reduzir a carga de trabalho das investigadoras, considerando que esta atividade teve como

resultado, por um lado, uma primeira organização do estuendo manancial de informação obtida e, por outro, a produção de um instrumento cuja frequente consulta permitiu aos investigadores não perder de vista o contexto biográfico na análise de trechos e acontecimentos concretos.

Esta segunda ação de formação realizou-se também no ISCTE-IUL, com a mesma duração da anterior. Na sua primeira parte, durante o período da manhã, as entrevistadoras foram familiarizadas com o MAXQDA, aplicativo usado na análise das entrevistas. A segunda metade do dia de trabalho foi dividida em três partes. Na primeira, apresentou-se às entrevistadoras o sistema de categorias desenvolvido pela equipa; na segunda, trabalharam-se diversas entrevistas usando os conhecimentos adquiridos, inicialmente em grande grupo e, de seguida, em grupos de dois ou três, sempre sob a supervisão dos formadores (membros da equipa). Finalmente, na terceira parte, apresentou-se e trabalhou-se o esquema biográfico em plenário.

Em sequência do processo de seleção e formação das entrevistadoras, executou-se o processo de supervisão das entrevistas, realizado pela bolsista do projeto com o apoio do coordenador do projeto. Este processo consistiu numa verificação da qualidade das entrevistas, de forma a:

- i) assegurar que todas respeitavam o guião;
- ii) assegurar que continham informação necessária para permitir a análise de conteúdo;
- iii) monitorizar a observância das quotas;
- iv) atender às questões relativas à existência de entrevistados pertencentes a minorias étnicas, como referenciado no capítulo metodológico do livro *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*.

Como resultado do trabalho de supervisão, cinco entrevistas foram rejeitadas, quer por falta de qualidade das respostas, quer por não se enquadrarem nas quotas selecionadas (fazendo parte de quotas já esgotadas). Neste último caso, em diversas circunstâncias só após a entrevista foi possível concluir que um indivíduo não pertencia à quota para a qual foi entrevistado, dada a complexidade dos percursos sociais em análise e o rigor e a exigência das quotas.

4. O acesso e a recolha de dados

Quando a componente qualitativa visa recolher informação adicional à componente quantitativa, colocam-se desafios acrescidos em termos da seleção das pessoas a entrevistar.

Especialmente, como é o caso desta pesquisa, quando não é possível o acesso aos participantes na componente quantitativa (Morse & Niehaus, 2009). Se, num primeiro momento, abordámos a questão da construção das quotas em que os perfis se desdobraram, de seguida apresentaremos os procedimentos e dificuldades da passagem destas quotas aos indivíduos entrevistados.

Neste caso, e tal como inicialmente previsto, foi pedida a colaboração a um conjunto de entidades que se considerou terem acesso privilegiado a pessoas em situação de pobreza nos diferentes concelhos selecionados. Em geral, os contactos foram feitos em articulação com os membros da equipa de investigação, procurando potenciar o seu conhecimento de cada concelho e de forma a facilitar o acesso institucional às pessoas a entrevistar. O pedido formalizado incluiu uma descrição global do projeto, abordando com maior profundidade o perfil socioeconómico das pessoas a entrevistar, assim como os critérios éticos a observar na investigação, nomeadamente o consentimento informado e a garantia de confidencialidade e anonimato²². Esse pedido formal foi complementado com contactos adicionais (endereço de correio eletrónico e telefone), no sentido de esclarecer mais detalhes sobre as características das pessoas a entrevistar (em particular características sociodemográficas e formula de cálculo do limiar de pobreza) e os procedimentos éticos inerentes a este tipo de pesquisa, já anteriormente explicitados. No entanto, a estratégia de acesso inicialmente desenhada apresentou algumas dificuldades e limitações.

Um importante constrangimento, de natureza institucional, teve a ver com a aplicação do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) que entrou em vigor a 25 de Maio de 2018, obrigando à reorganização dos procedimentos adotados pelas entidades na gestão de dados pessoais. Estas mudanças, ainda novidade em 2019, parecem ter gerado alguma relutância na colaboração com atividades de investigação e uma atitude que sentimos traduzir-se no princípio de que na dúvida, se restringe o acesso e o apoio. Neste sentido, a equipa insistiu no facto de não se pretender o acesso a dados pessoais, mas antes um apoio na identificação e na facilitação do acesso a pessoas em situação de pobreza. Ou seja, a colaboração pedida era no sentido de encontrar pessoas correspondendo a um dos perfis (e quota concreta) de forma a que se lhes pudesse perguntar se estariam disponíveis para participar na investigação, dando uma entrevista na base de um consentimento informado. As entrevistas só avançariam se esse consentimento se concretizasse.

²² A ideia de anonimato pode ser vista de diferentes formas. O que se encontra aqui em causa é o anonimato externo, isto é, para com os leitores dos relatórios e textos científicos, e não o anonimato total, dado que este incluiria também o anonimato em relação à equipa de investigação, algo que neste tipo de situações é impossível de garantir.

Verificou-se ainda um outro tipo de dificuldade relacionada com o facto de se tratar de entidades a desenvolver programas e projetos que abrangem determinadas faixas de população em situação de pobreza, mas não a generalidade das pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza. O acesso através deste tipo de entidades foi relativamente eficaz no caso de pessoas pertencentes a agregados que beneficiem do RSI ou de outro tipo de prestações sociais do regime não contributivo, visto que este tipo de medidas exige uma série de requisitos contratuais que envolvem o acompanhamento institucional, tendo os técnicos das diversas entidades um conhecimento relativamente aprofundado dos indivíduos, da sua situação financeira e da composição do seu agregado familiar.

Assim sendo, acabou por estar relativamente facilitado o acesso a potenciais entrevistados relativamente ao Perfil 3 ou que, mesmo não constituindo a principal população-alvo deste tipo de programas, tenham um conjunto de situações associadas que os tornem elegíveis. Por contraponto, os indivíduos em situação de pobreza que não estão enquadrados por este tipo de entidades não são visíveis para este tipo de instituições e/ou estas têm um menor conhecimento sobre as características que foram constituindo as nossas quotas. Este tinha sido exatamente um dos problemas de acesso que tínhamos antecipado.

A superação deste desafio foi crucial quer porque as características dos perfis assim o exigiam quer porque permitiu analisar categorias de pessoas em situação de pobreza por regra mais afastados das análises realizadas anteriormente, dado o seu afastamento dos principais motores de recrutamento para estudos (para além de estatísticas) sobre a pobreza: as instituições de apoio social aqui mencionadas.

Por outro lado, importa considerar a forma como as dinâmicas de inclusão se expressam nos diferentes territórios. Esta questão foi particularmente crítica na seleção de potenciais entrevistados em concelhos onde, segundo o Referencial de Coesão Social, são mais notórios processos de exclusão pela marginalização, nos quais «a exclusão social não se limita à pobreza, ao desemprego, mas também à marginalização provocada pela fragilidade dos mecanismos formais ou informais de inclusão social» (IESE, 2015, p. 74). Aljustrel, Amadora, Lisboa e Porto são exemplos de concelhos que correspondem a esta tipologia de coesão social, em que a pobreza está ligada a processos de exclusão institucional sendo, por isso, nestes casos, menos eficaz uma estratégia de recrutamento de base institucional.

Também se registaram algumas dificuldades acrescidas em concelhos mais rurais e do interior, com menos população e recursos sociais, nomeadamente em encontrar mediadores que facilitassem o acesso aos entrevistados, considerando o menor número e variedade das instituições presentes no terreno. No caso de concelhos do Sul Interior Rural, por exemplo, foi

pedida a colaboração com um investigador de uma universidade da região, sendo relevante assinalar as dificuldades assinaladas pelo próprio ao efetuar contactos com vários interlocutores. Este processo de seleção deparou-se ainda com mudanças relevantes que tornavam o acesso particularmente difícil. A saber: o enfraquecimento das respostas sociais em alguns locais (associações quase sem atividade e funcionários); o facto de alguns funcionários e/ou dirigentes associativos terem mudado de concelho ou ficado, entretanto desempregados.

Por último, importa ainda referir os problemas colocados pelos receios de exposição e de estigmatização provocados pela entrevista, particularmente entre pessoas mais vulneráveis e/ou marginalizadas (Gaisbauer *et al.*, 2019, p. 6) e a vergonha que surge associada a esses receios. Como é sustentado por Walker *et al.* (2013), esta é uma dimensão comum da condição de pobreza, independentemente dos contextos culturais e políticos, e pode, de acordo com a sua argumentação, em linha com a abordagem das competências (*capabilities*) em Sen, ser considerada uma das medidas de pobreza absoluta (Walker, 2019). Por outro lado, especialmente no caso do desemprego e em zonas industriais onde a norma do trabalho é muito vincada e referenciada no modelo do «ganha-pão masculino» (Crompton, 1997), este estigma pode ser particularmente acentuado entre os homens e pode suscitar dificuldades para referenciar os constrangimentos relacionados com a quebra de rendimentos. Estes aspetos, como também o fenómeno de «pobreza envergonhada» que Castel (1995) assinala como podendo estar presente desde o «Antigo Regime», terão contribuído para dificultar quer o acesso aos potenciais entrevistados quer a recolha de narrativas mais substantivas, requerendo uma particular atenção durante o desenvolvimento do estudo.

Todas estas dificuldades exigiram o aprofundamento da reflexão sobre os problemas e desafios que se colocam no trabalho de campo (Burgess, 1997) e, em particular, nas pesquisas que combinam métodos quantitativos e qualitativos (Bryman, 2004; Morse & Niehaus, 2009). Reconhecendo que as escolhas metodológicas feitas são inovadoras – a análise a uma escala nacional e a importância de um critério geográfico – a equipa procurou resolver os problemas de acesso elencados e, ao mesmo tempo, garantir a qualidade dos dados recolhidos.

Em primeiro lugar, foi alargado o leque de entidades envolvidas, incluindo outro tipo de organizações que, embora não vocacionadas para a implementação de programas e projetos que abranjam populações em situação de pobreza, pudessem ter entre os seus associados e/ou utentes pessoas que correspondiam aos perfis identificados. Exemplos deste tipo de organizações foram as associações de pensionistas e as juntas de freguesias, no caso do Perfil 1; as associações de estudantes e os agentes educativos, para a quota 2.1 ou para outras envolvendo pessoas enquadradas em agregados que incluam crianças; ou as organizações

sindicais, para o Perfil 4. Como veremos mais adiante, a diversificação de mediadores de acesso teve resultados assinaláveis, em especial no caso das juntas de freguesia, das associações de desenvolvimento social e, em certa medida, das associações de base local e dos agentes educativos. Noutros casos, esse reajustamento da estratégia de acesso não teve resultados relevantes, tendo sido apresentadas as seguintes justificações por parte das entidades contactadas: ausência de informação relativa aos rendimentos dos associados (no caso de associações de reformados); ausência de informação sobre a dimensão dos agregados; dificuldades em encontrar, entre associados, pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza (no caso de sindicatos); vergonha em dar uma entrevista sobre este tema.

Foi também diversificado o tipo de abordagem junto aos entrevistados. Desde que as pessoas autorizassem a cedência de contacto telefónico para esse efeito, passou a ser a equipa (bolseira/entrevistadoras) a explicar de forma mais detalhada os objetivos e procedimentos do estudo. Assim sendo, elaborámos um folheto para apoiar o contacto com potenciais participantes no estudo (e até com as entidades intermediárias).

Foi ainda possível ter como estratégia o pagamento de uma compensação às pessoas entrevistadas. Esta assumiu a forma de um *ticket*, num valor unitário de 20 euros, utilizável nos supermercados em território nacional. Esta medida permitiu reconhecer o esforço e o tempo despendido, sem tornar a realização da entrevista num ato comercial, tendo contribuído para reduzir o nível de recusas em realizar a entrevista. Foi assim possível aumentar a adesão das entidades e, em especial, dos participantes, que, em vários casos, expressaram a utilidade imediata desse valor na sua gestão financeira diária, como, aliás, seria de esperar.

Por outro lado, foi diversificada a forma de acesso, sendo equacionada uma estratégia de «bola de neve» (Burguess, 1997; Tashakkory & Teddlie, 2003). Ao reconhecer que a seleção de entrevistados segue um padrão social num dado contexto – ou seja, envolve indivíduos e relações sociais entre indivíduos (Burguess, 1997) –, este tipo de metodologia tem sido indicado como sendo particularmente adequado em grupos marginalizados e renitentes em participar em atividades de pesquisa. Neste sentido, foi considerada a rede de contactos da equipa de investigação, incluindo entrevistadoras, ou, por exemplo, a rede de contactos das pessoas entrevistadas, no caso das entrevistas bem-sucedidas. A adoção desta estratégia metodológica obrigou a um reforço dos procedimentos de registo e monitorização dos critérios de seleção de pessoas a entrevistar, considerando-se não apenas as quotas e perfis anteriormente apresentados (com todo o rigor), mas também o contexto relacional ou institucional através do qual é garantido o acesso.

De forma a contornar estas dificuldades de acesso, alargou-se também a base territorial para a realização de entrevistas, passando-se a considerar concelhos com características similares aos inicialmente propostos. Este foi o caso dos concelhos do interior rural (norte e sul) e de um concelho intermédio (estava inicialmente previsto apenas Castelo de Paiva; juntou-se-lhe Celorico de Basto). Num outro caso, no sul litoral, considerando as dificuldades de acesso encontradas, foi selecionado um outro concelho considerado similar do ponto de vista socioterritorial e onde o acesso estaria mais facilitado – Mafra foi substituída por Caldas da Rainha.

Uma parte do afinamento da estratégia passou por aproveitar o contacto com mediadores de acesso para aferir se as quotas definidas estariam adequadas às características socio-territoriais do concelho e avaliar a sua exequibilidade no terreno. Procurámos perceber quais as perceções dos mediadores de acesso sobre as características sociodemográficas associadas à pobreza em determinado concelho e se haveria facilidade de acesso a pessoas correspondendo a esse perfil. Neste sentido, a lista previamente elaborada foi sendo reajustada no decorrer da recolha de dados, a partir da triangulação entre os critérios estabelecidos nesta lista e a informação recolhida junto aos mediadores de acesso e no trabalho no terreno, tendo em mente um equilíbrio entre critérios de representatividade e as possibilidades de acesso a entrevistados. De relevar que este procedimento teve impacto nas entrevistas a realizar nos concelhos, mas não na adequação das entrevistas às quotas e perfis, feita com todo o rigor.

Por fim, é de destacar o esforço de permanência no terreno, em particular nos concelhos do interior, onde o leque de entidades que podiam indicar entrevistados é menor. A bolsreira ao serviço deste projeto de investigação realizou duas deslocações ao terreno, onde procurou contactar no local, formal e informalmente, possíveis mediadores de acesso, tendo ainda feito saídas de campo, com vista à identificação de possíveis entrevistados. A organização das deslocações implicou um cuidadoso processo de preparação que passou pela intensificação do contacto prévio com entidades (por exemplo, câmaras municipais, núcleos distritais da EAPN) e agentes locais da rede de contactos da equipa de investigação (por exemplo, agentes educativos e de desenvolvimento local ou investigadores), de forma a permitir o agendamento de reuniões e a avaliar a viabilidade da realização das entrevistas. Nestas deslocações, a bolsreira contou com a colaboração de entrevistadoras que a acompanharam. Como acima referido, foram realizadas duas deslocações, ao Norte Interior Rural (Setembro) – Vila Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena, Boticas e Montalegre – e ao Sul Interior Rural (Outubro) – Ferreira do Alentejo, Aljustrel e Serpa. Os contactos realizados permitiram a realização de 14 entrevistas e a identificação dos mediadores de acesso, facilitando a realização das restantes em pouco tempo.

A diversificação da estratégia de acesso permitiu não só facilitar a realização de entrevistas como também evitar uma distorção da seleção de entrevistados em função do seu enquadramento em programas de alívio da pobreza, alargando a riqueza e qualidade das entrevistas em cada um dos perfis e das quotas previamente definidos. Foi possível, pois, evitar o acantonamento aos utentes dos apoios sociais e assegurar a diversidade interna e territorial dos perfis. No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição das entrevistas realizadas segundo o tipo de acesso. Distinguem-se seis tipos de acesso, ordenados segundo o seu peso na globalidade das entrevistas realizadas.

Quadro 2 – Entrevistas realizadas, por tipo de acesso

Tipo de Acesso	Subtipo	N.º de Entrevistas	
Provisão de Ação Social	SAS Autarquia	17	32
	IPSS	15	
Informal			20
Base Local	Junta de Freguesia	11	14
	Associação Recreativa ou de Moradores	3	
Associação Desenvolvimento Social			14
Associação de Reivindicação de Direitos	Sindicatos	2	5
	Associação pelo Direito à Habitação	3	
Agente educativo		2	2
Total			87

Em baixo, apresentamos dois exemplos de acesso em grande detalhe para, por um lado, identificar as dificuldades concretas que enfrentámos para chegar aos entrevistados e, por outro, relevar o meticoloso trabalho de angariação dos entrevistados, de forma a assegurar o respeito pelas quotas e a diversidade de fontes de acesso (e, em sequência, dos entrevistados).

Entidades de Provisão Social

O tipo de acesso mais utilizado refere-se a entidades com responsabilidades diretas na provisão de serviços de ação social, tais como as câmaras municipais, a partir dos seus serviços de ação social, e as instituições particulares de solidariedade social (IPSS).

Na maior parte dos casos, as pessoas indicadas eram beneficiárias de algum tipo de apoio social – na atualidade ou em algum momento da sua vida. Os apoios sociais incluíam: Complemento Solidário para Idosos (CSI) e cartão de apoio a medicamentos; RSI; subsídio social de desemprego; subsídio de desemprego; pensão de invalidez; apoios na área da habitação;

participação em formações e medidas de inserção profissional; acompanhamento de filho com deficiência. Noutros casos, menos frequentes, o laço não estava relacionado com este tipo de medidas. Em três dos casos, tratava-se de um vínculo de base laboral: Câmara Municipal das Caldas da Rainha; Associação Cristã de Reinserção e Apoio Social (ACRAS) e Kairós, Cooperativa de Incubação de Iniciativas de Economia Solidária. A ACRAS também mediou o acesso com vista à realização de uma entrevista com um frequentador de um centro comunitário (P1.4).

Através desta via, foi possível realizar um total de 32 entrevistas, a maior parte do Perfil 3 (13 entrevistas). As restantes foram relativas aos Perfis 1 e 4 (oito e sete entrevistas, respetivamente). Apenas quatro das entrevistas do Perfil 2 foram facilitadas por este tipo de entidades. No que concerne às dicotomias territoriais, importa salientar que a maior parte das entrevistas em causa se refere ao litoral urbano (15 no norte e 10 no sul).

Na maioria dos casos, o limiar da pobreza foi apurado pelas entidades que, pela sua responsabilidade na gestão de programas de assistência social, têm acesso a este tipo de dados. No entanto, verificaram-se algumas dificuldades relacionadas com um desajuste relativamente às quotas pedidas, que foram sendo corrigidas pela equipa nos contactos com os entrevistados.

Acesso Informal

Como referido anteriormente foi considerada a rede de contactos da equipa de investigação, incluindo entrevistadoras, bem como a própria rede de contactos das pessoas entrevistadas. Este tipo de acesso permitiu a realização de entrevistas em todos os perfis, sendo, no entanto, de assinalar que apenas duas entrevistas do Perfil 3 foram conseguidas desta forma. Por outro lado, no que diz respeito à sua distribuição, é notória a importância que teve este tipo de acesso para a concretização da recolha de dados no interior rural – sete entrevistas no sul e seis no norte – onde se verificou um maior investimento da equipa no trabalho de terreno na angariação dos entrevistados e onde os mediadores institucionais não abundavam.

Em momentos em que foi possível a realização de algum trabalho de campo para a angariação de entrevistados por parte da bolsreira, a sua presença no terreno permitiu um melhor apuramento das características sociais e territoriais dos concelhos, nomeadamente em termos demográficos, de estrutura de emprego, de especificidades culturais e de mecanismos de exclusão, o que foi tido em conta no trabalho de acesso a potenciais entrevistados.

Em muitos dos casos, os mediadores de acesso são pessoas cujo papel social nas comunidades locais permite conhecer, de forma informal, a situação socioeconómica concreta das famílias e, simultaneamente, serem encarados como interlocutores de legitimação da pesquisa junto a potenciais participantes. Um vereador camarário, sem pasta, que é

simultaneamente um comerciante local no sector do vestuário; uma subdiretora do agrupamento de escolas do concelho; uma doméstica indicada como sendo dinamizadora local numa aldeia isolada; um oficial da marinha reformado, com propriedades e alguns negócios de exploração florestal no concelho; um padre reformado, reconhecido dinamizador cultural e social do concelho; uma proprietária de uma mercearia que é membro de um grupo de cante alentejano e tem atividade comercial em várias freguesias do concelho; uma proprietária de um café-restaurante familiar onde a bolseira lanchou após a realização de uma entrevista. Tudo isto são exemplos de mediadores de acesso cujo critério de relevância assentou no seu papel nas suas comunidades. Um exemplo ilustrativo deste tipo de relevância pode ser encontrado numa entrevista (P2.3_Aljustrel, sexo feminino, 43 anos):

Entrevistadora: E como é que se desenrascou na altura? [referindo-se a um momento em que a entrevistada tinha vivido na rua, como sem-abrigo]

Entrevistada: A XXXX [mediadora de acesso] dava-me de comer. E ia ao ginásio fazer a minha higiene. Ao fim de dois dias, a XXXX virou-se para um primo e disse-lhe: «Empresta lá a casa, escusa de a senhora estar a viver no campo da bola». O senhor disse: «Está bem, eu empresto-lhe a casa». No outro dia lá fui, e a XXXX disse-me: «Vais falar com a Dra. XXXX, a ver se ela ajuda nalguma coisa.» Foi quando eu recebo o RSI, 180 euros.

Importa salientar também o potencial da pesquisa de terreno enquanto oportunidade de enriquecimento da caracterização do contexto onde se inserem as pessoas estudadas. Exemplo disso é o da entrevista realizada numa pequena aldeia de Vila Pouca de Aguiar (P4.2). Num concelho deprimido do ponto de vista económico e onde quem pode emigra, foram identificados focos de pobreza associados: encerramento de determinadas atividades económicas ou atividades de utilização intensiva de mão de obra barata (em particular no sector primário, mas também no secundário), e onde as grandes obras públicas permitiram a criação de emprego temporário e inseguro. Um dos casos indicados nas reuniões e entrevistas exploratórias realizadas foi a construção da Barragem de Parada de Monteiros, que estava na altura em *lay-off* devido a um acidente estrutural que tinha obrigado à paragem da obra²³. Assim sendo, tendo conhecimento de que haveria um trabalhador em *lay-off* que viveria nessa aldeia particularmente isolada, bolseira e entrevistadora decidiram ir fazer contactos no local. Era, de facto, uma aldeia muito isolada, com pouquíssimas pessoas na rua e uma população sobretudo

²³ <https://www.publico.pt/2019/06/06/economia/noticia/iberdrola-suspende-trabalhos-barragem-alto-tamega-1875624>

idosa. Só havia um estabelecimento comercial: uma esplanada improvisada num quintal com uma mesa de matraquilhos, onde foi possível encontrar um grupo de oito pessoas a conversar. O proprietário do café veio falar com as investigadoras e, tendo sido apresentado o folheto e os objetivos do estudo, explicou que havia alguém entre as pessoas presentes que poderia corresponder ao perfil pretendido. As entrevistadoras foram apresentadas ao grupo, foi-se conversando sobre a situação da aldeia, os impactos previsíveis das obras, explicou-se os objetivos do estudo e vários dos presentes referiram a sua situação. Um deles estava reformado por invalidez devido a um acidente de trabalho, com direito a indemnização e reforma, não correspondendo a uma situação de pobreza. O que veio a ser o entrevistado (P4.2) era de poucas palavras, mas, quando questionado pela bolsreira, assentiu que provavelmente estaria nessa situação e manifestou a sua disponibilidade, sem muitas reservas, para realizar a entrevista. A entrevista realizou-se no interior do café, com a presença da esposa. As anotações da entrevistadora na folha de registo são bem ilustrativas de uma aldeia isolada, social e demograficamente deprimida:

A esposa esteve presente durante a entrevista e fez poucas interrupções ou comentários. A filha do entrevistado é a mais nova moradora da aldeia. Ao encerrar a entrevista, voltámos para o café, onde eu e a XXXX [a bolsreira] conversámos bastante com os frequentadores. A aldeia é uma das mais remotas da região, fica na fronteira com Ribeira da Pena e a estrada para lá chegar é má. Ao fim da entrevista, voltei a sentar-me no café, junto de XXXX, quando conversámos bastante com os frequentadores. O dono do café deu um panorama sobre o isolamento da aldeia, disse que mesmo a barragem, que poderia trazer um pouco de turismo e novos moradores para região, está sendo construída em local acima da aldeia, ou seja, o movimento que trará para a região não afetará a aldeia. Depois, ele e a mulher passaram a discutir quantos moradores lá habitam. Momentos antes, disseram que ninguém nasce, quem lá está morre de velho ou emigra. A esposa dizia que havia 40 moradores, mas o marido, dono do bar, desconfiava, achava ser muita gente. Resolveu então contar nos dedos, nomeando um a um, e chegou a 33. Após concordância com o número de moradores, a esposa lembrou que naquele ano haviam morrido sete.

Por fim, assinale-se a importância que teve a exploração da rede de contactos informais de membros da equipa do projeto. Em Serpa, a entrevistadora recorreu aos seus conhecimentos para chegar a freguesias menos centrais do concelho, tendo usado a sua rede de relações familiares e de amigos para realizar três das entrevistas. Em Ponta Delgada e em Lisboa, a bolsreira de investigação explorou a sua rede de contactos pessoais e de vizinhança, o que permitiu a realização de várias entrevistas (em todos os casos correspondendo às quotas definidas), incluindo a uma mulher que costuma fazer respigagem na sua zona de residência; a uma vizinha indicada por um pescador como sendo uma trabalhadora do sector da pesca (gameleira); a uma conhecida, amiga no *Facebook*, inicialmente contactada por ser educadora

social mas que, ao discutirem-se os critérios inerentes ao limiar de pobreza, chegou à conclusão de que os rendimentos do seu agregado eram inferiores, correspondendo ainda para mais a um perfil (desempregada, sem proteção social) de difícil acesso. No Porto, uma entrevistadora retomou um contacto de uma participante num estudo anterior, um inquérito sobre a situação habitacional em bairros do Porto. Todos estes casos são apenas alguns exemplos do trabalho de grande detalhe que foi preciso fazer, sobretudo para se chegar aos perfis mais invisíveis às instituições de apoio social.

5. Aferição da grelha de análise

Os pontos anteriores concentraram-se nas questões de desenho da amostra qualitativa e do guião, da formação das entrevistadoras e do acesso aos entrevistados. Depois de garantidas as entrevistas, a questão seguinte disse respeito aos procedimentos do seu tratamento. Assim, neste ponto é apresentada a grelha de codificação da análise de conteúdo. Esta grelha (cuja primeira versão podemos encontrar em anexo) foi um produto sempre provisório de um trabalho em constante progresso até ao momento de encerramento da análise.

Boa parte do trabalho realizado neste projeto respeita precisamente à progressiva adequação da grelha ao material recolhido, para que pudesse guiar a condensação dos discursos, tornando perceptíveis e inteligíveis as regularidades sociais e apoiando a elaboração das análises que constroem as nossas conclusões.

A partir da transcrição integral das entrevistas pelas equipas de entrevistadoras e o ajuste das diferentes categorias, mobilizou-se a análise de conteúdo como técnica privilegiada de interpretação dos discursos produzidos. A opção por esta técnica de análise dos dados dos discursivos encerra em si diferentes objetivos: descrição; inferência; interpretação e atribuição de sentidos às unidades de análise (Vala, 1999) – no nosso caso, às narrativas biográficas produzidas pelos sujeitos. Enquanto técnica passível de ser mobilizada em diferentes lógicas de investigação, compreende diferentes níveis adaptados aos diferentes objetivos da investigação em curso: descritivo; correlacional e causal (*idem*). No nosso caso, e seguindo Vala, damos particular atenção ao nível descritivo:

O investigador visa a descrição tão exaustiva quanto possível de um acontecimento, de um caso, de uma população, etc... (...) em muitos destes estudos, o investigador não dispõe de hipóteses de partida, reúne dados de forma controlada e sistemática que depois organiza e classifica. (...)

[A análise de conteúdo] poderá mostrar, por exemplo, a importância relativa atribuída pelos sujeitos a temas como a vida familiar, a vida económica, a vida profissional, a vida religiosa, etc... (Vala, 1999, p. 105).

Para efeitos de análise e organização das narrativas dos sujeitos, procedeu-se à transcrição integral das entrevistas, mobilizando-se posteriormente uma análise de conteúdo a partir de categorias emergentes do guião, às quais os excertos significativos relevantes da narrativa foram alocados. Neste processo de categorização, pretendeu-se garantir que os principais eventos, perceções e dados das narrativas não se perdiam e que eram coerentes com o discurso dos sujeitos. Como em qualquer processo de análise de conteúdo, procurámos que estas categorias fossem exaustivas, explicativas e exclusivas. Por último, a transcrição das entrevistas e o modo como os sujeitos construíram as suas narrativas revelou categorias não antecipadas no guião, tendo-se deixado, à partida, espaço para a sua inclusão. Assim, e depois da formação de um *corpus* de materiais, as categorias podem ser criadas *a posteriori* ou *a priori*, ou constituir uma combinação dos dois métodos (Vala, 1999).

No nosso caso, num primeiro momento, construiu-se uma grelha exaustiva de análise, composta por: objetivos da investigação e respetiva secção de análise; subtemas de análise; questões correspondentes do guião; categorias e subcategorias. A descrição da secção de análise foi acompanhada pelos principais objetivos de investigação, pretendendo dar resposta a questões concretas levantadas pelo estudo. De modo a operacionalizar esta secção e torná-la menos abrangente, a coluna seguinte da grelha organizou os subtemas, para especificar as diferentes camadas dessa secção e operacionalizar o tratamento de cada uma delas na análise dos discursos dos entrevistados. Essa operacionalização aconteceu também na associação das questões do guião às diferentes categorias, precisamente pela especificidade de cada uma dentro da respetiva secção temática.

No entanto, estando conscientes de que o discurso dos sujeitos não é necessariamente linear, observou-se que, ao longo da transcrição, os diferentes subtemas, por vezes, surgiram em momentos distintos do discurso. Finalmente, ainda de modo a proceder às análises finas das biografias dos sujeitos, as categorias organizaram-se em subcategorias, com o intuito de facilitar quer a leitura quer a codificação dos diferentes excertos significativos das biografias dos sujeitos.

Ao mesmo tempo, no processo de categorização de análise das entrevistas, procurou-se ainda a identificação de um conjunto de categorias transversais particularmente relevantes para a sua compreensão. Seguindo Delory-Momberger (2012), na análise do indivíduo como ser social, identificam-se categorias individuais ou institucionais e singulares ou coletivas, bem

como o sentido da sua intervenção na narrativa, como coadjuvantes, sentido positivo, quando ajudam o ego (são recursos) ou como obstaculizantes, sentido negativo, quando obstaculizam o ego. A relação entre individual e social é vista como singular, percebendo-se de que modo, na sua relação biográfica com o mundo histórico e social, essa experiência é constituída. A **temporalidade**, procura a identificação dos tempos representados no discurso, enquanto tempo de referência (o passado; o presente; o futuro), e aquilo a que se associa este tempo («antigamente é que era bom»; «tive uma infância feliz»; «quando era criança...»).

A postura específica da pesquisa biográfica é a de mostrar como a inscrição forçosamente singular da experiência individual em um tempo biográfico se situa na origem de uma percepção e de uma elaboração peculiar dos espaços da vida social (Delory-Momberger, 2012, p. 524).

A **biografização da experiência** parte deste reconhecimento da temporalidade, especificando-a nos seus aspetos biográficos ou de «escrita da vida» (idem). Estabelece-se assim uma relação entre agir e pensar articulados num tempo que organiza e constrói as experiências dos sujeitos. Ainda neste processo, importa atender aos lugares ou espaços onde decorre a narrativa do ego, como por exemplo, a casa dos pais, a casa própria, a rua, uma localidade ou a sala de uma associação. Do mesmo modo, e como sustenta ainda a autora,

A atividade biográfica não fica mais restrita apenas ao discurso, às formas orais ou escritas de um verbo realizado. Ela se reporta, em primeiro lugar, a uma atitude mental e comportamental, a uma forma de compreensão e estruturação da experiência e ação, exercendo-se de forma constante na relação do homem com sua vivência e com o mundo que o rodeia. A utilização dos termos biografia e biográfico para designar não a realidade fatural do vivido, e sim o campo das representações e de construções segundo as quais os seres humanos percebem sua existência, enfatiza até que ponto a compreensão da narrativa da experiência se apresenta como uma escrita, isto é, como modo de apreensão e de interpretação da vivência (...) (Delory-Momberger, 2012, p. 525).

Os acontecimentos estruturantes identificados nas entrevistas podem ser condensados e articulados com o que designamos como os três D da pobreza: Divórcio (ou outra rutura familiar); Doença (do ego ou de um familiar próximo, incluindo a existência de uma deficiência ou de momentos de depressão) e Desemprego (do ego ou de alguém no ADP, as pessoas com quem o ego vive), de forma a melhor compreender as grandes categorias que justificam a situação da pobreza²⁴.

A partir de uma primeira versão do guião, a equipa afinou as categorias e incluiu as emergentes a partir da análise das entrevistas recolhidas.

²⁴ A questão dos três D da pobreza está referenciada de uma forma sistematizada e aprofundada na conclusão do livro *A pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*.

Como sustentam Bogdan e Biklen, o processo de categorização e codificação percorre a leitura de dados, destacando-se repetições, palavras e frases completas que evidenciam as formas como os sujeitos pensam sobre determinados acontecimentos. Assim,

O desenvolvimento de um sistema de codificação envolve vários passos: percorre os seus dados na procura de regularidades e padrões bem como de tópicos presentes nos dados e, em seguida, escreve palavras e frases que representam estes mesmos tópicos. Estas palavras ou frases são categorias de codificação (Bogdan & Biklen, 2003, p. 221).

A partir do guião construído, é possível identificar as secções temáticas abaixo apresentadas de forma detalhada, que organizam a informação a partir de dois grandes princípios, já referenciados: uma narrativa da sua vida, procurando a equipa identificar eventuais momentos de rutura que justifiquem a situação de pobreza; e a reflexão sobre a sua situação de pobreza, procurando-se destacar a forma como se lida com esta. Estes dois grandes princípios intercalam-se e misturam-se nas secções concretas em que o guião se divide, dado que, como anteriormente referido, o grande motor que o organiza é a sequência cronológica típica da história de vida. Abaixo apresentamos as grandes categorias do guião e também as principais questões que as motivam, às quais estivemos particularmente atentos dado o seu potencial explicativo das situações de pobreza dos entrevistados. Vejamos, pois, as grandes categorias do guião e o que as motiva:

1. Enquadramento familiar na infância: esta secção pretendeu explorar a visão que a pessoa entrevistada tem sobre os seus primeiros anos de vida, a sua família de origem e aquilo que era o seu contexto de vida. Foi importante perceber que visões constroem dessa fase: passaram por dificuldades? Havia problemas? Eram felizes? A família era um suporte?

Identificam-se os seguintes subtemas: recordações e contextos da infância; eventos e situações potenciadoras da pobreza na infância.

Este ponto ajudou a perceber em que medida a pobreza é uma herança familiar e, em caso negativo, permitiu começar a compreender se existiu um evento estruturador que justifique a situação de pobreza em que a pessoa entrevistada se encontra.

2. Relação com o sistema educativo: esta secção explora como foi – ou é, no caso de estudantes, – construída a relação com a escola enquanto espaço de sociabilidade, de

aprendizagem e de «embate com a sociedade»; se a escola foi/é vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligada às aprendizagens formais) ou se foi/é, sobretudo, um lugar de estigmatização e confrontação ou ainda se foi/é, em alternativa, um lugar de convívio com os pares; exploram-se ainda as razões dessas imagens da vivência escolar. Finalmente, analisam-se os fatores de permanência ou de recusa da escola; as mudanças com a idade e as razões do abandono.

Identificam-se os seguintes subtemas: percurso escolar durante a infância/juventude; representações sobre a escola e abandono escolar; representações sobre escola e futuro; formação profissional.

A análise da relação de famílias em situação de pobreza com o sistema educativo é particularmente importante, atendendo-se sobretudo à prevalência de números elevados de insucesso escolar e de abandono que condicionam, frequentemente, as escolhas e trajetórias profissionais dos jovens.

A escola enquanto instituição estruturante da vida das crianças e enquanto promessa de mobilidade social é altamente posta em causa na análise deste tipo de biografias. O abandono precoce, seja por retenções, seja por desinteresse (situações previstas na grelha), adequa-se aos discursos dos sujeitos. Não obstante, como veremos na análise empírica, são apontadas outras razões para o abandono.

3. Transição Escola-Trabalho (se aplicável e adaptada ao perfil em análise): Esta secção pretendeu perceber se houve um trajeto direto entre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho (e até se houve uma relação de causa-efeito entre estas variáveis) ou se a transição foi mais sinuosa, intermitente e permeada por períodos de inatividade. Neste último caso, explorou-se também a forma de expressão da inatividade: tratou-se de não participar no mercado de trabalho formal, mas exercendo outras atividades informais?

Identificam-se os seguintes subtemas: processo de saída da escola; processo de saída de casa dos pais; modelos de conjugalidade; modelos de parentalidade.

As transições para o mercado de trabalho caracterizam-se, frequentemente, por percursos incertos, associados a baixas habilitações e pouca experiência profissional. Assim,

podem encontrar-se percursos diversos, em que, após a saída da escola, há ou entradas e saídas do mercado de trabalho ou uma entrada imediata.

4. Evento estruturador: relação com o mundo de trabalho, isto é, a análise da trajetória profissional/laboral. Esta secção pretendeu explorar qual tem sido o caminho da pessoa entrevistada no mercado de trabalho, mas também como se tem sentido nas suas experiências laborais. Por exemplo, se se sente recompensada e realizada; se consegue permanecer no mercado de forma estável e prolongada, etc; A secção pretendeu ainda identificar o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos.

Identificam-se os seguintes subtemas: emprego atual (para os empregados); satisfação com o emprego atual; vivências no mercado de trabalho e trajetória de desemprego; percursos no mercado de trabalho; para os reformados, as razões da sua reforma.

A prevalência e relevância das situações de pobreza entre a população empregada demonstram claramente que não é possível estabelecer qualquer relação direta entre trabalho e situações livres de pobreza. Ainda assim, a esfera laboral é evidentemente uma dimensão central a este respeito, sendo ainda crucial, em termos mais latos, para a inclusão social.

As estratégias de acesso ao mercado de trabalho podem ser variadas, tal como previsto na grelha de análise, indo desde conhecimentos pessoais a modos mais formais de procura.

Tratando-se de um evento estruturador, importou também conhecer a diversidade de percursos de entrada e saída do mercado de trabalho, bem como as razões que o motivam. Também estes se assumem como heterogêneos, sendo que o mesmo sujeito poderá ter passado, no seu percurso, por diferentes tipos e relações com o mercado de trabalho, como explicitado na grelha de análise. Se a biografia é um motor de todo o guião, a dimensão biográfica da relação com o mercado de trabalho é o seu cerne.

5. Auto-perceção do percurso (comparação da vida presente com a passada): Esta secção pretendeu explorar a visão geral que os sujeitos têm da sua vida e a avaliação que fazem do seu percurso, os seus pontos de destaque e os momentos críticos.

Identificam-se os seguintes subtemas: perceções sobre adequação de níveis de rendimento; avaliação subjetiva do percurso de vida até ao momento.

Tal como sustenta Paugam (2008) na sua análise das formas elementares de pobreza, há uma relação de interdependência entre a população designada como pobre e o resto da sociedade. Se, até aqui, o foco da entrevista tem estado na narração da história de vida e na identificação dos eventuais momentos de rutura que justificam a atual situação de pobreza, neste ponto está em causa a reflexividade sobre a pobreza e sobre a sua própria situação de pobreza. Neste sentido, há duas dimensões centrais a evidenciar no discurso, tal como também sustenta Paugam (2008): as representações sociais e as experiências vividas pelos sujeitos. No nosso estudo, interessou procurar uma articulação entre essa visão e o modo como cada sujeito é capaz de representar-se enquanto pobre, analisando os momentos decisivos nesse percurso.

Contudo, como observam Sousa e Matos (2006), a esmagadora maioria dos agregados analisados no seu estudo, à semelhança de uma investigação similar (Hespanha e Matos, 2000), vivem situações de risco social tão complexas que não permitem isolar um evento ou fator de risco. Pelo contrário, assumem a particularidade de combinar uma multiplicidade de problemas sociais. Nesse sentido, tornam-se facilmente dependentes de múltiplas ações de intervenção. Refira-se que estudos realizados sobre famílias multiproblemáticas demonstram que uma das suas desvantagens é a privação económica e cultural, a qual tende a amplificar todos os problemas e a reduzir a capacidade de resposta da família (Alarcão, 2000).

6. Redes de apoio não institucional e território: Esta secção subdivide-se em duas: redes de apoio não institucional, onde se tenta perceber qual a rede de apoio informal que a pessoa entrevistada considera ter e em que medida esta lhe dá a ajuda e segurança que considera necessitar, bem como quais os atores fundamentais que ajudam a sua sobrevivência (mãe/pai, outro/a familiar, amigo/a, técnica...) e que recursos se utilizam na relação com esses atores; e a avaliação dos territórios de habitação, onde se explora a relação entre o território habitacional e a condição de vida. Analisou-se nesta secção a forma como, eventualmente, o território produz exclusão e segregação, mas também redes informais de apoio. A vizinhança (o local onde vive) constitui-se como um recurso ou uma ameaça?

Identificam-se os seguintes subtemas: redes informais de apoio e vizinhança; avaliação subjetiva da habitação e do território de residência.

A família e as redes informais de apoio são identificadas na grelha tendo em vista perceber-se se foram centrais no apoio aos sujeitos em momentos que estes identifiquem como difíceis e em que estas tenham servido como recursos para a sua resolução. Assim, qualquer uma dessas relações pode ser marcada por tipos distintos, mais constantes ou menos, mais positivos ou menos, nos termos acima referenciados: como recursos (sentido positivo) ou como obstaculizantes (sentido negativo).

Este bloco também inclui a questão da percepção da qualidade do lugar onde se mora (associada frequentemente à presença de diferentes serviços, transportes, etc).

7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção: Nesta secção, explorou-se a forma como no passado e no presente a pessoa entrevistada se relaciona com os apoios públicos de proteção social e de que forma estes são recursos ou se constituem como formas rituais de humilhação.

Identificam-se os seguintes subtemas: relação com apoios estatais ao longo do percurso de vida; relação atual com apoios estatais e de outras instituições; impacto das prestações na fase atual do percurso de vida.

É comum associar-se a lógica de ajuda e de assistência a uma diminuição efetiva de situações de vulnerabilidade social. No entanto, como alertam diferentes autores (por exemplo, Crépin, 2006 e Sousa e Matos, 2006), alguns modelos chegam mesmo a aumentar o risco de desqualificação social. As responsabilidades entre o Estado e os atores convergem no Estado centralizado, onde a população beneficiária é definida por um limiar monetário e uma avaliação de risco de acordo com as necessidades ou *status* (desempregado, por exemplo). Assim, muitas instituições operam de acordo com padrões administrativos que nem sempre respondem às necessidades (Crépin, 2006). Finalmente, como observado no trabalho de Sousa e Matos (2006), a maioria dos agregados em situações de pobreza e/ou vulnerabilidade já estabeleceram contactos com pelo menos uma instituição, serviço ou técnico de ação social, continuando a maior parte a ser apoiadas por uma (ou várias) instituições. As autoras identificaram também agregados que nunca haviam sido apoiados, e outros em que o apoio havia existido, mas que já tinha, entretanto, cessado. Assinalam, ainda, a alta feminização da procura de apoio social. Esta realidade também se verificou nas relações informais de entreatajuda mantidas ao nível da sociedade-providência, onde a mulher tende a apresentar um grau de envolvimento muito superior ao dos indivíduos do género masculino (Nunes, 1995, p. 17). O caso de modelos de

assistência/ação social particularmente assistencialistas, como argumenta Rodrigues (2010), é particularmente paradoxal por se tratarem não apenas de mecanismos de controlo, mas também de manutenção de um *statu quo* em que não importa tanto a autonomização de quem recorre a este tipo de apoios/serviços. Como afirma o autor:

Se, por um lado, esperamos que os grupos sociais mais fragilizados tenham consciência da sua situação de excluídos (...), por outro, para serem bem-sucedidas, as políticas sociais contam com a capacidade destes grupos para rejeitarem o seu estatuto e posteriormente repensarem o seu futuro, construindo novos projetos (de vida) (Rodrigues, 2010, p. 196).

O recurso aos apoios, quer mais pontual quer mais sistemático, representa uma ajuda para fazer face a situações específicas dos agregados. Tal como previsto também na grelha, dependendo das realidades vividas, as experiências com os serviços podem assumir diferentes contornos.

8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza: Nesta secção, foi explorada a auto-perceção da pessoa entrevistada enquanto pobre, procurando ainda perceber-se como considera que o problema da pobreza poderia ser resolvido. Em particular, interessou perceber como a pessoa entrevistada se sente consigo e com a sua vida.

Identificam-se os seguintes subtemas: autoperceção da situação pessoal de pobreza e do agregado; identificação de situações de discriminação/exclusão social; identificação de medidas de política social no combate à pobreza.

Tal como sustentam Walker *et al.* (2013), existem indícios de que a vergonha experimentada como consequência da pobreza se dissemina por culturas diferentes (Narayanetal, 2000a e b). Em diferentes países, como, por exemplo, a Inglaterra, a pobreza é em si mesma estigmatizante, sendo as pessoas em situação de pobreza mais propensas a descrever as suas experiências quotidianas como «mundanas, limitadas, constrangidas, cheias de dificuldades» (Castelland &Thompson, 2007). Na Europa e na América do Norte, onde o sucesso social é cada vez mais julgado em termos de ganhos financeiros e de consumo, a pobreza é frequentemente experimentada como falha pessoal (Clasenetetal, 1998; Beresfordetal, 1999; Edinetal, 2000). Além disso, a vergonha relacionada com a pobreza é também claramente marcada pela variável género (de resto, à semelhança do apoio social, tal como acima referido) (Tangney & Dearing, 2002; Rodogno, 2012). As mulheres não só estão em maior risco de pobreza como também podem encontrar-se com mais frequência em locais onde estão expostas à

vergonha relacionada com a pobreza, seja devido ao orçamento doméstico, à criação de filhos ou à falta de higiene. Da mesma forma, os homens podem achar que a pobreza reduz sua capacidade de atender às normas de masculinidade socialmente construídas (Ruxton, 2002; Walker *et al.*, 2013, p. 217).

A vivência da pobreza e exclusão social assume, pois, diversas formas, desde uma vitimização e adoção de uma postura de vida mais passiva à luta por afirmações crescentes de cidadania (Rodrigues, 2010).

A secção anterior permitiu-nos intuir perspectivas diferenciadas no que se refere às percepções das pessoas entrevistadas de si mesmas como (não) pobres. Tais perspectivas diferenciadas são claramente assumidas quando as pessoas são diretamente confrontadas com a questão.

9. Perspetivas face ao futuro: Nesta secção, pretendeu-se compreender de que modo a pessoa entrevistada se projeta no futuro e que esperança deposita neste.

Identificam-se os seguintes subtemas: projeção de si no futuro; projeção do futuro dos filhos; sonhos e possibilidades de os concretizarem.

A experiência da pobreza enquanto experiência de fragilidade (negociada; assistência diferida; assistência instalada; assistência reivindicada; marginalidade conjugal; marginalidade organizada (Paugam, 2003)) é construída por instituições, através da estratificação social da segmentação, e por pessoas, de acordo com o significado dado à ajuda. A pobreza agrega três conjuntos: a fragilidade; a dependência; a quebra de vínculo social. Assim, os processos de desqualificação social identificam também os modos de repressão no mercado de trabalho e as experiências de assistência (Crépin, 2006, p. 101). Desta forma, face às experiências vividas, as pessoas poderão apresentar dificuldades na organização e projeção do futuro, em particular de um futuro autónomo dos serviços sociais e do apoio que tenham, entretanto, obtido.

No ponto seguinte, abordamos o material empírico que foi possível coletar sobre o perfil dos desempregados.

1. Enquadramento familiar na infância

Este grupo é composto por indivíduos de diferentes idades e com diferentes trajetórias no mundo do trabalho. São analisadas 22 entrevistas, de indivíduos dos sexos feminino e masculino, com idades compreendidas entre os 27 anos e os 67 anos. Iniciaremos a análise a partir do enquadramento familiar na infância. O perfil dos desempregados é bastante heterogêneo no que diz respeito à caracterização da infância e contempla memórias bastante polarizadas, entre as muito positivas e as muito traumáticas. É neste perfil que aparecem percursos de institucionalização de crianças, considerados problemáticos desde logo pelo estigma social imposto à pessoa institucionalizada, mesmo que esta reconheça aspetos positivos nesse processo. Como argumentam Colton *et al.*, 1997 (in Faria *et al.*, 2008, p. 3):

O estigma representa, na maior parte dos casos, uma dupla exclusão e vitimação – por um lado porque são vítimas de maus-tratos e, por outro, [porque] são vítimas da marginalização social – assim, o estigma parece ser o «preço» relativo ao uso dos serviços que uma instituição de acolhimento providencia.

As estruturas familiares das pessoas entrevistadas apresentam-se também de modo diverso, ainda que de uma maneira geral seja possível perceber que foram pouco apoiantes de percursos mais estruturados das crianças. Em alguns casos, por contraponto, a infância foi referenciada como um período feliz da sua vida, mais do que as infâncias atuais.

1.1. Recordações e contextos da infância

As recordações de infância, como dissemos, dividem-se entre recordações positivas e negativas. Parte destas últimas encontram-se nas narrativas que envolveram processos de institucionalização na infância.

Entrevistada: Sim. Eu e a mais velha ficámos num e as mais novas ficaram noutra. É que nem nos puseram juntas, isso é que ainda foi pior. [estruturas residenciais de acolhimento]

Entrevistadora: Mas assim, de maneira geral, quando pensa na sua infância, acha que foi uma infância feliz, ou houve momentos complicados?

Entrevistada: Sim...

Entrevistadora: Fazendo assim um balanço...

Entrevistada: Houve momentos bons, mas também houve momentos maus.

Entrevistadora: O que é que foi pior, XXXX?

Entrevistada: O que é que foi pior? Foi quando tiveram que nos tirar dos nossos pais. E irmos para o colégio. Uma altura, no Natal, uma assistente social disse-nos que íamos passar o Natal aos meus avós. Fomos as quatro para os meus avós. Passado para aí dois ou três dias, ela foi para nos ir buscar, nem no Natal nos queria deixar passar. Nós acabámos por fugir com a minha avó [risos]. Só que ainda foi pior. Ficámos um bocado revoltadas, porque disseram que nós íamos passar o Natal com eles e depois acabaram por não nos deixar ficar. Nunca entendemos o porquê até agora. (P3.3_Porto, sexo feminino, 37 anos)

Entrevistada: Eu nasci em XXXX. A minha infância não foi muito boa, meus pais eram pobres, vieram de uma família pobre. Minha mãe e meu pai tiveram cinco filhos. Meus dois irmãos mais velhos, um fez a 4.^a classe e foi logo trabalhar, o outro logo a seguir também deixou a escola para ir trabalhar. E nós, olha, eu e uma irmã, fomos para um colégio, um colégio interno, em XXXX, onde fomos estudar. A infância não foi muito [pausa]. (P3.3_Montalegre, sexo feminino, 43 anos)

Nestas histórias de institucionalização, uma narrativa em particular revelou uma infância bastante dura, sobretudo pelos relatos de histórias de violência sofridas em contexto institucional.

Para outros entrevistados, as situações de violência doméstica e alcoolismo (à semelhança do que acontece nos restantes perfis) moldaram as recordações negativas. Estas situações são relatadas pelos entrevistados com mágoa e como algo que prejudicou de modo muito vincado as suas vivências na infância.

Entrevistadora: Já me disse que a sua mãe era fria, que o seu pai tinha problemas com o álcool. Que recordações negativas é que guarda desse período, da sua infância?

Entrevistada: Não é assim negativo, eu acho que até...

Entrevistadora: Negativas, ou seja, que guarda alguma mágoa, alguma tristeza...

Entrevistada: Era só aquela questão de eles se darem mal, nós vivíamos aquilo... (P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

Entrevistada: Hum, são coisas que eu não gosto muito de falar, porque sou filha de pais separados e tenho um irmão direito e tenho duas irmãs. Uma da parte do pai e outra da parte da mãe. Portanto, do segundo casamento. E tive uma infância muito má. Tortura psicológica e maus-tratos físicos e etc. De maneira que eu não gosto muito de falar da minha infância. Posso dizer que nasci ao pé do mar, hum... numa família que vivia a minha avó na mesma casa, a minha avó, uma tia que estava separada e tinha um filho hum... isto que me lembro. Quando nasci, ela ainda era casada. Hum...o meu pai e o meu irmão e de resto havia os empregados. Não havia mais ninguém. Havia uma irmã que, entretanto, faleceu. (P3.1, Porto#2, sexo feminino, 34 anos)

De acordo com Dinis (2011), as famílias sobre as quais, por norma, se debruça a intervenção social e comunitária surgem como sistemas onde é frequente existirem problemas graves de longa duração, com sucessivos períodos de crise, num contexto de escassos recursos materiais e emocionais. Estas famílias, amplamente designadas de multiproblemáticas (ou multidesafiadas), vivem uma multiplicidade de problemas graves, que lhes colocam múltiplos desafios, aos quais elas tentam responder, mas sem sucesso dado o nível de saturação, grau de exaustão e falta de recursos materiais e emocionais em que se encontram (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007).

A estas narrativas, junta-se ainda a de uma entrevistada que, para além dos problemas familiares relatados, elenca ainda problemas de saúde:

Entrevistada: Para mim, foi muito complicado. Porquê? Porque o meu pai na altura era alcoólico e a minha mãe passava muito mal com ele ... que ele vinha de madrugada ... mandava tudo pela janela... nós fugámos. Foi muito complicado mesmo. E acho que foi o que mais me marcou mesmo na infância. De resto, não lembro assim de grande coisa porque eu sempre fui... ou seja, a minha mãe sempre me deu calmantes porque como eu tinha convulsões. Então há muita coisa que não me lembro... sei que estava na 4.^a classe e assim, fui a uma consulta e a médica ralhou muito com a minha mãe e proibiu-a de me dar os comprimidos. E só a partir daí, aí... aos 14 é que comecei a ter memórias mesmo porque eu não me lembro mesmo de mais nada. (P3.3_Lisboa, sexo feminino, 41 anos)

Para outros, a infância foi vista como algo que poderia ter sido melhor, embora os entrevistados acreditem, de algum modo, que hoje as crianças têm demasiados privilégios, assumindo uma visão relativamente resignada das dificuldades que tiveram. Aqui, as narrativas

tenderam, então, a revelar alguma pacificação com situações de maior dificuldade que tenham vivenciado.

Entrevistadora: E lembrando a sua infância, consegue avaliar se ela foi boa ou má?

Entrevistado: Poderia ser melhor. Mas, pronto. Foi o que foi.

Entrevistadora: Melhor em qual sentido? O que é que acha poderia ser melhor?

Entrevistado: Os tempos de agora são diferentes de antigamente, não é? Nós antigamente era... Era mais... Como é que hei de explicar o termo... Agora... Acho eu que no tempo de agora as crianças têm mais privilégios do que de antigamente. (P3.4_Guimarães sexo masculino, 42 anos)

Parte das recordações positivas passaram também pelas vivências da brincadeira com os amigos, numa infância que, para alguns entrevistados, era melhor do que a atual, nomeadamente por se poder brincar na rua. De resto, as lembranças dos amigos e as brincadeiras enquanto característica central das culturas da infância e da ludicidade estiveram bastante presentes nos seus discursos.

Entrevistadora: E da infância, aspetos positivos? Coisas que recorda com saudade?

Entrevistada: As brincadeiras... os miúdos hoje não sabem brincar... sei lá... jogávamos à macaca, hoje não se vê ninguém a jogar à macaca, os carrinhos de...

Entrevistadora: Brincava-se muito na rua?

Entrevistada: Sim, na rua e eu fugia à escola! [risos]. (P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

Entrevistadora: Consegue-me falar de alguma lembrança positiva que tem da sua infância?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: Algum ponto positivo?

Entrevistado: Acho que havia mais união, brincava mais cá fora, Era... É diferente do que é agora, não é? Uma pessoa era mais feliz por... No meu entender. (P3.4_Guimarães, sexo masculino, 42 anos)

Entrevistada: Sim, tive uma infância razoável, para os tempos que eram, porque já tenho 60 anos. Tenho 60... 64 mais. E pronto, naquela altura, dentro das limitações... Ao domingo, quando juntava-se a uma casa da amiga ao lado, uma vizinha, com que me dava bem, brincávamos juntas, aquelas brincadeiras de criança que não é as brincadeiras de hoje. Aos domingos, éramos capaz de ir para o monte lá perto, a brincar... Tive uma infância saudável. Meus pais, felizmente, nunca nos faltaram com nada. (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

Uma narrativa em particular, revelou histórias de emigração, com ausência da escola e um ambiente familiar instável.

Entrevistado: Eu gostava... quando era pequeno ... é ... eu gostava de trabalhar e ajudar minha mãe na horta e jogar à bola, sabe? Como toda criança hoje gosta, eu também gostava.

Entrevistador: E tem alguma memória de que o senhor não goste do tempo de infância?

Entrevistado: Do álcool, sabe? O meu pai também teve problemas. Eu não quero falar disso muito. Quero deixar em descanso. Mas por causa disso havia muita... Muita confusão quando era pequeno, lá em casa. Depois, comecei a sair com ele e também bebia muito. (P3.2_Montalegre, sexo masculino, 56 anos)

Para outros entrevistados, a infância foi genericamente uma etapa da vida feliz, mesmo que vivendo em situações de precariedade económica. Estas características do discurso, de resto, estão associadas a uma ideia de uma pobreza definida como «resignada».

Entrevistada: Eu felizmente tive uma infância boa. Dentro da situação precária económica, posso dizer que tive uma infância boa. O meu pai era um bocadinho um pai ausente, mas, no pouco tempo em que estava, eu conseguia... o pouco tempo que nos dedicava, conseguia ser um pai que nos ensinava muito, que nos transmitia muitos bons exemplos. Fui feliz. É evidente que se não vivêssemos em uma situação precária, porque éramos pobres, uma família de cinco irmãos, minha mãe infelizmente era uma pessoa muito, muito doente, teria sido melhor. Mas, fazendo a retrospectiva, dentro do ambiente daquela geração, fui feliz, não posso dizer o contrário. (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

Entrevistado: Antigamente as coisas eram muito boas que agora. (...).no sentido em que não havia nada dessas coisas de telemóveis, de *internet*, os brinquedos da gente eram uma coisa bem mais divertida, a gente brincava, a gente quando era [pequena], agora, hoje em dia não é, tem brinquedos e isso tudo. (P3.4_Ponta Delgada, sexo masculino, 33 anos)

Entrevistada: A minha infância foi muito bonita.

Entrevistadora: Foi boa?

Entrevistada: Sim. Foi, foi.

(...)

Entrevistada: Lembro a minha falecida avó, o meu falecido avô, uma prima que ainda está com nós hoje, que ainda fala com nós... Éramos felizes, brincávamos, pronto, às casinhas, arranjávamos coisinhas nos montes, pinhas, qualquer coisa prá gente brincar. Sei que a minha infância foi muito feliz. (P3.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 43 anos).

Como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, persistem histórias de trabalho infantil que, conseqüentemente, obrigaram ao abandono escolar por parte das crianças. Para lá das conseqüências expectáveis relativas ao trabalho das crianças e à ausência de escolarização, um dos efeitos visíveis deste abandono foi a redução significativa de relações de pares e de brincadeiras com outras crianças, elemento altamente valorizado em diferentes narrativas.

Entrevistado: Eu considero que não fui uma criança cem por cento feliz. Até porque naqueles tempos, no tempo em que me criei e até pelo meu pai, pela atitude do meu pai, uma pessoa muito rígida, muito dura com os filhos. Ou seja, nós, nas tarefas do campo e eu na altura miúdo, com seis, sete anos, aquilo que eu me lembro, há recordações que aos poucos se vai perdendo, as nossas memórias, mas tenho algumas recordações que o meu pai logo de manhã, pelas seis horas, obrigava-nos a gente a levantar cedo e a ir com ele para as terras e trabalhar com ele nos terrenos. E eu sou o mais novo de quatro irmãos, sou o mais novo. Era uma dificuldade de acompanhar os estudos, ao mesmo tempo estar com ele nas terras. Para ele, era mais importante trabalhar nas terras do que estudar e eu por vezes fugia ou saía do terreno. Isso aconteceu muitas vezes, portanto, tive

momentos que eu recordo de felicidade, mas também momentos de muito sofrimento, quis muito estudar e o meu pai não deixou. (P3.2_Ponta Delgada, sexo masculino, 51 anos)

Entrevistado: (...) Por isso eu fui trabalhar bastante cedo. Tive que largar a escola da mão, para mim ajudar o meu pai, porque o meu pai sozinho, era uma casa de gente para sustentar, rendas da casa e tudo, não era fácil.

(...) Eu não digo que foi má, má. Mas também boa não foi. Foi entre meio.

Entrevistadora: Porquê? Porque diz isso?

Entrevistado: Porquê!? Porque se os meus pais tivessem dinheiro, se fossem gente que teve dinheiro, a minha escolaridade... Porque eu tirei o 9.º ano foi agora na escola profissional, depois de adulto. Eu saí da escola com a minha 3.ª classe. Tive de sair cedo pela situação que já disse à senhora, para ajudar o meu pai. E pronto, a minha situação era essa, a nossa situação, naquele tempo, era essa. Tínhamos de deixar as escolas cedo, para ajudar os pais. Para ajudar...

(...)

Entrevistado: Eu sou o mais velho dos machos. (...) Lá então tive de me obrigar a trabalhar cedo. Eu, com os meus 12 anos, eu fui trabalhar. (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Tal como observa Sarmento (2002, p. 276):

A interação entre as crianças é, para além de uma condição fundamental do desenvolvimento de relações e de laços de sociabilidade – e, por isso, um dos mais importantes fatores da «educação oculta» das crianças – o espaço onde se estabelecem os valores e os sistemas simbólicos que configuram as culturas infantis (Corsaro, 1997). A afirmação, frequentemente colhida nos inquéritos às crianças em idade escolar, de que elas gostam de «ir à escola», mesmo quando não gostam de «ir às aulas», testemunha o sentimento de pertença a um grupo de pares, e a uma cultura geracional. De certo modo, pode afirmar-se que as gerações jovens transferem para o espaço das solidariedades grupais no espaço comunitário as vinculações que na fase inicial da modernidade se estabeleciam no interior do círculo doméstico ou da escola.

Numa outra narrativa, de um cidadão de um país de leste residente em Portugal (e com dificuldades de se expressar em português), o trabalho infantil fez também parte da sua história de vida.

Entrevistadora: E, ainda falando de quando era pequeno, de quando era miúdo, quando era criança, acha que tinha uma vida boa ou má, quando era criança?

Entrevistado: Não sabe.... Bocadinho estava má porque, sabe, senhora, não estava como agora, a luz não estava.

Entrevistadora: Não tinha luz...

Entrevistado: Depois, mas não sabe quando, depois de cinco classe já apareceu luz... estava a vida complicada. Assim como estava aqui no Portugal. Com cavalo, boi [risos] trabalhei como antigamente.

Entrevistadora: Com que idade é que começou a trabalhar?

Entrevistado: Depois de oito classes. Porque eu trabalhei... Porque eu trabalhei dia, à noite andou escola... (P3.2_Ferreira do Alentejo, sexo masculino, 67 anos)

Finalmente, existem ainda narrativas de pobreza extrema na infância, lembradas com bastante dificuldade para os entrevistados, sobretudo por terem conjugado essa privação com maus-tratos familiares.

Entrevistado: As recordações, desde pequenino, vivi muito mal, tratado lá na terra com o meu pai e a minha mãe, passei muito mal, não é? Andava descalço, nu, roto, muito tempo andei na escola. É má infância, tive que ir à missa descalço, se faltasse à missa levava porrada, se não rezasse o terço levava porrada, comi muito mal, se faltava à escola porrada levava. Tinha que levar sempre o pequeno-almoço, a sopinha ao meu pai e à minha mãe. Tinha que ir às castanhas antes de ir para a escola quando era pequenino, à azeitona, levar uns cestos de sumos que a gente tinha umas hortazinhas, também.

(...)

Uma vez faltei à escola, levei um castigo: um dia completamente em trono nu, atado onde atam os burros, todo nu.

Entrevistadora: A mãe dava-lhe esses castigos?

Entrevistado: A minha mãe é que me dava castigo, o meu pai, não, o meu pai só me enganava. Se eu faltasse à escola, vai para casa que a mãe não está lá, quando eu abria a porta, pumba... levava porrada da minha mãe.

Entrevistadora: Então... daquilo que está a contar, em termos da sua infância, foi uma infância onde passou fome, andava mal vestido...

Entrevistado: Mal vestido... nu! Todo roto! (P3.5_Amadora, sexo masculino, 58 anos)

Como podemos observar, neste perfil, as recordações da infância dificilmente encontram um meio termo. Para uma parte dos entrevistados, a infância correspondeu a um período feliz, com recordações positivas da família e das comunidades de origem, mas, para outros, as memórias foram particularmente violentas e duras, não apenas pela privação material que a maioria sofreu, mas pela existência de situações de pobreza extrema, de institucionalização, de maus-tratos às crianças e de alcoolismo de adultos (e, no caso de um dos entrevistados, de alcoolismo ainda enquanto criança). A realidade do trabalho infantil, que afeta o percurso de vida das crianças, em particular pelo abandono escolar, está presente, ainda que de modo menos expressivo do que nos restantes perfis. Neste caso, é importante o afastamento das crianças dos seus modos próprios de cultura, nomeadamente das designadas «culturas da infância» (Sarmiento, 2000) em que a ludicidade e a relação com pares assume uma importância particularmente relevante.

1.2. Eventos e situações potenciadoras de pobreza na infância

Os eventos e situações potenciadoras de pobreza permitem identificar diferentes acontecimentos na história de vida dos sujeitos que possam ter contribuído para (ou agravado) situações de pobreza na infância. Estes eventos não poderão, no entanto, ser lidos de modo fatalista. Há que ter em conta que nos diferentes relatos dos entrevistados é possível identificar situações que provêm já de uma pobreza persistente, enquanto noutros casos esses eventos poderão contribuir para percursos de pobreza oscilante ou episódica que, dependendo da gravidade, poderão ter diferentes impactos. Tal como definem Costa, Santos e Guerra (2017, pp. 17-18), a pobreza de *natureza persistente* corresponde a:

Trajetórias pessoais em que os indivíduos são incapazes de romper com os padrões de fraca qualificação escolar e profissional, privação económica e/ou desagregação familiar; nas trajetórias de natureza episódica, as pessoas confrontaram-se em determinada altura das suas vidas com um momento crítico que as colocou numa condição de necessidade e que as fez recorrer pela primeira vez a algum tipo de apoio social; e a de tipo oscilante, corresponde a situações ou incidentes críticos que inscrevem, pela sua gravidade, flutuações nas biografias individuais e que subjagam a vontade pessoal.

Nos casos identificados de institucionalização das crianças, os entrevistados viram a pobreza como o fator principal para essa tomada de decisão. De resto, a privação das famílias é, ainda hoje, um dos motivos centrais para a retirada de crianças a essas mesmas famílias por diferentes períodos de tempo, a par de outras situações como a negligência ou os maus-tratos.

Entrevistadora: Não me sabe dizer se eles recebiam algum apoio do Estado, nessa altura?

Entrevistada: Não sei.

Entrevistadora: Pronto, mas subsistiam só do rendimento do seu pai, não é? Neste caso...

Entrevistada: Sim. (P3.3_Porto, sexo feminino, 37 anos).

Noutros casos, a insuficiência de rendimentos associou-se também a problemas de saúde de pelo menos um dos progenitores e ao facto de existir apenas um provedor de rendimento na família, o que condicionava a vivência familiar.

Entrevistada: Não! O modo de vida era diferente! A minha mãe era inválida com o meu pai, mas sempre conseguiu gerir aquele dinheiro. Claro que não havia grandes fulestrias! Por exemplo, dez contos, na altura, valia, hoje, por exemplo, 250 euros. Era diferente... E eles sempre conseguiram, porque o meu pai, mesmo depois cá com a invalidez, sempre arranjou qualquer coisa para fazer, que ele não se dava muito parado... (P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

Entrevistada: Problemas com a justiça, não. Problemas de saúde, como a minha mãe, sim.

Entrevistadora: E isso afetava na questão financeira da família, ou mesmo na dinâmica familiar?

Entrevistada: Era mais na dinâmica familiar.

Entrevistadora: Afetava de que maneira?

Entrevistada: Ausência da minha mãe com internamentos, depois teriam de ser os mais velhos a efetuar as tarefas de casa, correndo às vezes até perigo e assim sucessivamente. (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

Na maioria dos casos, as famílias viviam fundamentalmente do trabalho e não contavam com apoios sociais formais, mesmo que esses rendimentos não permitissem uma vida desafogada ou sem dificuldades.

Entrevistadora: Na sua infância lembra-se de receber alguma ajuda de igreja, de alguma associação comunitária?

Entrevistado. Não, não.

Entrevistadora: Com o trabalho da sua mãe e do seu pai conseguiam ter uma vida...

Entrevistado: Conseguia viver.

Entrevistadora: Conseguia viver bem?

Entrevistado: Bem, não. Vivia-se vivendo. Bem, bem... Não é. (P3.4_Guimarães, sexo masculino, 42 anos)

Entrevistadora: E lembra-se se nessa época a sua família recebia algum tipo de ajuda de alguma instituição, alguma ajuda do Governo?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Não tinha nenhuma ajuda?

Entrevistada: Nenhuma ajuda. A luta deles, criavam os animais, vendiam, iam vivendo com o trabalho deles. (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

No entanto, em algumas das entrevistas, esta ausência de apoios formais às famílias era compensada pela existência de produtos agrícolas, cultivados pelos pais, que permitiam retirar da terra algum sustento.

Entrevistado: Não, não, graças a Deus, nesse sentido nunca tivemos apoio social ou mesmo qualquer tipo de apoio, até porque o meu pai sendo camponês, a gente tinha tudo de casa, ele próprio também fazia os seus negócios, ele tinha vários terrenos, cultivava as suas batatas...

Entrevistador: Para venda?

Entrevistado: Para venda. Ou seja, não era só para consumo, mas também para venda e era assim que nós vivíamos na altura. (P3.2_Ponta Delgada, sexo masculino, 51 anos)

Numa das entrevistas, foi possível identificar a atribuição de habitação camarária como apoio formal.

Entrevistado: Uns tempos... a data eu não sei, mas recebemos uma resposta que o Governo ajudou numa casa, a gente morava numa barraca. (...) Depois, a gente foi-se mudar cá para baixo, na mesma freguesia [aldeia], fomos cá para baixo.

Entrevistador: Com que idade te lembras de ter mudado de casa?

Entrevistado: Acho que eram 11 anos, eram 11 anos.

Entrevistador: Tinhas 11 anos quando mudaste de casa. Recordas-te muito bem dessa mudança, portanto. Até aos 11 anos, viveste com toda a tua família, como dizes, numa barraca?

Entrevistado: Sim

Entrevistador: O que é que é para ti uma barraca?

Entrevistado: Para dizer as verdades, eu preferia viver numa barraca que seja numa casa.

Entrevistador: Então porquê? Qual é a diferença?

Entrevistado: Eu era mais feliz numa barraca.

Entrevistador: Mas por que é que eras mais feliz numa barraca?

Entrevistado: É uma coisa que não sei explicar. (P3.4_Ponta Delgada, sexo masculino, 33 anos)

Numa outra narrativa, podemos identificar a atribuição do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) (atualmente, RSI) à mãe de uma das entrevistadas.

Entrevistada: A minha mãe, não senhora. Trabalhava nos campos.

Entrevistadora: Ok. Então era com a reforma do seu pai e mais a ajuda da sua avó que faziam as despesas de casa, é isso?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Pronto. Lembra-se de algum outro tipo de apoio? Sua família recebia algum tipo de apoio da comunidade, ou da Segurança Social, ou...

Entrevistada: Sim, a minha falecida mãe, depois, recebeu por muitos anos o rendimento mínimo. (P3.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 43 anos)

Entrevistado: De instituição, não, mas recebe o RSI, o rendimento só. O RSI servia para muita coisa: para comprar roupa ou para comprar o comer em casa, pagar a água, luz, servia para muita coisa. (P3.3_Amadora, sexo feminino, 27 anos)

O acesso a diferentes sistemas de apoio social assumiu particular importância para estas famílias, sobretudo quando outras redes formais e/ou informais não se encontravam disponíveis para fazer face às dificuldades quotidianas. Noutros relatos, identificaram-se os apoios alimentares.

Entrevistado: Sim, mas naquela altura havia não sei que instituição era, se era da igreja já, se o que era. Eu sei que na altura do Natal, davam-nos assim massa e arroz. Eu lembro-me disso assim. (P3.5_Caldas da Rainha, sexo masculino, 59 anos)

A perda de membros significativos das famílias foi também relatada, nomeadamente de progenitores ou de tios. Estas perdas tiveram um grande impacto, não apenas pelas questões diretamente relacionadas com o apoio financeiro, mas também pelas relações emocionais fortes que tinham com as crianças.

Entrevistadora: Como é que a morte da sua mãe afetou... estava a dizer que tinha essa irmã com dois anos na altura, como é que houve essa organização familiar a seguir.

Entrevistado: Não me recordo como é que os meus pais fizeram, não... como é que ele fez, não sei. Nem sei se foi o meu cunhado que estava na Alemanha que tratou do funeral, não sei como é que trataram disso...

Entrevistadora: Mas a sua irmã ficou depois com quem e o Sr. XXXX ficou com quem...

Entrevistado: Fiquei lá com o meu pai e mais a minha irmã mais nova.

Entrevistadora: E foi ele que passou a tratar de vocês?

Entrevistado: Até eu arranjar depois dinheiro para vir para Lisboa. Depois arranjei dinheiro que andei depois a fazer a 4.ª classe, consegui arranjar numa quinta, ia lá para as cestas, vindima, apanhar vides das videiras, consegui arranjar dinheiro, meti-me num comboio e vim até Lisboa. E depois cá fiquei eu e cá fiquei criado. Tinha uma avó que estava ali no XXXX, ainda fui até a casa dela. Depois tinha o meu irmão na XXXX, andei na casa dele até vir aqui até à XXXX. (P3.5_Amadora, sexo masculino, 58 anos).

Entrevistado: Foi logo. Aquilo era um tio... era um dos melhores tios que eu tinha. Tudo o que ele fazia...

(...)

Entrevistado: (...) Tudo o que ele fazia, ele convidava-me para mim ir e eu estava sempre pronto. Eu gostava muito dele. Eu gostava muito das coisas que ele fazia. Dos desportos

que ele tinha, também, que era a pesca e coisas assim, eu avançava sempre com ele. Aquilo que ele gostava, era aquilo que eu gostava também.

Entrevistadora: Ressentiu-se, então.

Entrevistado: Ressenti. (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Entrevistada: Sim. Foi quando a minha falecida avó, a mãe do meu pai, morreu.

Entrevistadora: Ok. Ela vivia convosco? Vivia próxima?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Vivia mesmo na vossa casa?

Entrevistada: Sim, sim, sim. Os meus pais estavam em casa dela.

Entrevistadora: Ah, ok. Os seus pais é que viviam com ela. E isso foi antes da vossa mudança para a nova casa?

Entrevistada: Sim. Foi antes.

Entrevistadora: Tinha quantos anos nessa altura?

Entrevistada: Tinha para aí seis, sete anos.

Entrevistadora: Como foi que lembra que isso afetou a família?

Entrevistada: Afetou porque ela era muito nossa amiga. Foi ela quem nos criou.

Entrevistadora: Ok. Mas era ela que financeiramente vos sustentava também?

Entrevistada: Sim, era. Era porque o meu pai era muito doente. (P3.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 43 anos)

A solidariedade intrafamiliar, ainda que com menor presença neste perfil, era uma realidade nas famílias com menores rendimentos, em particular na ajuda com as crianças. Numa entrevista já anteriormente mencionada, o entrevistado referiu-se ao seu consumo precoce de álcool como um evento negativo da sua infância. Foi a primeira vez nestas narrativas que o consumo de álcool na infância apareceu explicitamente referenciado enquanto fator negativo para as crianças.

Entrevistador: O senhor lembra-se de quando começou a beber?

Entrevistado: Ah, não sei. Acho que 11... 11 anos. Era muito novo, muito novo.

Entrevistador: Isso na altura nos Estados Unidos?

Entrevistado: Era. Foi logo muito novo, na altura não sabia que fazia mal. (P3.2_Montalegre, sexo masculino, 56 anos)

Foi possível encontrar diferentes situações e acontecimentos nas famílias que agravaram as suas situações de vida. Entre as questões de saúde, de perdas no seio familiar e de agravamento de situações financeiras, muitas famílias não usufruíram de nenhum apoio social para fazer face às dificuldades vividas. No entanto, comparativamente a outros perfis, em particular o dos precários, foi possível identificar uma presença maior de apoios sociais, nomeadamente o RMG/RSI, e de apoios alimentares ou à habitação, bem como uma menor dependência das relações de vizinhança para colmatar essas mesmas dificuldades. Ao mesmo tempo, estes eventos desafiadores parecem associar-se mais a situações de violência, alcoolismo e de instabilidades diversas do que a fatores relacionados diretamente com situações de privação, ainda que também estas persistam neste perfil, como veremos.

Entende-se assim que os percursos de pobreza na infância, bem como a identificação dos diferentes fatores que para esta contribuem, são fundamentais para entender as trajetórias dos indivíduos até à idade adulta. Os entrevistados deste perfil revelaram realidades familiares e vivências da infância bastante distintas, em alguns casos violentas e rodeadas de memórias negativas. A vivência da pobreza na infância tem múltiplos impactos quer no momento em que os sujeitos a experienciam enquanto crianças, quer nos modos como perspetivam e equacionam o seu futuro, nomeadamente na progressão escolar e na projeção do futuro. Há também recordações positivas relativamente nostálgicas de uma infância adjectivada como «melhor» do que a atual, ainda que tendo sido vivida com um conjunto de privações no seio familiar. Por outro lado, é possível ir notando na ausência de redes de apoio familiares e comunitárias eficazes tendo em vista o prosseguimento dos percursos escolares. Esta observação, aliás também visível nos restantes perfis, assumiu particular relevância, sobretudo se tivermos em conta a centralidade da escolarização na integração social. No entanto, neste perfil em particular, foi notória uma maior presença de apoios formais provindos de medidas de política social (RSI e subsídio de desemprego, por exemplo), e uma menor relevância das solidariedades intrafamiliares, ainda que também aqui presentes.

Como observa Ridge (2011) num estudo que procurou ouvir crianças sobre a pobreza, os relatos acerca dos efeitos económicos e materiais da pobreza centraram-se em três grandes áreas: a adequação do rendimento das famílias; um défice nos recursos materiais disponíveis; e a falta de indicadores decisivos (materiais e simbólicos) de inclusão na infância (por exemplo, acesso a determinados produtos de marca). Assim, as crianças que não têm dinheiro suficiente experimentam diferentes tensões familiares, sobretudo pela dificuldade de acesso a bens que consideram importantes. Entre estes bens, incluíam-se para algumas delas, tal como pudemos

observar também num relato em particular deste perfil, a dificuldade em aceder a comida, a roupa adequada e a outros bens essenciais do quotidiano.

Persistem aqui recordações de infância bastante diversas: de uma infância dura, com pobreza extrema e violência familiar; de uma infância feliz, apesar de dificuldades sentidas; e outras onde a institucionalização foi marcante para o percurso das crianças. A perda de membros significativos das famílias é uma constante em todos os perfis, revelando-se um aspeto importante na análise destas trajetórias, quer quanto à harmonia familiar, quer quanto aos rendimentos disponíveis. Uma das narrativas em concreto é particularmente violenta, relatando histórias de abusos e maus-tratos (nunca sancionados) dentro da instituição onde a entrevistada se inseriu, o que naturalmente teve um forte impacto na sua história de vida. Em qualquer um dos casos, é possível observar diferentes impactos destas situações, por exemplo, na continuidade do percurso escolar, cuja relevância é reconhecida pelos sujeitos, mesmo que o tenham interrompido precocemente. Aparecem ainda percursos de institucionalização de crianças, muito mais raros nos restantes perfis. Em contraponto, em algumas narrativas existe a perceção de que tiveram uma infância mais positiva do que a que se vive hoje. Ao mesmo tempo, é possível identificar o aparecimento de gravidezes precoces em três das narrativas apresentadas. Esta realidade implica, de resto, uma reflexão mais aprofundada sobre a maternidade precoce em contextos de exclusão onde, por norma, os percursos escolares são já constituídos por diversas dificuldades para as entrevistadas. Estas maternidades precoces acabam, assim, por precipitar o abandono escolar precoce (por exemplo, não finalizando a escolaridade até ao 12.º ano) e por condicionar o regresso, em adultos, a processos escolares e/ou formativos.

Como observámos consistentemente nos diferentes perfis, em particular nos relativos aos reformados e aos precários, a perda de membros do agregado familiar tem um impacto na dinâmica da pobreza, em particular quando a participação de membros do agregado no mercado de trabalho é diminuta. Assim, características individuais e familiares, como é o caso dos níveis de qualificação dos diferentes membros do agregado familiar, poderão influenciar a capacidade de mitigar eventos no mercado de trabalho que, por um lado, induzam transições para situações de pobreza e, por outro, aumentem a capacidade de resposta das famílias a choques económicos adversos (Alves, 2015).

2. Relação com o sistema educativo

Esta categoria pretende explorar como foi construída a relação com a escola enquanto espaço de sociabilidade, de aprendizagem e de embate com a sociedade. Procurou-se ainda compreender se a escola foi vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligado às aprendizagens formais); se foi, sobretudo, um lugar de estigma e confrontação; ou ainda se foi um lugar de convívio com os pares. Nesta secção do estudo, analisam-se as razões dessas imagens da vivência escolar, analisando-se também os fatores de permanência ou de recusa da escola. Estruturaram-se como temas centrais: o percurso escolar durante a infância/juventude; as representações sobre a escola; os percursos de abandono escolar e as representações sobre escola e o futuro.

Apresenta-se a tabela síntese dos eventos significativos relacionados com o percurso escolar deste grupo de entrevistados.

Quadro 3- Escolaridade dos entrevistados e eventos significativos na infância

Entrevista	Escolaridade/Frequência da Escola	Eventos significativos
P3.3_Porto	9.º ano completo	Institucionalização na infância, gravidez aos 17 anos. Com essa idade começa a trabalhar numa padaria.
P3.1_Porto#1	4.º ano. Abandona a escola para ir trabalhar, por falta de recursos económicos familiares.	Aos 11 anos, torna-se remateira numa fábrica de confeções
P3.4_Guimarães	Abandona a escola aos 14 anos e não termina o 4.º ano. Termina em adulto a escolaridade obrigatória, 12.º ano (curso de práticas administrativas).	Questões de saúde na infância que interferem no percurso escolar. Trabalho informal numa fábrica aos 14 anos.
P3.5_Guimarães#1	9.ºano	Trabalho informal num armazém aos 15 anos.
P3.3_Montalegre	12.º ano	Trabalho informal de cuidadora de uma senhora.

P3.5_Guimarães#2	6.º ano, abandono escolar aos 13 anos.	Emprego numa fábrica aos 13 anos.
P3.5_Porto	6.º ano	Casa de acolhimento aos 5 meses. Atraso de aprendizagem de 50 %. Percurso de institucionalização, com abusos sexuais de outros residentes.
P3.1_Porto#2	Termina 9.º ano e abandona escola (18 anos).	Abandono da mãe, aos 6 anos. Aos 18 anos, trabalha numa papelaria, após abandonar a escola.
P3.2_Montalegre	Abandona percurso escolar aos 16 anos. Aos 14, entra num curso de padeiro. Analfabeto.	Família emigrada nos EUA. Aos 16 anos, começa a trabalhar como padeiro. Violência familiar e alcoolismo.
P3.3_Lisboa	Estudou até ao 5.º ano e abandonou. Retoma mais tarde e, aos 31 anos, termina o 12.º ano. Faz curso de técnico comercial (<i>Marketing</i>).	Aos 16 anos, começa a trabalhar numa pastelaria.
P3.2_Ponta Delgada	9.º ano	Ingresso no mercado de trabalho.
P3.4_Ponta Delgada	6.º ano	Ingresso no mercado de trabalho.
P3.2_Vila Franca do Campo	9.º ano	Aos 12 anos, começa a trabalhar como servente na construção civil.
P3.3_Celorico de Basto	Termina 4.ª classe.	Trabalha como doméstica interna.
P3.4_Caldas da Rainha	Aos 24 anos, sai da escola com o 11.º ano. Aos 28 anos, conclui o 12.º ano através das Novas Oportunidades.	Aos 17 anos, ingressa no mercado de trabalho, trabalhando numa fábrica.
P3.5_Caldas da Rainha	Aos 13 anos, sai da escola com 6.º ano. Aos 54 anos, conclui o 9.º ano através do programa RVCC.	Aos 14 anos, trabalha como servente de pedreiro.
P3.5_Amadora	Aos 12 anos, abandona a escola com 4º ano.	Contexto de pobreza, maus-tratos e morte da mãe aos 13 anos. Aos 14 anos, começa a trabalhar em diferentes serviços.
P3.3_Amadora	9.º ano e curso de pastelaria	Aos 16 anos, falecimento de avós. Aos 17 anos, maternidade precoce.
P3.2_Porto	9.º ano	Abandona antes de terminar secundário.

P3.2_Ferreira do Alentejo	1.º ano, com abandono escolar. Curso de mecânico de ferro em adulto.	Abandono para trabalho agrícola e fabril. Dos 17 aos 19 anos, faz tropa na União Soviética.
P3.1_Ponta Delgada	4.º ano de escolaridade	
P3.1_Lisboa	12.º ano completo	

2.1. Percurso escolar durante a infância/juventude

Os percursos escolares dos entrevistados são diversificados, revelando níveis de habilitação relativamente baixos e vários abandonos escolares precoces. A escolarização assume um lugar central nos processos de vivência e saída de situações de pobreza, pelo que é relevante compreender as especificidades e os impactos destes processos na trajetória dos indivíduos. Como argumenta A. Diogo (2013), apesar de uma associação mais ou menos linear entre escolarização de massas e ideais de democratização, a condição social de origem dos alunos continua a ser fonte de desigualdades na escola. Aqui, o investimento que as famílias possam fazer nos percursos escolares dos seus filhos depende da condição social, que age de três modos:

(...) a partir (i) do sucesso (através do *habitus* de classe que prepara desigualmente para a socialização escolar); (ii) das escolhas (produto de cálculos entre vantagens, custos e riscos, parcialmente interpretáveis a partir do *habitus* de classe); (iii) dos efeitos gerados pela agregação de alunos com uma determinada condição social no espaço escolar (p. 102).

Há narrativas que evidenciam percursos com diferentes retenções, que potenciaram sentimentos de desmotivação face à escola. Outros entrevistados completaram algum nível de escolaridade já em idade adulta, em processos de educação de adultos (por exemplo, Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)).

Entrevistadora: (...) Entrou com que idade?

Entrevistada: Devia ter seis, porque eu faço em Junho.

Entrevistadora: Pronto, tinha seis anos. E depois andou na escola até que idade?

Entrevistada: Hum... [a pensar].

Entrevistadora: Fez até que ano?

Entrevistada: Eu cheguei a fazer... Não completei, mas ainda andei no 9.º lá em XXXX. Depois, foi quando eu vim para o Porto, andava a trabalhar de dia e a estudar à noite. Hum, ali no XXXX, ficaram quatro disciplinas por acabar. E... este ano acabei o 9.º ano.

(...)

Entrevistada: Pelo RVCC. (P3.3_Porto, sexo feminino, 37 anos)

Noutros casos, a escola, para além de não ser uma recordação positiva, associou-se a problemas de saúde enquanto criança, e ao ingresso precoce no mundo do trabalho.

Entrevistadora: Até que ano estudou?

Entrevistado: Até ao décimo segundo ano, foi tudo depois de adulto.

Entrevistadora: Então parou de estudar?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: Parou em que ano?

Entrevistado: No ciclo. Sexto ano. Fui trabalhar (...) Não sei, falando sério, eu não sei porquê... Porque na... Não sei o termo... Era, era mais rebelde, uma pessoa gostava de andar mais na brincadeira, na rua, jogar à bola, etc., etc....

Entrevistadora: Não tinha interesse em estar na escola?

Entrevistado: Pouco.

(...)

Entrevistadora: Chegou a reprovar algum ano?

Entrevistado: Sim. Dois anos. Um na 4.^a classe e outro ou foi no sexto, quando eu não acabei. Fui trabalhar.

Entrevistadora: Esse da 4.^a classe, lembra-se por que é que reprovou?

Entrevistado: Faltava muito, também estive doente nessa altura, faltava muito e...

(P3.4_Guimarães, sexo masculino, 42 anos)

Entrevistadora: Por que é que faltava tanto? Não gostava?

Entrevistado: Não! Para ajudar os pais.

Entrevistadora: Ah, então começou a trabalhar aos 12?

Entrevistado: Sim. Larguei a escola da mão...

Entrevistadora: Mas, antes disso já ajudava?

Entrevistado: Já ajudava, já ajudava os meus pais. Já ajudava e bastante. (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Outros entrevistados abandonaram a escola por não gostarem de a frequentar e também por esta não ser obrigatória. O papel da escola e da pertença social das crianças assume novamente um lugar importante na análise, sendo bastante comum um distanciamento entre as culturas familiares e as escolares, bem como a existência de percursos com insucessos repetidos.

Entrevistadora: Porque fugia à escola? E até que ano é que andou na escola?

Entrevistada: Até à 4ª classe.

Entrevistadora: E reprovou?

Entrevistada: Reprovei um ano, foi na 1.ª classe. Passámos todos para a 2.ª classe sem sabermos nada e então recuámos outra vez.

Entrevistadora: Reprovou. E o que é que gostava mais na escola?

Entrevistada: Sei lá! O que é que gostava mais? Não gostava de nada!

Entrevistadora: Não gostava de nada? De brincar, gostava?

Entrevistada: Sim, gostava de brincar

(...)

Entrevistadora: Com que idade é que abandonou a escola?

Entrevistada: Com 11 anos saí da 4.ª classe.

Entrevistadora: 11 anos, quando saiu da 4.ª classe?

Entrevistada: Sim, sim. (P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

Entrevistadora: Mas gostava da escola? Era um ambiente de que gostava?

Entrevistada: Gostava, mas eu é que não estava a sentir já muito... Não era vocacionada, não estava a ter boas notas em relação... Era mais as línguas, o francês e o inglês. E ainda por cima, era a mesma professora. Talvez isso me confundisse mais e ficava mais desmotivada. Entrava na sala: vou ter inglês ou francês? Pronto, acho que deveriam... Hoje de certeza que nem fazem isso, mas na altura, por coincidência, eu tive assim uma situação: era a mesma professora e talvez isso, a pessoa entra em uma sala é a mesma cara, vou fazer francês ou inglês? Comecei a ficar um bocado desmotivada por esse motivo. Eu me lembro que meus pais disseram-me assim: «olha, vais estudar?» «Não, eu desisti.» Os meus irmãos só estudaram até à 4.ª classe, começaram a trabalhar... Os meus irmãos mais velhos.

Entrevistadora: E repetiu algum ano?

Entrevistada: Não. Depois fiz uma escola, mas uma escola de formação. Tinha o curso de datilografia, que era após as horas de trabalho. E era datilografia e contabilidade. Os meus pais pagaram, que dava para pagar. (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

Outros percursos de abandono revelaram razões distintas, como a própria organização escolar e os seus impactos nas crianças, especialmente pelas dificuldades sentidas nessas transições, como revela o excerto seguinte.

Entrevistadora: É, quando parou...

Entrevistada: Tinha 13 anos.

(...)

Entrevistadora: Por que acha que nunca reprovou?

Entrevistada: Porque eu tinha muito, muito gosto pela escola. Inclusive, os meus cadernos, eu decorava-os. Eu tinha os cadernos e os livros, modéstia à parte, super bem-apresentados e, às vezes, na classe, a professora mostrava. Eu era uma aluna que prestava muita atenção nas aulas e tinha muito, muito gosto pela escola.

(...)

Entrevistada: Quando iniciei a quinta e a sexta classe, que foi um erro que cometeram comigo, porque era para eu continuar a estudar, mas a quinta e a sexta classe não tinha inglês, nem francês e depois chegávamos ao ciclo e íamos lá três anos de francês. Isso foi muito, muito complexo. Foi esse que para mim foi extremamente difícil e tive que trabalhar, porque, para grande desgosto meu, eu não consegui evoluir e não consegui evoluir porque mudei de escola e porque foi dado três anos de francês num. Foi dado o inglês pela primeira vez, é certo, mas foi muito, muito confuso. E depois, ter um professor a cada disciplina também me desestabilizou muito. Eu dediquei-me ao máximo, mas realmente não consegui, porque, na altura, quem tem a sexta classe era única e simplesmente para perfazer a idade para ir trabalhar, não para continuar a estudar. Agora eu penso, não sei se estarei certa, que o meu pai me matriculou naquela escola por ser mais perto, por ser talvez mais segura, por ter menos alunos do que tinha a C+S (...). Sei que não continuei a estudar precisamente por ter frequentado a quinta e a sexta classe e recordo-me perfeitamente que foi formada uma turma mista da quinta e da sexta classe, porque a própria escola já sabia que ia ser uma turma muito, muito atrasada. E toda a gente reprovou, toda a gente reprovou, porque dar três anos de francês num, nós realmente não estávamos preparados, nem tínhamos apoio extracurricular e foi

extremamente difícil. E depois foi numa idade em que tanto se tem muito gosto como se sente a incapacidade e pronto, muito mais fácil é desistir. E para os pais, que estavam habituados a eu ser boa aluna, também foi um bocadinho choque. (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

Num dos sujeitos em particular, o percurso foi marcado por dificuldades na escola, associadas a um atraso na aprendizagem, que motivou a frequência de uma escola específica para crianças com dificuldades de aprendizagem.

Entrevistadora: Até que ano andou na escola?

Entrevistada: Andei até ao 6.ºano.

Entrevistadora: E que idade tinha nessa altura?

Entrevistada: Não sei. Eu entrei muito tarde e reprovava muitas vezes. Eu tive ali num curso na XXXX [escola de ensino especial] a fazer o 6.ºano.

Entrevistadora: E reprovou quantas vezes?

Entrevistada: Não sei. Muitas mesmo.

Entrevistadora: Porque acha que isso aconteceu?

Entrevistada: Porque eu tenho um atraso de aprendizagem, 50 % de atraso. Eu não consigo perceber as coisas se não explicarem devagarinho, têm que explicar muito devagar para eu entender. (P.3.5_Porto, sexo feminino, 31 anos)

As dificuldades na escola (e uma relação negativa estabelecida com a mesma) associadas a um histórico de reprovações contribuíram também para o abandono precoce de alguns entrevistados do percurso escolar.

Entrevistada: A minha relação com a escola digamos que foi de revolta. Andei quatro anos no 7.º ano. Não porque não sabia, mas porque um ano reprovei por faltas, outro ano fiquei doente porque tinha muitas amigdalites e tinha que tomar muita penicilina. Na altura das aulas, eu era má a matemática, sempre fui. E depois, só podia tirar duas negativas e uma delas era sempre matemática e, entretanto, tinha positiva a tudo menos a francês e entretanto também reprovei porque, na altura do professor dar as notas dos trabalhos que se tinha feito, eu não estava doente e era uma disciplina, eu andava na XXXX, era uma disciplina que eu nunca tive dificuldade mas entretanto os meus colegas

esqueceram-se de dizer ao professor que eu também estava incluída no grupo. Os trabalhos eram apresentados e ele, devido à idade não sei o que foi, não se lembrou de mim e quando me deu a nota deu-me negativa. E, quando as notas saíram, reprovei porque tive três negativas. Quando as notas saíram, eu fui ter com ele porque disse em casa que ia passar, mas ele disse que já estava feito e isso ia ser muito complicado de explicar ao meu pai. E pronto, andei quatro anos por causa disso. Reprovei por faltas, outra reprovei por nota errada e a outra reprovei [porque] achei que não queria passar, tinha que chatear alguém em casa, de maneira que foram os momentos que eu consegui estar mais fora de casa e foram os momentos que eu consegui mais paz.

Entrevistadora: Até que ano andou na escola?

Entrevistada: Só até ao 9.º ano.

Entrevistadora: E que idade tinha nessa altura?

Entrevistada: Eu saí da escola com 18.

Entrevistadora: Reprovou quatro vezes no 7.ºano então.

Entrevistada: Reprovei três vezes, andei foi quatro anos. (P3.1_Porto#2, sexo feminino, 56 anos)

Os percursos, como já dissemos, foram bastante distintos e mostram, de modo genérico, um grupo com níveis relativamente baixos de habilitações, mesmo nos sujeitos que acabaram por terminar algum grau já em adultos. Estas trajetórias revelaram ainda narrativas onde, apesar do gosto pela escola que alguns expressaram, os entrevistados se deixaram ficar para trás por diferentes motivos: gravidezes precoces; procura de independência financeira; ausência de apoio familiar ou devido ao alto grau de dificuldade, causador de desmotivação ao longo do percurso.

2.2. Representações sobre a escola e percursos de abandono escolar

Como referimos, os percursos de abandono escolar tiveram diferentes origens: para ingressar no mundo de trabalho e obter independência financeira; por dificuldades sentidas no percurso escolar ou por terem trabalhado, ainda em criança, para ajudar nas dificuldades familiares, por exemplo. Como diferentes autores sugeriram (Ridge, 2011), as crianças,

particularmente quando mais velhas, tendem a evidenciar a vontade de integrar o mercado de trabalho para poderem alcançar alguma independência financeira que lhes permita o acesso a bens e atividades que, de outro modo, não conseguiriam obter.

Entrevistadora: E então na altura por que é que não conseguiu acabar o 9.º ano?

Entrevistada: Olhe, porque vim para o Porto [risos] (...) Porque eu lá em XXXX, eu estava a estudar no curso normal, onde eu já tinha começado o primeiro período, porque foi na altura do Natal que eu vim para o Porto. (...)

Entrevistadora: E depois veio para o Porto...

Entrevistada: Depois já tinha o XXXX. Depois, entretanto, ele nasceu e eu trabalhava de dia, estudava à noite e era ele... Claro que aquilo tudo assim, não consegui acabar as quatro disciplinas.

Entrevistadora: Ok, então só não concluiu porque, entretanto, a sua vida complicou um bocadinho com o filho?

Entrevistada: [risos]. Tinha 17 anos! (P3.3_Porto, sexo feminino, 37 anos)

No excerto em cima, a entrevistada, que havia estado institucionalizada, regressou a casa, interrompendo parte do seu percurso escolar, e, tendo sido mãe aos 17 anos, tornou-se difícil conciliar a escola com o trabalho e com o estudo à noite. Para lá da maternidade, nos percursos de crianças institucionalizadas, é comum existir uma crença de que os utentes das instituições são mais ou menos culpados das falhas que os levaram até ali, ao invés de serem preconizadas medidas de reintegração e intervenção social de apoio. Assim, enquanto alunos, são mais facilmente apontados e/ou identificados como focos primordiais da indisciplina escolar e objeto de medidas que acabam por os afastar das escolas (Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa, 2005, citado por Faria *et al.*, 2008).

Em outros relatos, para lá das dificuldades sentidas na escola, uma gravidez precoce, nestes dois casos, aos 18 e 17 anos, contribuiu para o abandono definitivo do percurso escolar.

Entrevistadora: E porque deixou a escola?

Entrevistada: Deixei a escola porque fiquei grávida.

Entrevistadora: Aos 18 anos?

Entrevistada: Sim. (P3.1_Porto#2, sexo feminino, 56 anos)

Entrevistada: Juntei-me, pois logo larguei a escola. Fui mãe do primeiro filho e juntei-me. Deixei a escola por volta dos 16 anos, fui mãe aos 17 e não voltei mais para a escola. (P3.3_Amadora, sexo feminino, 27 anos)

A gravidez precoce acaba, frequentemente, por precipitar o abandono escolar de alunas muitas vezes marcadas por dificuldades prévias e por histórias de insucesso escolar. Para Figueiredo (2000), as dificuldades observadas na maternidade na adolescência decorrem não apenas, de modo direto, do facto de a mãe ser adolescente, mas também indiretamente de outros fatores, como por exemplo, de um número muito elevado dos bebés nascer prematuro e do facto de, muito frequentemente, a mãe ter níveis muito baixos de escolaridade (Apfel & Seitz, 1997). Do mesmo modo, ao analisar as características do contexto de cuidados à criança, a autora observa efeitos nefastos em diferentes circunstâncias adversas: baixo nível socioeconómico; baixo nível educativo e monoparentalidade.

Noutros relatos, foi possível identificar experiências escolares menos positivas e (em quatro casos) a vontade de obter independência financeira como motivos de abandono escolar (em dois dos casos, essa opção surge também para auxiliar na situação precária da família).

Entrevistadora: E disse-me há bocadinho que fugia à escola?

Entrevistada: Fugia [risos].

(...)

Entrevistada: Levava cada coça! Levava cada tarefa da minha mãe!

(...)

Entrevistada: Porque nós éramos obrigadas a estar lá dentro da sala, a cantar o hino nacional... à hora de sair, cantávamos o hino nacional. Nós pedíamos para ir fazer chichi, à casa-de-banho, e havia lá uma professora que era um bocadinho cota, mas era má como as cobras! Até nos batia com a cana!

Entrevistadora: Era comum bater-se na altura?

Entrevistada: Ai nós levávamos!

(...)

Entrevistadora: Mas então levou, como a D. XXXX diz, umas galhetas!

Entrevistada: Ai levava, levava! (P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

Entrevistadora: E como foi para os seus pais essa sua escolha? Eles apoiaram que parasse de estudar? Foi uma decisão sua ou mais para ajudar a família financeiramente?

Entrevistado: Eles até queriam que eu estudasse, só que eu é que não quis... Porque... Não estava... Como é que hei a dizer?... Que agora as pessoas chamam, que agora aquele termo, como é que hei de explicar? Termo... Sumiu da cabeça. Termo... estava cheio da escola, tive que deixar.

Entrevistadora: Foi uma decisão mais pessoal, por não gostar?

Entrevistado: Sim. (P3.4_Guimarães, sexo masculino, 42 anos)

Entrevistadora: (...) Então acabou por abandonar a escola... Ficou desmotivado? Não conseguia?

Entrevistado: Sim. E queria trabalhar, queria ter dinheiro, queria sair.

Entrevistadora: Queria ganhar a sua independência, não é?

Entrevistado: Claro.

Entrevistadora: Pronto, então quando acabou, tinha quê? 17?

Entrevistado: Tinha 18 anos. Depois fui para a tropa também... (P3.2_Porto, sexo masculino, 45 anos)

Entrevistador: E o senhor saiu da escola por que razão?

Entrevistado: Por que abandonei?

Entrevistador: É.

Entrevistado: Para trabalhar. Com 16 anos, já podia ir trabalhar. Podia ir para a escola e acabar ou ir trabalhar, e eu escolhi trabalhar. Não queria ir à escola mais. (P3.2_Montalegre, sexo masculino, 56 anos)

Nos excertos seguintes, encontramos casos de abandono escolar com o intuito de ajudar os pais, sobretudo no trabalho agrícola.

Entrevistador: Por que é que abandonou a escola?

Entrevistado: Porque tive de abandonar, não tinha outra alternativa, porque, chegando ao nono ano, foi com muita dificuldade. Eu fiz o sexto ano, havia aquela escola na altura, isso foi feito ainda lá em cima na freguesia, e depois fui para XXXX, mas foi sempre uma coisa contrariada por parte do meu pai. Ele queria que eu saísse da escola, aliás, como aconteceu com os meus irmãos também. Eles saíram da escola porque ele assim quis, pois tinha de ir trabalhar para as terras, tinha de ser assim, tinha de ir trabalhar. E era assim. E

comigo, ele também queria fazer o mesmo. (P3.2_Ponta Delgada, sexo masculino, 51 anos)

Entrevistado: Porque os meus pais não tinham dinheiro para continuar. Não tinham dinheiro, tive que vir cá para Lisboa, também não me deu mais para ir estudar. Lembrei-me logo de arranjar trabalho, comecei logo a trabalhar ali num... na XXXX. Ainda não tinha 16 anos, trabalhei ali num cafezinho, a aprender a tirar café. Nem saía para folgar, para aprender como é que era, até aprender a tirar café e ficar lá no cafezito. Depois, saí do café. O senhor que lá estava precisava de uma cozinheira, veio uma cozinheira e eu saí. Como ainda era novo, fui para o hotel XXXX lavar loiça, descascar batatas e aprender a cozinhar. E, depois lá no hotel, aprendi a cozinhar até tempos de ir para a tropa, até aos 19, 20 anos. (P3.5_Amadora, sexo masculino, 58 anos)

Em diferentes narrativas, a ausência de apoio familiar para a permanência na escola, associada a outras dificuldades sentidas pelas crianças, potenciaram a saída precoce do sistema de ensino. Neste caso em particular, associa-se a esse fator uma flagrante desigualdade de género:

Entrevistadora: Então, no sexto ano, quando parou, foi um ano de baixa para aprovação e também para entrar no trabalho, é isso?

Entrevistada: Entrei logo diretamente para o trabalho e no segundo dia já pedi ao meu pai para estudar outra vez. Porque fui trabalhar para uma empresa, não era exigido... andava sempre a correr. E eu realmente tinha mais vocação para a escola, mas depois aí o meu pai não me deu uma segunda oportunidade. Porque tenho três irmãos, e aos meus irmãos foi dada a oportunidade de estudar de dia e de noite. A mim e à minha irmã, isso estava completamente fora de questão, estudar de noite. (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

Noutras, a resposta parece centrar-se na ausência de apoios e percursos para crianças com dificuldades de aprendizagem, levando a um abandono precoce do percurso escolar.

Entrevistadora: Porque deixaste a escola?

Entrevistada: Porque não tinha como estudar.

Entrevistadora: O colégio não te ajudava nessa altura?

Entrevistada: Não, porque eu depois naquela altura saí da escola e do colégio.

Entrevistadora: Então, deixa-me ver se eu compreendi. No sexto ano, saíste da escola porquê, lembras-te?

Entrevistada: Porque o colégio não queria que eu estudasse mais. (P3.5_Porto, sexo feminino, 31 anos)

Os percursos escolares encontrados neste perfil apresentam grande variedade, existindo diferentes motivos que potenciaram a sua interrupção: a desmotivação e dificuldade sentida no percurso escolar, traduzida em diferentes reprovações ao longo do percurso (em três situações conjugada com gravidez precoce no momento do abandono); o desejo de obtenção de independência financeira; o pouco apoio das famílias na continuidade dos percursos escolares e a necessidade de ajudar as famílias na situação de precariedade financeira. Neste perfil há, também, comparativamente aos restantes, mais casos em que os entrevistados regressam enquanto adultos a programas de formação e educação de adultos e/ou formação profissional. A centralidade do lugar da escola como elemento que pode ser mitigador ou potenciador das desigualdades trazidas da origem social das crianças, é, portanto, um fator que importa aprofundar nestas trajetórias de pobreza.

2.3. Representações sobre a escola e o futuro

As representações acerca da escola e do seu papel num futuro hipotético (caso se tivesse estudado mais anos), nomeadamente a nível profissional, foram altamente variáveis nas narrativas, oscilando entre a atribuição de um futuro com melhores perspetivas e um outro onde isso não faria grande diferença. Ainda assim, para os entrevistados deste perfil, pareceu ser maioritária a ideia de que se tivessem continuado a estudar, poderiam ter tido acesso a profissões mais compensadoras, quer do ponto de vista monetário, quer da realização pessoal. Nas infâncias em que existiram institucionalizações, Faria, Salgueiro, Trigo & Alberto (2008), observaram que, independentemente da situação das adolescentes que analisaram (alunas com um desempenho académico elevado, médio ou baixo), estas se encontravam melhor do que antes de entrarem para a instituição. No estudo que realizaram com adolescentes institucionalizadas, estas falaram na importância dada à educação. No entanto, como observamos numa das nossas narrativas, a interrupção do percurso de institucionalização poderá ter o efeito inverso, ou seja, o de interromper a escolarização das adolescentes,

contribuindo, desse modo, para uma procura de independência mais rápida que não inclui, necessariamente, o prosseguimento dos estudos.

Em muitos dos relatos, foi possível verificar uma associação positiva entre escola e um futuro melhor, como revelam os excertos seguintes.

Entrevistadora: E acha que o facto de ter o 9.º ano lhe pode dar mais oportunidades de emprego?

Entrevistada: Pode, pode. Mesmo o ano passado, eu estive a fazer um curso pelo Centro de Emprego, que tive que fazer mesmo aquele curso, porque a bem dizer era como se tivesse o 6.º ano.

Entrevistadora: Então e fazer o 12.º ano? Não pensa nisso?! [risos]

Entrevistada: [risos].

Entrevistadora: Ou já chega para já?

Entrevistada: Para já, já chega. Para já! [risos]

Entrevistadora: Pronto, e acha que depois de ter concluído o 9.º ano... Sente-se mais realizada pelo facto de ter concluído essa etapa?

Entrevistada: Muito, muito mais. (P3.3_Porto, sexo feminino, 37 anos)

Entrevistadora: E acha que teria sido diferente se tivesse continuado a estudar?

Entrevistada: Podia ter sido mais valioso para a minha profissão se tivesse tirado a carta de condução.

Entrevistadora: Mais do que os estudos formais?

Entrevistada: Porque a minha formação foi mais, não é, escrita, mas mais o contacto, foi mais... aprendi muito... Aprendi muito depois na prática. Dediquei-me muito ao trabalho. (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

Entrevistadora: Acha que sua vida teria sido melhor se tivesse continuado a estudar?

Entrevistada: Possivelmente.

Entrevistadora: Em que sentido? Por que é que tem essa opinião?

Entrevistada: Acho que em todos os sentidos. Valorização pessoal... Saber-se mais o que se quer e o que não se quer. Porque quando se estuda com gosto, tem-se um objetivo, e quando se é boa aluna, esse objetivo torna-se meia hora e é incentivador ao mesmo tempo. Depois, põe-se a trabalhar em uma fábrica, que foi meu caso, começa a se perder

muito o significado do futuro, da vida, eu acho isso assim. (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos).

Neste excerto, foi possível ver não apenas a relação estabelecida entre a ideia de escola e um futuro melhor, mas também o impacto que a escolaridade tem ao nível da autoestima e da valorização pessoal. Torna-se ainda evidente o gosto da entrevistada pelo conhecimento. Em grande parte destas narrativas, a vontade de continuar a estudar está presente, mesmo em sujeitos que tiveram dificuldades na escola por problemas de aprendizagem ou falta de apoios para prosseguir.

Entrevistadora: Gostarias de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Gostava de tirar o curso de inglês, francês e espanhol.

Entrevistadora: E porquê essas?

Entrevistada: Porque era as que eu gostava de aprender.

Entrevistadora: E achas que te ia ajudar numa vida futura?

Entrevistada: Sim, podia ensinar os outros a falar francês, inglês e espanhol.

Entrevistadora: Achas que a tua vida seria melhor se continuasses a estudar?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque eu acho que devo seguir os meus estudos. Porque podia ter um curso que gostasse, mas o curso que eu gostava teria que ter o 12.ºano.

Entrevistadora: Que era qual?

Entrevistada: Era geriatria. Tenho que ter o 12.º ano. (P.3.5_Porto, sexo feminino, 31 anos)

Noutras narrativas, como já referimos, a gravidez precoce precipitou a saída da escola e dificultou a retoma do percurso escolar, ainda que as entrevistadas revelem vontade em continuar os estudos. A ausência de redes formais de apoio foi também referida como um fator impeditivo da continuidade desse percurso.

Entrevistadora: Gostaria de ter voltado a estudar?

Entrevistada: Ai gostaria, mas não pode ser.

Entrevistadora: E porquê?

Entrevistada: Gostaria, mas não pode ser, porque, entretanto, fui para muito longe, fui para longe da escola, não tinha quem me ajudasse e fiquei sozinha. Tinha o pai comigo, mas não havia ajudas.

Entrevistadora: E porque gostaria de ter voltado a estudar?

Entrevistada: Porque eu queria continuar a estudar, sempre quis. Sempre quis tirar um curso, para já, porque queria ir para as Belas Artes, mas a volta entretanto passa. E pronto, eu sempre gostei das disciplinas de trabalhos manuais e de maneira que queria fazer uso disso para alguma coisa, mas não consegui.

Entrevistadora: E acha que a sua vida tinha sido melhor?

Entrevistada: Ahh, tinha! Ahh, tinha! Porque tinha. Para já, não estava dependente de ninguém. Depois, não passava a fome que passei, nem passava os trabalhos que passei, nem coisa nenhuma.

Entrevistadora: Mas voltou a tentar estudar, ou a tirar algum curso profissional?

Entrevistada: Eu acabei o 9.º ano e tive que repetir, fui para o XXXX. Nem acabei. (...) Os professores sempre me disseram para eu fazer a equivalência para o 12.º ano, mas eu tinha que olhar para a minha vida, eu tinha um filho e não podia pensar em mim. Tinha o 9.º ano «e, e». (P3.1_Porto#2, sexo feminino, 56 anos)

Para outro entrevistado, a continuidade da escola teria sido importante sobretudo para saber ler e escrever corretamente.

Entrevistador: O senhor gostaria de ter continuado a estudar?

Entrevistado: Gostava, eu gostava de ler e escrever bem. Mas aqui não há, as coisas eram mais para a cidade. Aqui não há...

Entrevistador: Não tinha?

Entrevistado: Não tem muita coisa para aqui. (P3.2_Montalegre, sexo masculino, 56 anos)

Para outros entrevistados, as dificuldades financeiras e os problemas de saúde na família impediram a retoma do percurso escolar.

Entrevistador: Ok. Pelo que eu percebo, pelo que eu percebi, pelo que disse, gostaria de ter continuado a estudar, não é?

Entrevistada: Sim, gostava muito.

Entrevistador: O que é que acha ... o que o impede de voltar a estudar?

Entrevistada: O que é que eu posso-te explicar... Uma pessoa para estudar, financeiramente tem que estar bem... E eu recebo duzentos e qualquer coisa do rendimento mínimo... E o meu filho mais velho é doente crónico... (P3.3_Lisboa, sexo feminino, 41 anos)

Entrevistado: Não havia possibilidade, tivemos que nos habituar ao trabalho. Nenhum dos meus irmãos estudaram mais do que a 4.ª classe. Todos têm a 4.ª classe. (P3.5_Amadora, sexo masculino, 58 anos)

Noutras narrativas, o desinteresse pela continuidade do percurso foi visível, ainda que, para a maioria, o abandono escolar pudesse ter tido um impacto negativo no seu futuro.

Entrevistadora: (...) E nunca pensou em voltar? Nem sequer para um curso profissional, nem outro tipo de estudo?

Entrevistada: Não. O que já andei aqui... Antes de vir para aqui, já me saiu para cursos, mas eu desistia, que eu não consigo. Não tenho cabeça para escrever.

Entrevistadora: Escrever? Escrever é aquilo em que tem mais dificuldade?

Entrevistada: Sim. Não tenho cabeça para isso.

Entrevistadora: Mas, apesar dessa dificuldade, tinha vontade? Ou nem vontade?

Entrevistada: Nem vontade. Não tinha, não.

Entrevistadora: Não tem interesse?

Entrevistada: Eu quero é trabalhar. Assim para estar assim sentada a escrever e a ler... (P3.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 43 anos)

Apesar de encontrarmos neste perfil alguns sujeitos que assumiram a pouca relevância dos estudos num futuro possível, afirmando que a sua vontade nunca fora continuar (seja por desmotivação, por razões económicas ou por terem agora uma vida conjugal incompatível com o percurso escolar e/ou formativo), a grande maioria dos entrevistados deste perfil gostaria de ter continuado a estudar, seja por associarem ao sucesso escolar um melhor trabalho e, conseqüentemente, um melhor futuro, seja pela valorização pessoal e autoestima, seja apenas por terem gosto em aprender.

Em forma de síntese, destacamos que há neste perfil diversas histórias de regresso ao percurso escolar em idade adulta, muito por conta de diferentes instrumentos de política social como o RSI ou o subsídio de desemprego (retomaremos esta questão no capítulo seguinte). Contudo, estes percursos obrigam a refletir acerca do real impacto da formação em idade ativa como instrumento de capacitação dos indivíduos²⁵. Finalmente, estas vivências de situações de pobreza na infância afetam o bem-estar infantil. Como afirmam Sarmiento, Fernandes e Trevisan (2015, 86):

Apesar de as condições materiais não serem o único determinante de bem-estar são responsáveis por uma grande parte do mesmo, particularmente ao providenciarem as condições de acesso a diferentes recursos, nomeadamente os que ajudam ao exercício de direitos fundamentais e à promoção da inclusão social.

A educação e o trabalho assumem relevância nos estudos sobre a pobreza (Diogo, 2015) quer devido ao seu papel na definição do lugar do indivíduo na estrutura social quer pelos recursos económicos que são capazes de proporcionar aos sujeitos. Assim, ainda que a escolaridade não implique automaticamente o acesso a melhores posições na estrutura social, diferentes autores têm salientado que Portugal é um dos países onde esta relação entre maior escolaridade e melhor posicionamento social parece ser mais evidente (Benavente *et al.*, 1996, citados por Diogo, 2015, p. 122). Para lá destas questões, como observamos nos diferentes perfis, ainda que com menor incidência neste, é notória a saída precoce da escola e o ingresso no mundo do trabalho, muitas vezes de modo informal e através da aprendizagem de uma profissão fora dos sistemas formais de formação, representando:

(...) uma forma clara de reprodução intergeracional de pobreza na medida em que os filhos herdam dos pais profissões socialmente desqualificadas e associadas a elevada probabilidade de precariedade no emprego e a baixos salários (Diogo, 2013b). (Diogo, 2015, p. 124).

De resto, estas observações serão aprofundadas aquando da análise das trajetórias de saída da escola e de entrada no mercado de trabalho dos entrevistados. Finalmente, estas análises assumem maior relevância atendendo à relação entre baixa escolaridade e o que se designa de trajetórias de emprego em carrossel, em que o recomeçar permanente de um dado percurso profissional se define:

²⁵ Essa reflexão não pode, no entanto, perder de vista que estamos apenas a analisar indivíduos em situação de pobreza. Concentrando-se nos casos de insucesso, esta análise ignora os casos, certamente existentes, em que a frequência deste tipo de formação permitiu a saída daquela condição. Uma análise cabal requer uma avaliação compreensiva deste tipo de cursos.

(...) mais pelas ausências do que por características próprias: ausência de progressão salarial, ausência de um aumento de responsabilidades, ausência de um aumento de prestígio na organização associada à subida de mais um grau na carreira (Diogo, 2015, p. 125).

Tendo em conta a análise das trajetórias de vida destes entrevistados, importa agora observar algumas das circunstâncias em que se dão as suas transições para a vida adulta, nomeadamente o momento de saída da escola e de entrada na vida profissional, a saída de casa dos pais ou as transições para a conjugalidade e para a parentalidade.

3. Transição para a vida adulta

As trajetórias de vida dos entrevistados neste perfil têm em comum o facto de nelas terem ocorrido episódios mais ou menos prolongados de desemprego, o que nas sociedades atuais se tem transformado num fenómeno estrutural com enormes consequências na vida de quem o experiencia. Os depoimentos recolhidos e analisados nesta secção permitem perceber os impactos materiais e simbólicos, pessoais e familiares da quebra de laços com o mundo do trabalho no contexto de uma sociedade organizada «em torno da produção, da repartição e circulação de bens e serviços», e onde há uma relação estreita entre emprego e estatuto social (Schnapper, 1994, p. 127).

Uma questão que se salienta e que importa desde já relevar aponta para a precocidade das experiências de desemprego na trajetória de emprego dos indivíduos. De facto, a maioria dos entrevistados teve experiências profissionais remuneradas em idades precoces – entre os seis e os 16 anos – e para mais de metade as experiências de desemprego ocorreram até aos 40 anos, verificando-se que os períodos de alternância entre emprego e desemprego caracterizam a generalidade dos percursos profissionais aqui retratados. O quadro seguinte apresenta o momento da trajetória profissional em que as experiências de desemprego ocorreram pela primeira vez. Como podemos observar, mais de metade destes inquiridos experienciou o desemprego precocemente, aquando do início da sua trajetória profissional – primeira ou segunda experiência de trabalho –, o que dá conta da generalização do recurso a modalidades contratuais frágeis, como sejam a contratação a prazo, a subcontratação ou o trabalho temporário. Contudo, para outros, o desemprego surgiu após várias incursões no mercado de trabalho, o que permite perceber que a instabilidade das situações profissionais não caracteriza apenas o momento de entrada no mercado de trabalho e que o *desemprego repetitivo* aprofundou a situação de privação, na medida em que «cada passagem pelo desemprego pode constituir-se num risco de deterioração da condição profissional ou de desqualificação dos desempregados» (Caleiras, 2011, p. 79), acentuando o risco social inerente à situação e aprofundado pelas limitações das políticas públicas acionadas em matéria de emprego.

Quadro 4 - Primeiras experiências de desemprego na trajetória profissional dos inquiridos

Primeira Experiência de Desemprego				
Entrevistado	Idade Atual	sexo	Idade	Momento da Trajetória Profissional
P3.1_Lisboa	48	F	34	após a primeira experiência
P3.1_Ponta Delgada	49	F	23	após a primeira experiência
P3.1_Porto #2	55	F	29	após a segunda experiência
P3.2_Ferreira do Alentejo	67	M	67	após a última experiência
P3.2#1_Montalegre	54	M	21	após a segunda experiência
P3.2_Ponta Delgada	51	M	21	após quatro meses de trabalho
P3.2_Porto	45	M	32	após a quarta experiência
P3.2_Vila Franca do Campo	49	M	36	após a primeira experiência
P3.3_Amadora	27	F	24	após a primeira experiência
P3.3_Celorico de Basto	43	F	21	após a primeira experiência
P3.3_Montalegre	43	F	27	após a sexta experiência
P3.3_Porto	37	F	35	após a décima experiência
P3.4_Caldas da Rainha	36	M	28	após a quarta experiência
P3.4_Guimarães	42	M	40	após a terceira experiência
P3.4_Ponta Delgada	33	M	22	após a primeira experiência
P3.5_Amadora	58	M	47	após a primeira experiência
P3.5_Caldas da Rainha	59	M	49	aposenta-se por invalidez
P3.5_Guimarães #1	64	F	60	aposenta-se por invalidez
P3.5_Guimarães #2	60	F	36	após a segunda experiência

A maioria dos entrevistados relatou momentos de grande vulnerabilidade social desde a infância e episódios de reincidência de desemprego, o que intensifica e aprofunda a situação de vulnerabilidade social em que se encontram. Esta situação associa-se a baixos níveis de qualificações escolares e profissionais, a uma debilidade dos sistemas de proteção social ou à

complexidade inerente às medidas de ativação subjacentes às políticas ativas de emprego, como veremos mais adiante.

3.1. Transição Escola-Trabalho

A maioria dos entrevistados iniciou uma atividade profissional até aos 16 anos, depois de uma escolaridade relativamente curta. Retomamos a questão da saída da escola, referida no capítulo anterior, agora na perspetiva da transição para o mundo do trabalho. Assim, para alguns, as primeiras experiências laborais decorreram enquanto frequentavam a escola. Uma das entrevistadas referiu que o facto de ter abandonado aos 13 anos a instituição onde tinha sido institucionalizada com nove anos, aliado às dificuldades económicas familiares, exigiu que aos 17 anos tivesse de procurar uma inserção profissional para poder sobreviver. Retomemos um trecho particularmente significativo:

Entrevistadora: Andou na escola, já percebi. Entrou com que idade?

Entrevistada: Devia ter seis, porque eu faço em Junho.

Entrevistadora: Pronto, tinha seis anos. E depois andou na escola até que idade?

Entrevistada: Hum... [a pensar].

Entrevistadora: Fez até que ano?

Entrevistada: Eu cheguei a fazer... Não completei, mas ainda andei no 9.º lá em XXXX.

Depois, foi quando eu vim para o Porto, andava a trabalhar de dia e a estudar à noite.

Hum, ali no XXXX, ficaram quatro disciplinas por acabar...

Entrevistadora: E depois quando começou a trabalhar?

Entrevistada: Eu comecei logo quando vim para o Porto, com 17 anos. O meu primeiro emprego foi na padaria XXXX. (P3.3_Porto, sexo feminino, 36 anos)

As dificuldades económicas familiares estão também na base da decisão de outra entrevistada de trabalhar aos fins-de-semana numa atividade próxima da que a mãe desempenhava:

Entrevistadora: Sim. Lembra-se do primeiro trabalho que teve?

Entrevistada: Ah, o primeiro trabalho foi na Feira Popular. Eu ainda estudava de dia e na escola, que hoje é XXXX, e aí eu aos fins-de-semana trabalhava na Feira Popular.

Entrevistadora: Portanto, ainda estava a estudar?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Que idade é que tinha?

Entrevistada: Acho que tinha 14 ou 15.

Entrevistadora: O que é que fazia?

Entrevistada: Trabalhava no... era na copa.

Entrevistadora: Sim?

Entrevistada: Sim, porque a minha mãe trabalhava lá, mas a minha mãe era cozinheira.

(P3.1_ Lisboa, sexo feminino, 48 anos)

Para outro entrevistado, as dificuldades financeiras também obstaculizaram o projeto/desejo de continuação de estudos, tendo provocado um abandono escolar precoce e desqualificado do sistema educativo:

Entrevistadora: E por que é que deixou a escola? Por que é que não avançou mais para além do 4.º ano?

Entrevistado: Porque os meus pais não tinham dinheiro para continuar. Não tinham dinheiro, tive que vir cá para Lisboa, também não me deu mais para ir estudar. Lembrei-me logo de arranjar trabalho, comecei logo a trabalhar ali num... na XXXX. Ainda não tinha 16 anos, trabalhei ali num cafezinho, a aprender a tirar café. Nem saía para folgar, para aprender como é que era, até aprender a tirar café e ficar lá no cafezito. Depois, saí do café. O senhor que lá estava precisava de uma cozinheira, veio uma cozinheira e eu saí. Como ainda era novo, fui para o hotel XXXX lavar loiça, descascar batatas e aprender a cozinhar. E, depois lá no hotel, aprendi a cozinhar até tempos de ir para a tropa, até aos 19, 20 anos.

Entrevistadora: Gostaria de ter continuado a estudar, se os seus pais tivessem essa possibilidade, se houve dinheiro?

Entrevistado: Se eles tivessem possibilidade de deixar estudar até gostava.
(P3.5_ Amadora, sexo masculino, 58 anos)

Para um conjunto muito significativo de entrevistados, a decisão de abandonar os estudos e de se inserirem profissionalmente no mercado de trabalho foi construída com base no confronto entre as dificuldades económicas familiares e as dificuldades de integração na cultura escolar que, enquanto crianças, experimentaram.

A investigação sociológica tem evidenciado o papel da organização escolar na reprodução das desigualdades sociais, bem como o falhanço da escola na promoção da igualdade de oportunidades e dos princípios subjacentes a uma ideologia meritocrática, ao demonstrar que o insucesso escolar se transforma num fenómeno que afeta de forma constante largas camadas de jovens e se reflete primordialmente junto das crianças oriundas de «meios populares» (Benavente e Correia, 1981).

Os depoimentos que se seguem demonstram também como as dificuldades de integração na cultura escolar precipitam situações de afastamento do universo escolar:

Entrevistada: (...) meu pai e minha mãe não tinham possibilidades para estudar e a minha irmã mais velha também saiu com 15 anos, foi logo a trabalhar. E uma irmã também tinha para aí 15 ou 16, também foi trabalhar...

Entrevistadora: Certo. Agora voltando um pouquinho ao que estava a falar do seu primeiro emprego, a senhora parou a escola, saiu no oitavo ano para ir trabalhar, tinha quantos anos?

Entrevistada: Tinha para aí 16 ou 17. Havia de ter 16 anos. (P3.3_Montalegre, sexo feminino, 43 anos)

Entrevistador: Estás a dizer que estavas a trabalhar, ajudavas os teus pais. É por isso que me dizias que já trabalhas desde há muito tempo, pelo que percebi.

Entrevistado: Saí da escola mais ou menos com 14 anos, eu saí da escola e comecei a trabalhar com 15 anos.

Entrevistador: Portanto, aos 14 anos deixaste a escola

Entrevistado: Não fui eu que deixei, eu é que não podia estar lá por causa da idade.

Entrevistador: E o que é que fizeste?

Entrevistado: Trabalhar

Entrevistador: Em quê?

Entrevistado: Nas estufas. (P3.4_Ponta Delgada, sexo masculino, 33 anos)

Nos dois depoimentos anteriores, os entrevistados referem que saíram da escola devido à idade – a primeira com o oitavo ano e com 16 ou 17 anos e o segundo com 14 anos, depois de ter completado o sexto ano –, o que denuncia um aspeto recorrente no sistema educativo

português, que remete para o facto de, apesar de a escolaridade ser obrigatória²⁶, alguns jovens a abandonarem, não por terem completado os estudos, mas por atingirem a idade identificada como de saída. Ou seja, ao completar 15 anos de idade, o jovem tinha o direito de abandonar o sistema educativo, independentemente do ano de escolaridade em que se encontrava. Esta lei constituiu, até há pouco tempo, uma das grandes limitações à democratização da escola básica, com um impacto muito significativo nos níveis de literacia da população portuguesa.

Os dois depoimentos seguintes reiteram as dificuldades de integração no universo escolar, que nestes casos derivam também das dificuldades de aprendizagem manifestadas:

Entrevistadora: Disse que com 14/15 anos, largou a escola para ir trabalhar. E trabalhar com o quê?

Entrevistado: Fui trabalhar para uma loja de calçado.

Entrevistadora: E como foi para os seus pais essa sua escolha? Eles apoiaram que parasse de estudar? Foi uma decisão sua ou mais para ajudar a família financeiramente?

Entrevistado: Eles até queriam que eu estudasse, só que eu é que não quis... Porque... Não estava... Como é que hei a dizer... Que agora as pessoas chamam, que agora aquele termo, como é que hei de explicar? Termo... Sumiu da cabeça. Termo... Estava cheio da escola, tive que deixar.

Entrevistadora: E quando conversou com os seus pais teve algum acordo para que ajudasse financeiramente dentro de casa ou o seu salário era só para si?

Entrevistado: Tive que ajudar. (P3.4_Guimarães, sexo masculino, 42 anos)

Entrevistadora: Por que é que saiu da escola?

Entrevistado: Saiu porque precisava de trabalhar. Ajuda. A vida estava complicada. A minha mãe trabalhava, eram quatro... Precisava, vai trabalhar.

Entrevistadora: Precisava de ir...

Entrevistado: Trabalhei igual, na agricultura, andou lá a trabalhar.

Entrevistadora: Mas gostava da escola?

Entrevistado: Eu gostava, não... Neste tempo, quando precisava fazer escola, entrava por uma orelha e saiu pela outra (P3.2_Ferreira do Alentejo, sexo masculino, 67 anos)

²⁶ Desde 1986, a escolaridade mínima em Portugal é de nove anos, tendo só em 2010 passado a ser de 12 anos.

Contudo, para além das dificuldades de aprendizagem, os entrevistados também apresentam, uma vez mais, as dificuldades económicas das famílias como justificação para a decisão de abandonar a escola e de se inserirem precocemente no mundo do trabalho. Nestes casos, o trabalho remunerado – ainda que, por vezes, temporário – em atividades económicas pouco exigentes relativamente à qualificação escolar e profissional aparece, para muitos jovens, como a alternativa mais credível à incerteza do caminho que o prolongamento da escolaridade poderia ajudar a trilhar. Certos contextos económicos podem manifestar-se particularmente indutores de decisões desta natureza, designadamente os que, como relatam os inquiridos, estão ligadas à agricultura e à indústria têxtil, atividades produtivas onde proliferam unidades económicas com estratégias fortemente apoiadas na existência de um mercado de trabalho secundário que atraia população jovem a auferir remunerações muito baixas, com contratos a prazo e sem proteção laboral.

Também encontramos alguns inquiridos que manifestam ter solicitado aos seus familiares a saída precoce da escola e uma inserção profissional imediata. Nestes casos, trata-se de percursos pessoais onde confluem processos de escolarização marcados pelo fracasso escolar e, provavelmente, por uma ausência de expectativas relativamente a projetos de futuro e ao papel que a educação escolar aí poderia vir a desempenhar.

Entrevistada: Eu andava a estudar. Eu é que não quis estudar mais, porque queria sentir um bocadinho a minha liberdade. Então, por isso, eu preferi trabalhar e não estudar mais... Eu devia ter os meus 14 anos, que foi quando comecei a trabalhar.

Entrevistadora: (...) Mas os seus pais incentivavam-na a continuar a estudar ou quando disse que não queria estudar, eles...

Entrevistada: Falavam assim: «Olha, se não queres, não queres.» Eles falavam que se fosse trabalhar, que depois ia ser já mais independente. Se eu precisasse de alguma coisa, já ganhava algum dinheiro...

Entrevistadora: Os seus pais não lhe pediram para ir trabalhar?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Eles não precisariam do seu trabalho e do seu dinheiro para ajudar em casa?

Entrevistada: Não, porque eu ajudava muito em casa, já ajudava muito em casa. Eu fui sempre muito metida, eu era mais a menina da cozinha, de arrumar a casa. Enquanto os meus irmãos mais velhos iam trabalhar para o campo com meus pais. (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

Entrevistada: Trabalhei nas fábricas. No meu tempo, era assim. Comecei a trabalhar com 12 anos. Nós trabalhávamos três meses e depois vínhamos embora. Quando precisavam de nós, voltavam a chamar-nos. Depois estávamos mais três meses, porque antigamente havia muito trabalho... Na altura, não quis continuar na escola e a minha mãe meteu-me numa fábrica de confeção (...) (P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

Também se poderá colocar a hipótese de a decisão de abandonar a escola condense uma recusa deliberada de uma lógica escolar que afronta a identidade pessoal e cultural dos que com ela não se identificam, ou, como refere Galland (1988), ser perspectivada como uma estratégia de preservação de «um mínimo de dignidade e autoestima» (p. 402). Os jovens que se encontram culturalmente mais afastados do universo escolar desenvolvem, por vezes, estratégias defensivas de desinvestimento na escolaridade, sendo apoiados nestas decisões pelos progenitores, na medida em que, para estes, a escassez de recursos culturais não os habilita a orientar a incursão dos seus descendentes numa cultura escolar cujos códigos não dominam. Em certa medida, a saída da escola é entendida como a «libertação» (como no caso do entrevistado P3.5_Guimarães#1) de uma instituição que lhes devolve uma imagem desvalorizada de si.

No caso de outro entrevistado, parecem ser as suas circunstâncias de vida que provocaram a interrupção do seu trajeto escolar e o conduziram a uma opção por uma inserção profissional imediata:

Entrevistado: Com 16 anos, já podia ir trabalhar. Podia ir para a escola e acabar, ou ir trabalhar e eu escolhi trabalhar. Não queria ir à escola mais.

Entrevistador: O senhor gostaria de ter continuado a estudar?

Entrevistado: Gostava, eu gostava a ler e escrever bem. Mas aqui não há, as coisas eram mais para a cidade. Aqui não há...

Entrevistador: Não tinha?

Entrevistado: Não tem muita coisa para aqui...

Entrevistador: Então o senhor largou a escola para trabalhar. Quantos anos tinha?

Entrevistado: Com uns 16 anos, comecei a trabalhar.

Entrevistador: Era com a família?

Entrevistado: Era padaria. Ia fazer bolos, pão... Tudo. (P3.2_Montalegre, sexo masculino, 54 anos)

De facto, este entrevistado refere, por um lado, a necessidade de contribuir para a sobrevivência do grupo doméstico e, por outro, que a continuidade de estudos foi impossibilitada pela ausência de oferta formativa nas suas áreas residenciais, salientando-se aqui o isolamento geográfico de algumas zonas rurais e a ausência de infraestruturas escolares como importantes condicionantes da qualidade e durabilidade dos trajetos escolares, o que tem um enorme impacto em termos de desigualdades escolares.

Para outros entrevistados, a interrupção das trajetórias escolares e a inserção precoce no mundo do trabalho é justificada também pelas dificuldades económicas familiares, notando-se nesses casos o apoio familiar ao absentismo e ao abandono escolar. É consensual que nas sociedades atuais a procura de educação se generaliza a todas as classes sociais²⁷, mas a perceção da importância da escolarização e da obtenção de um diploma na construção de projetos de vida futura não é uniformemente partilhada pelos diferentes grupos sociais.

Entrevistadora: (...) Nove irmãos! Era uma casa grande.

Entrevistado: Bastante. Por isso eu fui trabalhar bastante cedo. Tive que largar a escola da mão, para mim ajudar o meu pai, porque o meu pai sozinho... Era uma casa de gente para sustentar, rendas da casa e tudo, não era fácil. Eu tenho duas irmãs mais velhas do que eu, mas, pronto, naquele tempo não havia muito serviço de mulheres. Era sempre mais o homem, mais o homem. Lá então tive de me obrigar a trabalhar cedo. Eu com os meus 12 anos, eu fui trabalhar.

Entrevistadora: O que é que fazia?

Entrevistado: Ia com o meu pai para as vacas, porque ele trabalhava numa lavoura por conta de outrem. Ia-lhe ajudar, porque quando era para mudar vacas, para um lado e para o outro, ele sozinho não dava conta do recado. Lá eu tinha de ir com ele. Mesmo para ajudar a mãe em casa, tinha de fazer certos mandados que, às vezes, ela não podia. E eu tinha de ir e tinha de faltar à escola. (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Entrevistador: Com que idade a XXXX começou a trabalhar?

Entrevistada: No XXXX, eu comecei a trabalhar ainda não tinha 16 anos. Entrava às cinco da manhã e só saía no outro dia, por volta das duas e trinta/três da tarde. Mas como era

²⁷ Os entrevistados que se seguem iniciam a sua escolaridade em períodos em que, em Portugal, se procurava garantir o acesso à educação como direito constitucionalmente consagrado: um deles inicia a sua escolaridade em 1975, outro em 1977 e outro, ainda, em 1985.

menor, na altura, a pessoa, o patrão, dizia que eu era a sobrinha dele para não haver problemas com os fiscais. Era assim uma confusão naquela altura. Mas eu nunca ficava com nada, eu dava tudo à minha mãe. Era os meus irmãos, fui eu que os criei e então o mais pequenino tinha tudo... Ainda hoje é o único irmão que eu tenho uma ligação muito grande, o mais novo... Mas pronto... (P3.3_Lisboa, sexo feminino, 41 anos)

Entrevistado: O meu pai, logo de manhã, pelas seis horas, obrigava a gente a levantar cedo e a ir com ele para as terras e trabalhar com ele nos terrenos. E eu sou o mais novo de quatro irmãos, sou o mais novo. Era uma dificuldade de acompanhar os estudos ao mesmo tempo estar com ele nas terras. Para ele, era mais importante trabalhar nas terras do que estudar e eu por vezes fugia ou saía do terreno.

Entrevistador: Está a dizer-me que estudou até aos 18/19 anos, e saiu de casa aos 20?

Entrevistado: Sim, essencialmente aos 20.

Entrevistador: Começou logo a trabalhar?

Entrevistado: Comecei a trabalhar.

Entrevistador: Em que área?

Entrevistado: Comecei a trabalhar, lembro-me muito bem, fui viver para um quarto. Lembro-me que fui pagar 12 contos. 12 contos na altura para um vencimento de 29 contos. Fui trabalhar aqui perto, mais abaixo, se descer esta rua, tem a ladeiras das águas quentes, e tinha ali uma loja de ferragens. Foi ali o meu primeiro emprego. Pronto, fazia de tudo, vendia ferramentas, trabalhei ao balcão a vender. Era um jovem, fazia de tudo um pouco, esse foi o primeiro trabalho.

Entrevistador: E tinha algum tipo de contrato?

Entrevistado: Sim, sim. Fiz logo inicialmente um contrato de seis meses... (P3.2_Ponta Delgada, sexo masculino, 51 anos)

Nestes três depoimentos, fica bem evidenciada a importância da contribuição dos mais jovens para a sobrevivência do próprio grupo familiar. Contudo, fica ainda evidente nos três testemunhos uma atitude de resistência, por parte das respetivas famílias, à escolaridade, sendo que estes depoimentos também desnudam alguns estereótipos culturais importantes.

O primeiro depoimento (P3.2_Vila Franca do Campo) evidencia a importância da manutenção de um modelo patriarcal em que o homem é socializado para assumir o papel de grande referente da família, o protagonista da sua sobrevivência, pelo que se privilegia a relação dele com o mundo do trabalho, pouco permeável à participação das mulheres:

Entrevistada: Eu tenho duas irmãs mais velhas do que eu, mas, pronto, naquele tempo, não havia muito serviço de mulheres. Era sempre mais o homem, mais o homem. Lá então tive de me obrigar a trabalhar cedo.

Em suma, está aqui subjacente um arquétipo de estrutura doméstica tradicional assente numa diferenciação muito naturalizada de funções desempenhadas por homens e mulheres: os rapazes são socializados para desempenharem as funções instrumentais de obtenção dos recursos económicos e as raparigas para desempenharem funções expressivas, mais implicadas no cuidado do grupo doméstico.

O segundo depoimento (P3.3_Lisboa) evidencia bem a socialização das raparigas no desempenho destas funções expressivas («os meus irmãos, fui eu que os criei»), mas também demonstra que, em contextos urbanos mais modernizados, a diferenciação naturalizada das funções masculinas e femininas poder ser esbatida e a mulher doméstica cuidadora acumula funções com a mulher trabalhadora, evidenciando aqui a entrevistada as dificuldades e a penosidade de um trabalho desempenhado enquanto criança.

O terceiro depoimento (P3.2_Ponta Delgada) refere a penosidade do trabalho do campo e a tendência a que a prole constitua uma parte importante da mão de obra que garante a sobrevivência familiar e contribui para a diminuição dos custos de produção. Contudo, torna também manifesta a valorização, por parte dos progenitores, de uma ética do trabalho que justifica a saída precoce da escola: «para ele [pai], era mais importante trabalhar nas terras do que estudar e eu por vezes fugia ou saía do terreno.» Ainda que o nosso entrevistado mostrasse interesse pela escolaridade, percebe-se que os custos acrescidos que a decisão de continuar os estudos acarreta são dificilmente suportáveis para as famílias mais pobres o que, no caso de os seus descendentes serem rapazes – e dada a valorização da ética do trabalho –, justifica, de forma mais imediata, o abandono da escolaridade de forma a contribuírem para o rendimento económico familiar ou a adquirirem independência financeira o mais rapidamente possível.

Será provavelmente esta condição que está na origem da decisão dos dois entrevistados que se seguem:

Entrevistada: Pronto, isso foi assim eu tive um senhor que era o chefe das funcionárias e ele disse-me assim «Ó moça, posso falar consigo?» E eu disse «Pode, sim senhor.» E ele perguntou-me se eu estava interessada em trabalhar e eu disse que estava. E nisso, ele perguntou se eu podia começar amanhã e eu já comecei no outro dia. Pronto, depois

assinei contrato de seis de seis meses. E assim que acabou o contrato voltaram a renovar-me o contrato por mais seis meses e foi aí que eu fiquei efetiva. (P3.1_Ponta Delgada, sexo feminino, 48 anos)

Entrevistadora: Tinha quantos anos quando acabou a 4.ª classe? Portanto, entrou aos seis... Saiu aos dez da escola?

Entrevistada: Sim, foi. Para ir trabalhar para empregada doméstica.

Entrevistadora: Já saiu diretamente para trabalhar?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E trabalhava onde?

Entrevistada: Em Guimarães. Empregada doméstica. Eu era interna. (P3.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 43 anos)

Em ambos os casos, a escolaridade máxima alcançada foi o primeiro ciclo do ensino básico, tendo o acesso a um emprego com alguma estabilidade, em contextos económicos familiares de grande fragilidade, tornado imperativa a decisão de interromper a trajetória escolar.

Por vezes, os próprios inquiridos assumiram ter decidido interromper os estudos, de forma a se inserirem profissionalmente no mercado de trabalho. Os dois depoimentos que se seguem colocam a tónica do abandono escolar e da inserção laboral na busca de uma independência económica que lhes permitisse ter acesso a alguns bens de consumo sem que tal onerasse o orçamento familiar:

Entrevistadora: Começou a trabalhar com que idade?

Entrevistado: Eu? Com 17 (...) Porque, aí, eu fui tirar a carta e queria ter dinheiro para comprar um carro, não é? Porque o meu pai não tinha dinheiro para me comprar um carro. Ou se calhar até podia ter, se me comprassem às prestações, mas eu não ia fazer isso. Porque eu também tinha uma irmã e ele não fez isso com ela. Não ia fazer comigo. E então aquilo era escola de música e era loja. E, para mim, naquela altura, aquilo era bom, porque eu sempre gostei de música e o meu contacto com a música era ali. Nos tempos mortos, eu estava sempre a tocar. Conheci um monte de músicos e pronto, era a minha onda, não é? (P3.2._Porto, sexo masculino, 45 anos)

Entrevistadora: Começou a trabalhar com quantos anos? Qual foi o seu primeiro trabalho?

Entrevistado: Eu acho que tinha 17 anos. Foi ainda nas férias de Verão. Eu trabalhei em duas férias de Verão, ainda antes de ter a carta de condução. Por isso, devia ter sido com 17 anos. Foi em fábricas. Depois, também depois a situação de já ter carta já é um bocadinho mais fácil de mobilidade. Fiz televisão, também.

(...)

Entrevistado: Que mais? Tentando sempre completar a escola, exato.

(P3.4_Caldas da Rainha, sexo masculino, 36 anos)

Estes dois percursos são substancialmente diferentes dos que temos analisado até aqui. No primeiro caso (P3.2_Porto), percebe-se que o entrevistado e a esposa são beneficiários do RSI. O casal conta ainda com o apoio financeiro dos pais do entrevistado que, segundo este, nunca tiveram «dificuldades económicas» nem dependeram de apoios ou subsídios estatais, tendo o pai sido gerente de uma livraria e a mãe costureira numa unidade fabril²⁸. Assim, a inserção profissional não deriva de uma situação de necessidade económica, mas antes da vontade do entrevistado em aceder a determinados bens de consumo. Neste caso, porque o pai «não tinha dinheiro para me comprar um carro».

Esta situação também caracteriza o entrevistado P3.4_Caldas da Rainha. Filho de um operário fabril e de uma educadora de infância, refere que trabalhava nas férias de Verão para poder «tirar a carta», não sendo perceptíveis na entrevista dificuldades económicas na família de origem. No entanto, refere dificuldades escolares como motivo para o abandono do sistema de ensino após a conclusão do 11.º ano de escolaridade.

Em suma, e à semelhança do verificado nos outros perfis, as inserções profissionais destes inquiridos são precoces e realizadas após trajetos escolares relativamente curtos. As razões invocadas para estas decisões salientam, uma vez mais, as dificuldades económicas familiares, mas também se presente nos discursos dos entrevistados o peso que teve nesta decisão as dificuldades de integração na cultura escolar. As experiências de desemprego são igualmente precoces e, para muitos, constantes e cumulativas, dado que se repetem ao longo da trajetória de vida e aprofundam as desvantagens sociais e económicas.

²⁸ A atipicidade do perfil deste entrevistado também se evidencia numa aposta na escolarização das filhas, estando a mais velha a frequentar um curso de ensino superior.

3.2. Retorno à formação: o impacto dos programas de ativação dos desempregados

Nos contextos nacional e internacional, a década de 90 do século XX representa a difusão de uma retórica que enfatiza o papel da educação/formação como condição necessária para o desenvolvimento das economias europeias. Instalou-se a crença de que a modernização da economia depende da valorização dos recursos humanos, pelo que se encaram os sistemas formativos enquanto instrumentos de inserção profissional, assumindo-se que um dos desafios centrais que a Europa enfrenta é o de saber em que medida as políticas de educação/formação podem contribuir para o processo de criação de empregos²⁹.

Num contexto de crescente dificuldade de financiamento das políticas sociais, e face ao crescimento exponencial do desemprego em especial após o choque petrolífero de 1973, as políticas passivas de subsídio das pessoas em situação de desemprego começam a ser questionadas e substituídas, nos anos '90, por propostas que acentuam a necessidade de reintegração dos desempregados no mercado de trabalho, perspectivada como condição essencial de integração social. Nestas políticas de ativação, a formação profissional joga um papel essencial na «inserção socioprofissional de certas categorias de pessoas desfavorecidas face ao mercado de trabalho (pessoas com baixos níveis de escolaridade e de qualificações, beneficiários do RMG, etc.)» (Hespanha & Matos, 2000, p. 97-98).

A grande maioria (19) dos entrevistados enquadrados neste perfil referiu ter ingressado em processos de formação após vivenciar situações de desemprego. A maioria das experiências relatadas refere-se a programas de inserção socioprofissional desenhados para trabalhadores desempregados, no contexto das políticas de ativação.

No quadro seguinte, apresentamos algumas das modalidades de formação institucionalmente disponíveis direcionadas para adultos desempregados e/ou com fracas qualificações escolares e profissionais.

²⁹ Cf. Livro branco publicado, em 1995, pela Comissão Europeia: «Enseigner et Apprendre. Vers la Société Cognitive».

Quadro 5 – Formação direcionada para adultos com poucas qualificações escolares e profissionais

Tipo de Formação	Objetivos	Destinatários
Cursos de Educação e Formação para Adultos (Cursos EFA)	Elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população portuguesa adulta.	Indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos; Indivíduos portadores de habilitações escolares entre menos de 4 anos até 12 anos.
Estratégia Vida Ativa - QUALIFICA+	Elevar os níveis de qualificação da população desempregada.	Adultos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, com habilitações escolares iguais ou superiores ao 4.º ano e inferiores ao 9.º ano.
Formação Modular	Melhorar as competências gerais ou específicas de uma profissão.	Adultos com idade igual ou superior a 18 anos.
Programa de Formação em Competências Básicas	Obter competências básicas de leitura, escrita, cálculo e tecnologias de informação e comunicação necessárias para integrar um EFA ou RVCC.	Adultos com idade superior a 18 anos que não tenham frequentado ou não tenham concluído 4 anos de escolaridade, ou que tenham concluído, mas não tenham conhecimentos básicos de leitura, escrita e cálculo.

Fonte: IEFP, EP

Ainda que nem todos os entrevistados indiquem concretamente qual a modalidade de formação frequentada, alguns referem que esta alternou períodos de formação em sala de aula, direcionados para a aquisição de conhecimento considerados necessários ao exercício de uma atividade profissional, com a posterior aplicação desses conhecimentos no contexto real (estágio) de uma organização específica.

Entrevistado: (...) E pronto, estou no desemprego e, enquanto estou no desemprego, estou a fazer essa formação, porque não estou parada, para não fazer nada, para ver se me dá mais saídas.

Entrevistadora: Há quanto tempo é que está nessa formação?

Entrevistada: Desde Agosto.

Entrevistadora: É recente?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: A formação dura quanto tempo?

Entrevistada: Um ano. Um ano e depois vamos para estágio.

Entrevistadora: Lembre-me só, a formação é de...

Entrevistada: Técnica de Logística.

Entrevistadora: Ok. E a sua expectativa é qual?

Entrevistada: É assim, a minha expectativa é tentar ter um certificado que me dê saída, talvez para trabalhar em armazém, base de dados ou... que eu também ponderei um bocadinho ir trabalhar para um hotel, para fazer o estágio num hotel, como rececionista de hotel, e fazer lá estágio em Línguas, nesse caso em francês e espanhol, porque inglês já...

Entrevistadora: Já sabe?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Fala inglês?

Entrevistada: Sim. E, pronto, também eu tenho lá um professor que trabalha em hotel e ele disse que se eu escolhesse aquela área, ele tentava ajudar para ver como é que seria. Também tem o aeroporto que dá para o *check-in* e pronto. Eu estive a falar com algumas pessoas, caso precise para o estágio. (P3.1_Lisboa, sexo feminino, 48 anos)

Neste depoimento, ficam bem evidentes as elevadas expectativas que a participação neste tipo de programa gerou nesta entrevistada. No entanto, como tem sido salientado pela investigação, estes programas não só não têm tido impacto real na diminuição dos contingentes de desempregados, como têm um efeito real sobre a precarização de empregos, institucionalizando, eles próprios, a precariedade, na medida em que as entidades empregadoras usam estes programas para recrutar, conjuntamente, trabalhadores a baixo custo para empregos pouco atrativos e mal remunerados (Wuhl, 1996) que raramente resultam em ligações contratuais perenes. Acresce que estes programas de ativação contribuem para introduzir nos contextos laborais desigualdades entre trabalhadores que exercem funções similares, dado que os desempregados inseridos ao abrigo destes programas não usufruem dos mesmos direitos dos outros trabalhadores «no que respeita ao salário, ao horário laboral e às próprias condições de trabalho» (Hespanha & Matos, 2000, p. 99).

Também para outros entrevistados se evidencia a crença de que as qualificações escolares aumentam a probabilidade de emprego, sem que, no entanto, manifestem elevadas expectativas em relação à sua inserção profissional:

Entrevistadora: E acha que o facto de ter o 9.º ano lhe pode dar mais oportunidades de emprego?

Entrevistada: Pode, pode. Mesmo o ano passado, eu estive a fazer um curso pelo Centro de Emprego, que tive que fazer mesmo aquele curso, porque a bem dizer era como se tivesse o 6.º ano.

Entrevistadora: Então e fazer o 12.º ano não pensa nisso?! [risos]

Entrevistada: [risos].

Entrevistadora: Ou já chega para já?

Entrevistada: Para já, já chega. Para já! [risos] (P3.3_Porto, sexo feminino 37 anos)

Entrevistado: Fui trabalhar. Foi com 14/15 anos, não me lembro bem.

Entrevistadora: Gostaria de ter dado continuidade aos estudos?

Entrevistado: Depois de adulto, sim.

Entrevistadora: Depois de adulto é que sentiu essa necessidade?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: E voltou a estudar com quantos anos?

Entrevistado: Trinta e tal.

Entrevistadora: E por que é que lhe deu essa vontade de voltar a estudar?

Entrevistado: Estava desempregado e depois o Centro de Emprego chamou-me para o curso, em 2004, para práticas administrativas e pronto, fui tirar, e até gostei.

Entrevistadora: E acha que, naquela época, se tivesse continuado a estudar o seu futuro teria sido diferente de como é hoje?

Entrevistado: Acho que sim. Melhor...

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Porque, às vezes, estão fechadas janelas... Se tivesse estudado... Agora estou arrependido de não ter estudado... [pausa para beber água.] Porque... Melhores trabalhos, melhores empregos, não é?

Entrevistadora: Acha que se tivesse continuado a estudar hoje poderia ter mais possibilidades de emprego?

Entrevistado: Sim. (P3.4_Guimarães, sexo masculino, 42 anos)

Entrevistador: Estás então a dizer que tens o 6.º ano e já estás a ficar preocupado porque há trabalhos que pedem o 9.º ano, é isso?

Entrevistado: Sim, dizem para tirar o 6.º ano para ter um trabalho, não sei quê, não sei que mais... pronto, e agora já estou fora porque não tenho o 9.º ano.

Entrevistador: Como é que surgiu a Rede Valorizar? Como surgiu essa oportunidade de voltar à escola? Foi o Centro de Emprego?

Entrevistado: Foi o Centro de Emprego

Entrevistador: E como é recebeste essa notícia de voltar à escola?

Entrevistado: Já foi em 2014

Entrevistador: Tinhas que idade quando isso aconteceu?

Entrevistado: Tinha para aí uns 27/28 anos. (P3.4_Ponta Delgada, sexo masculino, 33 anos)

Nos três depoimentos, percebe-se que a formação frequentada resulta de uma condição colocada pelo Centro de Emprego para aumentar as qualificações destes desempregados, mas não resultou numa efetiva colocação profissional. Para a inquirida P3.3_Porto, a conclusão do 9.º ano de escolaridade, em 2018, ainda não a tinha retirado da situação de desemprego; para o inquirido P3.4_Ponta Delgada, o regresso à formação, através da Rede Valorizar³⁰, deu-se em 2014, de forma a concluir o 6.º ano de escolaridade, mantendo-se também a sua situação de desemprego desde então; no caso do entrevistado P3.4_Guimarães, a conclusão, em 2001, de um curso de Práticas Administrativas não o conduziu a um emprego na área, tendo trabalhado durante alguns anos enquanto operário fabril.

Alguns entrevistados colocaram a tónica geral na obrigatoriedade da formação, mas referem, igualmente, um conjunto de questões essenciais relativas ao funcionamento deste tipo de programas de formação direcionados para desempregados, designadamente as dificuldades inerentes a estes processos formativos, tecendo ainda algumas críticas à utilidade da formação frequentada:

Entrevistadora: Gostaria de ter continuado a estudar?

Entrevistado: Eu nunca fiz planos de continuar a estudar. Eu fui obrigado a estudar outra vez. Foi obrigatório estudar. Eu estava desempregado em casa....

Entrevistadora: Por que é que foi obrigado a estudar?

³⁰ A Rede Valorizar é um serviço do Governo Regional dos Açores destinado a reconhecer, validar e certificar competências profissionais e/ou escolares.

Entrevistado: Porque eu estava no fundo de desemprego outra vez, e estava na tal situação de desempregado. Quem está desempregado aqui nessa ilha somos chamados para ir para qualquer lado: ou vai tirar um curso, ou vai estudar e tirar a escolaridade que é preciso, ou vai para reuniões da assistente social. A gente somos chamados para qualquer coisa que seja preciso.

Entrevistadora: E acha que foi útil ter estudado?

Entrevistado: Foi muito bom.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Foi muito bom porque eu precisava do 9.º ano. Principalmente o 9.º ano para a minha idade era muito preciso. Mas pronto, vendo também noutra sentido, esse 9.º ano não me serviu de nada até agora. Fui tirar e tudo mais. Mas, até agora, até à data de hoje, não me serviu de nada. Ainda se me servisse para alguma coisa, para ter um serviço fixo ou coisa assim, aí eu agradecia. Mas não, não me serviu de nada. Não posso dizer que me serviu de alguma coisa, porque não me serviu de nada.

Entrevistadora: Arrepende-se de ter...

Entrevistado: Mas arrepender de tirar o 9.º ano, eu não me arrependi. Porque aquilo nunca é demais. Aquilo é sempre uma boa coisa para a gente, um benefício para a gente.

Entrevistadora: Em quê? Qual é o benefício?

Entrevistado: Porque isso aqui, a gente aqui nas ilhas, se não tiverem o 9.º ano, tem serviços, tem empregos que não pegam na gente.

Entrevistadora: Ah, ok. Para arranjar trabalho acha que é...

Entrevistado: Para arranjar trabalho aquilo é muito importante. Aquilo é uma peça de ferramenta útil.

Entrevistadora: Que curso é que tirou nessa altura?

Entrevistado: Tirei o curso de pedreiro.

Entrevistadora: O da formação profissional que lhe deu equivalência ao 9.º ano?

Entrevistado: Foi o curso de pedreiro e o 9.º ano.

Entrevistadora: Onde é que tirou o curso?

Entrevistado: Na Escola Profissional de Vila Franca do Campo.

Entrevistadora: Quanto tempo é que durou?

Entrevistado: Foi um curso de dois anos. Foi dois anos de escola. A gente tirarem o curso e tirarem a escolaridade do 9.º ano. (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Entrevistadora: Gostava de ter continuado a estudar?

Entrevistada: Bem, eu continuei a estudar foi na escola do Arrifes em Ponta Delgada. Pronto, o fundo de desemprego contratou-me para ir para a escola de lá durante quatro meses tirar uma formação.

Entrevistadora: E era formação de quê, lembra-se?

Entrevistada: Hum... não. Mas era tipo escola, porque se eu não fosse para a escola, eu tinha perdido o rendimento mínimo que era cem euros. E eles pagavam-me as camionetas... E depois a gente também tinha computadores e tínhamos que ir para os computadores, mas, meu Deus Cristo, eu não sabia mexer em computadores! E eu tinha que chamar o senhor professor e ele dizia «Ó dona XXXX, outra vez?» E eu dizia-lhe «É, senhor professor, tenha paciência que isso custa-me.» (P3.1_Ponta Delgada, sexo feminino, 48 anos)

Entrevistado: Tive formações, estudar não. Formações é que tenho tido.

Entrevistadora: Lembra-se de que formações é que tem tido?

Entrevistado: Formações, ali só agora no Centro de Emprego.

Entrevistadora: São formações do Centro de Emprego, mas que não lhe dão escolaridade...

Entrevistado: Pois, só com a 4.ª classe, não é para seguir.

Entrevistadora: Não é para seguir?

Entrevistado: Não... eles pediram. Por acaso, ali até pediram, se quisesse continuar podia tirar o 9.º ano ou o 12.º ano. Só que tinha que andar lá mais nove meses, ou o que era... e não quero.

Entrevistadora: E, por que é que não quer?

Entrevistado: Por que é que não quero... para aprender indústria hoteleira, eu sei, não vou aprender. A ser empregado de mesa, não sei quê. Se eu sou profissional de tirar cafés, se eu sou profissional empregado de mesa, empregado de balcão, não vou aprender nesta altura, não é? Penso eu. Estar ali preso mais nove meses para aprender aquilo, eu acho que não vou aprender nada. Foi como agora, andei a tirar um curso de costura. O que é que eu aprendi de costura? Nada! Máquina, o que é que aprendi a coser, cosia, alinhava, alinhava, no outro dia, tirava, voltava a tirar, que estava mal feito. Não aprendi nada. (P3.5_Amadora, sexo masculino, 58 anos)

Um dos aspetos destacados pelos entrevistados remete para o carácter obrigatório destas formações e para a punição associada ao incumprimento das obrigações contratualizadas. A *compulsão ao trabalho* que as políticas de ativação defendem tem sido um dos aspetos mais debatidos não apenas pela investigação, mas igualmente pelos poderes e pela opinião pública. Os argumentos habitualmente apresentados estão muito centrados nos direitos e obrigações, bem como na questão moral subjacente à ideia de que a disponibilização de ajudas estatais não pode ser realizada sem a existência de contrapartidas por parte de quem é ajudado (Hespanha & Matos, 2000, p. 93).

As virtudes reconhecidas a estas políticas de ativação prendem-se com a oportunidade facultada aos desempregados de melhorar as suas qualificações, por se considerar que a participação no mercado de trabalho é uma matéria de direitos humanos e uma questão central da integração social dos indivíduos. Nesse sentido, estas políticas ativas permitem substituir a centralidade na subsidiação e numa cultura de dependência em relação ao Estado por propostas mais emancipatórias que favoreçam «o acesso à plena cidadania» e que elevem a «ética do trabalho a pilar central da sociedade» (Hespanha & Matos, 2000, p. 94). Contudo, entre os aspetos mais criticados salientam-se, como já referimos, não apenas o «carácter disciplinador e punitivo» das obrigações, mas ainda o facto de estas propiciarem a criação de um:

mercado de trabalho secundário caracterizado por tarefas temporárias e inapropriadas à inserção profissional, em que os envolvidos não gozam dos mesmos direitos laborais dos trabalhadores regulares, nem de liberdade e autonomia individuais (Moser, 2011, p. 73-74).

Assim, estes programas ocupacionais permitem às organizações que recrutam desempregados libertar-se de uma parte substancial dos custos inerentes à utilização e estabilização da mão-de-obra.

Outra questão enfatizada nos três depoimentos anteriores remete para o facto de estes desempregados serem, à partida, portadores de qualificações escolares muito baixas, sendo que as formações em que participam propõem uma dupla certificação, ou seja, uma qualificação profissional e uma certificação escolar, como salientaram os entrevistados P3.2_Vila Franca do Campo e P3.5_Amadora (parece-nos que o caso da entrevista P3.1_Ponta Delgada não se enquadra nesta lógica de formação, mas antes numa formação de tipo modular).

Destaque-se ainda que as fracas qualificações escolares e a iliteracia subjacente transformam o processo de formação num empreendimento bastante difícil e, por vezes, penoso, como é referido pela entrevistada P3.1_Ponta Delgada. O entrevistado P3.5_Amadora não sublinha a dificuldade da formação, mas a sua inutilidade: «Estar ali preso mais nove meses para aprender aquilo, eu acho que não vou aprender nada. Foi como agora, andei a tirar um

curso de costura. O que é que eu aprendi de costura? Nada!» Ora, uma questão que tem sido debatida a propósito destas formações é precisamente a lógica escolar que lhe está subjacente, dado que esta pressupõe uma separação entre os contextos de aquisição de conhecimentos teóricos (ficar «preso» numa sala de aula, como refere o entrevistado P3.5_Amadora) e os contextos de aplicação prática desses mesmos conhecimentos. Esta lógica formativa negligencia o papel imprescindível da experiência nos processos de aprendizagem dos adultos, escamoteando, simultaneamente, que os saberes adquiridos «não constituem pré-requisitos suscetíveis de uma transferibilidade linear» (Canário, 1999, p. 46) para os contextos de trabalho onde essa ação profissional se vai desenvolver, na medida em que estes não apresentam configurações uniformes, passíveis de serem antecipadas pela formação.

Como refere Rose (1984), a formação toma como referência estável um determinado momento do processo de trabalho, pressupondo que as suas formas de organização e condições de funcionamento se manterão independentemente dos contextos organizacionais onde ocorrem e das suas teias de interações. Contudo, as dificuldades que alguns desempregados mais desqualificados experienciam podem não se reduzir a questões estritamente técnicas, mas à compreensão dos próprios processos organizacionais (comunicação, relação em equipas de trabalho e relação com as chefias, entre outros) e do sistema social (clima, cultura, normas e valores dominantes, entre outros) subjacentes a todas as organizações.

Por outro lado, e não menos importante, a formação não contribui para aumentar a «oferta global do volume do emprego, nem define as suas modalidades» (Canário, Alves & Rolo, 2001, p. 150). Assim, caso não haja empregos, ou caso estes sejam maioritariamente precários e mal remunerados, dificilmente se obsta à situação de pobreza destes trabalhadores em situação de desemprego, tal como é legitimamente esperado pelos utilizadores deste tipo de formação. São essas, aliás, as expectativas do entrevistado P3.2_Vila Franca do Campo quando afirma que «Para arranjar trabalho, aquilo é muito importante. Aquilo é uma peça de ferramenta útil.» Contudo, na prática, reparámos que o entrevistado realizou a formação em 2011 e, até 2019, nunca mais trabalhou. Os entrevistados P3.1_Ponta Delgada e P3.5_Amadora são igualmente desempregados de muito longa duração, não tendo exercido qualquer atividade profissional após a frequência dos cursos referidos.

Acresce a questão da pertinência da formação oferecida, quer para o formando, quer no contexto do mercado de trabalho. No caso do entrevistado P3.5_Amadora, a formação em costura pode ser entendida como claramente desadequada.

Para uma entrevistada, a motivação para a frequência de uma formação não deriva da possibilidade de aumentar os conhecimentos, mas de reviver o lado convival que as experiências formativas propiciam:

Entrevistador: O que aconteceu na sua vida para voltar a estudar?

Entrevistada: Sei lá... Telefonaram-me e eles pediram-me se eu queria fazer um curso para fazer o 12.º ano. E eu disse: «Nem sei se vá ou se não vá.» Era a pagar e o pouquinho que era a pagar não me interessava. O que me interessava era a convivência. Quando estava lá, lembrava-me dos tempos que eu andava na escola. Andavam pessoas mais velhas, mas lembrava-me do tempo da escola. Era a convivência que tinha com os meus colegas lá na escola, era a amizade, as pessoas eram amigas e lembrava-me isso tudo. (P3.3_Montalegre, sexo feminino, 43 anos)

A valorização da sociabilidade que estes cursos permitem e potenciam (como refere a entrevistada, «O que me interessava era a convivência») deriva provavelmente também do facto de a situação de desemprego contribuir para o isolamento social dos indivíduos, dado que os contextos laborais não são apenas lugares de produção, mas também «redes de relações e de trocas». Assim, quando privados do trabalho, os desempregados tendem a «isolar-se das suas redes de relacionamentos sociais entretanto criadas» (Caleiras, 2011, p. 73). Neste sentido, o trabalho não garante apenas benefícios financeiros, mas também relacionais, simbólicos e afetivos, permitindo a criação de laços e de processos de identificação indispensáveis à existência social.

Como referem Gallie, Paugam e Jacobs (2003), este isolamento social deriva também do processo de estigmatização a que os desempregados são sujeitos em sociedades edificadas em torno do sistema produtivo, que fazem depender o estatuto social do acesso a um emprego.

Um outro entrevistado evidenciou uma perspetiva crítica sobre o processo de aquisição de conhecimentos subjacente à formação frequentada:

Entrevistadora: Como é que foi tirar o 9.º ano? Por que é que foi?

Entrevistado: Ah! foi uma experiência já com... Ora, eu depois reformei-me aos 49 anos para 50. Foi mais para ocupar tempo. E assim, como sempre ouvir dizer que o saber não ocupa lugar... Tirei só por tirar, porque aquilo para mim não fui lá aprender rigorosamente nada.

Entrevistadora: Não cresceu conhecimentos? Não sentiu que...

Entrevistado: Não, não. Tirava, se calhar... A única coisa que eu fui tirar foi eu lembrar só aquelas coisas. Porque conhecimentos, conhecimentos, não fui fazer nada. Fazer a minha história de vida, que eles pediram-me... Fazer até um portefólio e aquilo... Houve ali umas... algumas coisas. Se calhar, reavei um bocado da matemática. Foi formação de computadores. Foi isso, mais ou menos. Dei o tempo por bem empregue porque fui reaver um monte de coisas. Agora, se me disserem assim a nível de vida, se aprendi alguma coisa, não aprendi nada.

Entrevistadora: Não?

Entrevistado: Não. Não aprendi nada, porque escrever... Não aprendi nada. Uma das coisas que ainda hoje faço e faço com orgulho e como opção: ensinar os meus netos, por exemplo, em matemática. Eu admiro-me como é que hoje no ensino de hoje não se sabe fazer contas de dividir com vírgulas. (P3.5_Caldas da Rainha, masculino, 59 anos)

Este entrevistado refere-se a um processo RVCC³¹ que permite a obtenção de uma certificação profissional e uma certificação escolar com base na demonstração, via construção de um portefólio, das aprendizagens realizadas e das competências adquiridas em contextos profissionais e de vida. No entanto, pelo discurso produzido, o entrevistado conota claramente a formação com transmissão de conteúdo, desvalorizando a própria modalidade formativa frequentada na medida em que não correspondeu às suas expectativas, mais direcionadas para a aprendizagem de conteúdos escolares, designadamente para a aprendizagem da língua materna: «não aprendi nada, porque escrever... não aprendi nada.»

Outra entrevistada coloca a tónica do seu processo formativo, enquanto beneficiária do RSI, nas dificuldades de aprendizagem sentidas e na ausência de motivação:

Entrevistadora: E nunca pensou em voltar? Nem sequer para um curso profissional nem outro tipo de estudo?

Entrevistada: Não. O que já andei aqui... antes de vir para aqui, já me saiu para cursos, mas eu desistia, que eu não consigo. Não tenho cabeça para escrever.

Entrevistadora: Escrever? Escrever é aquilo em que tem mais dificuldade?

³¹ O Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC Profissional ou RVCC Escolar) é um processo que permite obter uma certificação profissional ou escolar com base na demonstração de aprendizagens realizadas ao longo da vida, bem como de competências adquiridas através de experiência profissional ou noutros contextos.

Entrevistada: Sim. Não tenho cabeça para isso.

Entrevistadora: Mas, apesar dessa dificuldade, tinha vontade? Ou nem vontade?

Entrevistada: Nem vontade. Não tinha, não.

Entrevistadora: Não tem interesse?

Entrevistada: Eu quero é trabalhar. Assim para estar assim sentada a escrever e a ler (...) Quando eu estive na casa dos meus pais, trabalhei também. Acho que foram dois ou três anos na resina, no monte, a colher a resina. Depois, pronto, andava assim em cursos, como disse agora à senhora doutora. Mas desistia, que eu não conseguia, pronto, não gostava. E depois saiu-me para aqui. (P3.3_Celorigo de Basto, sexo feminino, 43 anos)

Tendo qualificações académicas muito baixas (primeiro ciclo do ensino básico), esta entrevistada refere que, apesar da escolaridade certificada, não adquiriu conhecimentos básicos de leitura e de escrita, o que, no seu caso, obstaculiza os processos formativos que lhe têm sido propostos³². Trata-se não apenas de um problema de alfabetização, mas igualmente de literacia, entendida como a capacidade de utilizar as aprendizagens em situação. Ou seja, a capacidade de «processamento da informação escrita» em diferentes situações (Benavente, Rosa, Costa & Ávila, 1995, p. 23).

Para um outro conjunto de entrevistados, a formação é encarada como uma situação prazerosa:

Entrevistador: E além de voltar a estudar [tirou o 12.º ano em adulta depois de ter saído da escola com o 5.º ano], chegou a fazer outros cursos?

Entrevistada: Cozinha/pastelaria e tenho curso técnico comercial em *marketing*. Este aí já é após o 12.º, que ainda tentei esse e consegui. Só que agora ia fazer logística, mas a minha cabeça por enquanto não está bem.

Entrevistador: Ok. Pelo que eu percebo, pelo que eu percebi, pelo que disse, gostaria de ter continuado a estudar, não é?

Entrevistada: Sim, gostava muito.

Entrevistador: O que é que a impede de voltar a estudar?

Entrevistada: O que é que eu posso te explicar ... É não ter ... Uma pessoa para estudar tem que ter... Financeiramente, tem que estar bem ... E eu recebo duzentos e qualquer

³² Daí que uma das modalidades formativas propostas para estes públicos seja, como referimos anteriormente, o Programa de Formação em Competências Básicas, que permite adquirir conhecimentos básicos de leitura, escrita e cálculo.

coisa do rendimento mínimo... E o meu filho mais velho é doente crónico... (P3.3_Lisboa, sexo feminino, 41 anos)

Entrevistadora: Mais tarde, depois de parar o ensino no sexto ano, em algum momento voltou a estudar, em algum ensino profissionalizante?

Entrevistada: Ah, é assim, eu também casei nova. Tive logo uma filha de quem não me arrependo nem só um bocadinho. Mais tarde, tirei um curso informático, mas que na verdade foi por gosto porque nunca lhe dei utilidade. (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

Entrevistadora: Depois de ter concluído o décimo segundo, não é? Em 2011. Depois disso estudou mais alguma coisa? Fez mais algum curso?

Entrevistado: Pois, aí é que está. Eu, como tenho o décimo segundo ano e tinha a idade que tinha, já não podia fazer uns cursos quaisquer, já tinha que ser coisas mais específicas. Porque havia muitos putos por professores para acabar o nono ano, outros para acabar o décimo segundo, outros querem formação de adultos para complementar também situações. Que eu já tinha décimo segundo, também já não podia fazer. Eu atualmente estou a fazer dois cursos, um deles é para comprovar que tenho a especialidade, ou seja, um RVCC. Embora tenha o décimo segundo ano, eu quero comprovar que tenho conhecimentos na área, para depois só ter o diploma. Isto é, mais para enriquecimento curricular.

Entrevistadora: Hum-hum, sim. Qual é a área?

Entrevistado: De administração.

Entrevistadora: Administração, ok.

Entrevistado: E estou a fazer outro noturno, que tem a ver mais com a ligação entre as pessoas. Agora é inteligência emocional. Antes foi... como é que se chama? Gestão de recursos humanos. E liderança e trabalho de equipa, também fiz.

Entrevistadora: Ok. Esses são pelo Centro de Emprego, esses cursos que está a fazer?

Entrevistado: Não, não, não. Nada pelo Centro de Emprego. Como eu não tenho a tal situação, como eu não tenho certos requisitos, o Centro de Emprego já não tem nada para mim, por assim dizer. Não tenho o nono ano para acabar, não tenho o décimo segundo para acabar. Eu já tenho.

Entrevistadora: Então faz esses cursos através de...

Entrevistado: Do XXXX.

Entrevistadora: Do XXXX, está bem.

Entrevistado: Também tem parcerias com o IEFP. (P3.4_Caldas da Rainha, sexo masculino, 36 anos)

As entrevistadas P3.3_Lisboa e P3.5_Guimarães#2 referem a gratificação simbólica inerente à frequência destas formações, mas referem também que o desempenho das suas tarefas familiares, designadamente o cuidado e educação dos filhos, as afastou da possibilidade de continuar o seu percurso formativo, salientando ainda a entrevistada P3.3_Lisboa o custo associado à formação. O entrevistado P3.4_Caldas da Rainha é, juntamente com a entrevistada P3.3_Lisboa, dos mais escolarizados deste perfil – 12.º ano de escolaridade – e refere que o Centro de Emprego a que está ligado já não tem ofertas formativas que se enquadrem no seu perfil, razão pela qual procura outros centros de formação com parcerias com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), para aprofundar conhecimentos na área dos processos organizacionais e da gestão de recursos humanos.

Por último, salienta-se uma entrevistada que retoma a sua formação depois de ter saído da escola, mas a expensas próprias:

Entrevistadora: Disse que parou de estudar com 13 anos, mas que depois fez o curso de datilografia...

Entrevistada: Datilografia, tirei o curso, meus pais pagaram. Eu acho que não ia todos os dias, era para ir três dias por semana. Era aqui em Guimarães, eu saía do trabalho e ia para a escola. Depois ia para casa, para às dez horas da noite é que eu ia para casa. Tinha transporte público, porque eu também morava aqui nos arredores. (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

Em suma, neste perfil, uma larga maioria dos entrevistados frequentaram processos formativos em adultos enquanto desempregados enquadrados em medidas de ativação. No entanto, não só estas pessoas se mantêm ainda em situação de desemprego, como se verifica que poucas trabalharam após as formações frequentadas: a entrevistada P3.1_Ponta Delgada trabalhou durante seis anos após a conclusão do curso e o entrevistado P3.2_Vila Franca do Campo trabalhou durante três anos, mas atualmente estão desempregados; o entrevistado P3.4_Caldas da Rainha trabalhou durante um ano em Contrato Emprego-Inserção, tendo muito recentemente concorrido para uma vaga num centro de saúde; a entrevistada P3.3_Celorico de

Basto está inserida no segundo contrato de emprego-inserção, que implica a realização de um trabalho socialmente útil por parte dos beneficiários que estão a ser subsidiados.

O fraco impacto destas formações no acesso e estabilização dos beneficiários ao mercado de trabalho decorre de vários fatores, sendo importante aqui destacar não só a escassez de empregos disponíveis nos seus contextos de vida, mas ainda as políticas de recrutamento e de estabilização da mão-de-obra por parte das entidades públicas e privadas. Em contextos de crise e de incerteza, estas entidades optam, como referimos anteriormente, pela contratação temporária de trabalhadores que engrossam o mercado de trabalho secundário, caracterizado por precariedade, instabilidade e baixas remunerações. As organizações do terceiro sector acolhem muitos destes desempregados – designadamente no âmbito dos contratos de emprego-inserção –, mas nem sempre têm condições financeiras para permitir a estabilização destes trabalhadores, estando, na prática, muito dependentes dos acordos de cooperação que assinam com o Estado.

Por outro lado, não podemos escamotear o impacto das práticas discriminatórias dos potenciais empregadores e a estigmatização social destes desempregados, em especial daqueles que estão há mais tempo em situação de desemprego e que são menos qualificados. As retomas económicas que podem ocorrer nas sociedades têm tendencialmente menor impacto na diminuição dos contingentes deste tipo de desempregados do que dos que se encontram em transição profissional. A investigação desenvolvida sobre as estratégias de recrutamento dos empregadores tem evidenciado que, para estes, os desempregados de longa duração se distanciam dos critérios de empregabilidade que regem as normas de emprego, não apenas no que às competências técnicas respeita, mas também relativamente à posse de competências transversais que, entre outras, respeitam à iniciativa, à autonomia e à responsabilidade, características de que os desempregados de longa duração serão, alegadamente, desprovidos. Este entendimento estigmatiza, por isso, a condição do desempregado, responsabilizando-o pela sua situação social³³ e aumentando exponencialmente as possibilidades de permanecer no desemprego em função da duração do desemprego já vivenciado (Palos, 2004).

³³ Como refere Demazière (1996), as reações dos desempregados à situação de desemprego dependem de um conjunto muito complexo e heterogéneo de variáveis: posição no ciclo de vida; posição na estrutura social; posição numa trajetória social; antecipações subjetivas do futuro; redes relacionais e estatutos sociais objetivamente possíveis (p. 340).

3.3. Transições familiares

À semelhança do que ocorre no perfil dos precários, neste perfil verificamos também uma diversidade de situações familiares³⁴. A par do modelo clássico de família, encontramos outras formas de estruturação das ligações afetivas, incluindo, para além do casamento convencional, modalidades mais informais de conjugalidade que, como podemos observar no quadro seguinte, são referidas por alguns dos entrevistados considerados neste perfil.

Quadro 5 - Especificidade das transições familiares dos inquiridos no perfil dos Desempregados

Entrevistado	Década de Nascimento	Idade Autonomia Residencial	Idade Conjugalidade	Idade Parentalidade	Situação Atual
P3.1_Lisboa	70	27 anos	27 anos	28 anos	divorciada
P3.1_Ponta Delgada	70	18 anos	18 anos	-	casada
P3.1_Porto #1	70	19 anos	19 anos	19 anos	união de facto
P3.1_Porto #2	70	22 anos	18 anos	18 anos	divorciada
P3.2_Ferreira do Alentejo	50	26 anos	23 anos	25 anos	casado
P3.2_Ponta Delgada	60	20 anos	18 anos	27 anos	divorciado
P3.2_Porto	70	21 anos	28 anos	25 anos	casado
P3.2_Vila Franca do Campo	70	37 anos	20 anos	24 anos	casado
P3.3_Amadora	90	-	17 anos	17 anos	união de facto
P3.3_Lisboa	70	32 anos	20 anos	21 anos	divorciada

³⁴ O entrevistado P3.2_Montalegre e a entrevistada P3.3_Celorico de Basto não foram considerados nesta análise, dado que não apresentam episódios de transição para a conjugalidade e/ou parentalidade. Salienta-se que, enquanto o entrevistado P3.2_Montalegre nunca trabalhou, a entrevistada P3.3_Celorico de Basto trabalhou como empregada doméstica dos 11 aos 20 anos e após esta idade retornou para a casa paterna onde, até aos 33 anos, exerceu funções de cuidadora informal dos pais.

P3.3_Montalegre	70	-	23 anos	23 anos	união de facto
P3.3_Porto	80	30 anos	23 anos	17 anos	separada
P3.4_Caldas da Rainha	80	20 anos	24 anos	25 anos	divorciado
P3.4_Guimarães	70	31 anos	31 anos	-	separado
P3.4_Ponta Delgada	80	27 anos	25 anos	27 anos	união de facto
P3.5_Amadora	60	-	28 anos	29 anos	separado
P3.5_Caldas da Rainha	60	20 anos	20 anos	22 anos	casado
P3.5_Guimarães #1	50	23 anos	22 anos	22 anos	divorciada
P3.5_Guimarães #2	60	45 anos	19 anos	20 anos	divorciada
P3.5_Porto	80	23 anos	23 anos	-	casada

É também de destacar o facto de a autonomização residencial, para um número significativo de inquiridos, ser posterior à transição para a conjugalidade e para a parentalidade, o que denuncia a ausência de recursos económicos que permitam à família de procriação³⁵ aceder a uma habitação própria, condição também potenciada pela recorrência das situações de desemprego nas trajetórias dos indivíduos. Para a entrevistada P3.3_Amadora, a autonomia residencial ainda não se concretizou, na medida em que a fragilidade económica a obriga a permanecer ainda em casa dos pais; na entrevista P3.5_Amadora, não foi recolhida esta informação, apenas se percebendo que, ao longo do processo de vida do entrevistado, houve necessidade de partilhar habitação com outros familiares, designadamente irmão, avós e tios, na sequência do processo de migração do campo para a área metropolitana de Lisboa.

³⁵ Em alguns casos, os jovens casais dependem da solidariedade familiar (família restrita e família alargada) e de amigos para acederem a uma habitação.

3.3.1. Transição para a conjugalidade

Neste perfil, a idade média de transição para a conjugalidade situa-se nos 21 anos, valor coincidente para homens e mulheres. No que às relações conjugais respeita, o discurso dos entrevistados direcionou-se mais para as situações de separação/divórcio, que neste perfil são muito relevantes, não só quantitativamente (este episódio esteve presente na trajetória de vida de 12 entrevistados) mas também pelos impactos emocionais e no aprofundamento da situação de vulnerabilidade económica. Aliás, os impactos do desemprego na estabilidade emocional e nas ruturas familiares têm sido evidenciados pela investigação (Paugam, Zoyem & Charbonnel, 1993), salientando-se uma correlação forte entre precariedade laboral e instabilidade conjugal.

Nove dos entrevistados referem algumas dificuldades decorrentes da ausência de recursos que possibilitem a autonomia residencial da família de procriação, sendo que nem em todas as biografias esse episódio é devidamente aprofundado.

O discurso produzido por um dos entrevistados é exemplificativo das implicações que a situação de pobreza tem no acesso a uma habitação e à construção obtenção de autonomia em relação ao grupo doméstico:

Entrevistado: Eu saí de casa dos meus pais com 21 anos.

Entrevistadora: E foi morar para onde?

Entrevistado: Casei-me e fui morar para Vila Franca [do Campo]. Como na casa do meu pai não havia a hipótese de ter lá um casal, fui para a casa da mãe dela [apontando para a esposa, que estava na sala]. Até, aliás, o primeiro sítio que a gente forem foi um senhor que era muito meu amigo e que tinha uma casa vazia. Depois, fui fazer os papéis na Secretaria da Habitação, que era para a Secretaria me ajudar a comprar aquela casa... para me comprar a casa. A casa não era minha, era da Secretaria, mas a Secretaria comprava e eu ficava como rendeiro lá dentro. Mas houve uns problemas: levou muito tempo a vir o dinheiro da Secretaria, esse senhor vendeu a casa a outro, porque precisava de dinheiro, e eu tive de ser despejado. Então, fui para casa da mãe [da esposa]. Na casa da mãe, tive de me obrigar a ir buscar materiais da construção civil para mim fazer um quartinho de casa... que fui obrigado a fazer, no quintalinho dela, um quartinho de casa para mim poder morar mais ela. E já nesse tempo, já tinha dois filhos. Já tinha o nosso XXXX mais velho e depois, já no fim, aquela [apontando para filha que estava na sala] nasceu também, a outra... num quartinho que tinha uns dez metros quadrados para morar quatro pessoas...

Entrevistadora: Quanto tempo é que esteve na casa do seu amigo?

Entrevistado: Tive coisa daí uns três anos.

Entrevistadora: Portanto, para aí até aos 24 e depois foi para a casa...

Entrevistado: Depois, fui para a casa da mãe [da esposa].

Entrevistadora: E, na altura, quando saiu de casa dos seus pais, casaram logo ou estiveram a viver juntos?

Esposa do entrevistado: A gente casou foi antes de ir para casa dos meus pais. (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

São imbrincados os meandros descritos por este entrevistado: após o casamento, ficou a viver com os pais; depois foi para uma casa cedida por um amigo, onde ficou durante alguns anos; e depois foi para casa dos pais da esposa – para um anexo por si construído no quintal. Este depoimento ressalta a importância das redes familiares e de amizade no apoio aos mais desfavorecidos, mas também as limitações da solidariedade institucional, cuja complexidade de procedimentos burocráticos não permite agilizar processos e resolver as dificuldades detetadas em tempo útil para as pessoas, o que, neste caso, obstruiu ao solucionamento do problema de habitação deste entrevistado. Salientam-se também as limitações sentidas pelas famílias de origem do casal em providenciarem ajuda duradoura, o que também deriva da situação de vulnerabilidade social que as caracteriza.

Numa outra situação relatada a entrevistada refere a ajuda familiar providenciada pela progenitora do marido:

Entrevistadora: Saiu da casa dos seus pais com quantos anos?

Entrevistada: 19 anos.

Entrevistadora: Quando se casou?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Com quem foi viver?

Entrevistada: O meu marido vivia com a mãe. A mãe já tinha uma certa idade, portanto, a minha falecida sogra foi mãe do meu marido já tardia, e fomos viver juntos.

Entrevistadora: A senhora, o seu marido e a mãe na casa da mãe?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Como é que se sustentava, a família?

Entrevistada: Eu trabalhava, meu marido trabalhava, minha sogra era reformada, partilhávamos as despesas todas. (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

Neste caso, fica evidente que esta coabitação surgiu como uma forma de colmatar a ausência de habitação, mas também como estratégia de enfrentamento das dificuldades económicas vivenciadas pelo jovem casal, na linha do que Pitrou (1978) qualificou como «solidariedade para a subsistência», por contraponto à «solidariedade direcionada para a promoção social», que caracteriza as famílias mais favorecidas. Esta é uma questão que retomaremos num próximo capítulo.

Para outro entrevistado, as dificuldades financeiras sentidas estão na origem do retorno à casa dos pais, depois de ter experienciado processos de autonomização residencial:

Entrevistador: Houve alguma altura depois de teres saído de casa dos teus pais em que tiveste necessidade de voltar para casa deles?

Entrevistado: Sim, quando eu saí de lá, tive uma casa de renda. Não aguentei com a renda e voltei para lá.

Entrevistador: Em que ano isso aconteceu? Em 2011, saíste de casa dos teus pais... [sim] Foste viver com a tua esposa para essa casa de renda. Quanto tempo tiveste nessa casa de renda?

Entrevistado: Três anos. Só que não era sempre a mesma casa.

Entrevistador: Vivias de abono de família, vivias de quê? De onde vinham os teus rendimentos?

Entrevistador: Teve um mês que estive na casa... até esperar... quando a gente foi aceite, a gente foi para uma casa de renda.

Entrevistador: Quando foste para casa dos teus pais porque não conseguias pagar a renda. Estiveste novamente em casa dos teus pais?

Entrevistado: Dois anos

Entrevistador: E depois, voltaste a sair? Quando veio aquela aprovação da Segurança Social para teres casa para ti, correto?

Entrevistado: Foi da Secretaria, que ajudou, agora estou nos XXXX.

Entrevistador: Uma casa dada pela Secretaria da Habitação, é isso?

Entrevistado: Sim. (P3.4_Ponta Delgada, sexo masculino, 33 anos)

A instabilidade profissional, associada a salários muito baixos, torna difícil suportar os encargos envolvidos na autonomização residencial, o que obriga ao recurso a soluções temporárias que passam por estadias mais ou menos prolongadas e, neste exemplo, recorrentes

em casa dos progenitores. Esta entrevista demonstra de forma evidente as dificuldades que a precariedade tem criado nas trajetórias de vida de muitos jovens, o que obstaculiza a formulação de projetos e planos a curto e médio prazo – neste caso, de autonomização residencial. Neste exemplo, a autonomização só é conseguida através de apoios estatais que, resolvendo no imediato o problema da habitação, não obstam, no entanto, à situação de pobreza em que o agregado se encontra.

Contudo, as debilidades económicas e a ausência de apoios estatais justificam, para outra entrevistada, a impossibilidade de aceder a uma habitação:

Entrevistada: Até hoje vivo na casa dos pais.

Entrevistadora: O teu companheiro foi viver contigo para casa dos teus pais?

Entrevistada: Sim. Ele vai fazendo uns biscates e vivemos também do rendimento [RSI]. Já tentei [sair de casa dos pais]. Há dez anos que estou inscrita no IHRU [Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana] e não há meio de resolver a minha situação. Estou farta de fazer pedidos, porque somos dez pessoas em casa, e eles não me resolvem a situação. Dizem que não tenho direito porque moro no XXXX, que não pertence à IHRU. (P3.3_Amadora, sexo feminino, 27 anos)

Este depoimento salienta um problema muito característicos de algumas zonas residenciais, em especial das zonas metropolitanas de Lisboa e Porto, relacionado com uma sobrelotação de alguns bairros e das habitações aí existentes, devido à escassez de imóveis para arrendamento a preços acessíveis e à debilidade das políticas sociais para a habitação.

A situação de desemprego esteve na origem das dificuldades de autonomização de outros dois entrevistados:

Entrevistadora: O ter de regressar a casa dos pais foi muito difícil?

Entrevistada: Não, não! Não, porque o meu pai já tinha falecido, a minha mãe morava lá com o meu irmão. Ela tinha aquele feitio dela, mas...

Entrevistadora: Mas regressa porquê?

Entrevistada: Porque eu não podia aguentar pagar uma casa sozinha.

Entrevistadora: Não conseguia suportar as despesas sozinha?

Entrevistada: Não!

Entrevistadora: Portanto precisou de ajuda?

Entrevistada: Sim. Foi a partir daí que eu meti o RSI. Quando o RSI saiu, pronto!
(P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

Entrevistadora: Alguma vez teve de retornar a casa dos seus pais? Quando vocês se separaram ou quando ficou desempregado?

Entrevistado: Quando saí da Força Aérea, voltámos para casa dos meus pais.

Entrevistadora: Viveram lá?

Entrevistado: Sim. Sempre houve também muitas chatices, muitos problemas. Muitos, muitos... Depois, foi nessa altura que começou a ficar também problemas comigo e com os meus pais. E, a partir dessa altura, nunca mais conseguimos nos entender, por assim dizer. (P3.4_Caldas da Rainha, sexo masculino, 36 anos)

O retorno à casa parental parece ter resolvido no imediato a situação de habitação, mas no caso do entrevistado P3.4_Caldas da Rainha criou uma situação de conflitualidade entre os diferentes intervenientes que esteve na origem da posterior dissolução dos laços conjugais. Tal parece contribuir para conferir alguma substância empírica ao que tem sido definido por alguns autores (Gallie, Marsh & Vogler, 1994) como um **processo cumulativo de desvantagens** resultante da situação de desemprego. De notar que este entrevistado, pelos recursos culturais de que é portador e pela sua classe social de origem, não se enquadra no perfil-tipo dos outros desempregados. Diríamos que a sua situação de vulnerabilidade não é herdada, mas adquirida em virtude da precariedade associada à sua trajetória profissional.

Contudo, como referimos anteriormente, a conflitualidade conjugal e o divórcio/separação é o episódio mais abordado quando interrogamos os entrevistados acerca dos processos de conjugalidade, que salientam igualmente os impactos emocionais e financeiros decorrentes dessa situação.

Num dos casos que nos é relatado, a instabilidade familiar parece não decorrer de uma situação de desemprego:

Entrevistado: Alterou, alterou bastante. Eu lembro-me bem, isso foi em 2000/2001, logo um ano depois de eu construir uma casa. Construámos uma casa, a gente tinha tudo, vendemos um apartamento, comprámos um terreno, construámos uma casa. As coisas estavam a correr muito bem, a nossa relação desgastou-se muito, porque toda essa envolvência, o desgaste da construção de uma casa e também a trabalhar por turnos que eu já trabalhava como segurança... Claro que trabalhar por turnos não é fácil, é muito

difícil, e eu estive muitos anos, muitos anos mesmo. E, claro, a nossa relação foi desmoronando, foi aos poucos, eu não estava em casa, muitas noites eu não estava em casa, a nossa relação estava num estado de rotura, a gente separou-se. (...)

Claro que foi, estive ali uns anos, cinco anos um pouco à deriva, à deriva em termos de relações. Conhecia uma pessoa hoje, amanhã conhecia outra, instabilidade emocional muito grande. Estive mesmo. Isso prejudicou-me muito em termos pessoais, que não era isso que eu queria. Casei novamente, depois conheci uma outra pessoa, casei. Foi um erro, no fundo, foi um erro. A nossa relação durou um ano, portanto, esses erros que eu cometi que hoje se calhar não cometia. Mas também foi uma aprendizagem, que não voltei a cometer o mesmo erro. Tanto é que hoje em dia tenho uma relação de oito anos com uma pessoa, que ela está na sua casa e eu estou na minha. Porque eu sei, eu tenho um medo que se a gente se juntar, a coisa acaba. E assim é melhor, temos a nossa relação, falamos todos os dias, ela está na sua casa, temos momentos que estamos juntos. Até porque ela também tem os seus filhos, eu tenho a minha filha e é uma forma aberta de a gente ter uma relação e depois não haver ali... Há aquele receio, até mesmo dela, pela experiência que ela teve na sua vida, de a gente se juntar e depois não funcionar. E então preferimos assim. (P3.2_Ponta Delgada, sexo masculino, 51 anos)

No contexto da segunda modernidade, os indivíduos estão menos dependentes da regulação normativa e da institucionalização das práticas sociais. As relações amorosas tornaram-se mais contingentes e frágeis, condição que tem contribuído para a diversificação das formas de conjugalidade e coabitação, bem como para a pluralidade de arranjos familiares. O depoimento anterior retrata bem esta situação, evidenciando, por um lado, a fragilidade das relações conjugais e o sofrimento associado à sua dissolução («Estive ali uns anos (...) um pouco à deriva») e, por outro, como a qualidade dos laços afetivos e da intimidade é mais importante do que a institucionalização da relação e como a materialização das relações não passa necessariamente pela coabitação («Temos a nossa relação, falamos todos os dias, ela está na sua casa, temos momentos que estamos juntos»).

Para outros entrevistados, a situação de divórcio/separação significa conflitualidade, mas igualmente intensificação da situação de fragilidade económica em que já se encontravam:

Entrevistadora: Em que medida é que essa separação alterou muito a sua vida?

Entrevistada: Para já, foi um divórcio litigioso, ele não me queria dar o divórcio. Tive que ir a tribunal.

Entrevistadora: Ele já estava em Angola?

Entrevistada: Sim, sim. Ele não me queria dar o divórcio e, pronto, eu segui para o litigioso. E com este problema com a polícia que ele tinha, que eu depois fui chamada para prestar depoimento, eu andava a ser seguida (...) pela Judiciária e nem sabia. Eles mostraram o histórico todo do meu trajeto, o que é que fazia no meu dia-a-dia e viram que eu não andava nos mesmos caminhos que ele, e...

Entrevistadora: Há quanto tempo?

Entrevistada: Mais ou menos, há uns quatro anos. Penhoraram a casa, eu tive que arranjar outra casa, mas, por acaso, no mesmo prédio havia uma casa vaga, então eu passei para a casa de baixo. O senhorio... Eu pagava 450 euros, só que ele decidiu aumentar a renda para 500 e eu não podia, não podia. Eu não podia. Lá, mais uma vez, vim para casa da minha mãe, só que não correu... continuou a não correr bem. As coisas com os meus irmãos... Falei com a assistente social mais uma vez, outra vez, aluguei uma casa na XXXX, aqui em baixo, ao pé das piscinas. É, onde eu pagava 300 euros de renda. Tipo, águas furtadas, que... Um quarto pequeno, a casa era pequena... (P3.1_Lisboa, sexo feminino, 48 anos)

Entrevistadora: Há quanto tempo vocês se separaram?

Entrevistada: Há um ano.

Entrevistadora: Recente. Até então vivia com ele?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Então disse-me que passou a recorrer aos serviços de apoio depois da sua separação. A separação foi um momento de pioria na situação financeira da sua vida?

Entrevistada: Com certeza. Enquanto partilhávamos as despesas da casa... Agora não partilhamos, estão só ao meu cargo, ainda com o agravante de ter de sair para pagar um valor muito superior [de renda de casa]. (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

Entrevistado: As crianças, pronto, também andam assim para cá e para lá. Agora com a minha situação económica, que está tudo mal, passam mais tempo com a mãe. Eu tento passar algum tempo com eles, mas como não tenho mesmo nada de nada.

Entrevistadora: Pois.

Entrevistado: É só alguma... alguns tempos por dia. Algumas horas que os meus pais ajudam a providenciar alimentação. Eu não tenho nada. E não consigo mesmo ajudar em

nada. Atualmente, a pensão do alimento, eu também não consigo pagar (...) Não tenho alimentos para mim nem tenho alimentos para eles. Meus pais dão-lhes as refeições... eu não vou... agora atualmente eu não vou a casa dos meus pais, porque, entretanto, começámos a ter confrontos, porque a minha situação está mal e eles estavam sempre a pressionar, sempre a chatear, e devido a essa situação... E está difícil a nossa ligação, por isso, eu não estou presente, que é para não haver motivos de... (P3.4_Caldas da Rainha, sexo masculino, 36 anos)

Nos três depoimentos, fica explícito o impacto do desemprego na situação financeira, que dificulta fazer face às despesas de habitação – no caso da entrevistada 3.1_Lisboa – mas também de despesas mais básicas, que passam pela alimentação dos filhos, o que é enfatizado pelo entrevistado P3.4_Caldas da Rainha. Esta situação afeta ainda as relações familiares e de conjugalidade. No caso da entrevistada P3.5_Guimarães#2, a separação conduziu a uma dependência dos serviços de ação social, enquanto para o entrevistado P3.4_Caldas da Rainha implicou uma dependência em relação às ajudas familiares, confirmando que a sua situação de desemprego constitui um fator de conflitualidade com a sua família de origem, que, como dá a entender, o responsabiliza pela sua situação. A responsabilização individual pelo desemprego é uma falácia muito vulgarizada no discurso social, que radica as causas do desemprego numa suposta alergia dos indivíduos ao trabalho, isentando o sistema de emprego e a estrutura de oportunidades sociais dessa responsabilidade. Ora, o discurso destes entrevistados torna central, na definição das suas aspirações e expectativas, o acesso a um lugar no sistema produtivo. Além disso, o entrevistado P3.4_Caldas da Rainha, por exemplo, está consciente dos efeitos da situação de desemprego no aumento da instabilidade familiar e no isolamento social que esta situação provoca, impedindo até uma relação regular e normalizada com os próprios filhos.

O depoimento seguinte, P3.3_Lisboa, salienta a instabilidade emocional que parece ter estado na origem da situação de separação:

Entrevistada: Tudo correu bem, mas depois... É o que eu digo... Há coisa de um ano, um ano e meio foi o tempo que eu me separei. A cabeça não funciona bem, depois veio os problemas de saúde... É, eu assim preferi, pois o mais velho tinha muitas guerras com o pai. Foi quando descobriu que estava doente e aquilo houve uma revolta muito grande dele. Por exemplo, só agora, a partir da semana passada, é que foi medicado para... para a depressão. (P3.3_Lisboa, sexo feminino, 41 anos)

Esta entrevistada integra uma família monoparental com quatro filhos, tendo os dois mais velhos idade para trabalhar, apesar de ambos estarem desempregados e não estudarem. A sua trajetória de vida é atravessada por episódios muito complexos, onde se incluem a doença da própria, desde os 14 anos; a morte de um dos irmãos; o alcoolismo do pai e uma doença crónica do filho mais velho. A entrevistada referiu ainda que a situação de separação decorreu, em larga medida, de problemas relacionais entre o filho mais velho (20 anos, doente crónico) e o marido.

Para outras entrevistadas, a separação representou uma opção consciente e requerida em face da deterioração das relações afetivas:

Entrevistadora: Dona XXXX, sei que não quer falar muito sobre isso, mas na altura em que você e o seu companheiro se separaram, isso afetou-a?

Entrevistada: Não, não.

Entrevistadora: De certa forma, foi um alívio?

Entrevistada: Foi, foi.

Entrevistadora: Ok. Mas havia mau ambiente em casa?

Entrevistada: Mau ambiente por causa da situação do meu filho, porque ele não queria o meu filho cá em casa e depois ele fazia jogos comigo por causa do meu filho.

Entrevistadora: Mas não queria o filho aqui?

Entrevistada: Não é filho dele. E foi ele que o criou desde os três anos. (P3.3_Porto, sexo feminino, 37 anos)

Entrevistadora: Fazendo uma avaliação da sua vida, acha que a sua vida sempre teve dificuldades financeiras ou só a partir do momento que se separou do seu ex-marido?

Entrevistada: Tive sempre uma vida muito restrita, porque ele não me dava o ordenado, ele só pagava a água e a luz e o resto era eu que tinha que pagar. Depois, ele era uma pessoa que exigia muita comida, muita e de boa qualidade. Se pode fazer uma refeição saudável, mas sem gastar muito dinheiro... Por exemplo, eu ao fim-de-semana comprava fruta para ter frutas para os filhos e para nós, mas no final de semana eu já não ia almoçar a casa, almoçava do trabalho, mas ele era capaz de, durante a noite, devorar todas as frutas. Eu acho que ele fazia de propósito, que era para obrigar a eu gastar o resto do dinheiro.

Entrevistadora: Acha que ele fazia isso para não ter dinheiro?

Entrevistada: Para eu não ter dinheiro para ir ao cabeleireiro, nem para poder comprar roupa. Muitas das coisas que ele fazia era de propósito, porque ele tinha dinheiro. Ele tinha dinheiro, mas ele guardava... E ele era capaz de comprar três fatos, como aconteceu uma vez. No mesmo dia foi a uma loja e comprou três fatos. (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

A entrevistada P3.3_Porto refere que a conflitualidade conjugal derivava das dificuldades de relação do companheiro com o filho dela, enquanto a entrevistada P3.5_Guimarães#1 refere que as restrições económicas sempre fizeram parte da sua vida, mencionando ainda uma relação de dominação e de alguma prepotência por parte do ex-companheiro, que não permitia a afirmação da sua individualidade. Os dois depoimentos enunciam relativamente à separação conjugal um sentimento de libertação de uma situação que era penosa e opressiva.

Em síntese, o discurso dos entrevistados neste perfil sobre a conjugalidade acentuou o impacto do desemprego na dificuldade de construção de uma autonomia residencial dos casais, na instabilidade conjugal e nos problemas emocionais e financeiros que o afastamento do mercado de trabalho potencia.

3.3.2. Transição para a parentalidade

Neste perfil, a transição para a parentalidade situa-se nos 22,8 anos e os casais têm, em média, 2,2 filhos, sendo que o tempo que medeia entre a conjugalidade e a parentalidade é de 1,2 anos. Importa relevar que, como referimos anteriormente, a parentalidade nem sempre ocorreu segundo o calendário sequencial, ou seja, nem sempre foi antecedido de autonomia residencial ou de conjugalidade. Em algumas situações, o nascimento de um filho constituiu um episódio transicional que precipitou os outros, com impactos importantes na vida ulterior:

Entrevistador: Já me disseste quando te juntaste com a tua companheira, que já tinhas saído da escola e já estavas a trabalhar nas estufas, que foi em 2011 quando a conheceste e foste viver com ela em 2014, correto? [Sim] Quando é que surgiu o primeiro filho?

Entrevistado: Em 2014.

Entrevistador: Essa gravidez foi motivo para saíres de casa dos teus pais e ires viver com ela?

Entrevistado: Era quando eu estava em casa dos meus pais, ela foi para lá, mas... E comecei... Quando a gente e mudou, acho que já estava de quatro meses. (P3.4_Ponta Delgada, sexo masculino, 33 anos)

Entrevistadora: Casou, Forças Armadas, sai de casa, filhos? [risos]

Entrevistado: Tinha 25, já. Mas sim, sim. Foi, foi. Foi tudo assim de repente também. A situação foi mesmo de repente, a situação familiar. Não foi planeado. A gravidez não foi planeada, o casamento foi pelo...

Entrevistadora: Pela gravidez.

Entrevistado: Pois. Sim, posso dizer que sim. E por tudo. Eu ia para a Força Aérea e depois foi um complementar de nos desligarmos. (P3.4_Caldas da Rainha, sexo masculino, 36 anos)

Percebemos que, para estes entrevistados, a gravidez não resultou de um planeamento e que este acontecimento marcou, de alguma forma, a trajetória de vida posterior, tornando premente a necessidade de autonomia residencial ou de conjugalidade.

Para alguns entrevistados, a assunção de responsabilidades parentais obrigou à interrupção de trajetórias escolares e de percursos profissionais:

Entrevistadora: Estava a contar-me que essa relação....

Entrevistada: Ele achava... Uma altura, ele me dizia que se tivesse mais filhos não se importava, que o trabalho das mulheres é estar em casa com os filhos.

Entrevistadora: Ele tinha problemas com você trabalhar fora?

Entrevistada: Nunca disse: «Não vais trabalhar», não. Ainda bem, ainda bem. E eu nunca deixei o meu emprego. Houve uma altura, por parte dele, que achava que a mulher era para ter uma série de filhos e ficar em casa criando os filhos. Ainda bem que depois eu comecei a ter mais cuidado, também estava sendo assistida pelo médico e ele disse: «Com 28 anos você já vai ter o terceiro filho? Quando chegar aos quarenta vai ter uma ninhada» como ele dizia. E eu a partir daí tive que ter muito cuidado porque ele não respeitava nada. (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 60 anos)

Entrevistadora: Tiveste esse primeiro emprego e para além desse emprego tiveste outro?

Entrevistada: Não. Não renovei porque não quis. Depois fiquei grávida do segundo filho e não fui trabalhar mais. (P3.3_Amadora, sexo feminino 27 anos)

Entrevistadora: Gostaria de ter estudado mais?

Entrevistada: Eu gostaria.

Entrevistadora: Ou continuado a estudar?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: O quê?

Entrevistada: Eu queria fazer turismo internacional.

Entrevistadora: Sim?

Entrevistada: Área do Turismo. Ainda fiz quatro anos de um curso de inglês no XXXX enquanto estudava. Acabei. Também trabalhava no XXXX. A minha intenção era continuar, mas infelizmente não consegui, porque entretanto casei. Tive o meu filho, o primeiro, e as coisas... O meu ex-marido outras vezes tinha trabalho, outras vezes não tinha e... Quer dizer, dizia ele! Era um aldrabão. Pronto, essas coisas só vim a descobrir depois, já mais tarde. E então, acabei por desistir e nunca mais... (P3.1_Lisboa, sexo feminino, 48 anos)

Os dois primeiros depoimentos salientam que a assunção de tarefas de cuidado das crianças e de gestão do lar afastaram as entrevistadas do desempenho de uma atividade no mundo do trabalho. No caso da entrevistada P3.5_Guimarães#1, o desempenho destas tarefas era esperado pelo próprio cônjuge, denunciando valores e atitudes mais tradicionais que imputam à mulher a responsabilidade da maternidade e da gestão da vida doméstica. No caso da P3.1_Lisboa, a conjugalidade e a parentalidade interromperam projetos de formação.

Outros entrevistados salientam o impacto da situação de divórcio na assunção de responsabilidades parentais não partilhadas:

Entrevistadora: Como é que essa separação alterou a sua vida?

Entrevistada: Uii! Está a falar da separação com o meu pai ou com o marido?

Entrevistadora: Com o marido.

Entrevistada: Com o meu ex-marido. Hum, alterou tudo, alterou tudo. Deixei de... Para já, tenho que pensar em mim, que até ali não pensava. E depois tinha um filho para criar e tive que meter mãos à obra. Fui eu que o meti fora de casa, tinha que ser. Hum... Foi complicado, mas consegui. O que é preciso é força de vontade. (P3.1_Porto#2, sexo feminino, 55 anos)

Entrevistado: Ora, ele nasceu em '89? Em Dezembro de '89. Tem o filho nove meses, não é? Devia ser um ano, mais ou menos, que ela esteve comigo.

Entrevistadora: Depois de ter nascido o seu filho, vocês continuaram a viver os dois juntos e depois separaram-se?

Entrevistado: Não, ela abandonou o filho!

Entrevistadora: Ah ela abandonou o filho...

Entrevistado: Ela abandonou o filho. Quando venho do trabalho, estava na casa de uma senhora, pronto, a quem chamava avó, que estava com ele ao colo. Então a XXXX? A XXXX disse que ia tratar-se no hospital e deixou-me aqui a criança toda mijada e toda borrada. Corri os hospitais todos, a ver onde é que estava. Não encontrei em lado nenhum. Até hoje...

Entrevistadora: Não sabe dela?

Entrevistado: Não sei se é viva ou se é morta!

Entrevistadora: E o seu filho? Como é que o senhor fez?

Entrevistado: O meu filho estava comigo. Pronto, eu depois pagava uma ama para o tratar. Estava a pagar 20 e tal contos todos os meses, para lhe dar alimento, até ele ir para a escola. Quando a escola também pagava a ela, para ir com ele para a escola. Pagava a ela. E paguei numa creche, que estava ali na XXXX. Também pagava na creche, pagava na escola, pagava à ama, pronto. Na escola não, porque na escola não paguei, eu acho que não pagava na escola, pagava à ama. (P3.5_Amadora, sexo masculino, 58 anos)

Ainda que a monoparentalidade seja um fenómeno sobretudo feminino (nas últimas três décadas, segundo dados da PORDATA, nove em cada dez agregados monoparentais são femininos), o caso do entrevistado P3.5_Amadora escapa a esta regularidade e denuncia que uma situação de abandono do lar, por parte da companheira, o obrigou a recorrer a ajuda para prestar cuidados ao filho, o que onerou o seu fraco orçamento familiar. Uma vez mais, o discurso dos entrevistados refere que a ausência de infraestruturas gratuitas que garantam o apoio nos cuidados à infância pode ser um fator de agravamento das situações de fragilidade social em que muitas famílias se encontram.

Finalmente, destacam-se dois entrevistados para quem a parentalidade constituiu um momento de realização pessoal:

Entrevistador: Teve filhos?

Entrevistado: Sim, tive...

Entrevistador: Dessa primeira relação?

Entrevistado: Tive, que é a minha filha, a única que eu tenho. Filha única dessa primeira relação, estivemos juntos cerca de 10/11 anos.

Entrevistador: A sua filha nasceu em que momento da sua vida?

Entrevistado: Ela nasceu numa até fase boa, lembro-me, em termos de relação mesmo com a minha ex-esposa. Morava até em frente à XXXX, nuns apartamentos, num ambiente normal, saudável. Penso que foi em '96 que minha nasceu. Ela tinha o seu trabalho e eu tinha o meu, normal, normal. (P3.2_Ponta Delgada, sexo masculino, 51 anos)

Entrevistadora: Em que momento é que o seu filho nasceu na sua vida?

Entrevistada: Nasceu num momento bom, eu não queria marido eu queria era o filho, mas o marido vinha no embrulho [risos], de maneira que teve que ser. (P3.1_Porto#2, sexo feminino, 55 anos)

Enquanto no primeiro depoimento a parentalidade decorreu naturalmente de uma relação conjugal que transparece como harmoniosa e tranquila, no segundo depoimento, ainda que num tom irónico, a entrevistada deixa entender que o desejo de realização enquanto mãe se sobrepõe à relação conjugal.

Em forma de síntese, podemos afirmar que a transição para a vida adulta dos entrevistados neste perfil reflete a situação de instabilidade profissional em que grande parte das trajetórias foram edificadas e a forma como a quebra de laços com o mundo do trabalho se associou a processos de instabilidade pessoal e familiar.

A fragilidade da vinculação ao mercado de trabalho gerou trajetórias profissionais marcadas pela mudança frequente de emprego; por períodos recorrentes de desemprego; por vinculação precária e por períodos de formação para aumentar as qualificações escolares e profissionais. Em suma, resultaram em **trajetórias desqualificadas**, no sentido de Paugam (2000), porque construídas com base em atividades inseguras e sem possibilidade de progressão profissional.

Em média, os entrevistados transitaram para o trabalho aos 15 anos, depois de terem frequentado a escola durante sete anos. As razões invocadas para o abandono escolar e para a inserção precoce no mercado de trabalho relevam, à semelhança do que acontece com os outros perfis, da necessidade de contribuir para a sobrevivência do grupo familiar, dadas as enormes fragilidades económicas das famílias de origem. Contudo, alguns entrevistados confirmam que, ainda que estas dificuldades tenham apressado a decisão, esta se baseou ainda

nas dificuldades de integração na cultura escolar e no insucesso recorrente que experienciavam, bem como na ausência de aspirações e expectativas associadas à escolaridade, desenvolvendo alguns deles estratégias defensivas de desinvestimento na escola. Para outros, a integração precoce no mundo do trabalho decorre também de um apoio e incentivo das próprias famílias, não só porque estas valorizam uma ética do trabalho, mas ainda porque se percebe que os custos acrescidos do prolongamento da escolaridade são dificilmente suportáveis por famílias economicamente fragilizadas e, por vezes, numerosas. Por fim, alguns entrevistados justificam a interrupção das trajetórias escolares e a inserção precoce no mundo do trabalho com a necessidade de adquirirem independência financeira que lhes permita integrar o mercado de consumo sem onerar os fracos orçamentos familiares.

A situação de desemprego conduziu uma parte significativa destes entrevistados a regressarem ao sistema de ensino e formação. A lógica de funcionamento dos sistemas produtivos tem contribuído para transformar o desemprego numa realidade estrutural dos sistemas de trabalho, o que tem exigido o desenvolvimento de políticas sociais de mitigação dos impactos sociais e pessoais da privação e trabalho. Até aos anos '90, estas políticas sociais assentavam em políticas de subsidiação sendo, posteriormente, substituídas por políticas ativas que apostam na promoção de qualificações, visando criar oportunidades profissionais sem escamotear os apoios financeiros que atuam na redução dos efeitos produzidos pelas vulnerabilidades face ao sistema de emprego. O impacto destas políticas ativas é bem evidente entre estes entrevistados, razão pela qual uma larga maioria ingressa em diferentes modalidades formativas. Quando se pronunciam acerca desta experiência, desenham-se uma diversidade de conceções:

- i) alguns mostraram colocar nestes processos formativos elevadas aspirações e expectativas face ao impacto que poderão ter no desenvolvimento de competências e na criação de oportunidades de inserção profissional futura;
- ii) outros salientaram o carácter compulsivo destas formações e a forma como foram coagidos, através das estruturas oficiais, a enveredar por formações nem sempre relevantes tendo em conta a sua experiência de vida;
- iii) outros desenvolveram uma perspetiva crítica em relação ao impacto que os cursos frequentados produzem na qualificação e reconversão profissional, bem como na criação de oportunidades de emprego;
- iv) alguns entrevistados falaram das dificuldades sentidas no acompanhamento das formações disponibilizadas, salientando-se aqui as dificuldades de

descodificação e de processamento da informação escrita, particularmente entre os entrevistados com baixas qualificações escolares;

- v) outros valorizaram o lado convival que a formação permite e a oportunidade de criação de redes de sociabilidade que obstem ao isolamento social produzida pela situação de desemprego.

Contudo, os discursos produzidos pelos entrevistados permitem perceber também o limitado alcance destes processos formativos na mitigação do desemprego, situação para a qual contribuem quer a escassez de empregos disponíveis quer as políticas de recrutamento e de estabilização da mão-de-obra assumidas por entidades públicas e privadas que, em contextos de crise e de incerteza, optam pela contratação temporária de trabalhadores que engrossam o mercado de trabalho secundário, caracterizado pela instabilidade contratual. A situação de desemprego, em especial de desemprego de longa duração, tende a ser perspectivada como uma responsabilidade individual negligenciando:

as vulnerabilidades extrínsecas, isto é, as razões que transcendem os próprios desempregados, como sejam as responsabilidades do capital e das empresas, as opções de política económica e orçamental, as «turbulências» dos mercados de trabalho ou as distorções territoriais dos padrões de emprego, sobre as quais os desempregados não têm, nem podem ter, qualquer controlo (Caleiras, 2011, p. 143).

Como refere Caleiras, esta conceção estigmatizadora da situação de desemprego está presente no desenho e nas lógicas de implementação das próprias políticas de ativação, direcionadas aos desempregados e não às causas que produzem o desemprego, razão pela qual, nos casos analisados, a formação não tem tido qualquer impacto no acesso a um emprego seguro.

As transições familiares dos entrevistados refletem as situações de vulnerabilidade presentes nas suas trajetórias de vida, decorrentes da fragilidade da relação laboral e da recorrência das situações de desemprego. Para um número significativo de inquiridos, a autonomização residencial é posterior à transição para a conjugalidade e para a parentalidade, o que denuncia a ausência de recursos económicos que permitam à família de procriação aceder a uma habitação própria. Além disso, esta fragilidade evidencia também o poder das redes familiares e de amizade na provisão de recursos, sendo esta **solidariedade para a subsistência** responsável por evitar o aprofundamento das situações de pobreza que as políticas públicas não conseguem debelar.

Os discursos produzidos em torno da conjugalidade refletem e aprofundam o impacto da situação de desemprego na produção de uma instabilidade pessoal e conjugal. As formas de conjugalidade assumidas por estes inquiridos são variadas: a par de arranjos familiares

edificados numa formalização baseada no casamento, surgem estruturas familiares de coabitação informal ou de conjugalidade não associada à parentalidade. Em média, os entrevistados transitam para a conjugalidade aos 21 anos, sendo que, na vida de uma parte muito significativa deles, surgiram episódios de separação/divórcio em diferentes momentos do ciclo de vida. Os entrevistados salientam os impactos emocionais e o sofrimento associado a esta dissolução, dando a entender que esta aprofundou a situação de fragilidade económica em que se encontravam.

A transição para a parentalidade é objeto de diferentes apreciações por parte dos entrevistados. Como referimos anteriormente, neste perfil esta transição é realizada, em média, aos 22,8 anos e os casais têm, em média, 2,2 filhos, sendo que o tempo que medeia entre a conjugalidade e a parentalidade é de 1,2 anos. Trata-se de um evento que nem sempre ocorreu segundo um calendário sequencial mais próximo do que se consideram serem biografias normais, pois em alguns casos este episódio surgiu na vida dos indivíduos precipitando processos de conjugalidade e de autonomia residencial. Alguns entrevistados alegam ter interrompido trajetos escolares e profissionais para assumirem as responsabilidades parentais, sendo esta ação fortemente *genderizada*, na medida em que apenas as mulheres a assumem. Para outros, o episódio de separação/divórcio concentra as obrigações e as responsabilidades parentais apenas num progenitor, tendo a monoparentalidade daí resultante um impacto na situação de vulnerabilidade social em que se encontram, na medida em que se percebe, uma vez mais, que a ausência de infraestruturas gratuitas de cuidados à infância obriga ao recurso a outras soluções, nomeadamente a amas, cujo custo onera os fracos orçamentos familiares e fundamenta a decisão de algumas mulheres abandonarem o exercício de um trabalho remunerado. Contudo, para alguns entrevistados, a parentalidade é perspectivada como um projeto de vida e um acontecimento que robustece a realização pessoal.

4. Relação com o mundo do trabalho

4.1. Vivências no mercado de trabalho e trajetória de (des)emprego

Neste perfil, não obstante a grande maioria ser desempregada no momento da entrevista, todos tiveram amplas experiências de trabalho ao longo da sua vida. É com base nessas experiências que a análise da relação com o mundo do trabalho é feita. Apenas um número muito reduzido dos indivíduos desempenha uma qualquer atividade remunerada regular no momento da entrevista (quatro casos). A maioria dos respondentes deste perfil são desempregados (13 casos) e os restantes cinco casos são de quatro reformados ou pensionistas e uma doméstica. Estes reformados distinguem-se dos indivíduos presentes no Perfil 1 (Reformados) quer pela idade (todos se reformaram antes da idade de reforma), quer pelo estatuto (reformaram-se por invalidez – é neste perfil que podemos encontrar o maior número de reformados por invalidez na amostra do ICOR³⁶), quer pelo facto de estarem inaptos para o trabalho ou numa condição de invalidez permanente (a viverem sozinhos ou em agregados de dois adultos). Os reformados neste perfil inserem-se todos em agregados familiares onde a principal fonte de rendimento são as outras transferências sociais³⁷. Esse aspeto contrasta também, no caso dos reformados, com os do Perfil 1, onde a principal fonte de rendimento são as reformas.

Neste sentido, em relação ao trabalho atual salientam-se duas ideias:

A primeira respeita à atividade desenvolvida pelos quatro indivíduos que trabalham, estando três em programas de enquadramento de desempregados (P3.3_Celorigo de Basto, sexo feminino, 43 anos; P3.4_Guimarães, sexo feminino, 42 anos; e P3.3_Montalegre, sexo feminino, 43 anos) e um quarto num programa ocupacional específico da Região Autónoma dos

³⁶ Para mais detalhes, veja-se o livro *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*.

³⁷ Outras transferências sociais incluem «transferências sociais relativas a família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social» (como o RSI, o abono de família ou o subsídio de desemprego), mas excluem as pensões, cf. INE (<http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5831#Rela%C3%A7%C3%B5es>). De notar que esta categoria de variável é tanto descritiva da situação de pobreza como uma consequência dessa situação.

Açores³⁸. São, portanto, trabalhadores mas não estão empregados³⁹. Todos desempenham atividades de grande precariedade num percurso marcado por baixos salários e desemprego.

A segunda é referente a uma reformada que desenvolveu atividade laboral, mesmo na sua situação de reforma por invalidez, como forma de complemento aos rendimentos. Trata-se de uma situação que desafia as fronteiras entre condições perante o trabalho e reforma:

Entrevistada: Mantive-me lá algum tempo, mesmo para ajudar as minhas despesas, que tenho uma reforma miserável, que não sobrevivo só com ela. (P3.5_Guimarães, sexo feminino, 60 anos)

Neste caso específico, salienta-se também o tipo de tarefa executado, a extensão no mundo de trabalho das competências domésticas, bem como a natureza da vinculação, dado que o trabalho em causa é de natureza informal, como se pode observar no trecho abaixo:

Entrevistada: Uma senhora vizinha idosa, que estava sozinha, precisava de apoio e mantive-me lá algum tempo (...) E, portanto, mantinha refeições à senhora, a higiene da casa e coisas assim do género.

(...)

Entrevistadora: E tinha algum tipo de contrato, esse trabalho?

Entrevistada: Não, não.

Entrevistadora: Era informal?

Entrevistada: Isso, sim. (P3.5-Guimarães, sexogénero feminino, 60 anos)

Iniciamos a análise da relação dos entrevistados com o mundo do trabalho pelas questões mais objetivas, referente aos aspetos que conformam as trajetórias dos indivíduos neste mundo.

³⁸ Para mais detalhes, veja-se o capítulo 6.

³⁹ A este propósito, vale a pena ter em atenção as análises contidas na sugestão formulada pelo Provedor de Justiça no âmbito do procedimento Q-4925/13 (<https://www.provedor-jus.pt/site/public/archive/doc/MESS.pdf>), especialmente a partir da pág. 12, onde se descreve «a relação emergente dos contratos emprego-inserção e emprego-inserção+ não como uma relação de trabalho, mas de Segurança Social.» Também Caleiras e Caldas (2017) apresentam reflexões semelhantes. Ambos os textos consideram quem está abrangido por este tipo de medidas como desempregados (mesmo que ocupados). De notar que os desempregados são trabalhadores em potência, na medida que constituem parte da força de trabalho (Fernandes, 2019).

Uma primeira questão respeita às estratégias de acesso ao emprego ou atividade. Estas são referenciadas em mais de metade das entrevistas deste perfil (havendo em dois casos uma repetição, considerando a existência de atividades distintas).

Quatro entrevistados referem que acederam a empregos através de estratégias individuais, isto é, através da sua iniciativa, em particular através da utilização do jornal:

Entrevistadora: Como conseguiu esse trabalho, D^a XXXX?

Entrevistada: Eu, às vezes, procurava.

Entrevistadora: Este último trabalho foi através de quem?

Entrevistada: Foi através do jornal.

Entrevistadora: Havia um pedido, um anúncio no jornal? Candidatou-se a entrevista?

[a entrevistada ia acenando que sim com a cabeça] (P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

Entrevistadora: Como foi a questão do seu primeiro trabalho? Como foi que encontrou ou como foi que chegou lá? Alguém lhe indicou? Viu e foi sozinho?

Entrevistado: Sim. Foi mais ou menos isso. Foi uma situação de... Bem, os meus pais eram: «já tens alguma idade», eu também já estava a pensar em ter alguma idade, porque já tinha colegas que fizeram trabalhos de Verão e eu pensei em tentar fazer qualquer coisa para ter algum dinheiro, começar de alguma maneira. E eu não me recordo se foi alguém que me falou da fábrica das faianças, em Bordalo Pinheiro, se foi um anúncio no jornal, não me recordo... (P3.4_Caldas da Rainha, sexo masculino, 36 anos)

Entrevistada: Antes de estar desempregada, foi a tal pastelaria que eu trabalhei seis anos na Amadora, como empregada de balcão.

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: E pronto. Era muito bom, era.

Entrevistadora: Como é que conseguiu esse trabalho?

Entrevistada: Foi à procura, li num jornal.

Entrevistadora: Que estavam à procura e...

Entrevistada: Sim e pronto, fui falar com o senhor. O senhor gostou de mim (P3.1_Lisboa, sexo feminino, 48 anos)

Entrevistado: E depois então dessa empresa é que surgiu outra oportunidade. Comecei a responder a uns anúncios, fui ter a um laboratório farmacêutico. Foi o melhor emprego que eu tive. Estive lá três anos, que aquilo depois fechou, mas... (...) (P3.2._Porto, sexo masculino, 45 anos)

Existe uma quinta referência a uma estratégia individual numa das entrevistas. Em concreto, o entrevistado aludiu a um emprego para o qual já teria sido selecionado sem ter ainda começado a trabalhar. No momento da entrevista, estava desempregado, sem subsídio de desemprego e com apoio da ação social, com muita dificuldade em pagar a renda de casa, não pagando a pensão de alimentos dos dois filhos. No entanto, tinha já um emprego garantido, com entrada no quadro de um centro de saúde, mediante um concurso público a que concorreu, estando apenas à espera de iniciar a sua atividade.

Aqui estão em causa duas questões importantes: por um lado, uma referente às estratégias de acesso ao emprego. Neste caso, a dimensão institucional associada à iniciativa individual, ou seja, o entrevistado responde a uma iniciativa codificada num concurso público (e não a um anúncio de jornal), para realizar uma entrevista mais ou menos informal. Por outro, estamos perante um caso que reputamos de atípico, uma vez que o entrevistado está inegavelmente em situação de pobreza, mas o acesso ao emprego, que já garantiu, poderá configurar uma situação de saída de pobreza, até porque vive só⁴⁰. De facto, poderá já ter acontecido no momento em que escrevemos este texto. Considerando que este estudo se centra nos indivíduos em situação de pobreza, a situação idiossincrática deste entrevistado permite-nos um vislumbre sobre o que poderá permitir a saída da pobreza: o emprego⁴¹.

Entrevistadora: E quando e como foi que conseguiu esse trabalho para o centro de saúde, de que está à espera?

Entrevistado: Foi concurso público. Como eu estive lá a trabalhar, abriu o concurso público e eu candidatei-me e consegui entrar. (P3.4_Caldas da Rainha, sexo masculino, 36 anos)

⁴⁰ Isso significa que o seu rendimento de trabalho o deverá colocar acima do limiar de pobreza, algo que poderia não acontecer se estivesse enquadrado num agregado com outros indivíduos.

⁴¹ Embora devamos alertar para o facto de nem todos os empregos permitirem a saída da pobreza. Vimos que boa parte dos pobres em Portugal tem emprego e alguns têm até empregos estáveis há longos anos (cf. os restantes livros saídos deste estudo, em particular os livros *A Pobreza em Portugal, Trajetos e Quotidianos* e *A Pobreza em Portugal, Trajetos e Quotidianos: Os Trabalhadores*).

Não obstante, mais de metade das menções a estratégias de acesso ao emprego vão no sentido da mobilização da rede de relações sociais dos entrevistados para o conseguir.

Dentro destas redes, existem três interlocutores importantes. Desde logo, os pais, em particular o pai (três casos) ou a mãe (um caso):

Entrevistadora: E como conseguiu esse emprego?

Entrevistada: Nessa altura, era mais pelos conhecimentos, não havia muita oferta de emprego. O meu pai tinha alguns conhecimentos e sabia então se sobraria uma vaga. Pronto, então uma pessoa conhecida que falou e mandaram eu ir lá para a entrevista e gostaram de mim. Disseram: «Pronto, fica.» (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

Contudo, é possível ser outro familiar, um irmão ou um outro familiar não especificado (em quatro casos). No trecho que escolhemos para ilustrar este ponto, salienta-se o facto de o irmão ter encontrado dois trabalhos de seguida ao entrevistado:

Entrevistadora: E arranjou esse emprego através do seu irmão?

Entrevistado: Foi então o meu irmão que me disse: «Vais, então. Vai para fulano, ele disse para ires para lá, vai lá.» Andei 18 dias, o chefe diz-me assim: «Ora, então vais para baixo, vais limpando a madeira.» Duas vezes passou as cavilhas entre os pés. Depois, pedi outra vez ao meu irmão: «Ó mano, olha, aquele trabalho para mim não dá. Os pregos a entrar-me pelos pés acima, ainda fico aleijado toda a vida.» Então, pois, a partir daí é que me arranjou para o tal, XXXX, este cafezito aqui na Buraca. «Vais para ali, é mais seguro, comes lá e bebes e tal e vais para o restaurante.» (P3.5_Amadora, sexo masculino, 58 anos)

Um terceiro protagonista referenciado como ponto focal das redes de contacto respeita a uma pessoa conhecida, por exemplo, uma professora ou uma vizinha (também em quatro casos):

Entrevistador: Como é que conseguiu esse trabalho?

Entrevistado: Eu consegui esse trabalho, eles estavam a precisar. Eu acho que trabalhava lá um rapaz que eu conhecia, que era da minha freguesia [aldeia] e eu falei com ele e [ele] disse: «Eles estão a precisar, vais lá, falas com ele.» E foi assim, foi através de um amigo

que eu me informei que eles estavam a precisar de um trabalhador e assim foi.
(P3.2_Ponta Delgada, sexo masculino, 51 anos)

O último caso que identificámos respeita ao envolvimento de uma instituição, o Centro de Emprego. Não sendo claro se estamos a falar de uma estratégia individual ou se de uma mobilização da rede social, classificámos esta estratégia de acesso ao emprego como uma mobilização da rede de relações sociais, considerando que há aqui uma relação pré-existente utilizada para se conseguir o emprego. Contudo, o que se releva é ser a única menção a esta instituição entre os entrevistados de todos os perfis. De facto, no que respeita à utilização de estratégias institucionalizadas envolvendo o Estado, só neste perfil isso acontece, por duas vezes: a aqui presente e a referente ao concurso público que identificámos acima. São, portanto, casos que se destacam pela sua raridade, sugerindo um maior peso da relação com instituições de emprego neste perfil.

Entrevistadora: Depois estive desempregada e teve...

Entrevistadora: 15 a 20 dias no desemprego e fui chamada para o Pingo Doce. Naquela altura, o Pingo Doce ia buscar o pessoal ao desemprego.

Entrevistadora: Ao desemprego?

Entrevistadora: Sim. Fui à entrevista e fiquei lá esses 11 anos. (P3.1_Lisboa, sexo feminino, 48 anos)

Quase metade dos entrevistados referem-se aos vínculos laborais ao longo da sua vida. Destes, apenas um teve contratos de trabalho durante todo a sua vida profissional. Nos restantes casos, a situação mais comum é a de o contrato ser a exceção e não a regra. Em quase todos, apenas existiu um ou dois contratos, e, num caso, nenhum:

Entrevistadora: Foram muitos trabalhos ao longo da vida. Sabe mais ou menos quantos?

Entrevistada: E nem sei como aguentei tanto, não desfrutei nada da juventude.

Entrevistadora: Certo. E em algum destes tinha contrato?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Foram todos trabalhos informais?

Entrevistada: Informais, o único que tive [contrato] foi então aquele que fiz agora, também como este para a Câmara.

Entrevistadora: Com contrato foi apenas com a Câmara?

Entrevistada: Sim. (P3.3_Montalegre, sexo feminino, 43 anos)

O ter uma profissão definida e com algum grau de complexidade (social e técnica) poderá facilitar a existência de contratos. Pelo discurso do entrevistado, provavelmente o único da sua vida:

Entrevistadora: Esses trabalhos tiveram contrato? O de servente aos 14 anos provavelmente não...

Entrevistado: Não. Isso não havia contrato.

Entrevistadora: Mas nos bombeiros, sim?

Entrevistado: Não, não. Nos bombeiros também nunca tive.

Entrevistadora: Também não?

Entrevistado: Não. Foi sempre entrava e trabalhava até querer.

Entrevistadora: Ok. E agora, nos camiões, também não?

Entrevistado: Ah, tive. Nos camiões fiz contrato que eu trabalhei em dois padrões nesse tempo. Mas fiz contratos de trabalho por causa da minha segurança também.

Entrevistadora: Sim. Eram viagens internacionais.

Entrevistado: É, viagens internacionais. E lá éramos obrigados a ter os próprios contratos, porque eu cada vez que ia a outro país, tinha que ter alguma coisa que provasse o que é que eu andava por ali a fazer, n'ê?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: Por que é que andava eu com um camião e tinha que ter um vínculo à empresa e mesmo para mim, voluntariamente, para minha defesa.

Entrevistadora: E foram nove anos como camionista?

Entrevistado: Sim, sim. (P3.5_Caldas da Rainha, sexo masculino, 59 anos)

Apenas no caso seguinte a contratação tem estado sempre presente na vida do entrevistado (embora estivesse desempregado no momento da entrevista):

Entrevistadora: Esses trabalhos foram com contratos?

Entrevistado: Sim, sim, sim.

Entrevistadora: Todos eles?

Entrevistado: Tudo foi com contratos.

Entrevistadora: Sempre com contratos?

Entrevistado: Sempre com contratos. (P3.4_Caldas da Rainha, sexo masculino, 36 anos)

Em contrapartida, alguns entrevistados referem nunca ter tido um contrato ao longo da sua vida:

Entrevistador: Tinhas algum tipo de contrato?

Entrevistado: Nunca

Entrevistador: Nunca tiveste contrato?

Entrevistado: Os patrões hoje não querem dar contratos (P3.4_Ponta Delgada, sexo masculino, 33 anos)

Se a temática do desemprego aparece nos outros perfis, é neste que ela é mais vincada. Afinal, o desemprego é uma característica central no perfil. Recordemos que, no próprio momento da entrevista, a maioria dos entrevistados estava desempregada, quatro dos restantes estavam envolvidos em medidas ativas de emprego e uma das três pessoas reformadas por invalidez considerava-se desempregada.

Como motivo para não se conseguir um novo emprego (por vezes confundido com o motivo para se ficar desempregado), aparece, em primeiro lugar, a existência de uma doença, crónica e/ou incapacitante. Esta questão está associada a quatro entrevistados.

No excerto abaixo, o que impede o entrevistado de arranjar um novo emprego (na sequência de um desemprego por falência do laboratório farmacêutico onde trabalhava como vendedor) é uma doença prolongada. O entrevistado viu-se impedido de trabalhar devido a uma infeção aguda no fígado, contraída num momento em que este e a esposa se preparavam para lançar um negócio próprio no âmbito de uma medida de apoio ao empreendedorismo, o que amplificou o impacto da doença na sua vida e o levou a uma situação de pobreza:

Entrevistadora: Acha que foi esse problema de saúde que fez com que ficasse desempregado?

Entrevistado: Também, ajudou muito, foi. Ficar desempregado, foi de certeza. Porque foi por causa disso.

(...)

Entrevistadora: Sim, estou a perceber. Então você já está desempregado desde que foi internado...

Entrevistado: Desde que fiquei doente.

Entrevistadora: Isso já foi há quanto tempo?

Entrevistado: Ui! Vai fazer dez anos. (P3.2._Porto, sexo masculino, 45 anos)

O desemprego (entrada e permanência) é ainda associado à exigência física da atividade profissional (no caso abaixo, um emprego como pedreiro), isto é, à penosidade e aos seus efeitos na saúde. Sublinhe-se ainda que o entrevistado introduz no seu discurso um outro motivo para o desemprego, a idade. Falaremos de seguida mais aprofundadamente deste assunto, mas, para já, fica a nota de que, aos 49 anos, a idade é um motivo invocado para não se conseguir emprego. Contudo, o foco do discurso do entrevistado é claramente as limitações da saúde.

Entrevistadora: Há três meses que está desempregado. Acha que tem dificuldades em arranjar emprego?

Entrevistado: Dificuldade, não, não. Agora até, aliás, ultimamente têm aparecido uns empregozinhos. A idade é que já não dá. Porque eu tenho problemas graves de coluna e para a construção civil, já não posso. Um empreiteiro quer é uma pessoa é para trabalhar, não é para estar só em pé, n'é? E essa coisa, esse problema que eu tenho de coluna... Já não posso pegar em pesos, já não posso fazer certos serviços pesados, porque eu tenho esse problema. E para arranjar serviço de pedreiro, eu já não arranjo. Agora, para mim, arranjar um serviço, ou jardinagem... Um servicinho mais levezinho. Por isto é que está a ser muito difícil para mim arranjar um trabalho.

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: A senhora está a perceber? Porque se fosse para a construção civil, eu tinha trabalho para qualquer hora.

Entrevistadora: Sim. Só que já não dá para arranjar.

Entrevistado: Só que já não dá. A idade vai pesando e os serviços que a gente gostava de fazer, a gente já não consegue fazer. Porque, se eu estivesse construindo uma casa minha, eu não gostava de pagar um pedreiro para estar em pé olhando para mim, não é? Os pedreiros estão caros e para que é que me servia pagar um pedreiro caro, para estar olhando para o sol?! Eu quero um pedreiro é que trabalhe.

Entrevistadora: Sim E o trabalho de pedreiro exige esforço.

Entrevistado: Muito... mas é muito! Isso é dos serviços então que exige mais força e... e exercícios mais pesados. É o serviço que existe... (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Um terceiro motivo de saúde está associado à depressão. Entendemos dar-lhe relevo neste ponto dado que menções à depressão têm aparecido como problema de saúde com efeito na vida dos indivíduos de forma regular nos diversos perfis. No caso vertente, as pausas, as hesitações presentes no trecho, mostram bem o sofrimento associado a contextos de vida onde se cruzam problemas familiares que criaram, potenciaram e prolongaram no tempo a depressão e os seus efeitos incapacitantes.

Entrevistadora: Estava-me a dizer há um bocadinho, antes de começarmos a gravar, que estava desempregada desde que ela nasceu, a menina.

[A entrevistada abana a cabeça em sentido afirmativo]

Entrevistadora: Pronto. Mas procurou emprego?

Entrevistada: Eu, na altura, é assim... [pausa]. Eu nem sei como é que hei de dizer isto... Mas uma forma de falar, eu também me deixei ficar um bocadinho...

Entrevistadora: Hum hum.

Entrevistada: Hum... Mesmo a autoestima, tudo... Foi muito complicado... [Ouve-se a filha a chamar pela mãe] Desvalorizei um bocado isso tudo. Desvalorizei o trabalho, muito [calça a filha].

Entrevistadora: Pronto, mas se lhe perguntasse por que é que está desempregada? Qual é que acha que foi o motivo? Coincidiu com o nascimento dela...

Entrevistada: Sim. [fala com a filha, enquanto a está a calçar]. Não, agora neste momento, claro, tenho que fazer um passo de cada vez, que é o que a psicóloga também quer. Hum... Foi assim um bocado tudo ao mesmo tempo, mas graças a Deus... A autoestima, a força de vontade, a autoconfiança em mim mesma mudou muito. E agora, claro, tem que ser, como ela diz, um passo de cada vez.

Entrevistadora: Mas acha que desanimou, que se foi abaixo nessa altura?

Entrevistada: Sim. E, depois, quando tive que pôr o meu filho no colégio com 16 anos, nessa altura fiquei com uma depressão. Tanto que neste momento ainda estou a fazer antidepressivos. Com a ajuda da psicóloga, que foi a dra. XXXX que me arranjou na altura, ajudou-me imenso, imenso, imenso, em tudo.

Entrevistadora: Então coincidiu... Foi o XXXX que foi para a instituição?

[A entrevistada abana a cabeça em sentido afirmativo]

Entrevistadora: Isso foi há quanto tempo? Que ele teve que ir para lá?

Entrevistada: Há 2 anos atrás.

Entrevistadora: Ou seja, foi a pequenina que nasceu, depois essa situação...

Entrevistada: E depois por causa...

Filha: Do pai?

Entrevistada: Por causa do teu pai. Queres ficar aqui no colinho? [A filha vai para o colo]
Foi tudo assim muito junto. Foi um relacionamento um bocado complicado.

(...)

Entrevistadora: Pronto, e nessa altura como é que lidou com o facto de estar desempregada? [A filha começa a ficar irrequieta, tentamos acalmá-la]. Então, nessa altura como é que lidou?

Entrevistada: É assim, eu não... A bem dizer, eu não tomei muito sentido a isso.

Entrevistadora: Mas como é que ia sobrevivendo em termos económicos?

Entrevistada: Porque ainda estava com o pai delas.

Entrevistadora: Ah, ele trabalhava.

Entrevistada: Sim, eu só estou separada desde Dezembro. (P3.3_Porto, sexo feminino, 37 anos)

Um segundo motivo apresentado nos discursos dos entrevistados como justificação para a sua situação de desemprego é a idade, presente em seis entrevistas.

Neste primeiro caso, está em causa a idade («A partir dos 40 anos»), mas também a sua associação com uma questão que tem vindo a aparecer ligada às mulheres nas entrevistas (constituindo-se, portanto, como uma manifestação das desigualdades de género), embora não com regularidade suficiente para justificar um maior realce: os custos do trabalho (Dubet & Véréttout, 2001). Nesta entrevista em concreto, menciona-se a conciliação da vida familiar com a profissional e a inexistência de recursos, relacionais ou monetários, para o conseguir fazer. Pode, pois, alegar-se que os custos do trabalho para as trabalhadoras são difíceis de suportar por pessoas em situação de pobreza. Contudo, importa recordar que o centro do argumento da entrevistada é a sua idade (50 anos), como, aliás, se pode ver no resumo do argumento que faz no final do trecho:

Entrevistadora: O que fazia para sair da situação? Procurava trabalho, lia o jornal, era através de pessoas conhecidas?

Entrevistada: Pelo jornal, não tinha sorte. A partir dos 40 anos, chegaram a dizer-me... Não me chamaram velha diretamente, mas estavam-me a chamar...

Entrevistadora: Sentia que havia mais dificuldade?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Essa, para si, é a maior dificuldade de arranjar trabalho atualmente?

Entrevistada: Muitas vezes é a idade. Agora querem mocinhas novas.

Entrevistadora: Claro

Entrevistada: A gente às vezes vai a um café... Numa altura, foi num café... O fulano... Se se tem crianças pequenas...

Entrevistadora: Também não aceitam.

Entrevistada: Não. Há patrões que não aceitam muito bem. Elas, às vezes, ficam doentes... Se calhar.

Entrevistadora: É uma dificuldade que sente, gerir a família, ter estudos, a idade...?

Entrevistada: E, às vezes, os horários.

Entrevistadora: Na sua área, até é mais a questão dos horários.

Entrevistada: Levar os miúdos à escola, depois ir buscá-los... (...)

Entrevistadora: Essa, para si, é a maior dificuldade de arranjar trabalho atualmente?

Entrevistada: Muitas vezes, é a idade. Agora querem mocinhas novas. (P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

A entrevistada seguinte é reformada por invalidez, mas considera-se desempregada e revela na entrevista uma grande vontade de trabalhar, mesmo que em sacrifício, para complementar os seus parcos rendimentos familiares (e revela-nos que já trabalhou a tomar conta de uma idosa, mesmo depois da sua reforma). Esta narrativa levanta várias questões. Desde logo, o problema da escassez de rendimentos provenientes da reforma por invalidez (a entrevistada não refere o Complemento Solidário para Idosos quando nos detalha os seus rendimentos). Esta necessidade de mais dinheiro por via do trabalho, reafirmada ao longo da entrevista, constrói também uma identificação de si como desempregada e, pela maneira como essa definição é feita, a definição de si como trabalhadora, mesmo que condicionada ao desemprego. Trata-se de uma forma de identificação do desemprego que cai bastante fora das malhas da classificação oficial desenvolvida pela Organização Internacional do Trabalho e aplicada na União Europeia (UE). Por outro lado, está em causa neste excerto um motivo concreto para se ter dificuldades em se encontrar trabalho: o facto de se ser reformada. Também podemos encontrar no trecho outras questões menos evidentes, como a mistura entre se ser reformada e doente. Este caso mostra bem a complexidade e singularidade da situação de cada indivíduo:

Entrevistadora: Acha que tem dificuldades em arranjar emprego atualmente?

Entrevistada: Muita.

Entrevistadora: Devido a que fatores?

Entrevistada: Idade e as exigências atuais, porque eu também sou reformada, não posso trabalhar em qualquer trabalho declarado.

Entrevistadora: Com contrato, essas coisas...?

Entrevistada: Sim. Há uma norma qualquer que eu posso até trabalhar com contrato e fazer descontos e isso tudo. Mas não pode ser compatível com o motivo pelo qual eu fui reformada por invalidez. (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

O problema que levou ao desemprego pode ser a relação com os outros, neste caso com as colegas de trabalho ou com chefias ou patrões. Trata-se de uma questão referenciada em seis entrevistas.

Neste primeiro trecho, está em causa a relação com as colegas. Sublinhe-se que está implícito no discurso o facto de a entrevistada se despedir repetidamente por não se entender com as colegas, mesmo que isso implicasse a inexistência de rendimento alternativo:

Entrevistadora: Na altura em que ficou desempregada, nas outras vezes, foi por que motivos? Porque a D^a XXXX disse: «Vou mudar de trabalho, vou para aqui vou para acolá...»

Entrevistada: Não, eu tentava outras coisas, mas, às vezes, se não se fizer o que se gosta, não se sente bem, não se consegue. Andam uns dias, mas depois... Às vezes é por causa dos ambientes... Trabalhar com mulheres é complicado, trabalha-se melhor com homens... Sabe como as mulheres são... É verdade. (P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

No trecho seguinte, misturam-se diversos motivos para o desemprego (em vários empregos). Desde logo, um conflito com o patrão levou ao autodespedimento, motivado pelo não pagamento do ordenado, embora, a dada altura, a situação se complique pelo fecho da empresa. Num segundo caso, o encerramento da empresa determinou o despedimento:

Entrevistado: Nesse dos carros não tive muito tempo, um ano.

Entrevistadora: Não se adaptou?

Entrevistado: Não, não foi por isso. Foi porque ele houve uma altura em que não me pagou, e eu sei que ele vendia bem, que tinha dinheiro e só não me pagava... Eu nisso, pá,

eu acho que sou uma pessoa honesta, quando faço um trabalho e se cumprir e se não cumprirem comigo e falharem com a palavra, eu prefiro sair do que andar como muita gente anda às vezes, seis meses sem receber.

(...)

Entrevistado: Vinha tudo de lá. Nós fazíamos as vendas, fazíamos as entregas, fazíamos tudo. E depois então dessa empresa é que surgiu outra oportunidade... Comecei a responder a uns anúncios, fui ter a um laboratório farmacêutico. Foi o melhor emprego que eu tive. Estive lá três anos, que aquilo depois fechou, mas... Que era também espanhol, um laboratório de genéricos. (P3.2._Porto, sexo masculino, 45 anos)

Note-se que, dos casos recolhidos, o despedimento resulta quase sempre de desentendimentos com o patrão ou com uma figura de autoridade na cadeia hierárquica e apenas num caso com colegas (o que acima foi apresentado). No trecho abaixo, a entrevistada relata um conflito com a gerente do supermercado onde trabalhava – um conflito laboral, do qual resultou um processo em tribunal (com a ajuda do sindicato) que foi por ela ganho:

Entrevistadora: Por que motivo ficou desempregada?

Entrevistada: Desavenças com o chefe.

(...)

Entrevistadora: E qual foi a desavença que teve com o chefe?

Entrevistada: A desavença foi que ela decidiu que eu tinha que ir para a peixaria, porque tinha falta de pessoal, e eu disse: «Peixaria não vou». Para isso ia para o café e bolos. Se ela sabia que eu não podia estar ao pé das farinhas por causa da asma, ela ia-me pôr na peixaria.

Entrevistadora: Com o frio.

Entrevistada: Com o frio! Mas era mais pelo castigo, porque eu não me dava bem com essa nova gerente. Essa nova gerente tinha o quê, 34 anos, e era má, má, má, péssima. Eu nunca conheci uma pessoa jovem, não é, e tão má.

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Eu trabalhei com gerentes, a última antes dela reformou-se ali na loja, foi o último ano dela e entrou para a reforma. Trabalhei com outras também, mas eram pessoas que já tinham 50 anos, n'ê? Sabiam como lidar, falavam o que tinham que dizer, mas sabiam lidar com os funcionários. Aquela não, aquela sonsa impunha tudo pela força, pela intimidação e pronto.

Entrevistadora: E na altura foi despedida?

Entrevistada: Fui despedida.

Entrevistadora: Qual foi a razão que alegaram?

Entrevistada: Que eu bati-lhe. Ela disse que eu bati-lhe. E como eu disse: «Discutimos. Nós discutimos, eu não lhe bati, discussão não é bater.» Se ela achou que eu lhe bati, ela ia lá ao hospital fazer o exame para ver se ela tinha algumas marcas. Ela tinha dito que eu agredi, eu não agredi. Ela foi mentirosa. E a empresa, sendo ela uma gerente, deu-lhe razão.

Entrevistadora: Mas não a despediram por justa causa, pois não?

Entrevistada: É assim, eles mandaram-me para casa até averiguar a situação, mas eu estava a receber à mesma.

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Depois, em Dezembro, em 2000 e... Porque já foi em 2018, foi em 2018. Sim, em Março. Em Fevereiro, eles mandaram-me a carta da decisão e que estava despedida (...) (P3.1_Lisboa, sexo feminino, 48 anos)

Releve-se a ideia de que a intervenção sindical teve um papel importante na proteção dos direitos laborais. Este caso, embora não tenha impedido a pobreza, contrasta com a ausência de proteção sindical generalizada que se verifica entre os entrevistados.

Em seis entrevistas, estão presentes outros motivos para se estar desempregado. Esses casos respeitam a motivações muito diversas, sublinhando, mais uma vez, a complexidade dos percursos individuais. Damos conta das várias razões referidas, sublinhando sempre a dimensão social que as atravessa.

Num primeiro caso, constituído por duas entrevistas, o que está em causa são dois trechos muito distintos mas com o mesmo fator subjacente, a sorte. No primeiro, a resposta é simples e sem grandes rodeios. No segundo, pelo contrário, é longa e bastante emotiva, estando também associada à questão da falência de uma das empresas onde o entrevistado estava empregado:

Entrevistadora: E por que é que acha que ficou desempregado?

Entrevistado: Foi... Calhou de estar mais tempo desempregado. (P3.4_Guimarães, sexo masculino, 42 anos)

Entrevistador: Quais foram os motivos do desemprego? Porque motivos é que ficaste desempregado?

Entrevistado: Por causa do... Eu estive... Em pintor, era nas estufas também, mas só que era diferente, pintámos a estufa toda nova. Depois houve uma época que as frutas foram para o lixo [ananases]. Foi a falência, fiquei sem trabalho por causa disso. Depois, comecei nas limpezas. Depois, foi sempre... Eu tive muito desgosto na minha vida.

Entrevistador: Queres-me falar desse desgosto?

Entrevistado: Há uma coisa que eu não... [chora] não sei explicar. Parece que eu não tive sorte. No trabalho, não tive sorte. Um gajo queria trabalhar, mas era trabalhar, mas sempre... Nunca fui efetivo.

Entrevistador: E quando estavas desempregado, como é que lidavas com essa situação?

Entrevistado: Um gajo dava cabeçadas, depois o meu pai chateava a gente para a gente procurar trabalho. Procura de trabalho a gente fazia, a gente procurava trabalho, a gente sempre que não havia trabalho, como aquele... Depois houve uma época que não teve trabalho... Uma pessoa não gosta de levar um não. (P3.4_Ponta Delgada, sexo masculino, 33 anos)

Um segundo bloco de respostas, também com duas entrevistas, está associado à discriminação. No primeiro caso, em relação ao que a entrevistada apelida de «visual» (forma de vestir, dentes, etc.). O segundo está relacionado com o sentimento de discriminação pelo facto de a entrevistada ser cigana (referindo-se ainda a pouca escolaridade. Neste caso, o 9.º ano).

Entrevistadora: Acha que tem dificuldades em arranjar emprego? E porque acha que tem dificuldades?

Entrevistada: Bem, talvez um pouco pelo visual que eu tenho. Penso que é assim. Muita gente diz que eu não sei vestir-me. E eu digo que não é pelo saber vestir, é mais pelo saber, pela capacidade que a pessoa tem. Por exemplo, ser bem delicada, não se portar mal com as pessoas, nem nada. Depois, dizem que eu não sei vestir-me nem me calçar. E eu digo que me vesti da maneira que eu gosto e da maneira que eu sei. Arrancar dentes? Eu tenho medo de arrancar dentes que é um caso sério. Há uns anos, eu estive em Santa Maria [ilha]. Teve um médico que me deu uma injeção estragada que estive quase empenando (...) (P3.1_Ponta Delgada, sexo feminino, 48 anos)

Entrevistada: (...) Sim, muitas. Por um lado, por ter o 9.º ano e, por outro, por causa de racismo que há, por ser cigana. É muito racismo, vamos ao emprego e dizem que já está ocupado, ou que não está disponível, porque veem que somos ciganos. (P3.3_Amadora, sexo feminino, 27 anos)

No trecho abaixo, o entrevistado desenvolve um argumento de grande complexidade para justificar a sua situação de desemprego: despediu-se para ir ganhar mais noutra emprego, estando efetivo, mas a mudança não correu bem. Sublinhe-se ainda o motivo para o despedimento: a vontade de ganhar mais cem euros por mês, um valor relevante para um indivíduo com um ordenado baixo. Contudo, não se compreende muito bem o recuo relatado pelo entrevistado na intenção de proceder à contratação por parte do novo patrão.

Entrevistado: O trabalho foi no restaurante do XXXX. Foi do restaurante do XXXX onde saí, estava empregado.

Entrevistadora: O que é que esse trabalho lhe traz à memória? Era um sítio onde gostava de estar?

Entrevistado: Era um sítio onde gostava de estar.

Entrevistadora: E por que é que saiu?

Entrevistado: Saí porque queria ver se ganhava mais. Houve um amigo meu que me convidava para ir ganhar mais 100 euros. Eu, como estava efetivo, tive que dar dois meses de prazo ao patrão para ir ganhar mais. Passado um tempo, o patrão disse-me: «Ó Sr. XXXX, olhe que você vai-se arrepender. Está aqui, está certo, está efetivo, a gente gosta de você e tal» E, para ganhar mais... «Pronto, está bem, você é que sabe.»

(...)

Entrevistadora: E arrependeu-se de ter saído?

Entrevistado: Arrependi-me e de que maneira.

Entrevistadora: E porquê? Consegue-se lembrar?

Entrevistado: Porque estava bem, estava bem na vida. Hoje em dia, ainda vou lá, vou ter com os colegas, com os patrões, fiquei a dar-me bem com eles, graças a Deus. Até os patrões me pagam um café. Se quero beber uma cerveja sem álcool, também me pagam, não querem que pague, gostavam de mim, pronto. Estou bem arrependido, olhe...

Entrevistadora: O que é que aconteceu para se ter arrependido?

Entrevistado: Ele, como me deu a ilusão, era só pôr as mesas, levantar e pôr as mesas. Se ganhava ali 500 euros, ia ganhar 600 euros, davam-me boleia, vinha para casa.

Aproveitava, ganhava mais 100 euros, era dinheiro. Hoje em dia, quem é que não se arrepende? Mais 100 euros era dinheiro, o trabalho era o mesmo.

Entrevistadora: Não aconteceu isso, foi isso?

Entrevistado: Depois de eu me ter despedido, fui lá à entrevista. Diz que é assim, só para pôr e levantar as mesas, mas necessita de uma folga de um seu colega, ir a um quarto... Ou isto ou aquilo, você não sabe línguas, não sabe falar inglês, nem francês, nem alemão, nem nada. Eu disse: «Ó chefe, então... Mas olhe que lá em cima, onde eu estava, tinham uma lista que estava escrita em inglês, escrita em francês, alemão, brasileiro, espanhol e desenrascava-me». «Pois mas você não vai para um quarto com uma lista na mão, porque parece mal. Vão-me dizer: "Que patrão é que tenho aqui, que empregado é que eu tenho aqui que não sabem falar inglês, nem francês nem alemão, nem nada?"». E eles não me aceitaram. Fiquei desempregado. Depois, nem num lado nem noutro. (P3.5_Amadora, sexo masculino, 58 anos)

Finalmente, no último caso, a razão declarada para o desemprego foi a inexistência de oportunidades na área que o entrevistado considera ser a sua, a de empregado de mesa. Esta foi uma explicação avançada num contexto (em Dezembro de 2019) em que o sector da restauração na região de Lisboa, associado ao turismo, vivia um momento de prosperidade e após dez a onze anos de desemprego próprio. A entrevistadora interpela o entrevistado em relação à sua explicação, mas a resposta invoca sempre as dificuldades sentidas, desta vez não centradas no contexto económico, mas nas limitações à aprendizagem causadas pela sua idade (59 anos).

Creemos que estas duas respostas desafiam os limites dos discursos dos indivíduos, dado que estes representam uma leitura da realidade que os entrevistados escolhem apresentar, o que não deve ser confundido com o conjunto de fatores que efetivamente explicam uma dada situação. No caso vertente, tal como no anterior, a aparente fragilidade da explicação em relação às questões mais factuais (período do desemprego; especialidade profissional do entrevistado; relativa prosperidade do sector da restauração nos últimos anos pré-pandemia) leva-nos a pensar que existirão outros fatores importantes que estão ausentes do seu discurso:

Entrevistadora: Neste momento está desempregado, porque motivo é que está desempregado? De acordo com aquilo que disse, está há cerca de dez/onze anos desempregado.

Entrevistado: Sim, mais ou menos. Ou mais. Foi até ao ano de 2007, n'é? 2007 para 2019?

Entrevistadora: 12 anos que está desempregado. Porque motivo é que se mantém desempregado durante este tempo todo?

Entrevistado: Porque não há trabalho para empregado de mesa. Não há trabalho. Eu não sei fazer outra coisa. Não sei fazer outra coisa, o que é que hei de fazer?

Entrevistadora: Mas acha que na indústria hoteleira não conseguia um outro emprego?

Entrevistado: Eu tinha que começar a aprender. Tudo isso tinha que haver aprendizagem.
(P3.5_Amadora, sexo masculino, 59 anos)

Os entrevistados neste perfil caracterizam-se por terem, na sua maioria, uma trajetória de emprego em carrossel, que implica a mudança frequente de emprego (e de atividade), com passagens pelo desemprego, sem que o indivíduo saia do mesmo lugar social (lugar de classe). Ou seja, tal como os carrosséis, os indivíduos em trajetória de emprego em carrossel movem-se, por vezes vertiginosamente, entre empregos e atividades sem sair do mesmo lugar social. Não se trata, portanto, de uma situação associada à juventude que, com o passar do tempo, é superada (Pais, 2001), tendendo a persistir ao longo do tempo e a afetar boa parte ou mesmo a totalidade da trajetória profissional dos entrevistados. Todas as vantagens materiais e simbólicas da passagem do tempo consubstanciadas na ideia de carreira (numa organização ou numa profissão) estão ausentes desta forma de viver a trajetória laboral. Neste contexto, estamos, pois, em presença da precariedade no tempo, associada ao desemprego e à inexistência dos benefícios que se podem associar à ideia de progressão (Diogo, 2010).

Em contraste, seis dos casos apresentam largos períodos de estabilidade no emprego, o que não os impediu de se encontrarem em situação de pobreza, sendo que, no momento da entrevista, três estavam desempregados e outros três reformados (por invalidez).

Uma das principais características da trajetória de emprego em carrossel é a existência de um elevado número de empregos (ou atividades laborais) ao longo da trajetória laboral:

Entrevistadora: Quantos trabalhos é que teve?

Entrevistada: Sei lá, tantos [risos]. Não sei. Boa pergunta, eu nunca contei. Não sei, mas para cima de dez. Mas muito para cima. (P3.1_Porto#2, sexo feminino, 55 anos)

Outra característica que se encontra presente nas entrevistas respeita à informalidade, que consiste numa atividade laboral informal, sem enquadramento legal, verificando-se a inexistência de descontos para impostos ou Segurança Social e enquadramento na contratação coletiva, não existindo, por consequência, proteção na doença ou descontos para a reforma. O

biscate é uma manifestação antológica desta informalidade. Sublinhe-se que, associada à informalidade, no caso abaixo, está também presente a precariedade (característica decisiva da trajetória de emprego em carrossel):

Entrevistadora: Quando olha para trás, para o seu percurso, acha que teve altos e baixos, que tem vindo a melhorar ou que já esteve melhor do que agora? Em que aspetos? Porquê?

Entrevistada: Não é suficiente, mas qualquer pessoa em casa, o adulto faz uns biscates, vai fazendo uns biscates, vai dando para o mês. (P3.3_Amadora, sexo feminino, 27 anos)

O excerto seguinte define bem os casos mais extremos de precariedade no emprego e, em consequência, da trajetória de emprego em carrossel. Sendo um excerto curto, manifesta-se aqui não apenas a precariedade, mas também a existência de uma trajetória deste tipo durante um período extenso, considerando que a entrevistada tinha, no momento da entrevista, 37 anos, sendo o maior período de estabilidade no emprego de apenas um ano (em dois empregos distintos):

Entrevistada: Onde eu estive mais [tempo] foi no Via Catarina e na [XXXX], que estive um ano. (P3.3-Porto, sexo feminino, 37 anos)

A entrevista seguinte acaba por resumir as características que temos vindo a apresentar: grande número de atividades laborais na trajetória de trabalho; precariedade (ao longo de um período extenso); informalidade e desemprego, tudo isso associado à realização de biscates. Além disso, a entrevistada acrescenta um fator ainda não referido: a diversidade de atividades desempenhadas. A entrevistada não tem propriamente uma profissão em que possa investir numa carreira, mesmo que informal, pois vai mudando de atividade (e de profissão) com frequência.

Contudo, podemos também observar que, mau grado as vertiginosas mudanças relatadas pela entrevistada, existem elementos constantes: desde logo, as características da trajetória de emprego em carrossel referidas, mas também a desqualificação social das atividades desenvolvidas. Isto é, por mais que tenha mudado de local de trabalho, de patrão e de tipo de atividade, todas as situações relatadas remetem para atividades laborais desqualificadas. No caso vertente, considerando que estamos em presença de uma mulher em ambiente urbano, o que está em causa são sobretudo atividades no sector dos serviços. Outros

casos envolvem outro tipo de atividades, com maior ênfase nas atividades agrícolas ou na indústria, mas sempre com o mesmo tipo de situação de base: uma trajetória de emprego em carrossel.

O caso abaixo também apresenta uma outra característica: a trajetória de emprego da entrevistada vai sendo intercalada (e interrompida) com períodos de não trabalho. Na generalidade das entrevistas, estes períodos de não trabalho constituem casos de desemprego. Contudo, no caso vertente, está também em causa a assunção da condição de doméstica, por via da maternidade (e com a particularidade de a decisão se fundamentar num pedido de uma assistente social):

Entrevistada: Sei lá... Hum, eu sei que já trabalhei na XXXX, em Gaia.

(...)

Entrevistada: [Empresa] De transportes, como embaladora.

(...)

Entrevistada: Já trabalhei em *shoppings*. Trabalhei no XXXX. Trabalhei...

Entrevistadora: Não me consegue dizer assim direitinho, dona XXXX? Por ordem! Esteve no XXXX um ano.

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Depois...

Entrevistada: Depois [pensa], trabalhei numa casa como empregada doméstica. Depois [pensa], trabalhei no XXXXX a seguir.

Entrevistadora: Numa loja?

Entrevistada: Restauração. Na XXXX. Aí estive bastante tempo, até. Não me lembro quanto tempo, mas sei que ainda estive bastante tempo. Depois, trabalhei aqui no *shopping* XXXX, num grupo de restauração também, em casa da patroa, que era a dona do café. Hum... Depois, já tinha a XXXX. Trabalhei no XXXX, em frente ao XXXX, que agora não é XXXX, tem outro nome qualquer [todos os casos referidos são cafés]. Mais? Trabalhei num café aqui em cima, em XXXX. Hum... [pausa]. Noutro, também lá na mesma zona. Trabalhei numa loja dos chineses. Trabalhei há coisa de... quatro/cinco. Quatro não, cinco... Num restaurante em XXXX, mas depois fui proibida pelo médico, por causa das mãos.

(...)

Entrevistada: Foi. Porque eu estive muitos anos a tomar conta dos avós do pai dela [da filha mais nova].

Entrevistadora: Ah ok.

Entrevistada: Eu tive, hum... Eu estava grávida da XXXX. A minha filha vai fazer 14 anos, estava grávida da XXXX e quando ela nasceu, a assistente social do centro de saúde deles pediu-me para ficar em casa com eles.

(...)

Entrevistadora: Mas e então por que é que mudou tantas vezes de trabalho?

Entrevistada: Também era novinha, havia sempre essas possibilidades. Ou porque era para substituir férias ou baixas. Onde eu estive mais foi no XXXX e na XXXX, que estive um ano. No XXXX, também estive mais ou menos um ano mas depois tive um acidente lá e eles não me puseram para o seguro.

Entrevistadora: Então, neste momento já está desempregada há quanto tempo, dona XXXX?

Entrevistada: Ela tem quatro. Para aí, há cinco anos. Claro, uma pessoa vai fazendo uma coisinha ou outra, mas nada por aí além. Uma limpeza ou outra, mais nada.

Entrevistadora: E vai fazendo assim uns biscates?

Entrevistada: Sim, mas raro. (P3.3_Porto, sexo feminino, 37 anos)

O excerto abaixo é longo, mas mostra claramente a sucessão de atividades desqualificadas entrecortadas por desemprego e por recebimento do RSI. Na trajetória de emprego em causa, está bem patente a intervenção do Estado através de várias instituições (Segurança Social, câmara municipal, junta de freguesia). Não permitindo sair da pobreza, estas proporcionam, ainda assim, uma rede mínima de apoio ao rendimento da entrevistada e à sua relação com o mundo do trabalho. Para além do RSI, a entrevista é auxiliada pelos serviços estatais de apoio social na realização de escolaridade (sem que um melhor diploma escolar tenha contribuído para que saísse da pobreza):

Entrevistadora: Qual foi o seu último emprego?

Entrevistada: Ui, último emprego? De solteira...

Entrevistadora: Você estava casada, trabalhava na agricultura, depois de acabar com ele [divórcio], foi trabalhar com quê?

Entrevistada: Depois, eu meti-me até no rendimento mínimo e saiu outro trabalho destes, para trabalhar para a Câmara.

Entrevistadora: Quando é que entrou com o rendimento mínimo?

Entrevistada: Já há muito tempo. Depois, trabalhei com um idoso sete anos. Ainda estive a cuidar de um idoso. Pois, sete anos estive com ele.

Entrevistadora: O rendimento mínimo foi antes ou depois de trabalhar com esse idoso?

Entrevistada: O rendimento mínimo estava ainda com o pai da menina.

Entrevistadora: E quanto tempo recebeu o rendimento mínimo?

Entrevistada: Ui, foi pouquinho tempo. Chamaram-me logo para trabalhar, foi quase um mês, fiz em Abril e depois a Câmara chamou-me logo para trabalhar.

Entrevistadora: Então isso deveria ser mais ou menos com 25 anos?

Entrevistada: Sim, sim, deveria ser mais ou menos isso.

Entrevistadora: E trabalhava com quê, na Câmara?

Entrevistada: Trabalhava aqui na Junta, em limpezas.

Entrevistadora: E quanto tempo é que ficou neste trabalho?

Entrevistada: Um ano, estive um ano.

Entrevistadora: Depois ficou desempregada?

Entrevistada: Depois estive desempregada. E depois foi quando me chamaram então para este curso, fazer o 12.º ano.

Entrevistadora: Consegue lembrar-se mais ou menos quantos anos tinha quando ficou desempregada?

Entrevistada: Ui, desempregada, fiquei para aí quatro anos.

Entrevistadora: Então foi mais ou menos entre os 25 e 30 anos que ficou desempregada?

Entrevistada: Sim, sim. Depois fui já com esse senhor, que fui tomar conta de um idoso.

Entrevistadora: Não tinha contrato?

Entrevistada: Sem contratos.

Entrevistadora: Depois, o que aconteceu?

Entrevistada: Depois, faleceu o senhor e eu fui ficar com outro idoso, estive quatro anos com ele também.

Entrevistadora: E depois?

Entrevistada: Depois, fiquei sem trabalho e foi quando me meti agora no rendimento mínimo. Faleceu o senhor em Novembro [de 2018], em Abril fiz o rendimento mínimo e foi quando me chamaram para trabalhar para a Câmara.

Entrevistada: E há quanto tempo está na Câmara? [programa ocupacional para desempregados]

Entrevistada: Em Junho.

Entrevistadora: E com que trabalha hoje?

Entrevistada: Trabalhamos aqui na aldeia: fazer limpezas, lavar estes tanques, sabes, os tanques onde lavava-se antes as roupas. E assim: as ruas, os caminhos, qualquer coisa que o presidente manda.

Entrevistadora: Certo. De forma geral, com limpeza?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E tem um contrato de um ano com a Câmara?

Entrevistadora: Sim. (P3.3_Montalegre, sexo feminino, 43 anos)

O trecho seguinte é importante por nos dar uma pista para uma questão relevante, a de saber o que impede os indivíduos de encontrarem estabilidade num emprego. A primeira resposta prende-se com a precariedade associada às atividades a que têm acesso. Dito de outro modo, uma trajetória de emprego em carrossel pode assentar em atividades que, em si, são precárias, constituindo assim a acumulação no tempo desta precariedade uma parte importante do carrossel de atividades. Ou seja, se os fatores individuais ajudam a explicar a existência deste tipo de trajetória, os fatores de cariz societal, em particular os relacionados com a organização do mercado de trabalho, têm também um papel importante nessa explicação.

No caso vertente, acrescenta-se um outro motivo, o alcoolismo do entrevistado que o impediu de manter uma trajetória de emprego estável (nos EUA onde residia e de onde foi repatriado):

Entrevistador: Quantos empregos já teve?

Entrevistado: Aqui?

Entrevistador: Não, ao longo da vida.

Entrevistado: Ah, muitos! Trabalhei na construção.

Entrevistador: Mas isso foi logo depois da padaria?

Entrevistado: Foi depois da padaria.

Entrevistador: E quanto tempo trabalhou na construção?

Entrevistado: Ah, trabalhei para aí dois anos. Depois, ia preso por conta do álcool.

Entrevistador: O senhor foi preso?

Entrevistado: A minha vida foi sempre perder trabalho por conta do álcool e depois ia preso. Perdia por conta do álcool, porque trabalhar, eu gosto de trabalhar.

Entrevistador: Esse na construção foi ainda nos Estados Unidos, certo?

Entrevistado: É. Sabe, trabalhava e depois perdia o trabalho por conta da bebida.

Entrevistador: E depois da construção, trabalhou com mais o quê?

Entrevistado: Com o que mais? Já não lembro muita coisa. Foi para padaria outra vez.

Entrevistador: Ficou a alternar entre padaria e construção?

Entrevistado: Isso, fiquei alternando. Não era trabalho certo. Perdia o trabalho por conta da bebida. Sabe, já não me lembro de muita coisa por causa do álcool. A gente acaba esquecendo as coisas.

Entrevistador: E em Portugal, o senhor já trabalhou com o quê? Quais foram os empregos que teve aqui em Portugal?

Entrevistado: Aqui... Jardineiro.

Entrevistador: Só jardineiro pela Câmara?

Entrevistado: Isso.

Entrevistador: E quanto tempo trabalhou lá?

Entrevistado: Um ano. Aquilo era assim, ficava um ano e depois esperava um pouco e voltavam a chamar. Não sei quanto tempo, é como for.

Entrevistador: Então o senhor veio para Portugal e começou logo a trabalhar...

Entrevistado: Isso. Em 2005, comecei a trabalhar para a Câmara. Mas depois estou fora um tempo e depois voltam a chamar.

Entrevistador: E, nesses intervalos, trabalhava em alguma coisa?

Entrevistado: Não, não trabalhava.

Entrevistador: Só com a Câmara?

Entrevistado: Só com a Câmara.

Entrevistador: E eram contratos de um ano?

Entrevistado: Isso, contratos de um ano.

Entrevistador: E todos os trabalhos na Câmara foram como jardineiro e com um ano de contrato?

Entrevistado: Ah, que me lembro, foi sempre assim.

Entrevistador: De 2005 até agora?

Entrevistado: É, mas era assim. Ficava um ano lá, depois oito meses ou um ano fora, depois voltavam a chamar. Nem sei quanto tempo, depende. Depois começa outra vez o contrato. (P3.2_Montalegre, sexo masculino, 56 anos)

Os dois trechos seguintes enfatizam bem a natureza precária de muitas das atividades laborais ao dispor dos entrevistados. Nestes casos, estamos a falar de atividades com durações que se medem à semana e à hora. Dificilmente podemos encontrar atividades mais precárias:

Entrevistador: E durante quanto tempo estiveste nesse primeiro trabalho?

Entrevistado: Aquilo era à semana.

Entrevistador: Não trabalhavas na estufas todos os dias?

Entrevistado: Não.

Entrevistado: Era, tipo, dois, três meses.

Entrevistador: E quando não tinhas trabalho nas estufas?

Entrevistado: Mudava de patrão.

Entrevistado: Em que trabalho é que era?

Entrevistado: Era estufas, novamente.

Entrevistador: Era sempre estufas.

Entrevistado: Acabava num, ia para outro.

Entrevistador: E durante quanto tempo trabalhaste em estufas?

Entrevistado: Mais ou menos até 2008. (P3.4_Ponta Delgada, sexo masculino, 33 anos)

Entrevistadora: Mais ou menos, quantos trabalhos teve na sua vida?

Entrevistado: Ui! Senhora, isso não tem conta. Ui, Jesus.

Entrevistadora: Portanto, foi... Quatro, cinco?

Entrevistado: De pedreiro, se é para falar onde eu corri tudo, isto tem lugares que eu corri que nunca mais acaba. Mas agora, de empreiteiro, só para falar dos nomes de empreiteiro, eu estive com esse da Ponta Garça, o da Vila, e depois estive na XXXX, estive no XXXX, estive no XXXX, estive na XXXX. Eu estive em companhias....

Entrevistadora: E que tipo de contratos é que eram?

Entrevistado: Era tudo contratos, era tudo assim à hora, por conta desses empreiteiros que eu estou falando à senhora, nesse empreiteiro de...

Entrevistadora: Mas com descontos?

Entrevistado: Nada de descontos. Nunca tive descontos. Quando era para esses empreiteiros, era nada descontos.

(...)

Entrevistado: Nada de descontos. Quando eu comecei a descontar. Os descontos que eu tenho são de quando fui trabalhar para a Junta, para a Câmara, XXXX. Nessa Secretaria do Ambiente, também tive aí os meus descontos. Mas, na construção civil, nada. (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Como temos vindo a verificar, a trajetória de emprego em carrossel define-se pela existência de um grande número de atividades profissionais na vida de um indivíduo, entrecortadas por períodos mais ou menos prolongados de desemprego (ou outra forma de inatividade), sem que isso se traduza numa das formas de progressões que tendemos a associar a uma carreira, formal ou informal. Por muito que se mude de atividade profissional, não se sai do mesmo lugar de classe.

O que a entrevistada abaixo traz de novo à discussão é o facto de apenas na sua relação com o Estado se encontrar uma forma de contratação dentro da norma, no caso, um contrato a prazo. Já tínhamos visto que essa relação – com o Estado – existe. Contudo, o que se enfatiza com este exemplo é a sua singularidade no percurso laboral de alguns entrevistados: só através da contratação pelo Estado alguns entrevistados têm acesso a períodos com proteção social, descontos e a um mínimo de estabilidade laboral (embora limitada no tempo).

Nem toda a precariedade laboral é igual. De facto, podemos teorizar que esta varia de intensidade. Nesse sentido, existem atividades mais precárias, como as que implicam a contratação à hora ou à semana (cf. entrevistas acima) de forma informal (i.e. sem descontos e sem proteção social). Num outro polo, podemos encontrar atividades precárias enquadradas por contratos a prazo, com frequência envolvendo o Estado, aos quais estão associados descontos (i.e. proteção na doença, no desemprego e na reforma) e horários dentro da norma. Ou seja, as atividades assim enquadradas, sendo precárias, são-no menos intensamente do que outras. Os contratos a prazo acabam em prazos curtos e conhecidos, mas enquadram e protegem o trabalhador numa relação dentro da norma.

No trecho abaixo, a entrevistada revela-nos que apenas teve um contrato na vida e com um organismo do Estado, relevando-se aqui, como tínhamos dito, o importante papel que este tem na vida de alguns dos entrevistados deste perfil, por constituir a única fonte de direitos e garantias ao longo da sua trajetória profissional. Todavia, neste caso, estando em causa um Contrato Emprego-Inserção, não se tratou de um contrato de trabalho normal (ou de um contrato a prazo normal), estando mais no âmbito da zona intermédia entre emprego e desemprego: a entrevistada trabalha, cumpre horário, recebe retribuição, mas não está realmente numa situação laboral dentro da norma.

Contudo, estes momentos (dada a sua curta duração, estes períodos podem ser classificados como momentos) são claramente insuficientes para que tenham um impacto relevante na situação de pobreza dos entrevistados (até pelos poucos rendimentos de trabalho que propiciam) evidenciando, por contraste, a relevância da precariedade persistente e intensa

na construção da trajetória de emprego em carrossel e, em consequência, na reprodução da pobreza ao longo da vida dos indivíduos. Não basta trabalhar para não se ser pobre.

Entrevistadora: Foram muitos trabalhos ao longo da vida, sabe mais ou menos quantos?

Entrevistada: E nem sei como aguntei tanto, não desfrutei nada da juventude.

Entrevistadora: Certo. E em algum destes tinha contrato?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Foram todos trabalhos informais?

Entrevistada: Informais, o único que tive [contrato] foi então aquele que fiz agora, também como este para a Câmara.

Entrevistadora: Com contrato foi apenas com a Câmara?

Entrevistada: Sim. (P3.3_Montalegre, sexo feminino, 43 anos)

Uma questão relevante nos discursos dos entrevistados sobre a sua trajetória profissional respeita à existência da acima mencionada zona intermédia entre emprego e desemprego, algo visível em nove das entrevistas. Isto é, a existência de situações em que não há propriamente um emprego tal como é habitualmente definido (regulado, contratualizado, dentro da norma), ou sequer algo próximo disso, mas antes atividades que se podem designar como laborais, implicando o esforço e o tempo do indivíduo, tendo como contrapartida um valor monetário, ainda que com frequência se trate de subemprego⁴².

O trecho seguinte apresenta-nos uma maneira bastante concreta de definir esta zona cinzenta. Esta entrevista é particularmente importante uma vez que a zona intermédia entre emprego e desemprego é aí enfatizada pelas sucessivas transições entre desemprego e programas ocupacionais (Recuperar e CTTs são programas ocupacionais). O entrevistado está a desenvolver atividades remuneradas, está a trabalhar, cumpre um horário de trabalho completo, mas não está propriamente num emprego ou a exercer um trabalho no mercado (normal).

Em regra, este tipo de programas proporciona rendimentos mais baixos do que um trabalho dentro da norma. São atividades laborais precárias, que muitas vezes não proporcionam subsídio de férias e de Natal nem permitem a sindicalização (mesmo que seja apenas como prática, o efeito é o mesmo). O trabalhador vai envelhecendo nesta atividade e, como consequência, vê complicar-se a sua integração no mercado de trabalho normal.

⁴² Dado que os indivíduos trabalham menos horas por semana do que a norma, sem que isso aconteça por sua vontade.

O cerne da zona intermédia entre emprego e desemprego encontra-se precisamente nesta contradição de se trabalhar sem se estar no mercado normal de trabalho. Este também é um caso de envolvimento do Centro de Emprego⁴³. Sublinhe-se que o entrevistado tem perfeita noção das verbas envolvidas, mau grado as dificuldades que noutras partes da entrevista registou com datas e anos de idade:

Entrevistado: Quando eu estive lá, foi por conta do Recuperar. Foi quando houve esses novos programas que houve para aí do Recuperar. Estive dois anos no Recuperar e depois, no terceiro ano, estive nos CTTS. Esse é um programa bom, porque dá um dinheiro bom. Só depois, então, é que vim para aqui. Chamaram-me para o Fundo de Desemprego, e depois o Fundo de Desemprego falou-me se eu queria ir trabalhar. Eu disse que «Claro, já se sabe que queria ir trabalhar.» Mas é a tal coisa, trabalhando ou não trabalhando, eu estive a trabalhar como seja de graça para aqui para a Junta de Freguesia. Porque eles davam-me por mês mais 71 euros, que era alimentação, não sei o que era mais. Que os 429 euros [que] eu recebia sempre era do Fundo de Desemprego e já era meu, era o que eu tinha direito. Vim para aqui, pensando que ia receber mais uns 200 euros em cima para ajudar a vida e vai-se a ver, recebo só 71 euros. Praticamente, aquilo foi a trabalhar de graça, para ali. Estive um ano aqui nisto assim. (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Outra forma de se estar nesta zona difusa entre emprego e desemprego é através da realização de biscates. Sendo muito diferentes dos programas ocupacionais relatados na entrevista anterior (é preciso ter ainda em conta as bolsas de estudo referidas noutras entrevistas), os biscates têm em comum com estes programas o facto de não serem exatamente empregos, apesar de serem trabalhos que permitem ganhar dinheiro. Não se trata nem de emprego nem de desemprego e são intensamente precários. E mal pagos.

Entrevistado: Agora é assim, eu tenho... Conheço montes de gente, eu nunca estou em casa, não lhe vou dizer que passo os dias sem fazer nada, para mim não serve. Tenho muita gente que vou lá, que ajudo quando é preciso fazer alguma coisa e isso. E é bom mas não posso considerar isso um trabalho, não é?

⁴³ Identificado na entrevista como Fundo de Desemprego. O nome oficial nos Açores, onde foi feita a entrevista, é Agência Para a Qualificação e Emprego.

Entrevistadora: Hum, vai fazendo uns biscates.

Entrevistado: E vou passando o tempo. É. Procuo passar o tempo.

(...)

Entrevistadora: Disse que ia fazendo uns biscates, que tipo de coisas faz?

Entrevistado: Ah sim! Tenho esse meu amigo do *stand* que às vezes ajudo-o a tratar de alguns documentos que ele possa precisar ou isso, ou ir fazer coisas. Já fiz umas mudanças. Já dei aulas a uns miúdos também, mas isso... Era o que eu gostava mais de fazer. (P3.2._Porto, sexo masculino, 45 anos)

A trajetória de emprego em carrossel tem como polo oposto a estabilidade, definida como um período prolongado de tempo a exercer a mesma atividade laboral e emprego (definimos dez anos ou mais, presente em seis entrevistas deste perfil). Contudo, a estabilidade não impede a pobreza. No caso abaixo, um grande período de estabilidade no emprego (mais de 40 anos) associado a garantias contratuais (ao contrário da informalidade e da precariedade) não foi suficiente para que a pessoa deixasse de ser pobre no momento da entrevista (está reformada por invalidez):

Entrevistadora: Isso já era a outra empresa?

Entrevistada: Foi outra empresa. A primeira empresa aonde eu trabalhei aqueles dois anos que estava no armazém tinha prometido que quando houvesse uma vaga no escritório... Mas nunca me botaram. Entretanto, como apareceu essa vaga, eu deveria ter os meus 16 anos, mais ou menos, e mudei para essa empresa e foi lá que eu trabalhei quarenta e tal anos.

Entrevistadora: Nessa empresa, tinha registo na Segurança Social...

Entrevistada: Sim, sim, sim, tinha. (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

No caso do trecho seguinte, apesar de ter desenvolvido uma atividade profissional relativamente estável (de facto, noutro ponto da entrevista, o entrevistado declara ter tido apenas três trabalhos na sua vida) não foi suficiente para que o entrevistado escapasse numa situação de pobreza no momento da entrevista. Podemos encontrar aqui claramente um evento associado à sua situação, a falência da empresa e o consequente desemprego (em particular no caso da atividade de segurança privada, a última que exerceu).

Entrevistado: Fui trabalhar numa fábrica de papel, ali em XXXX. Trabalhei lá seis anos, gostava daquilo que fazia, depois a fábrica foi à falência, entrou em insolvência, fui para o desemprego. Não recebi nada, foi com processos para tribunais, não deu em nada e depois comecei a trabalhar na segurança privada e trabalhei muitos anos na segurança privada. (P3.2_Ponta Delgada, sexo masculino, 51 anos)

Estando apresentadas as questões que se salientam na dimensão mais objetiva de relacionamento com o trabalho entre os entrevistados, resta-nos ver como se desdobram as questões mais subjetivas.

4.2. Identidade e satisfação em relação ao trabalho

Procurámos pistas que nos permitissem perceber se os indivíduos se identificam a si próprios como trabalhadores na situação de entrevista ou se, em alternativa, produzem outro tipo de identificação de si (Dubar, 1991). Neste sentido, foi possível identificar para este perfil seis casos em que os entrevistados se identificam, na sua relação com o trabalho, como doentes⁴⁴ e três em que, em diversos momentos das respetivas entrevistas, afirmam a sua identificação como trabalhadores, para si e para os outros. Recordemos que esta é uma questão central que ajuda a compreender a forma como os indivíduos se relacionam com o mundo do trabalho e, também, a sua predisposição para desenvolverem atividades laborais, bem como a sua real capacidade para o fazerem.

Nesta secção, é ainda possível encontrar alguns casos em que a identidade em relação ao trabalho é complementada com afirmações que se referem à definição da sua profissão.

Antes de se analisar as declarações dos entrevistados na definição de si como doentes, cremos ser o momento de introduzir uma outra forma de analisar esta questão. Se vamos dar relevo à dimensão simbólica presente no discurso, este pode também ser analisado na perspetiva factual. Nesse sentido, podemos observar que as doenças declaradas (crónicas, limitativas da atividade e/ou incapacitantes) são limitativas da qualidade de vida em geral e da relação com o trabalho em particular. Se, para a grande maioria dos casos, este não é o fator que está na origem da sua situação de pobreza é, com certeza, algo que ajuda a explicar a reprodução dessa situação ao longo da sua vida. De facto, se a questão da identificação de si

⁴⁴ Considerando as características do perfil, poderíamos ser levados a pensar que estes casos são referentes a indivíduos que no momento da entrevista estavam reformados por invalidez. Ora isso só é verdade para dois dos seis casos em apreço. Os restantes casos referem-se a desempregados.

como doente se pode observar em seis entrevistas, a menção de uma doença grave, a maior parte das vezes crónica e com frequência com efeitos na capacidade do indivíduo desempenhar a sua atividade profissional ou viver com qualidade, é visível em 15 das 22 entrevistas deste perfil. Deve ainda ser tida em conta a existência de cinco entrevistas onde se menciona uma doença do mesmo tipo por parte de familiares próximos (estes casos acumulam com os anteriormente mencionados). A doença enquanto um dos três «D» da pobreza⁴⁵ assume assim uma grande centralidade na vida dos indivíduos entrevistados, tornando-se ainda mais relevante se recordarmos que não incluímos questões específicas sobre o tema da doença no guião de entrevista.

O primeiro trecho que apresentamos é longo e de uma grande riqueza analítica, remetendo, em primeiro lugar, para a complexidade da relação entre doença e pobreza. Desde logo, podemos encontrar no trecho o impacto da doença (ou, neste caso, das doenças) na qualidade de vida da entrevistada, que se torna bastante claro ao longo do seu discurso. A sua vida é penosa devido às diversas doenças que tem, sendo que, quando trabalhava (estava desempregada no momento da entrevista), essa penosidade era amplificada pela atividade laboral.

Uma segunda questão que se coloca respeita ao contributo dessas atividades para as próprias doenças relatadas: dado o seu grau de penosidade, as atividades que desenvolvia parecem ter tido um efeito na criação ou no agravamento das doenças de que a entrevistada se queixa. Assim, as próprias atividades desenvolvidas podem constituir um fator potenciador da situação de pobreza. Esta questão remete-nos, portanto, para a qualidade do emprego (Diogo, 2007). Não basta ter um emprego (ou uma atividade laboral em sentido mais lato) para não se ser pobre. Pelo contrário, esse emprego pode, em determinadas condições, contribuir para reproduzir ou até mesmo agravar a situação de pobreza, como a entrevista em análise claramente demonstra. Neste caso, releva-se o efeito potenciador das atividades desenvolvidas

⁴⁵ Os três «D» da pobreza que identificamos não devem ser entendidos de uma forma fechada e literal. O desemprego significa desemprego propriamente dito, mas está também associado ao emprego sem qualidade (tal como definido neste livro) e ao desemprego de outros membros do agregado familiar; o divórcio tem como cerne esta rutura familiar, mas pode também ser visto como uma outra forma qualquer de disrupção familiar, incluindo conflitos intrafamiliares; e a doença está associada a doenças crónicas e/ou incapacitantes (limitações de variado grau à capacidade de se trabalhar e viver normalmente), entre as quais importa não esquecer as depressões. Também aqui se devem considerar tanto as doenças do próprio como as de outra pessoa do seu agregado familiar. A estes três «D», há ainda que acrescentar o efeito disruptivo da maternidade, bastante visível em alguns casos, em especial na relação com o trabalho e até com as relações conjugais. Para mais detalhes, veja-se a conclusão do livro *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*.

na crescente incapacidade para trabalhar da entrevistada, sem que isso nos faça esquecer a pequenez dos rendimentos assim obtidos.

Uma terceira questão prende-se não só com a multiplicidade de doenças declaradas, mas também com a sua natureza. Boa parte das doenças referidas pela entrevistada são crónicas, isto é, que, uma vez instaladas, afetam os indivíduos de forma persistente. Esta questão sublinha bem a complexidade, bastante visível neste perfil, da relação entre pobreza e doença(s).

Entrevistadora: O que é que fazia? Qual foi o seu último trabalho?

Entrevistada: Empregada de cozinha

Entrevistadora: Ajudante?

Entrevistada: Sim. Só que, prontos, tive problemas de doença. Não é grave... É crónica já e há certos serviços que eu já não aguento.

Entrevistadora: Eram serviços muito pesados?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Lavava loiça?

Entrevistada: Sim, os tachos grandes.

Entrevistadora: Mas quando fala de ajudante de cozinha, era mais como copeira?

Entrevistada: Copeira, sim era... Era na loiça.

Entrevistadora: E eram ali horas a fio.

Entrevistada: Sim. E era uma coisa que eu gosto. Era um emprego de escravidão, não havia tempo para nada.

Entrevistadora: Os horários eram repartidos?

Entrevistada: Eram muitas horas ali. Já fui operada aos pulsos, já tenho artrite reumatoide... Tenho vários problemas ... Tenho escoliose lombar.

Entrevistadora: Já não conseguia.

Entrevistada: Ando uma semana/duas bem, mas, depois, tenho que ir para o hospital levar injeções.

(...)

Entrevistadora: Ficou desempregada por causa da situação de doença? Ou porque já não aguentava mais?

Entrevistada: Sim. Já não aguentava. Eles não querem pessoas que falem, não é?

Entrevistadora: A doença é que a levou à situação de desemprego?

Entrevistada: Sim. Tenho artrite reumatoide, esclerose lombar, tenho artroses, gastrite crónica, ... Tenho problemas na tiroide, ... Tenho dois nódulos, ... Tenho HPV... (P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

No trecho seguinte da mesma entrevistada, o papel da penosidade no trabalho no aparecimento de um problema de saúde pelo esforço repetido é evidente:

Entrevistada: Mas lá está, eu trabalhava seis ou sete horas na banca e a banca tem torneira, mas não é de abrir, é de pedal. Com esta tinha sempre que apoiar [apontou para uma perna] e com a outra sempre no pedal. E aquelas sete horas seguidas... Comecei a ficar com problemas na coluna, tive que ir para o hospital tomar injeções. Por isso é que eu falei com a moça. Lá vizinha também... E andar sempre a faltar... (P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

No caso do excerto abaixo, a entrevistada consegue definir-se simultaneamente como doente e trabalhadora. Contudo, a condição de trabalhadora aparece no passado e a de doente no presente. O facto de se ver como trabalhadora no passado pode ser visto como uma forma de legitimar a sua definição de si como doente, reivindicando, por essa condição, apoio social dada a sua atual situação de doente. Contudo, não podemos esquecer a dimensão factual, onde a doença aparece como um contributo para a reprodução da situação de pobreza e até para o seu agravamento (recordemos que a pobreza não é toda igual, existindo diferentes intensidades).

Entrevistada: Ela [a doença] sempre persistiu na minha vida, mas enquanto eu pude trabalhar (e eu trabalho), eu lutei sempre contra ela. Agora, na idade em que estou, sinto-me mais impotente. E na idade em que estou é que precisava mais dos direitos que tenho, porque sempre trabalhei e descontei para o progresso deste país. E eu não tenho culpa de ser doente, ninguém tem culpa de ser doente, ou de ser mais bem tratada ou menos bem tratada. (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

O trecho seguinte remete para a questão da zona intermédia entre emprego e não emprego. O que está em causa neste caso em concreto é o emprego *versus* a reforma (por oposição à inatividade ou ao desemprego). A entrevistada define-se simultaneamente como doente e trabalhadora (apesar de reformada por invalidez), em especial considerando a

necessidade de dinheiro que a sua parca reforma lhe deixa. Contudo, o que se sublinha aqui é a vontade declarada de trabalhar, mau grado a dupla legitimidade para não o fazer (dada a condição de doente e reformada). Repare-se que o lapso da entrevistadora (dizendo «desempregada» em vez de «reformada» e corrigindo-se imediatamente) é ele próprio consequência da forma como a entrevistada se define ao longo da entrevista.

Entrevistadora: A senhora está desempregada no momento. Desculpe, reformada.

Entrevistada: Sim, mas dado que a reforma é tão pequenina, eu só não vou trabalhar se não arranjar nada compatível com as minhas capacidades. Caso contrário, vou.

Entrevistadora: Claro. Por que motivo está desempregada? Tem relação com o problema de saúde que teve?

Entrevistada: É assim, há certos serviços que não posso fazer. A minha parte óssea já não permite fazer determinados serviços, mas estou sempre atenta a ver o que aparece, a ver o que há, se bem que não há nada ou quase nada, não é? Se arranjo qualquer coisa compatível com as minhas capacidades para fazer, para ajudar a sobreviver e, enfim, ter um melhor... Melhorar um bocadinho de qualidade de vida... (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

No trecho abaixo, a entrevistada começa por se designar como desempregada, mas notemos que rapidamente passa às razões do desemprego que a impedem de trabalhar. Neste sentido, independentemente das questões objetivas, a identidade para si é a de trabalhadora, desempregada, mas também a de doente. Não podemos deixar de assinalar que também aqui a doença desempenha um papel importante na reprodução da situação de pobreza e também na definição de si.

Entrevistada: Sou desempregada, porque emagreci 12 quilos em dois meses. Os médicos não sabiam o que era, ainda não sabem e ando há anos em consultas e exames e, pronto. E, entretanto, isto é tudo muito complicado. Entretanto deixei de ter forças para trabalhar, deixei de ter força nos braços, não tinha força nas pernas. Depois, a pessoa deixa de trabalhar e deixa de ter de comer. Deixa de comer, deixa de poder andar, começa a adoecer mais. Pronto, isto tudo é uma bola de neve. Passa fome porque não tem o que comer. (P3.1_Porto#2, sexo feminino, 55 anos)

Contudo, se alguns dos indivíduos entrevistados têm dificuldade em se identificar como trabalhadores, tendo como motor alternativo para a identificação de si a doença, outros, embora em menor número, expressam no seu discurso uma identidade para si e para os outros onde o trabalho é central, permitindo que afirmemos estar em presença de identidade para si e para os outros como trabalhador.

No trecho seguinte, esta definição de si como trabalhadora é repetidamente afirmada pela entrevistada, permitindo-lhe vincar essa identificação:

Entrevistada: Dediquei-me muito ao trabalho. Também, depois quando casei, acho que ainda mais dediquei-me, porque era uma fuga. Eu digo assim: eu acho que os meus patrões tiveram muita sorte comigo porque eu vivia mesmo para o trabalho. Eu via colegas minhas que não se preocupavam com metade. Eu saía do trabalho e ia preocupada com o trabalho para casa. Só quando eu dava por mim é que eu pensava o que é que eu ia encontrar quando chegar a casa. Mas só pensava quando saía de lá. Me dediquei muito ao trabalho, aprendi muito. (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

No trecho abaixo, o entrevistado começa a entrevista afirmando a definição de si como trabalhador por interposta pessoa, o seu pai. Questionado como foi a sua infância, define imediatamente como se vê (como trabalhador) e expressa o seu afastamento de uma categoria social (os pobres), em regra vista de forma negativa.

Entrevistado: Ó pá, o meu pai foi sempre uma pessoa de trabalho. A minha mãe, igualmente. E ... Tivemos sempre um... Nunca nos faltou nada. Nunca fomos ricos, mas também nunca fomos pobres. (P3.2._Porto, sexo masculino, 45 anos)

Existem ainda nas entrevistas outras afirmações importantes para que se compreenda a relação dos indivíduos com o mundo do trabalho, com efeito na definição de si e até na possibilidade de se trabalhar. Se estas afirmações não são suficientemente numerosas para permitir construir uma análise mais sólida, são suficientemente relevantes para que sejam ignoradas. Optámos, pois, por tê-las em consideração.

Em primeiro lugar, importa considerar que o ingresso no mundo do trabalho tem custos, monetários e temporais. Estes custos são, por vezes, difíceis de suportar por indivíduos em situação de pobreza. Um caso clássico desta dificuldade respeita a um tipo de custo intangível, mas nem por isso menos real: a repartição do tempo entre trabalho e família (Dubet & Vêréout,

2001; Diogo & Roque, 2002). Acresce que a dificuldade expressa está também associada à inexistência de recursos que se podem mobilizar para resolvê-la, como, por exemplo, o apoio extensivo do infantiário ou mesmo a mobilização da rede familiar, em regra, da mãe (Diogo e Roque, 2002). Estamos, assim, em presença de uma inexistência de recursos (afinal o cerne da própria definição de pobreza) que implica limitações à própria capacidade de se trabalhar:

Entrevistada: Ai, lá ainda estive quase um ano. Só que os horários eram muito complicados para mim. Porque aquilo era para os lados de Gaia e o XXXX estava aqui no infantiário, que fechava às sete. Eu saía às 6h e nunca conseguia chegar aqui a horas. Era muito complicado. (P3.3-Porto, sexo feminino, 37 anos)

A questão do efeito da incapacidade de se definir pelo nome de uma profissão, muito presente no Perfil 1 (Reformados) quase não tem expressão neste. No único caso em que isso se verifica, a definição que a entrevistada faz da sua vida profissional é muito pouco lisonjeira para si própria: o trabalhar na resina (em vez de se definir como resineira); os cursitos; o contrato na Câmara, nenhuma destas atividades é referenciado pelo nome de uma profissão:

Entrevistadora: Quantos trabalhos já teve mais ou menos na sua vida? Portanto, foram esses dois em Guimarães, o da resina, ...

Entrevistada: Em Guimarães, depois a resina, depois pronto, esses cursitos aqui e este é o segundo contrato que eu tenho aqui na Câmara. (P3.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 43 anos)

Por contraste, num outro caso (abaixo), o entrevistado consegue definir um nome de profissão, mas é lesto em associar a sua profissão a uma categorização muito pouco lisonjeira, definindo-se como burro de cargas.

Entrevistadora: E era servente e o que é que fazia?

Entrevistado: Era servir pedreiros. Acartar blocos, acartar massas, acartar madeiras, acartar de tudo. Era o burro de cargas do pedreiro. O servente é o burro de cargas do pedreiro. (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Encontramos ainda alguma desigualdade de género na definição de si pelo trabalho, muito vincadas em quem tem 64 anos, para além de desigualdades de fratria (um dos irmãos mais velhos que é referido é uma irmã):

Entrevistada: Não, porque eu ajudava muito em casa, já ajudava muito em casa. Eu fui sempre muito metida, eu era mais a menina da cozinha, de arrumar a casa. Enquanto os meus irmãos mais velhos iam trabalhar para o campo com meus pais. (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

A primeira questão a relevar na análise da perceção da satisfação com o trabalho, ou do gosto pelo trabalho, respeita a uma informação de carácter negativo. Em flagrante contraste com os outros perfis (Reformados, Precários e Trabalhadores), quase não há casos de gosto pelo trabalho como conformismo⁴⁶. Isto é, nos restantes perfis, os indivíduos expressam com regularidade o seu gosto pelo trabalho, simplesmente por ser o que fazem (ou fizeram), exprimindo claramente a sua resignação com a atividade desempenhada. Neste perfil, é bastante raro encontrar entrevistados que afirmem gostar de uma atividade profissional apenas por ser essa a atividade que têm vindo a praticar regularmente (vide o caso abaixo reportado).

De resto, a maioria dos entrevistados neste perfil (dez casos) associa o seu gosto pelo trabalho ao convívio, isto é, à relação com os outros. É precisamente esse o caso de uma das três entrevistadas que exerce uma atividade laboral:

Entrevistadora: E do que mais gosta deste trabalho?

Entrevistada: Ui, o que eu mais gosto? Olha [suspiro], às vezes conversarmos, às vezes trabalhamos, somos três colegas que estamos no mesmo trabalho. Olha, convivemos umas com as outras e trabalhamos. É mais a convivência. (P3.3-Montalegre, sexo feminino, 43)

Sublinhe-se que no centro da relação entre gosto pelo trabalho e convívio existem diversos tipos de protagonistas com quem os entrevistados interagem. Um desses protagonistas

⁴⁶ Note-se que, em algumas entrevistas, os indivíduos apontam fatores que mostram o seu gosto e também o seu desgosto com um dado trabalho. Por isso, existem alguns casos repetidos. Por outro lado, os indivíduos pronunciam-se sobre diversos trabalhos, sendo esse outro motivo que justifica as repetições de entrevistas nos vários fatores.

é constituído pelos colegas de trabalho, como é o caso referenciado no excerto anterior. Outro protagonista é o patrão, como vemos no seguinte trecho:

Entrevistadora: E de todos os empregos que teve, de qual é que gostou mais?

Entrevistada: Foi no restaurante.

Entrevistadora: Qual?

Entrevistada: Barcelona, foi dos restaurantes que eu gostei mais de estar lá.

Entrevistadora: A altura em que viveu em Barcelona foi a melhor?

Entrevistada: Foi. Senti-me mais liberal.

Entrevistadora: Mas liberal de livre?

Entrevistada: Livre, de convivência. A patroa era uma pessoa muito boa.
(P3.3_Montalegre, sexo feminino, 43 anos)

O terceiro protagonista é o cliente, possível em alguns tipos de atividades laborais como é o caso da apresentada no trecho seguinte (referente ao trabalho no comércio). Este tipo de contactos é também possível nas atividades de cuidado, com crianças ou com idosos, como referem outros entrevistados. Não será por acaso que oito das dez entrevistas em que se refere o convívio como razão para o gosto por uma atividade laboral são entrevistas a mulheres, pois são estas que em regra exercem as atividades de cuidado e que, por isso, têm maior probabilidade de desempenhar uma atividade onde interagem com outros, para além de colegas e patrões.

Entrevistadora: Qual foi o emprego de que mais gostou?

Entrevistada: Foi no comércio.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque o comércio... Entra todo tipo de pessoa no comércio: pessoas bem-educadas, pessoas com formação, pessoas sem formação, pessoas que, enfim, já vão com uma ideia fixa de arranjar um problemzinho. Eu acho que aprendi a lidar tão bem, tão bem com a situação que gostava muito. Gostei muito do contacto com o público, realizei-me muito como pessoa, foi importante para a vida futura. Foi uma experiência muito gratificante. (P3.5_Guimarães, sexo feminino, 60)

Contudo, nem sempre é o convívio o motor do gosto pelo trabalho, podendo ser, também, o motor do desgosto e, mais do que isso, pode passar de razão do gosto para razão do

desgosto, caso as circunstâncias mudem, como é o caso do excerto seguinte. A questão do convívio como motor do desgosto será retomada com mais detalhe abaixo neste capítulo:

Entrevistadora: E do que não gostava do trabalho?

Entrevistadora: [Pensativa] No início, eu gostava porque toda a gente se respeitava, toda a gente se ajudava, e nos últimos anos é que as coisas já não eram assim.

Entrevistadora: O que aconteceu?

Entrevistadora: Porque começou a entrar gente de certa forma mais nova, que não sabe respeitar as pessoas que estão lá, pensam que sabem tudo e que vão mandar. Eu sempre tentei ensinar tudo o que eu sabia, nunca fui de esconder (...) (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

Um segundo motivo de gosto pelo trabalho está associado ao ordenado e refere-se a um único indivíduo do sexo masculino:

Entrevistadora: E gostava desse trabalho?

Entrevistado: Gostava. Recebia bem financeiramente. Não era bem, ganhava... Com umas horas, chegava a ganhar mais algum. (P3.4_Guimarães, sexo masculino, 42 anos)

Um terceiro conjunto de motivos para se gostar do trabalho está associado aos valores intrínsecos. Jorge Vala (2000), baseado no trabalho de Herzberg, aponta para o facto de a valorização do trabalho envolver dois grandes grupos de valores: os que se associam à ideia de instrumentalidade, isto é, quando o trabalho é feito para responder às necessidades relativas à sobrevivência material dos indivíduos (valores extrínsecos), e os que associam o trabalho a valores que têm a ver com «necessidades de interação social, de realização e de desenvolvimento pessoal» (p. 71) (valores intrínsecos). Neste estudo, adaptamos esta tipologia, considerando como valores extrínsecos os relacionados com a instrumentalidade do trabalho, incluindo-se aqui a interação pessoal para além das questões relativas à sobrevivência dos indivíduos (salário), mas também os fatores referentes à penosidade do trabalho, à sua perigosidade ou à precariedade. Por oposição, é nos valores intrínsecos que se podem encontrar a realização e o desenvolvimento pessoal apresentados pelo autor, mas também o sentimento de autonomia e o considerar o trabalho como uma atividade interessante.

Contudo, dentro desta associação encontram-se diversos cambiantes dos quais damos conta. Um deles, traduzido no trecho seguinte, vinca a ideia de que a vida dos indivíduos não é

sempre linear, clara e coerente. Estamos perante uma situação que associa o gosto pelo trabalho ao desgosto. Assim, verifica-se o gosto pela aprendizagem de uma atividade (que classificámos como uma valorização intrínseca), num contexto de desgosto pelo trabalho (demasiado penoso):

Entrevistadora: Gosta da área da cozinha?

Entrevistada: Sim. E depois aprendemos sempre, aprendemos sempre. Com os chefes, com os cozinheiros ... Era isso que eu gostava. Só que, lá está, o horário e o trabalho em si... (P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

Em duas das entrevistas, verifica-se claramente a presença do que temos vindo a designar de valores intrínsecos em relação ao trabalho (P3.2_Ponta Delgada, sexo masculino, 51 anos e P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos). Apresentamos o excerto relevante da primeira, de forma a ilustrar bem a centralidade do gosto pelo que se faz como motor da satisfação com o trabalho. Note-se que o entrevistado é bastante enfático e entusiasmado na forma como fala do seu trabalho na fábrica de papel, centrando o seu discurso nas tarefas desempenhadas e na sua competência a desempenhá-las. O entrevistado associa a sua atividade laboral a palavras (e ideias) que expressam claramente o seu gosto pela atividade desenvolvida: «Eu gostava»; «Eu criava»; «Projeto muito interessante»; «Eu era o responsável»; «Eu sentia-me realizado», etc.

Entrevistador: E qual foi o emprego de que mais gostou?

Entrevistado: O da fábrica!

Entrevistador: Porquê?

Entrevistado: Porque eu fazia... Sentia-me... Fazia alguma coisa. Era produtivo e eu gostava daquilo que fazia. Eu criava, aquilo era uma fábrica de papel. Hoje em dia, vem tudo de fora. Infelizmente, já não há nada cá, não há uma fábrica de papel aqui nos Açores. Aquela fábrica fazia caixinhas para pôr os ananases e eu o que é que fazia? A máquina que eu trabalhava era a máquina que fazia tipo isso, portanto era um projeto muito interessante em que eu era o responsável, portanto eu sentia-me realizado e gostava muito daquilo que fazia. Gostava muito mesmo, tive muita pena mesmo daquela fábrica ter ido à insolvência, porque tinha tudo, mas má gestão, aquilo foi muito má gestão. Tinha tudo para crescer na altura, e hoje em dia podia estar no mercado, mas

infelizmente quando há má gestão, não há nada que resista. (P3.2_Ponta Delgada, sexo masculino, 51 anos)

Finalmente, dá-se nota de diversas entrevistas (cinco casos) onde as declarações de gosto pelo trabalho são tão breves que não aparecem associadas a nenhum fator que permita aprofundar a análise. No caso apresentado abaixo, a entrevistada vai reafirmando o seu gosto ao longo da entrevista (como no excerto apresentado), sem nunca elaborar as razões que o fundamentam:

Entrevistadora: E do que mais gostou?

Entrevistada: Olhe, adorei nos *shoppings*. Apesar de ser em horários repartidos, mas adorei. Mesmo na XXXX, apesar de ser um trabalho a tempo inteiro, apesar que na altura também era novinha, mas adorei trabalhar como embaladora, adorei mesmo. Mas a área que eu mais gosto mesmo é os cafés, restauração. (P3.3_Porto, sexo feminino, 37 anos)

Uma questão que se tem evidenciado ao longo dos vários perfis analisados respeita ao desgosto pela atividade laboral desempenhada. Esse desgosto está associado à penosidade. Neste primeiro caso, refere-se o gosto mas a entrevistada refere-se imediatamente também a diversas questões vistas negativamente, as penosidades da atividade, o que nos leva a classificar a afirmação como desgosto:

Entrevistada: Mas gostava, só que o pior é os horários, o tempo que a gente está de pé, o serviço que a gente faz. (P3.3_Porto, sexo feminino, 37 anos)

No caso abaixo, o que é referenciado como o gosto pelo trabalho é o facto de ser esta a atividade habitual («A minha vida foi sempre essa» – a única manifestação de gosto como conformismo entre os entrevistados deste perfil), sendo o desgosto salientado pela penosidade associada ao trabalho de servente pedreiro que também desempenhou:

Entrevistador: Do que é que mais gostas no trabalho que fazes?

Entrevistado: Nas estufas, a minha vida sempre foi essa.

Entrevistador: E do que é que gostas menos?

Entrevistado: Servente [pedreiro]. Cá para mim, servente é serviço de escravo. Para mim, acho eu. (P3.4_Ponta Delgada, sexo masculino, 33 anos)

A penosidade em relação ao trabalho pode ser algo que se expressa apenas em descontentamento, mas que pode ser mais do que isso, visto por vezes ter consequências na saúde dos indivíduos:

Entrevistadora: Estava-me a dizer há bocadinho que o médico lhe disse que não podia fazer esforço nas mãos? Isso foi o quê?

Entrevistada: Porque eu já fui operada a esta [mostra a mão]. Na altura, eu inchava-me muito as mãos e tinha muitas dores e não sabia o que era. Eu, como ainda estava lá há um mês em Valongo a trabalhar, eu descascava, sem exagero, por dia, à volta de 60 kg de batatas. Fora cenouras, hum, cebolas, entre outras coisas, desde lavar a loiça e estar ali muitas horas de pé. Na altura, fui às urgências do Hospital de São João e o médico disse-me mesmo. E ele perguntou há quanto tempo é que eu estava, «Por acaso, estou só há um mês.» E ele disse: «Se fosse há mais tempo, eu tinha que a pôr já de baixa.» (P3.3_Porto, sexo feminino, 37 anos)

Os nossos entrevistados que indicam o seu desgosto por determinadas atividades por causa da penosidade são bastante claros. As expressões usadas não deixam margem para dúvidas: «Era muito duro» (trabalho de recolha de resina, P3.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 43 anos); «Era um bocado doloroso, custava um bocado» (limpezas numa grande loja, P3.3_Amadora, sexo feminino, 27 anos); «Estava muito duro» (construção civil, servente, P3.2_Ferreira do Alentejo, sexo masculino, 67 anos). No total, identificámos esta manifestação de desgosto por uma atividade, dada a sua penosidade, em sensivelmente um terço do total do perfil.

Neste perfil, destaca-se ainda uma segunda forma de desgosto com a atividade laboral: a relação com os outros. Encontrámos a relação com os outros como motor do desgosto pelo trabalho em cinco entrevistas.

Assim, se o convívio é o principal motor do gosto pelo trabalho, é também um importante motor do desgosto. Existem dois protagonistas em concreto para este desgosto, os colegas e os patrões:

Entrevistada: Não, eu tentava outras coisas, mas, às vezes, se não se fizer o que se gosta, não se sente bem, não se consegue ... Andam uns dias, mas depois ... Às vezes, é por causa dos ambientes ... Trabalhar com mulheres é complicado, trabalha-se melhor com homens ... Sabe como as mulheres são... É verdade. (P3.1_Porto, sexo feminino, 50 anos)

Por vezes, a relação é tão má que conduz à cessação de contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador, mesmo quando não há uma alternativa de emprego já firme:

Entrevistador: E tinha algum tipo de contrato?

Entrevistado: Sim, sim, fiz logo inicialmente um contrato de seis meses, que não cumpri. Não cumpri porque o patrão era um ditador.

Entrevistador: Mas não cumpriu porquê? Era ditador, mas foi o senhor que desistiu?

Entrevistado: Eu é que desisti. Ao fim de quatro meses, fui ter com ele e disse que não trabalho mais aqui. (P3.2_Ponta Delgada, sexo masculino, 51 anos)

Se a relação com patrões e colegas pode ser motor quer do gosto quer do desgosto com o trabalho, os clientes apenas aparecem como motor de satisfação no trabalho. A relação com os clientes é, portanto, de uma natureza distinta da que se desenvolve com patrões e colegas.

Como em relação ao gosto, o desgosto pode ser expresso sem que se definam as suas razões, apesar de, no caso abaixo, o desgosto pelo trabalho ter levado a pessoa a deixar uma atividade para procurar outra:

Entrevistadora: Durante quanto tempo esteve neste primeiro emprego?

Entrevistada: Três meses, porque eu não queria aquilo nem por nada.

Entrevistadora: E parou e fez o quê?

Entrevistada: Parei e fui logo para outra empresa fazer o mesmo e o gosto foi igual, ainda estive lá menos tempo. Entretanto, arranjei para o comércio, onde me mantive 18 anos. (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

Ao contrário do que acontece noutros perfis, a relação com a emigração não é forte entre os entrevistados no Perfil 3, dos Desempregados. Com efeito, apenas é mencionada na própria pessoa em dois casos. Um deles refere-se a um indivíduo cujo regresso a Portugal dos EUA se deveu a um processo de deportação (P3.2_Montalegre, sexo masculino, 56 anos). De resto, a emigração é apenas referida em três casos, de passagem, relativamente a um familiar.

Há ainda que acrescentar a presença de dois imigrantes, uma de Angola (P3.1_ Lisboa, sexo feminino, 48 anos), chegada a Portugal ainda jovem tentando evitar a guerra civil, e outro da Moldávia (P3.2_ Ferreira do Alentejo, sexo masculino, 67 anos), um caso típico de imigração por motivos laborais, chegando a Portugal depois de uma primeira experiência na República Checa, trazido pela promessa de que em Portugal se ganhava mais. Este último, aliás, dada a sua idade, está apenas à espera de ter condições para se reformar e voltar ao seu país, onde tem a esposa e os filhos (já adultos). Existe um terceiro caso de imigração, acerca do qual os pormenores são menos claros.

Um número significativo dos nossos entrevistados refere as estratégias que tem usado ao longo da sua vida para conseguir uma atividade laboral. Parte das estratégias relatadas está associada à sua iniciativa individual, designadamente com a resposta a anúncios de jornal. Contudo, numa situação, está em causa o acesso a um concurso público para emprego, um caso atípico, considerando que levará, em muito pouco tempo, o nosso entrevistado a deixar de se encontrar em situação de pobreza (provavelmente isso já aconteceu no momento em que se escreve este texto) e, ao mesmo tempo, representa a inserção de uma dimensão institucional nas estratégias de procura de emprego. Este caso contrasta com as outras formas de se encontrar emprego pela sua raridade.

Contudo, a maior parte das estratégias declaradas assentam na rede de relações sociais que os entrevistados mobilizam para o efeito. Nessas redes, ganham protagonismo os familiares, em particular o pai, mas também outras pessoas conhecidas, vizinhos e amigos. Destacamos dois casos em que a entidade decisiva para o processo de acesso ao emprego foi o Centro de Emprego. Estes casos são particularmente relevantes, quer porque são únicos nos diversos perfis, quer porque representam uma estratégia institucional de acesso ao emprego (dado que envolvem uma instituição e uma situação institucionalizada). E acrescentam ao caso já referido do concurso público.

Na análise do desemprego, o que se destaca nos discursos dos entrevistados respeita a duas questões.

Por um lado, as dificuldades pressentidas em se encontrar um novo emprego e, por outro, as razões de saída do último emprego. A forma como estas questões estão interlaçadas nos discursos deixa pouca margem para a sua análise separada.

Por outro lado, fazendo mesmo assim o esforço de análise sistemática, é possível encontrar algumas regularidades relevantes e, sobretudo, a interceção das questões mais sociais com as particularidades dos seus percursos, destacando-se o pesado papel que a sociedade tem nos destinos individuais. A margem de manobra de definição de si e do seu

destino é particularmente diminuta entre os indivíduos mais destituídos de recursos (embora isso não signifique que seja inexistente, longe disso. Cf. Gaulejac & Leonetti, 1994 e Diogo, 2007).

O primeiro motivo que destacamos para o desemprego (e para se permanecer em desemprego) é a doença, sendo, em alguns casos, criada pela penosidade das tarefas desempenhadas na atividade profissional. Trata-se de mais um caso em que a doença assume um papel central na vida dos nossos entrevistados, em particular neste perfil. Em concreto, a falta de saúde pode ser a causa para se ficar desempregado (ou inativo, em casos em que não se pode propriamente falar de um emprego, como é frequente, por exemplo, na construção civil, na agricultura e nos serviços). Isto sem esquecer os casos dos que se reformaram precocemente por razões de doença.

Dentro da doença, demos destaque ao problema concreto da depressão, considerando o impacto bastante disruptivo que esta pode ter em contextos de escassez de recursos para atenuar os seus efeitos, como é o caso presente no trecho que apresentámos. Sublinhe-se que a atenuação possível da depressão, no caso em análise, contou com o apoio da técnica de serviço social, verdadeira boia de salvação da entrevistada.

O segundo motivo referenciado nas entrevistas é a idade. Esta aparece especialmente associada às razões para não se ter emprego. Os entrevistados não estão em idade de reforma, alguns não estão sequer lá perto, mas referem que a idade lhes limita as possibilidades de emprego.

Numa das entrevistas onde a questão da idade é avançada como grande argumento para explicar o desemprego próprio, é também avançado o argumento da dificuldade de conciliação entre a vida familiar e o trabalho. Neste caso, destacamos a inexistência de recursos relacionais ou institucionais que permitam realizar essa conciliação, como sejam o apoio de uma avó ou de um ATL. Destaca-se ainda a flagrante desigualdade de género, uma vez que estes problemas de conciliação são vividos, no caso da entrevistada em apreço, no feminino, pois ela assume como sua a responsabilidade de levar os filhos à escola.

Ainda em torno das questões de saúde, uma das nossas entrevistas vinca a zona difusa entre atividade e inatividade. O que esta entrevista nos traz de novo é que não se trata de um caso que eroda as fronteiras entre emprego e desemprego, mas entre emprego e reforma (neste caso, por invalidez). A entrevistada é reformada por invalidez, mas desde que adquiriu esse estatuto já exerceu atividade laboral e declara-se desempregada e com vontade de trabalhar. Este caso, portanto, multiplica a possibilidade de se estar numa zona difusa entre atividade e inatividade sendo, por isso, particularmente relevante. Além disso, coloca em evidência a exiguidade de rendimentos fornecidos a diversos tipos de reformados.

Em seis entrevistas, são avançados outros motivos para se estar em situação de desemprego. Destacamos, em primeiro lugar, a questão da sorte (ou da falta dela), um argumento fatalista que não está muito presente nas nossas entrevistas, pelo menos no que ao trabalho respeita, mas que aqui tem algum espaço.

Dois entrevistados avançam com argumentos relacionados com discriminação. Embora sejam dois casos aparentemente diversos, o que está em causa em ambos é a questão do efeito da aparência na discriminação, num a roupa e os dentes e no outro a condição de cigana.

Finalmente, destacamos dois casos em que a argumentação avançada para explicar o desemprego nos parece frágil, fazendo-nos refletir nos limites das entrevistas como instrumentos de recolha de informação objetiva.

Os entrevistados neste perfil caracterizam-se por terem na sua maioria (15 casos) uma trajetória de emprego em carrossel. Como vimos, os quatro que estão a trabalhar fazem-no por conta de programas de combate ao desemprego.

Em contraste seis dos casos apresentam largos períodos de estabilidade no emprego, embora isso não os tenha impedido de estarem em situação de pobreza, sendo que, no momento da entrevista, três estavam desempregados e três reformados (por invalidez).

Ao longo deste capítulo, fomos detalhando as características que se podem associar à trajetória de emprego em carrossel e que a definem. Desde logo, um elevado número de atividades laborais na trajetória profissional e, em consequência, uma duração relativamente curta para cada uma delas. Portanto, o que está em jogo é a elevada precariedade laboral persistente no tempo. Associada a esta precariedade, existem outras características que amplificam a inserção dos indivíduos em situação de pobreza. Todas estas atividades, por muito variadas que sejam, têm em comum o facto de serem desqualificadas e, por consequência, implicarem rendimentos de trabalho baixos (não abordamos este aspeto, mas não nos parece restarem dúvidas). Em quase todos os casos, as próprias atividades desenvolvidas são de natureza precária. Esta característica implica que a precariedade não está nas características dos indivíduos, mas na própria forma como o mercado de trabalho se organiza. Podemos encontrar aqui uma adequação perversa entre indivíduos desqualificados e ofertas de trabalho em atividades de má qualidade (precárias, mal pagas, penosas e perigosas).

A informalidade aparece de par com a precariedade e amplifica os seus efeitos na reprodução da situação de pobreza.

Os períodos de trabalho são intercalados por períodos de não emprego. Estes são sobretudo períodos de desemprego, mas também identificamos, para o caso de uma mulher, a

assunção temporária da condição de doméstica, por via da maternidade, ou, noutros casos, a condição de formanda ou ainda a de reformada.

Em diversas destas trajetórias, vimos a força do Estado. É através dos diversos organismos e programas do Estado, como câmaras; juntas; programas ocupacionais; reformas por invalidez; por incapacidade; ou RSI que alguns entrevistados vão encontrar alternativas laborais à sua fraca inserção no mercado de trabalho ou mesmo alternativas ao rendimento de trabalho. Em alguns casos, é até de sublinhar que um breve contrato de um ano com o Estado se constitui como a experiência laboral com mais direitos e estabilidade na trajetória profissional dos entrevistados. Estas experiências sublinham, por um lado, o importante papel que o Estado desempenha ao mitigar pelo trabalho e pelas transferências sociais as situações de pobreza mais intensa, mas, por outro, relevam, por contraste, a exposição destes indivíduos a situações laborais de grande precariedade. Não é por acaso que este é o perfil onde a principal fonte de rendimento dos agregados onde os entrevistados se inserem são as outras transferências sociais.

Note-se a quase completa ausência dos sindicatos na vida destes indivíduos. Apenas um caso é relatado (como no perfil dos reformados), tratando-se de um caso em que os direitos da entrevistada são acautelados pelo apoio sindical. Coloca-se, portanto, a questão de onde param os sindicatos no processo de regulação laboral e de proteção das pessoas em situação de pobreza.

Por outro lado, estes recursos que o Estado usa para enquadrar indivíduos em situação de desemprego e de pobreza (com destaque para os programas ocupacionais) constituem, em larga medida, uma zona intermédia entre emprego e desemprego. Nestes casos, os indivíduos trabalham, mas não estão exatamente num emprego. Acresce que bolsas de formação e biscates, por muito diversos que aparentem ser, partilham com os programas ocupacionais o papel de construção desta zona intermédia entre emprego e desemprego na sociedade e na vida dos indivíduos. Existe uma retribuição por tempo ocupado, em muitas situações com uma clara atividade laboral (ainda que não no mercado normal de trabalho), em situação de intensa precariedade e de baixo valor da retribuição. Os indivíduos trabalham, mas ao mesmo tempo não estão a trabalhar. Alguns, sobretudo os que estão em programas ocupacionais, realizam um horário de trabalho completo.

As trajetórias de emprego em carrossel que aqui reportamos mostram bem, portanto, a incapacidade do Estado em impor a regulação laboral a toda a sociedade, uma vez que os indivíduos vulneráveis que entrevistámos neste perfil não estão protegidos pelo seu papel

regulador. Por sua vez, as instâncias da sociedade civil que desempenham um papel na regulação laboral, os sindicatos, primam pela completa ausência (apenas um caso referenciado).

Por outro lado, a trajetória de emprego em carrossel, como conceito, mostra bem a estruturalidade da pobreza em Portugal (Perista e Baptista, 2010), isto é, a sua persistência quer ao longo da vida dos indivíduos quer ao longo das gerações⁴⁷.

A análise das diferentes entrevistas neste perfil permitiu também verificar que as situações de precariedade não são todas iguais. Existem formas de precariedade mais intensas, envolvendo, por exemplo, contratações à hora ou à semana, e outras que envolvem maior estabilidade, como os contratos a prazo. Todas são formas de atividade laboral precária, mas, ao mesmo tempo, são bastante distintas. No primeiro capítulo do livro *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*, discutimos o conceito de intensidade da pobreza. Cremos ser possível identificar, nessa linha, um conceito de intensidade da precariedade. É essa a proposta que aqui deixamos.

O contínuo que tem como um dos seus polos a precariedade mais intensa tem, naturalmente, no outro polo a situação de estabilidade laboral. Neste perfil, encontramos situações de estabilidade laboral prolongada, ficando claro que estes não são suficientes para impedir que os indivíduos sejam pobres. De facto, seis dos nossos entrevistados apresentam períodos de estabilidade laboral iguais ou superiores a dez anos. Num dos casos, mais de 40 anos. Destes seis casos, três estavam desempregados no momento da entrevista e três reformados por invalidez, sendo que um deles intercalou um período de grande estabilidade laboral com uma trajetória de emprego em carrossel (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos).

Neste perfil, no respeitante à relação com o emprego, salienta-se a questão da doença, que desempenha um papel importante desde logo para a definição dos indivíduos para si e para os outros, mas também pelos seus efeitos tangíveis na criação e reprodução da situação de pobreza. Tudo isto no contexto de um perfil que se define em boa parte pela inatividade, embora a inatividade presente não deva escamotear o facto de que, ao longo da trajetória de vida, a atividade laboral é omnipresente.

Em relação à questão da identidade social em concreto, uma parte importante dos entrevistados (seis) define-se como doente e não como trabalhador. Em três casos, a declaração de si como trabalhador é central na imagem que nos é passada pelos entrevistados. Já no que respeita à questão dos efeitos tangíveis da doença, registre-se que a menção de uma doença

⁴⁷ Um recente estudo da OCDE (2018) mostra que em Portugal os descendentes de um indivíduo em situação de pobreza precisam, em média, de cinco gerações para atingirem os rendimentos médios.

crónica, grave e/ou com impacto na redução das capacidades dos indivíduos está presente na maioria das entrevistas do perfil (15). Em algumas situações, verifica-se que o efeito do trabalho é o de produzir ou ampliar um problema de saúde, tendo em atenção as condições em que se realiza. A isto acresce ainda que a saúde (ou a doença) não é alvo de nenhuma questão específica no guião de entrevista.

Trabalhar ou não trabalhar não é uma dicotomia simples. No caso dos indivíduos em situação de pobreza, emergem as condições em que a atividade laboral se desenrola (algo que condensamos na ideia de qualidade do trabalho. Cf. Diogo, 2007), o que pode potenciar uma situação frágil, agravando esta fragilidade ou contribuindo para a sua reprodução ao longo da vida dos indivíduos. Por sua vez, estas condições objetivas em que a atividade laboral se desenrola podem ter efeitos na identificação de si como trabalhador. Num contexto em que há uma pressão societal forte para se trabalhar e, ao mesmo tempo, onde as atividades ao alcance dos indivíduos são de má qualidade, existe uma real possibilidade de se encontrarem fontes identitárias alternativas ao ser trabalhador. No caso deste perfil, emerge claramente a questão de se ser doente (e, como tal, de se poder não trabalhar de forma socialmente legítima).

Acresce que encontramos outros fatores que dificultam a identificação dos indivíduos como trabalhadores, ainda que presentes em poucos casos. Temos, por um lado, os custos associados ao trabalho, mencionados num caso, referentes, em concreto, à questão da incompatibilidade de horário com o papel de mãe (conciliação entre a vida familiar e o trabalho), à qual há que associar, inequivocamente, a questão da incapacidade de se gerar uma alternativa, como, por exemplo, um familiar que se ocupe da criança enquanto a mãe acaba de trabalhar, depois do fecho do infantário. Esta incapacidade é reveladora da falta de recursos relacionais que se possam mobilizar para o efeito e demonstra as fragilidades do apoio estatal à conciliação trabalho-família. É também um caso que nos remete para as desigualdades de género. Surge, ainda, uma outra forma alternativa ao ser trabalhador, a condição de mãe e de doméstica (Diogo & Roque, 2002).

Num segundo caso, reemerge uma questão já anteriormente identificada: a dificuldade de definir a profissão a partir de um nome, embora aqui a questão seja bastante menos presente do que em outros perfis.

Num terceiro caso, o que está em causa é a autodesconsideração da profissão, o que dificulta claramente a identificação de si com essa profissão em concreto (no caso, a de servente pedreiro: «trabalho escravo»; «burro de cargas»).

Mesmo que quase nenhum dos entrevistados neste perfil estivesse a trabalhar no momento da entrevista (alguns estavam em programas ocupacionais para desempregado, como

vimos), todos estiveram já envolvidos em situações de trabalho, sendo por isso capazes de identificar aquilo de que gostaram mais ou menos nas várias atividades laborais que desenvolveram. Para boa parte, o gosto com o trabalho está associado ao convívio, sobretudo no caso das mulheres, sendo que este convívio pode ter como interlocutores os colegas, os clientes e até os patrões.

Um único entrevistado associa o gosto pelo trabalho ao ordenado que recebe. Em dois outros casos, o gosto pelo trabalho aparece claramente associado à atividade desenvolvida e à satisfação que proporciona. Casos aos quais há que juntar um terceiro onde a questão se apresenta de forma mais ambígua. Estes três entrevistados marcam uma forma de se gostar do trabalho distinta da anterior, por assentar na valorização da atividade profissional em si e não de questões que lhe são exteriores (embora com ela relacionadas), como o convívio ou o ordenado (valores extrínsecos). Em apenas uma situação se refere a associação do gosto com o trabalho com o que foi identificado como conformidade ou resignação nos outros perfis (e mesmo assim apenas brevemente). Cremos que esta ausência de conformismo, associada a um maior número de casos onde se referem os valores intrínsecos (se bem que apenas três), marca a distinção entre este perfil e os outros. Vemos nestes indicadores uma maior exigência em relação à qualidade do trabalho entre os entrevistados deste perfil.

Em relação ao desgosto pela atividade laboral, destaca-se a sua associação à penosidade, mas também ao convívio, isto é, à relação com os outros. Neste último caso, os protagonistas que interagem com os nossos entrevistados são os colegas de trabalho e os patrões. Em dois ou três casos, a situação relatada foi tão tensa que levou à rescisão do contrato por iniciativa do trabalhador, mesmo sem garantias de um novo emprego. Sublinhe-se que os clientes, um dos motores do gosto com o trabalho, estão ausentes entre as razões do desgosto. No que respeita à penosidade, esta pode ser tão intensa que, num caso, levou, segundo o relato da entrevistada, a sequelas duradouras na sua saúde, ao nível da mobilidade.

Em contraste com os restantes perfis, a emigração não é muito relevante nos discursos do perfil que encerra os desempregados e inativos. As referências são esporádicas, quer em relação a si, quer em relação à sua rede de relações próximas. Isto mau grado a presença de três imigrantes (dois vindos de África e outro do Leste).

E qual a apreciação que os entrevistados fazem sobre o seu percurso geral de vida, incluindo o percurso profissional? Neste contexto, é importante explorarmos a visão que cada entrevistado formula sobre a sua vida, a forma como avalia o seu percurso, quais os aspetos que dele destaca, incluindo os momentos críticos que poderão estar na base do processo de produção da vulnerabilidade social que caracteriza a sua situação.

5. Autopercepção do percurso, comparação da vida presente com a passada

5.1. Percepções sobre a adequação de níveis de rendimento

Quase todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que o seu rendimento era insuficiente para fazer face às despesas do agregado. Algumas pessoas expressaram, aliás, de forma muito veemente tal insuficiência, ilustrando a sua argumentação com valores monetários.

Entrevistado: Não! Aquilo não dá nem para comer! Dá para pagar as despesas da casa e comer mal (...) Não há quem viva com 170 euros por mês! Agora, tudo é caro! A luz é cara, a água é cara. (P3.2_Montalegre, sexo masculino, 56 anos)

Neste perfil em concreto, as situações de pobreza pareceram ser tanto mais complicadas quanto maiores as dificuldades experienciadas ao nível da saúde⁴⁸. Mais de um terço das pessoas entrevistadas relataram situações de doença e o quadro abaixo é revelador da preponderância deste fator na sua vida e até do efeito (des)estruturador que tem na vida destes indivíduos.

Quadro 6 - Prevalência de situações de doença na vida das pessoas entrevistadas (Perfil 3)

Entrevista	Infância	Momento da Entrevista
P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos	Pai «doente dos pulmões» quando ela era pequena.	Artrite reumatoide e escoliose lombar, problemas de tiroide e doença associada a HPV impedem-na de trabalhar. Teve uma depressão. Marido está de baixa, «doente dos pulmões». Tem de usar sempre uma garrafa de oxigénio.
P3.1_Porto#2, sexo feminino, 64 anos		Começou a adoecer em 2009 e, na sequência disso, ficou sem trabalhar em 2010. Os médicos não

⁴⁸ Relembre-se que a questão da saúde não foi alvo de uma secção específica no guião de entrevista, resultando sobretudo da introdução espontânea do tema por parte dos entrevistados no seu discurso.

		sabem o que tem, mas continua doente. Em consequência, surgiu uma depressão.
P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos		Desde há algum tempo que está com «problemas de coluna», o que o impede de fazer parte do trabalho de pedreiro, pelo que tem dificuldade em encontrar emprego nessa área.
P3.2_Porto, sexo masculino, 45 anos		Teve uma infeção aguda no fígado, o que o impediu de trabalhar e destruiu o projeto empresarial que tinha entre mãos. Os médicos estavam convencidos de que ia morrer. A recuperação está a ser muito longa. Mãe teve um cancro dos pulmões e teve de deixar de trabalhar (como costureira).
P3.2_Ferreira do Alentejo, sexo masculino, 67 anos		Queixa-se de vários problemas numa perna. A mulher está doente na Moldávia, com diabetes, e quer voltar para junto dela.
P3.3_Porto, sexo feminino, 37 anos		Foi proibida pelos médicos de trabalhar num restaurante por causa das mãos. Teve um acidente de trabalho num emprego anterior que lhe limita a mobilidade das mãos. Declara uma situação de depressão persistente causada pela má relação com o último companheiro e por ter tido de pôr um filho adolescente num colégio estatal. Ela e duas filhas são asmáticas. Uma das filhas tem défice de atenção.
P3.3_Lisboa, sexo feminino, 41 anos	Em pequena, a mãe dava-lhe calmantes porque tinha convulsões. Pai bebia.	Refere brevemente que tem problemas de saúde, mas não especifica quais. Filho mais velho é doente crónico: tem uma colite ulcerosa e uma hepatite autoimune. Está a ser medicado para a depressão.
P3.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 43 anos	Pai era reformado por invalidez, desde que ela era muito pequena, por ser «canceroso dos pulmões».	Mãe ficou doente com cancro quando ela tinha 30 anos. Teve de tomar conta dela.
P3.4_Guimarães, sexo masculino, 42 anos	Com sete anos, teve um problema de coração e	

	teve de ser operado, por isso chumbou na escola.	
P3.4_Caldas da Rainha, sexo masculino, 36 anos	Tem uma doença congénita e crónica numa perna.	Teve um acidente de viação no último trabalho e ainda está em recuperação das pernas.
P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos	Em criança, teve uma paralisia. Deixou de andar durante uns meses devido a uma queda.	Está de baixa há três anos, «doente da coluna». Tem doenças autoimunes. Já meteu os papéis para a reforma. Tem tido diversas depressões. Gasta muito dinheiro com a medicação.
P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos	Em criança, a mãe era uma pessoa muito doente, o que afetou a qualidade de vida da família.	Teve cancro há 25 anos atrás [tinha aproximadamente 35 anos], os tratamentos duraram três anos e tiveram efeitos psicológicos negativos no filho. Acabou por se reformar por invalidez, por causa das sequelas do cancro nos ossos, em 2007. Frequenta psicólogos por causa de uma depressão. Tem problemas de pele.
P.3.5_ Porto, sexo feminino, 31 anos		Está reformada por invalidez porque tem «atraso na aprendizagem». O marido é deficiente motor.
P3.5_Caldas da Rainha, sexo masculino, 59 anos		Reformou-se por invalidez, dado que teve problemas de visão que o impedem de trabalhar como camionista. A mulher não trabalha (era empregada doméstica) dado que teve dois AVC's. Está com uma depressão muito grave. Um dos netos «teve uma pneumonia malcurada» e ainda precisa de oxigénio durante a noite.
P3.5_Amadora, sexo masculino, 58 anos	A mãe morreu aos 49 anos na sequência de um AVC.	Problemas de circulação, no estômago e no fígado em consequência do consumo de álcool. Houve necessidade de estar hospitalizado.

Uma entrevistada em Guimarães, do Perfil 3.5, com 60 anos, referiu que os seus problemas de pele, conjugados com as longas listas de espera para uma consulta hospitalar de especialidade no sector público, levaram a que tivesse de recorrer a um dermatologista no sector privado, o que representava «uma despesa incomportável» e «um desgaste muito grande». Uma outra entrevistada, também em Guimarães, expressou de forma evidente como

a doença contribuía para que o seu rendimento fosse considerado insuficiente para fazer face às despesas do agregado.

Entrevistada: Faço muitas análises, duas vezes ao ano. As análises ficam por volta de 80 euros. As análises são muito caras porque eu tenho problema de imunidade, não tenho defesas. Por causa das doenças autoimunes, eu posso ter uma infeção e o medicamento não atuar. (...) No mês de Janeiro, eu gastei 120 euros em medicação. Se eu tiver uma situação de crise, por exemplo, quando tenho recaídas da depressão, em vez de tomar um comprimido, tomo dois. Uma caixinha dessas, que dá para um mês e pouco, já vai dar só para metade.

Entrevistadora: E aconteceu há pouco tempo atrás não ter a renda e ficar sem a medicação?

Entrevistada: Fiquei sem a medicação durante três dias.

Entrevistadora: E a psiquiatra...

Entrevistada: Disse-me: «Nunca faça isso, essa medicação não pode parar mesmo.» Mas às vezes eu não tenho e não posso transparecer para os meus filhos. (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

Em alguns dos discursos, é possível identificar o ciclo vicioso que se estabelece entre vulnerabilidade económica e estado de saúde, de que é exemplo o relato de uma entrevistada no Porto.

Entrevistada: Emagreci 12 quilos em dois meses. Os médicos não sabiam o que era, ainda não sabem e ando há anos em consultas e exames e pronto. E, entretanto, isto é tudo muito complicado, deixei de ter forças para trabalhar, deixei de ter força nos braços, não tinha força nas pernas. Depois, a pessoa deixa de trabalhar e deixa de ter de comer. Deixa de comer, deixa de poder andar e começa a adoecer mais. Pronto, isto tudo é uma bola de neve. Passa fome porque não tem o que comer. (P3.1_Porto#2, sexo feminino, 64 anos)

Também uma outra entrevistada no Porto expressou as suas dificuldades pelo facto de se confrontar, ela própria e as duas filhas, com problemas de asma e com a necessidade de comprar medicação específica, ao que acresciam outros problemas de saúde das filhas.

Entrevistada: É assim, suficientes não são [os rendimentos], não é? Porque, hum, porque eu, a XXXX [nome da filha] e a bebé somos logo as três asmáticas e... hum... a XXXX [nome da filha] tem défice de atenção e tem problemas de bexiga. Para o défice de atenção, eles dão-me um apoio para aí de 60 euros para medicação. Mas...fora o resto, não é? (P3.3_Porto, sexo feminino, 37 anos)

No seu último relatório que se debruçou explicitamente sobre as questões de equidade na saúde, o Observatório Português dos Sistemas de Saúde assinalava que:

em comparação com o resto da Europa, Portugal não sofre de maiores barreiras de acesso, mas estas barreiras estão mais marcadas do ponto de vista socioeconómico, em particular no que diz respeito às restrições financeiras (...). [Destacando-se] o risco elevado de despesas catastróficas para categorias da população isentas, tais como os desempregados (...). A principal explicação para este resultado, aparentemente paradoxal, é a de que as principais despesas em saúde estão relacionadas com medicamentos (65 %), para os quais a isenção não se aplica. (OPSS, 2017, p. 84-85).

Quer a Comissão Europeia quer a OCDE têm assinalado nos seus relatórios que Portugal é um dos países onde a proporção de gastos próprios com cuidados de saúde (por oposição aos gastos assumidos pelo sistema de saúde) é mais elevada. A OCDE nota, por exemplo, que Portugal foi um dos países onde os pagamentos feitos pelos agregados subiram de forma mais acentuada entre 2009 e 2017 (OCDE, 2019). Da mesma forma, o Eurostat dá conta de que os pagamentos *out-of-pocket* (saídos dos bolsos dos cidadãos) cifraram-se em 27,5 % em 2017, quase o dobro da média europeia, de 15 % (Perista, 2018). No seu último relatório relativo a Portugal, a Comissão Europeia realça que «subsistem desigualdades, em matéria de saúde, (...) em função da situação socioeconómica» (Comissão Europeia, 2020, p. 52).

Uma frase relativamente comum por parte dos respondentes foi a de que, quando o mês chega a meio, o dinheiro já acabou. Isto também no caso de pessoas, como a seguinte, que num primeiro momento hesitaram em assumir a insuficiência dos seus recursos.

Entrevistadora: Acha que o que recebe é suficiente para as suas necessidades?

Entrevistada: É. Pouco, mas é. Dá para desenrascar. (...) É o suficiente, porque (...) eu, quando recebo, vou pagar às pessoas aqui e ali e no fim do mês já não há.

Entrevistadora: Anteriormente, disse que pede emprestado. Por que é que tem necessidade de pedir emprestado?

Entrevistada: Porque é assim, o meu homem de vez em quando, não tem cigarros e eu tenho de ir desenrascar para cigarros, mas é só para cigarros. (P3.1_Ponta Delgada, sexo feminino, 48 anos)

A insuficiência percebida de recursos leva a que se tenham de mobilizar diferentes estratégias para lidar com a situação, como referiram, por exemplo, duas entrevistadas no Porto. Desde logo, o «ir tapando buracos», como referiu uma entrevistada do Perfil 3.1., com 50 anos, que explicou ainda que, quando recebe o abono de família, isso tapa um buraco para abrir outro, que é tapado quando recebe o RSI ou o ordenado do marido e assim consecutivamente. Ou, como explicou uma segunda entrevistada para quem parece existir a consciência de que os recursos, insuficientes, têm, ainda assim, de ser *tornados* suficientes:

Entrevistada: É assim, suficientes não são, não é? (...) Claro que a gente tem que empurrar daqui, poupa dacolá e vai sempre dando. (P3.3_Porto, sexo feminino, 37 anos)

Fica, assim, evidente o uso de estratégias pela população pobre para fazer esticar tanto quanto possível o dinheiro e outros recursos (Daly & Kelly, 2015; Halpern-Meekin *et al.*, 2015). Isso fica também patente no exemplo seguinte, onde é referida a constituição de dívidas, o que acaba por complicar, ainda mais, situações já de si muito difíceis:

Entrevistado: Eu estou a dever a um e a outro. Temos de pedir fiado durante um mês, mas quando eu chego ao fim do mês, é preciso pagar. A gente é assim: eu recebo ao fim do mês, pago às pessoas todas. Naquele mês corrente, eu fico comendo outra vez fiado. Chega-se ao fim do mês, não me cresce nem um cêntimo. Eu tenho as minhas coisas todas pagas. Ninguém me vem à porta dizer: «Estás devendo isto, isso e isso». Isso eu não gosto. Eu sou pobre, mas eu não sou cobarde nenhum. Eu pago tudo, eu fico sem um cêntimo em casa, mas as minhas dívidas estão todas pagas. (...) Por exemplo, eu estou devendo uma compra de 400 euros ou 500 euros, eh pá, eu no fim do mês só posso dar 30 euros ou 40 euros. Não posso dar mais para poder esticar para eles todos. O que não pode esticar é a luz, água. Isso há coisas que temos de pagar tudo, (...) senão eles cortam logo. (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Do discurso deste entrevistado, bem como da seguinte, fica patente a preocupação evidente com determinadas despesas, nomeadamente com a energia elétrica, essenciais para evitar dimensões mais evidentes de privação material.

Entrevistadora: É uma vida onde tem de prestar muita atenção, porque senão vai faltar?

Entrevistada: Foi o que aconteceu com a fatura de Dezembro e Janeiro da luz. Foram dois meses que eu tive que ter o aquecedor ligado e tive que propor, para dividir e me facilitar, dividir em prestações. Por isso, pronto, a fatura agora já é menor, até tenho hoje que pagar a fatura da luz, por volta de 30 euros, 28 euros e qualquer coisa. Mas vou pedir ao meu filho, porque eu só recebo a pensão do dia oito e hoje eu não tenho dinheiro. (...) Preocupa-me a dívida que tenho no hospital, a dívida que tenho na farmácia, ... (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

Destes discursos fica clara a gestão que Tach e Greene (2014) designaram de «roubar a Pedro para pagar a Paulo», tomando emprestada uma expressão inglesa. Tal como as autoras referem, as estratégias de gestão da dívida por parte de agregados pobres:

são influenciadas por um desejo de promoção de uma identidade social autossuficiente e financeiramente responsável. As famílias, quando confrontadas com dificuldades económicas, denotam relutância em pedir auxílio porque isso mina a sua identidade. (...) As famílias tipicamente optam pelo malabarismo na gestão das suas dívidas em privado mais do que virarem-se para redes sociais de apoio (Tach & Greene, 2014, p. 1).

Porém, num ou noutro caso, as pessoas entrevistadas assumiram que o malabarismo das dívidas deixou em dado momento de ser possível, o que veio dar lugar a situações evidentes de privação, tal como foi o caso de uma entrevistada em Lisboa que, enquanto trabalhadora, teve o ordenado penhorado durante sete anos.

Entrevistada: Cada vez que saía uma dívida, entrava outra. E eu ainda tenho dívidas. Só que agora, como eu estou no desemprego, eu pedi insolvência. (...) Eu, mesmo quando voltar ao mercado de trabalho, eu não posso ganhar mais de 600 euros. Tudo o que for acima de 600 euros é retirado, por causa da insolvência. Ainda não saiu, pronto, ele disse que estava à espera da decisão do tribunal, mas derivado à situação, em princípio, eles

vão aceitar e vou ficar cinco anos sem poder fazer nada, n'ê? (...) Cheguei ao ponto de ficar sem luz. Só não ficava era sem água, mas eu ficava sem luz. Depois tinha que arranjar dinheiro para pagar a luz. Ficava dois, três dias... depois eu ia à assistente, lá ela me dava o dinheiro para pagar a luz. (P3.1_Lisboa, sexo feminino, 48 anos)

Registaram-se, porém, casos em que as pessoas entrevistadas referiram que, sem ajuda, institucional ou de outras pessoas, não seria possível gerir a situação. Foi o que explicou uma entrevistada do Perfil 3.5, em Guimarães, com 60 anos, que considerava que «com ajuda as coisas se vão equilibrando.» Um entrevistado do Perfil 3.2 no Porto, com 45 anos, realçou a ajuda não institucional, atribuindo a capacidade de «se orientarem» à ajuda dos pais e dos sogros com todas as despesas com a habitação. Já no caso de uma entrevistada em Celorico de Basto, o apoio institucional foi apontado como absolutamente crucial.

Entrevistada: A única pessoa que me ajudou foi a dra. XXXX [a assistente social], que me mandou ir ao Pingo Doce. Passou-me um cheque. E que me deu uma botija de gás e um valor de xis dinheiro para eu fazer compras. Foi a única pessoa que me ajudou na altura que eu precisei. (P3.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 43 anos)

Foi também o que referiu um entrevistado da Amadora, que demonstrava simultaneamente resignação e dependência perante os apoios sociais.

Entrevistado: Se eu tivesse a pagar tudo e mais alguma coisa não chegava, n'ê? O que é que a gente pode fazer? Sempre é melhor que nada. Tem de se fazer aquilo que eles pedem. (P3.5_Amadora, sexo masculino, 58 anos)

Deve ainda ser destacada a importância atribuída por alguns indivíduos à possibilidade de produzir alguns bens alimentares, sem os quais a privação seria provavelmente uma realidade (ainda mais) evidente.

Entrevistado: Eu cultivo repolhos, alfaces, cenouras, é de tudo, de tudo um pouco. Isso é que tem ajudado bastante aqui nessa casa, porque já não preciso comprar nada disso. É batatas, é feijão, é tudo, eu boto de tudo um pouco na terra. E isso é que tem ajudado bastante aqui. Se isso é tudo para comprar, ó senhora, pela sua saúde...

Entrevistadora: Aí é que não dava mesmo.

Entrevistado: Tss! Não dava? Dava cá nada. Assim já não dá, muito menos comprando essas coisas todas! (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Noutros casos ainda foi assumido que uma situação mais dramática só é impedida pelos pequenos biscates. O que Machado Pais escreve a propósito da população jovem pode facilmente ser adaptado a uma parte da população pobre, nomeadamente à população que compõe este perfil de desempregados:

a vivência precária do emprego e do trabalho envolve modalidades múltiplas de «luta pela vida» que compreendem trabalho doméstico, eventual, temporário, parcial, oculto ou ilegal, pluri-emprego, formas múltiplas de desenrascanço a que a linguagem comum se refere com as sugestivas expressões de ganchos, tachos e biscates (Machado Pais, 2001, p. 7).

Era esse o caso, por exemplo, de um entrevistado no Porto, do Perfil 3.2, com 45 anos, que assumia só conseguir gerir melhor a sua situação familiar porque, em complemento ao RSI, iam ganhando algum dinheiro com a venda do artesanato produzido pela esposa. Era também o caso de uma respondente em Ponta Delgada, que complementava dessa forma os «quatrocentos e tal euros» que ela e o marido recebiam entre RSI e subsídio de desemprego.

Entrevistada: Vou trabalhando, fazendo uns biscates aqui e ali. Como eu já disse, aqui eu tenho de 15 em 15 dias um serviço de limpeza, de limpar escritórios. (...) Vou desenrascando, para aqui e para ali. Anteontem, fui vender umas coisinhas que eu tinha, que são coisinhas que eu vou achando, vou arrumando, vou desencantando. (...) É assim que eu vou vivendo, porque aquilo que eu recebo do rendimento mínimo e do fundo de desemprego é para pagar a uns e a outros. (P3.1_Ponta Delgada, sexo feminino, 48 anos)

O discurso de uma respondente na Amadora vai até um pouco mais longe, na medida em que parece naturalizar o biscate:

Entrevistada: Não é suficiente, mas qualquer pessoa em casa... O adulto faz uns biscates, vai fazendo uns biscates, vai dando para o mês. (P3.3_Amadora, sexo feminino, 27 anos)

Ficam aqui patentes estratégias não permitidas pelas regras da proteção social, mas realçadas por estes respondentes como cruciais para escapar a situações mais severas de

privação. Como salientado por diferentes autores (por exemplo, Castro *et al.*, 2012; Baptista & Perista, 2015; Rodrigues *et al.*, 2016), o RSI não pretende eliminar a situação de pobreza entre os seus beneficiários, mas antes mitigar a intensidade e a severidade da mesma.

De facto, os valores médios do RSI situam-se em níveis muito baixos. De acordo com as estatísticas do Instituto de Segurança Social, no ano 2019 os valores médios mensais fixaram-se em 117,12 euros por pessoa e em 259,43 euros por agregado. Estes são valores claramente abaixo do limiar de risco de pobreza. Relembre-se que, de acordo com os últimos dados disponibilizados pelo INE, este se situou, em 2018, em 6 014 euros anuais, isto é, em cerca de 501 euros por mês.

Também a própria Comissão Europeia tem reconhecido essa situação nos seus relatórios relativos a Portugal produzidos no âmbito do Semestre Europeu, referindo no último produzido até ao momento que, em Portugal, «a adequação do rendimento mínimo continua a ser reduzida (...) e bastante inferior à média da UE» (Comissão Europeia, 2020, p. 51), depois de, no ano anterior, ter assinalado que a adequação do RSI «é uma das mais baixas da UE: em média, o rendimento líquido dos beneficiários do rendimento mínimo corresponde a cerca de 40 % do limiar de pobreza nacional» (Comissão Europeia, 2019, p. 52).

Na resposta da maioria das pessoas, ficou explícita ou implícita a privação a que era necessário sujeitarem-se. A não realização de despesa tornava-se, em muitos momentos prioritária, seja na componente da alimentação, da saúde ou outras. A resposta de uma entrevistada em Guimarães será, provavelmente a mais ilustrativa a este respeito.

Entrevistada: Chega para eu fazer uma vida muito, muito limitada. Eu não vou ao cabeleireiro. Às vezes, eu quero tirar o passe para andar no centro da cidade porque eu não posso andar muito a pé, mas não consigo porque são 21 euros. Às vezes, quero tomar banho, mas a cozinha fica um bocadinho retirada da casa-de-banho. Por isso, encho um baldinho de água na cozinha para não estar à espera que a água quente chegue à casa-de-banho. Pego o baldinho e um copinho só para dar uma duchazinha. (...) Para evitar gastar muito gás. Tento poupar tudo o que eu posso. (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

Neste contexto, deve ainda ser referida a dificuldade adicional que algumas das pessoas entrevistadas, todas elas mulheres, consideraram advir do que identificavam como uma má gestão do dinheiro por parte dos seus (ex) companheiros. O dinheiro gasto nomeadamente na

compra de tabaco foi lamentado por estas mulheres, principalmente do Perfil 3.1⁴⁹. Uma entrevistada no Porto, de 50 anos, lamentava o facto de o marido «ter o vício do cigarro», ao que acrescentava que «eles não fazem contas...». Também uma entrevistada em Ponta Delgada mencionou o vício do tabaco, para além do facto de o marido gastar dinheiro a pagar bebidas no café, o que levava, nas suas palavras, a que depois não houvesse dinheiro para pagar a renda.

Entrevistada: O meu homem entende na sua de ir para o café gastar aquele dinheirinho e depois paga bebidas a um e a outro. E depois eu não tenho para pagar a renda! O homenzinho [o senhorio] já está por pagar há quatro ou cinco meses. (P3.1_Ponta Delgada, sexo feminino, 48 anos)

Estes são também exemplos potenciais de situações em que o rendimento é desigualmente distribuído no seio do agregado (cf., por exemplo, Cantillon & Nolan, 2001). A entrevista de Guimarães acima citada é, uma vez mais, particularmente ilustrativa a este respeito. A entrevistada lamentava o facto de o ex-marido, enquanto foram casados, «ter dinheiro» mas propositadamente não lho dar para as despesas da casa.

Entrevistada: Tive sempre uma vida muito restrita porque ele não me dava o ordenado, ele só pagava a água e a luz e o resto era eu que tinha que pagar. (...) Eu acho que ele fazia de propósito, que era para obrigar a eu gastar o resto do dinheiro.

Entrevistadora: Acha que ele fazia isso para não ter dinheiro?

Entrevistada: Para eu não ter dinheiro para ir ao cabeleireiro, nem para poder comprar roupa. Muito das coisas que ele fazia era de propósito, porque ele tinha dinheiro. Ele tinha dinheiro, mas ele guardava... E ele era capaz de comprar três fatos, como aconteceu uma vez. No mesmo dia foi a uma loja e comprou três fatos. (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

A grande maioria das pessoas entrevistadas não manifestou qualquer dificuldade em identificar momentos da sua vida em que se apercebeu de que o seu rendimento não era suficiente para fazer face às necessidades.

⁴⁹ Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, divorciadas ou viúvas, desempregadas ou domésticas

Algumas pessoas deixaram transparecer que, mais do que um momento ou momentos, esse foi um sentimento que atravessou boa parte da sua vida. As despesas com a habitação foram referidas amiúde, tal como as despesas com alimentação.

Entrevistada: Senti quando tinha que pagar o quarto, pagar a comida e não tinha dinheiro suficiente. (P.3.5_Porto, sexo feminino, 31 anos)

Entrevistada: É assim... Já passei por muitas dificuldades. Já passei, já. Já passei.

Entrevistadora: E em que é que essa dificuldade a afetou? Era dificuldade de conseguir o quê?

Entrevistada: Comida, pagar a luz, pagar a água. (P3.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 43 anos)

Noutros casos, esse momento foi claramente identificado, surgindo muito associado à rutura conjugal. Foi esta a situação relatada por um entrevistado em Ponta Delgada, confrontado com a necessidade de passar a pagar pensão de alimentos e a fazer face, sozinho, a um empréstimo à habitação.

Entrevistado: Tinha um empréstimo que tinha feito à banca para construir a casa. A minha ex-esposa foi-se embora, saiu, e eu assumi a despesa. Na altura, era, penso que era quase 500 euros por mês e eu ganhava 700! Para pagar a pensão de alimentos da minha filha, porque na altura ficou com a mãe, eu vi-me aflito! Tive dois anos com muita dificuldade, mesmo muita dificuldade esses dois anos... O que me salvou é que sou uma pessoa muito poupada e muito organizada nas coisas que faço, mas mesmo assim é muito difícil. (P3.2_Ponta Delgada, sexo masculino, 51 anos)

Também um entrevistado nas Caldas da Rainha referiu uma situação de rutura conjugal, associando-lhe a perda do emprego. Como fez notar, nunca teve problemas de dinheiro enquanto trabalhava, dado que os seus ordenados eram, nas suas palavras, sempre «muito mais altos que o ordenado mínimo», na ordem dos setecentos euros mensais...

Entrevistado: Quando eu tinha mesmo um ordenado, foi sempre ordenados muito mais altos que o ordenado mínimo. Foi sempre setecentos... Na Força Aérea... Muito, muito

mais dinheiro. Dava para pagar tudo e depois ainda sobrava. E ainda tínhamos o ordenado da minha esposa na altura, da minha ex-mulher. Vivíamos muito bem, tínhamos... era tudo muito bom naquela altura. (...) Consegui até ao momento em que deixei de estar de baixa. O dinheiro foi menos do que a renda, logo já não tenho para nada. (P3.4_Caldas da Rainha, sexo masculino, 36 anos)

Um outro entrevistado nas Caldas da Rainha, ao abordar a sua situação de desemprego, pareceu levantar o véu sobre um aspeto que continua a caracterizar parte do mercado de trabalho nacional: a diferença entre valores de remuneração base e ganho médio mensal. De facto, este aspeto parece estar subjacente ao seu discurso, ao referir o valor que recebia enquanto trabalhava e o valor recebido de subsídio de desemprego e merece realce dado que, por vezes até mais do que a própria situação de desemprego, se afigura como um elemento crucial espoletador de uma situação de pobreza.

Entrevistado: Eu posso dizer que usufruía de um ordenado belíssimo! Na altura em que eu trabalhava, nunca havia mês nenhum que eu recebesse menos de dois mil euros. Quando eu trabalhava! De um dia para o outro, passei só, só...passei para quinhentos e... naquela altura, acho que comecei a receber quinhentos e quarenta e poucos euros. (P3.5_Caldas da Rainha, sexo masculino, 59 anos)

5.2. Avaliação subjetiva do percurso de vida até ao momento

Uma parte significativa dos respondentes associou os aspetos mais positivos das suas vidas a filhos e/ou netos, nomeadamente à proximidade existente, ao sucesso na sua estruturação enquanto pessoas e ao seu sucesso escolar.

Algumas pessoas referiram o contexto profissional como promotor dos aspetos mais positivos, tratando-se sempre, em consonância com as características deste perfil, de situações passadas que foram recordadas de forma positiva.

Sublinhe-se a resposta de um entrevistado do Porto, que não identificou aspetos positivos em particular, optando por passar a sua vida em revista em contraste com outras para concluir: «Acho que o mais importante, eu tenho.»

Entrevistado: Não tive problemas, não tenho traumas. Não tive traumas de infância, nunca vi o meu pai bater à minha mãe, nunca passei por nada disso. Tenho conhecimento dessas situações todas. (...) E tenho conhecimento de muita pobreza que existe. Já ajudei a fazer mudanças para sítios que eu vejo aqui no meio da cidade que nós não fazemos ideia que possam existir pessoas a viver naquelas condições. (...) Eu sinto-me um felizardo nesse aspeto! Não tenho razão de queixa. Acho que o mais importante, eu tenho. (P3.2_Porto, sexo masculino, 45 anos)

Pelo contrário, um número reduzido de entrevistados (composto exclusivamente por pessoas com menos de 50 anos) afirmou não identificar qualquer aspeto positivo na sua vida. Foi o caso de uma entrevistada do Perfil 3.3 em Celorico de Basto, com 43 anos, que afirmava triste, mas convictamente: «Não há sucesso, senhora doutora...», ou de um entrevistado do Perfil 3.2 em Vila Franca do Campo, com 49 anos, para quem o «percurso de vida até agora é ir vivendo para não morrer», passando um dia de cada vez. Contudo, esta perspetiva atingiu um expoente máximo numa entrevistada do Perfil 3.5, no Porto, com apenas 31 anos, que não identificou qualquer ponto positivo na sua vida afirmando ainda: «Eu já estou cheia de viver... Eu peço a Deus para me levar...».

Quanto aos momentos mais difíceis, eles prenderam-se, sobretudo, com situações de doença (ver Quadro 7, acima). Foram referidas, nomeadamente, situações de cancro, de acidentes vasculares cerebrais e de complicações respiratórias, bem como de depressões. Note-se que algumas pessoas não identificaram qual a doença em concreto. Em alguns casos, as situações de doença colocavam-se no momento da entrevista, sendo que algumas perduravam no tempo.

Entrevistado: Ela [a esposa] está doente e não tem tempo. (...) Diabetes, diabetes... Mais molécula de sangue branca como vermelha... E depois está tudo dentro, pâncreas, tudo estragado, mão assim... (P3.2_Ferreira do Alentejo, sexo masculino, 67 anos)

Noutros casos, referiram-se situações cuja fase aguda tinha já passado, sendo, porém, evidente que o impacto dessas situações perdurou no tempo, fazendo-se sentir ainda, de forma clara, no momento da entrevista. Em alguns casos, tratou-se de situações de doença das próprias pessoas entrevistadas.

Entrevistado: Estive à espera cinco anos para ver se superava o problema do cancro ou não. Foram anos muito, muito difíceis. Anos esses conjugados com o problema psicológico do meu filho. (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

Noutros casos, os entrevistados referiram doenças de familiares próximos, nomeadamente de descendentes.

Entrevistado: O XXXX [nome do neto] teve uma pneumonia malcurada. Quando chegou ao Hospital de Santa Maria já quase ia a morrer com um problema, um pulmão todo manchado. (...) Chegou a vir aqui, com aquele carrinho de oxigénio atrás dele. Hoje, felizmente, está praticamente curado, mas tem que levar oxigénio durante a noite. Tem que... desde as nove da noite às oito horas da manhã, o menino tem que estar a oxigénio. Durante o dia, vai para escola. Só se se cansar muito é que ele precisa e anda assim. (P3.5_Caldas da Rainha, sexo masculino, 59 anos)

No caso de uma entrevistada em Lisboa, a doença do filho não apenas consignava os poucos recursos existentes aos medicamentos e tratamentos, como limitava a possibilidade de se encontrar emprego.

Entrevistada: Foi descobrir as doenças que o meu filho tem. Custa-me um bocado [emociona-se] porque o miúdo... É um miúdo com vida, mas agora falta-lhe aquele brilho que ele tinha. Há ali qualquer coisa que não tem o clique... (...) Ele tem uma colite ulcerosa e uma hepatite autoimune. E então é muita coisa, o despacho com a medicação e tudo... Que eu ando aqui numa luta para conseguir arranjar medicação e não dá. Aí... com alimentação, coisas da casa e tudo, nunca dá para mais nada. E é assim... (P3.3_Lisboa, sexo feminino, 41 anos)

Para algumas pessoas, para além, obviamente, da gravidade da doença, o momento do seu aparecimento afigura-se como um elemento essencial para que tivesse um potencial mais ou menos disruptivo. Assim, a doença acaba por ser encarada de forma mais negativa quando afeta uma criança, no caso de filhos ou netos, ou quando surge num momento mais avançado da vida dos próprios, como foi ilustrado por uma entrevistada em Guimarães:

Entrevistada: Quando surge um problema com 20/30 anos, é uma coisa, mas agora aos 60 anos é totalmente diferente. Eu hoje pergunto-me a mim mesma quantos anos andarei cá, o que é que vou, o que é que espero desses últimos anos. É tudo tão difícil, tão difícil, tão inacessível que, muito sinceramente, eu estou a ver que estou com uma imagem muito, muito negativa em relação aos meus últimos anos de vida. (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

Também as situações de morte de familiares, sobretudo de progenitores, e as situações de rutura familiar foram identificadas como claramente negativas.

Entrevistada: Hum... Foi... Foi os medos que eu passei dentro de casa com os meus filhos. Os mais velhos já não estavam em casa, só tinha o mais novo. Eu não tinha tanto apoio, não é? Foram os momentos mais difíceis, e a morte do meu pai. (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

O confronto com situações concretas de escassez de rendimentos foi mencionado por algumas das pessoas entrevistadas.

Entrevistada: O que mais me fica na memória foi o eu saber que ia ser avó e o meu filho não ter emprego. Esse é que foi. E depois de a minha neta nascer, ele querer dar o leite à menina e não ter. E não ter trabalho e ter que pagar uma renda de casa. E o que recebia do fundo de desemprego ir direitinho para a renda de casa. E eu ter que chegar ao ponto de ir à Junta de Freguesia pedir leite para a minha neta. E pronto, esses foram os momentos mais significativos. (P3.1_Porto#2, sexo feminino, 64 anos)

Também situações de instabilidade familiar foram mencionadas como particularmente difíceis e disruptivas.

Entrevistada: É assim, nós tínhamos assim aquele trauma porque a minha mãe levava porrada. Além de ter aquele feitio... Até podia gostar dos netos e dos filhos, mas não sabia mostrar! A minha mãe era um bocado dura. (...) Era. Além de passar com a minha avó, passou com o meu pai. Ele bebia e batia-lhe, portanto, eu até aos 17 anos ainda me lembro disso. Depois, ele faleceu. (...) Ele era muito mau, batia-lhe nela e nos filhos. (...) O meu irmão infelizmente andava na droga, sabe? (...) Roubava-nos tudo... Fora não, mas

em casa roubava-nos tudo... Nós chegámos a ter que andar com o dinheiro, às vezes, no sutiã, porque eles têm faro de cão. (P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

Mais de um terço das pessoas entrevistadas afirmaram que o seu percurso de vida vinha a piorar até ao momento da entrevista. Alguns dos relatos foram, deste ponto de vista, ilustrativos das dificuldades vividas, como o caso de uma entrevistada em Lisboa que, em paralelo com outros problemas, referiu a angústia associada à situação vivida em termos habitacionais.

Entrevistada: Comecei bem, mas a meio ficou muito mal... Muito mal e tem vindo a piorar. Tem vindo a piorar porque eu não tenho casa certa. Ora estou aqui, ora estou ali. Não durmo sossegada, porque eu tenho... Estou sempre com o coração na boca a pensar quando é que me vão despejar. Eu não durmo. Eu tomo calmantes para dormir, eu tomo medicação para a asma. Portanto, digo, a minha vida, cada dia que passa, só tem vindo a piorar. E eu dou graças a Deus de estar nesta formação, porque eu estando em casa o dia todo, eu não sei o que é que seria de mim. Digo mesmo, não sei. (...) A minha vida piorou. Eu não estou a ver, não vejo melhoria. Não tenho trabalho, casa é isto que se vê, eu jamais vivi assim... Pronto, é isto... (P3.1_Lisboa, sexo feminino, 48 anos)

Noutros casos, foi referida a ausência de mudanças significativas, sendo de notar, porém, a interpretação dada pelas pessoas entrevistadas, no sentido de que toda a sua vida foi pautada por dificuldades. Portanto, estamos perante avaliações que se referem a percursos de vida uniformemente avaliados como negativos:

Entrevistado: Eu nunca estive bem, estive sempre mal. Fui criado sozinho, sem ninguém, sem nada. Sempre estive mal! (P3.5_Amadora, sexo masculino, 58 anos)

Apesar das dificuldades expressas no momento da entrevista, seis respondentes consideraram que, ainda assim, a sua vida tinha vindo a melhorar até esse momento. As razões apontadas passaram sobretudo por melhorias em dimensões importantes já referidas neste texto. Desde logo, a saúde:

Entrevistado: Desde essa fase, tem vindo a melhorar porque, em termos de saúde, eu estou melhor, percebe? (...) E só isso já é muito importante. Eu, às vezes, quando estou

sem fazer nada, vou correr ou fazer alguma coisa de desporto, percebe? Gosto de fazer isso. Sinto-me bem e ocupo a cabeça. Continuo a ouvir muita música e a tocar em casa! (P3.2_Porto, sexo masculino, 45 anos)

Mas também a habitação, o emprego (e os biscates) e a resolução de dívidas.

Entrevistado: Agora, as coisas estão melhorando. Parece que está abrindo uma luz. Não parece, está mesmo a abrir uma luz! A primeira coisa que aconteceu foi que deram uma casa. É uma renda pequenina. (...) É como se fosse pagar a água e a luz. Depois, tive este trabalho. Agora, estou inscrito nesse programa e a seguir foi a minha mulher, que está a trabalhar num restaurante. (P3.4_Ponta Delgada, sexo masculino, 33 anos)

Em síntese, constatámos que quase todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que o seu rendimento era insuficiente para fazer face às despesas do agregado. Uma frase relativamente comum por parte dos respondentes foi a de que, quando o mês chega a meio, já o dinheiro acabou. Isto mesmo no caso de pessoas que, num primeiro momento, hesitaram em assumir a insuficiência dos seus recursos. Neste perfil em concreto, as situações parecem tornar-se tanto mais complicadas quanto maiores as dificuldades experienciadas ao nível da saúde, ficando evidente o já referido ciclo vicioso que se estabelece entre vulnerabilidade económica e condição de saúde.

A principal estratégia mobilizada pelas pessoas entrevistadas para lidar com a situação prendia-se com a gestão difícil dos poucos recursos, mencionados como tendo de ser continuamente esticados e *tornados* suficientes, «tapando buracos» à medida que estes iam aparecendo. Em alguns casos, era preciso também gerir situações de dívida e, nos casos em que isso deixou, em dado momento, de ser possível, foram mencionadas situações evidentes de privação. Para algumas pessoas, a gestão quotidiana tornar-se-ia insustentável sem ajuda institucional ou de outras pessoas e/ou sem a realização de pequenos biscates.

Independentemente do tipo de gestão efetuada, a privação a que era necessário sujeitarem-se ficou explícita ou implícita na resposta da maioria das pessoas. Em muitos momentos, a não realização de despesa tornou-se prioritária, fosse na componente da alimentação, da saúde ou outras. Neste contexto, é ainda referida, como já mencionado, a dificuldade adicional que algumas das pessoas entrevistadas, todas elas mulheres, consideraram

advir do que identificaram como sendo uma má gestão do dinheiro por parte dos seus (ex) companheiros.

A grande maioria das pessoas entrevistadas não teve qualquer dificuldade em identificar momentos da sua vida em que se aperceberam de que o seu rendimento não era suficiente para fazer face às necessidades, para alguns em boa parte das suas vidas. Noutros casos, esse momento foi claramente associado à rutura conjugal e à perda do emprego – dois dos três «D» da pobreza.

Para uma parte significativa dos respondentes, os aspetos mais positivos das suas vidas associavam-se aos filhos e netos, à proximidade existente com estes, ao sucesso na sua estruturação enquanto pessoas e ao seu sucesso escolar. Algumas pessoas referiram o contexto profissional (passado) como promotor dos aspetos mais positivos.

Quanto aos momentos mais difíceis, os entrevistados mencionaram, sobretudo, situações de doença – um terceiro D da pobreza – das próprias pessoas ou de familiares próximos; a morte de familiares, sobretudo de progenitores e situações de rutura ou instabilidade familiar.

Boa parte das pessoas entrevistadas afirmou que o seu percurso de vida vinha a piorar até ao momento da entrevista. No entanto, apesar das dificuldades expressas relativamente a esse momento, um número semelhante considerou que a sua vida tinha vindo a melhorar.

Uma questão importante quando se refere o percurso de vida de pessoas em situação de maior fragilidade social remete para a caracterização do sistema de proteção social e da rede de suporte social informal que, em situações mais difíceis, apoiam o processo de sobrevivência. Importa perceber a utilização do sistema de proteção e a composição das redes de apoio não institucional, bem como o tipo e volume dos recursos que os atores que as integram têm capacidade de disponibilizar.

6. Relação com os sistemas de proteção

Como temos vindo a referir, os indivíduos desempregados e pouco qualificados integrados neste perfil de pessoas em situação de pobreza representam 13 % dos cidadãos em situação de risco de pobreza em Portugal, apresentando-se como um grupo relativamente homogéneo. Entre as dimensões que agregam os indivíduos incluídos neste perfil, assumem maior evidência a condição perante o trabalho, uma intensidade laboral muito reduzida e uma fonte de rendimentos assente em transferências sociais. Igualmente relevante é a composição dos agregados familiares, onde assumem particular expressão os isolados e as famílias monoparentais.

No que respeita à condição perante o trabalho, os entrevistados, na sua maioria, partilham uma condição caracterizada pelo desemprego e, num número significativo de casos, por um desemprego de longa duração ou mesmo de muito longa duração⁵⁰ (cf. Anexo H).

Os rendimentos dos entrevistados que vivem isolados proveem na sua quase totalidade de transferência sociais: do subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego; de bolsas de Contratos Emprego-Inserção+ ou de programas ocupacionais; e, nos restantes casos, do RSI (com exceção do entrevistado P3.2_Ferreira do Alentejo, desempregado que aguarda a tramitação da reforma; da entrevistada P3.5_Porto, pensionista social de invalidez e dos entrevistados P3.5_Caldas da Rainha; P3.5_Guimarães#1 e P3.5_Guimarães#2, pensionistas por invalidez do Regime Geral da Segurança Social). Nos entrevistados deste perfil, verifica-se uma intensidade laboral muito baixa, sendo muito poucos os agregados familiares que contam com remunerações do trabalho na composição do rendimento familiar (P3.1_Porto#1; P3.4_Ponta Delgada), mesmo considerando os casos em que se verifica uma atividade de natureza informal

⁵⁰ De acordo com o conceito adotado pelo INE, consideram-se em desemprego de longa duração (DLD) as pessoas sem trabalho há 12 ou mais meses e disponíveis para trabalhar. Habitualmente, consideram-se desempregados de muito longa duração (DMLD) as pessoas sem trabalho há 24 ou mais meses e disponíveis para trabalhar. A Portaria n.º 112-A/2019, que aprova o Contrato-Geração, considera DMLD «as pessoas que tenham 45 ou mais anos de idade e que se encontrem inscritas como desempregadas no IEFP, I. P., há 25 meses ou mais» (Art.º 4.º, alínea c.).

(P3.2_Porto; P3.2_Amadora). Em casos pontuais, os entrevistados recebem pensões de alimentos relativas a filhos menores (P3.1_Lisboa; P3.3_Porto).

A análise das trajetórias pessoais e laborais dos entrevistados deste perfil revela com frequência (seguindo a análise de Garcia & Kazepov (2002) sobre o recurso à assistência social) o cumprimento de um «destino» de pobreza pela exposição precoce e de longa duração a contextos de privação e de exclusão. Contribuem ainda para este destino: a ocorrência de eventos críticos que desorganizam o equilíbrio entre necessidades e recursos dos indivíduos, devido a uma situação de rutura e/ou de instabilidade nas relações de trabalho; as rupturas familiares; a fragilização decorrente de problemas de saúde e/ou uma acumulação de eventos críticos geradores de uma trajetória descendente em termos de posição social (cf. Branco, 2015). De facto, ao reconstituirmos estas trajetórias com zonas de sombra e imprecisão próprias de toda a biografia de primeira mão baseada na narrativa dos indivíduos (Cf. Pais, 2000; 2001), identificamos: a experiência da privação e da pobreza; a desvalorização, por diferentes razões, do capital educativo na infância; rupturas disruptivas a nível familiar; maus-tratos; institucionalizações e discriminação étnica e de género. Estes acontecimentos condicionaram as trajetórias dos nossos entrevistados enquanto adultos nos seus capitais sociais e culturais, mas também no seu corpo, onde se inscrevem sequelas significativas na saúde física e mental e que, sem necessidade de forçar as suas narrativas, atravessam os eventos críticos que desencadearam, em várias circunstâncias, o desemprego e outras vulnerabilidades vitais, existenciais e de recursos (Therborn, 2013) que hoje os colocam no grupo das pessoas em condição de pobreza.

Os excertos abaixo condensam e ilustram algumas destas questões, a partir das histórias de vida dos entrevistados:

Entrevistador: Ia-lhe pedir que me falasse sobre as suas recordações de infância.

Entrevistado: Hum, são coisas que eu não gosto muito de falar, porque sou filha de pais separados e tenho um irmão direito e tenho duas irmãs. Uma da parte do pai e outra da parte da mãe. Portanto, do segundo casamento. E tive uma infância muito má. Tortura psicológica e maus-tratos físicos e etc. De maneira que eu não gosto muito de falar da minha infância.

(...)

Sou desempregada, porque emagreci 12 quilos em dois meses. Os médicos não sabiam o que era, ainda não sabem e ando há anos em consultas e exames e, pronto ... Isto é tudo muito complicado. Entretanto deixei de ter forças para trabalhar, deixei de ter força nos

braços, não tinha força nas pernas. Depois, a pessoa deixa de trabalhar e deixa de ter de comer. Deixa de comer, deixa de poder andar, começa a adoecer mais. Pronto, isto tudo é uma bola de neve. Passa fome porque não tem o que comer. (P3.1_Porto#2, 55 anos, sexo feminino)

Entrevistado: Morava na América. Por isso, não falo bem o português, não fui para a escola aqui. O estudo, a primeira [língua] era o inglês.

Entrevistador: E morou onde lá?

Entrevistado: Em Bridgeport, Connecticut. É lá para ao pé de Nova Iorque.

Entrevistador: E se lhe perguntasse uma memória positiva deste período e uma memória negativa, quais escolheria?

Entrevistado: Não sei...

Entrevistador: Uma positiva, qual seria? Do que é que mais gostava?

Entrevistado: Eu gostava ... Quando era pequeno, ... É ... Eu gostava de trabalhar e ajudar minha mãe na horta e jogar à bola, sabe? Como toda criança hoje gosta, eu também gostava.

Entrevistador: E tem alguma memória de que o senhor não goste do tempo de infância?

Entrevistado: Do álcool, sabe? O meu pai também teve problemas. Eu não quero falar disso muito. Quero deixar em descanso. Mas por causa disso havia muita ... Muita confusão quando era pequeno lá em casa. Depois, comecei a sair com ele e também bebia muito. Também tive problema na América. (P3.2_Montalegre, 54 anos, sexo masculino)

Entrevistadora: Diria que teve uma infância boa ou má?

Entrevistado: Eu não digo que foi má, má. Mas também boa não foi. Foi entre meio.

Entrevistadora: Porquê? Porque diz isso?

Entrevistado: Porquê!? Porque se os meus pais tivessem dinheiro, se fossem gente que teve dinheiro, a minha escolaridade.... Porque eu tirei o 9.º ano foi agora na escola profissional, depois de adulto. Eu saí da escola com a minha 3.ª classe. Tive de sair cedo pela situação que já disse à senhora, para ajudar o meu pai. E pronto, a minha situação era essa, a nossa situação, naquele tempo, era essa. Tínhamos de deixar as escolas cedo, para ajudar os pais. Para ajudar...

(...)

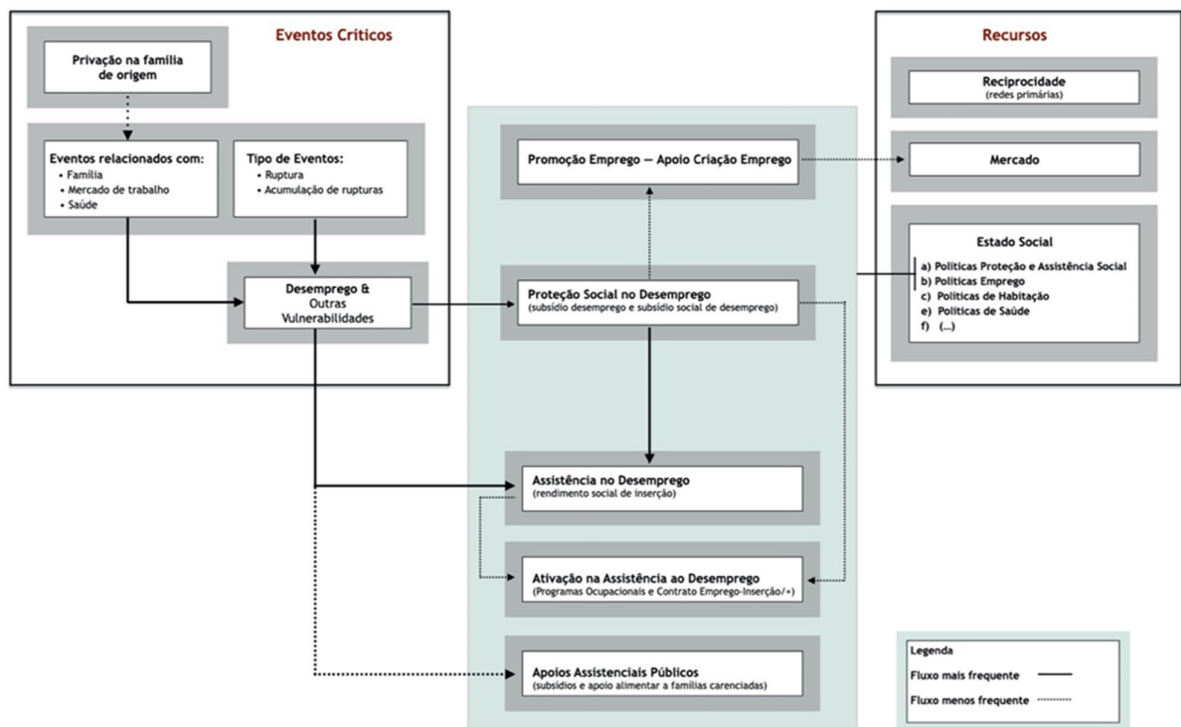
Entrevistado: Eu tenho duas irmãs mais velhas do que eu, mas, pronto, naquele tempo, não havia muito serviço de mulheres. Era sempre mais o homem, mais o homem. Lá então

tive de me obrigar a trabalhar cedo. Eu, com os meus 12 anos, fui trabalhar. (P3.2_Vila Franca do Campo, 49 anos, sexo masculino)

6.1. Desempregados e proteção social

Como temos vindo a assinalar, na análise da pobreza importa ter em linha de conta, para além da posição dos indivíduos no mundo do trabalho e das suas estruturas familiares, as políticas públicas de bem-estar social e a forma como estas procuram compensar os desequilíbrios provocados por eventos críticos ocorridos na relação com o mercado de trabalho; na esfera familiar e no domínio da saúde, entre as suas necessidades e os recursos próprios e/ou das suas redes primárias. Na Figura 1, procura-se, com base no mapeamento das entrevistas, identificar alguns dos principais fluxos entre situação e necessidades dos indivíduos, bem como os dispositivos de resposta das políticas públicas, nomeadamente nas áreas da proteção social e do emprego.

Figura 1 – Políticas Públicas de Proteção e Assistência Social e Emprego face ao Desemprego



Fonte: Elaboração dos autores com inspiração parcial em Saraceno (2002: figura 4.2)

Apesar de se tratar de uma prática residual de acordo com as narrativas dos entrevistados, existem períodos da vida destes indivíduos sem contribuições para a Segurança Social por autoexclusão, com origem na dificuldade em assumir um seguro social voluntário face à escassez dos rendimentos auferidos, como se observa no caso deste entrevistado, revelando uma das dimensões da insuficiência de rendimentos, traduzida na dificuldade ou impossibilidade de poupança ou previdência pessoal (Pereirinha *et al.*, 2017).

Entrevistadora: Por que é que não fez mais descontos? Os empregadores nunca faziam?

Entrevistado: Nunca faziam. E aquilo que eu recebia, se eu fosse descontar por minha conta para a Segurança Social, eu não trazia nada para casa.

Entrevistadora: Não, mas quem ganha, por exemplo, o salário mínimo, não tem descontos muito altos. (...)

Entrevistado: Não. Porque se eu descontasse para a Caixa, naquela altura, o que é que eu trazia para casa?! Eu já recebia pouco. Porque, naqueles anos para trás, a gente não recebia muito. Eu estava a 500 ou 600 escudos à hora [dois euros e meio ou três euros], e isto já no fim! (P3.2_Vila Franca do Campo, 49 anos, sexo masculino)

No que se refere ao subsídio social de desemprego, os critérios são menos exigentes em termos de prazo de garantia (180 dias de trabalho com contribuições nos últimos 12 meses). Contudo, tratando-se de uma prestação social de cidadania sujeita a condição de recursos, os limiares de rendimento estabelecidos são um vetor de seletividade que exclui muitos indivíduos desempregados que, por via do carácter precário dos seus vínculos de trabalho, não satisfazem o prazo de garantia do subsídio de desemprego, mas que acabam por ser igualmente inibidos do acesso ao subsídio social de desemprego pela condição de recursos, dado que este estabelece como referência do rendimento mensal por pessoa equivalente de 80 % IAS⁵¹ (351,05 euros, a valores de 2018), que, como se pode verificar pelo quadro seguinte, se situa num rácio de 70 % do limiar de pobreza por adulto equivalente. Neste perfil, apenas o entrevistado P3.4_Caldas da Rainha é beneficiário do subsídio social de desemprego.

⁵¹ IAS – Indexante de Apoios Sociais.

Quadro 7 – Condição de recursos do subsídio social de desemprego e linha de pobreza para diferentes agregados familiares, 2018 (valores mensais)

	Isolado	Casal ^{1, 2}	Casal com filho menor ³
A. Condição de recursos subsídio social de desemprego	351,05 €	596,78 €	772,31 €
B. Limiar de pobreza 2018	501,00 €	851,70 €	1102,2 €
Rácio A/B	70 %		

Fontes: Cálculos dos autores com base em IAS e ICOR 2018.

Nota: 1. IAS (428,90) x 0,8 x 1,7 (ponderador por adulto equivalente = 1+0,7)

2. Limiar pobreza por adulto equivalente 501€ x 1,7

3. Ponderador por adulto equivalente = 1+0,7+0,5

Refira-se ainda que esta limitação, derivada da condição de recursos, é igualmente um fator de seletividade para a modalidade de subsídio social de desemprego subsequente, passível de ser requerida pelos indivíduos após a cessação do direito ao subsídio de desemprego.

A reduzida taxa de cobertura observada no que respeita à proteção social no desemprego leva a que a resposta mais frequente das políticas públicas a este problema social e ao seu impacto na vida dos entrevistados e suas famílias (quando não se trata de isolados) seja a assistência social no desemprego através do RSI, enquanto dispositivo da rede universal com uma função de última rede de proteção e que constitui a fonte principal de rendimentos da maioria dos entrevistados deste perfil, como já foi anteriormente referenciado. A ausência de rendimentos do trabalho e o elevado número de isolados e de famílias monoparentais que caracterizam este perfil explica o número significativo de beneficiários do RSI, por comparação, por exemplo, com o perfil dos trabalhadores pobres, apesar do baixo limiar da condição de recursos por adulto equivalente desta prestação social: 186,68 euros em 2018 (Portaria n.º 52/2018) e 189,66 em 2019 (Portaria n.º 22/2019).

O baixo padrão de satisfação de necessidades proporcionado por esta prestação social, como se mostra para o caso de uma família nuclear com dois filhos maiores dependentes⁵², é particularmente crítico, constituindo apenas uma forma de mitigação da pobreza extrema sem obstar à privação material e conduzindo, como igualmente se verifica noutros perfis, ao recurso aos apoios assistenciais complementares, públicos ou privados, ou à rede familiar, em termos de ajuda alimentar e monetária e de apoio à medicação, como é comprovado pelos depoimentos dos entrevistados quer isolados, quer em famílias com filhos.

⁵² Cf. Quadro 5 - RSI: Alteração da Condição de Recursos e Linha de Pobreza (casal com dois filhos dependentes) no livro *Precários: A pobreza em Portugal Trajetos e Quotidianos*.

Entrevistadora: Neste momento, é beneficiária do rendimento de inserção social?

Entrevistada: Sim, sou só eu, porque agora vivo sozinha.

Entrevistadora: E é apoiada por outra instituição?

Entrevistada: Não, só tenho o apoio daqui [do Exército de Salvação].

Entrevistadora: Qual é o apoio do Exército?

Entrevistada: O Exército de Salvação é dar uma refeição por dia, duas a três vezes por semana. Mas como eu faço trabalho de voluntariado, quando venho trabalhar como aqui. E vão ajudando com aquilo que eu preciso. Comprar um medicamento, as roupas, por exemplo artigos de higiene, sacos com alimentos, e essas coisas assim. (P3.1_Porto#2, 55 anos, sexo feminino)

Entrevistador: O senhor acha que os rendimentos que tem são suficientes para responder à sua necessidade?

Entrevistado: Ah, o que me dão agora? Não.

Entrevistador: São insuficientes?

Entrevistado: É, aquilo não dá nem para comer. Da para pagar as despesas da casa e comer mal.

Entrevistador: Recorda-se de algum momento específico em que tenha percebido que os rendimentos eram insuficientes?

Entrevistado: Nunca foi suficiente. Não há quem viva com 170 euros por mês. Agora, tudo é caro. A luz é cara, a água é cara.

Entrevistador: E recorda-se de algum momento marcante e difícil?

Entrevistado: Ah, ter que pedir a gente para comer e coisas assim. Esse dinheiro não dá para tudo. Algumas vezes vou à Cruz Vermelha quando preciso, mas a Cruz Vermelha não dá para o mês todo. Dá para uma meia dúzia de dias e mais nada. (P3.2_Montalegre, 54 anos, sexo masculino)

Entrevistada: Eu, [no] ano passado [2018], tinha 277 euros de rendimento.

Entrevistadora: 277 euros?

Entrevistada: Porque o meu marido começou a trabalhar noutra empresa e começou a ganhar o ordenado mínimo, não é? E então tiraram-me logo os 50 % do RSI.

Entrevistadora: O que não é uma ajuda?

Entrevistada: Não, porque não chega, porque era 580 euros na altura... O que é que dá 580 euros para uma família de seis pessoas? Pagar água, renda, luz, televisão. Tem que

se pagar televisão, senão não há televisão, não é? (...) Há o TDT, mas não serve para nada. Os miúdos no computador, às vezes, para a escola têm que ter *net*...

Entrevistadora: Mas viver com esse dinheiro é realmente muito pouco! Como é que conseguia?

Entrevistada: Olhe, por exemplo, vinha o abono, tapava um buraco para abrir outro, recebia o RSI (risos) (...) Prontos! Às vezes eu vinha aqui, não é sempre. Recorria à ajuda das assistentes sociais, mas é assim, o que dão... Não é?

Entrevistadora: O que é que dão? Dão cabazes?

Entrevistada: Sim, arroz, massa, mas depois falta a carne, falta o peixe, essas coisas... Os detergentes para a roupa, não é? (...) E depois eu recorro muito também a pessoas que me dão roupas e calçado, porque os miúdos estão a crescer, não é? Porque se eu for a dar umas sapatilhas à minha filha, os outros dois também precisam, não é? Mas às vezes não posso comprar de marca.

Entrevistadora: E tem ajuda? Recorre nesses momentos de maior necessidade às ajudas de terceiros? De familiares?

Entrevistada: Às minhas irmãs, porque o dinheiro não dura o mês todo, não é? E então esta minha irmã da reformita dela é que ainda me empresta, porque depois quando eu recebo novamente é que lho dou e é assim, quando há, ajudo-a. Outras vezes, é ela a mim. (P3.1_Porto#1, 50 anos, sexo feminino)

Entrevistadora: Acha que os rendimentos que tem são suficientes para as suas necessidades?

Entrevistado: Os rendimentos que tenho? Cá nada, senhora. Isso não dá para nada.

Esposa: Não dá para nada?

Entrevistado: Esse dinheiro que eu estou recebendo, eu tenho de o esticar, que só Nosso Senhor é que sabe. Eu estou a dever a um e a outro. Temos de pedir fiado durante um mês, mas quando eu chego ao fim do mês, é preciso pagar. A gente é assim: eu recebo ao fim do mês, pago às pessoas todas. Naquele mês corrente, eu como outra vez fiado. Chega-se ao fim do mês, não me cresce nem um cêntimo. Eu tenho as minhas coisas todas pagas. Ninguém me vem à porta dizer: «Estás devendo isto, isso e isso.» Isso eu não gosto. Eu sou pobre mas eu não sou cobarde nenhum. Ninguém me vem à porta dizer «Eh! Estás devendo isto ou estás devendo aquilo.» Eu pago tudo, eu fico sem um cêntimo em casa, mas as minhas dívidas estão todas pagas. Por conta de Deus, estão todas pagas. É preciso esticar?. Por exemplo, eu estou devendo uma compra de 400

euros ou 500 euros, eh pá, eu no fim do mês só posso dar 30 euros ou 40 euros. Não posso dar mais para poder esticar para eles todos. O que não pode esticar é a luz, água. Isso são coisa que temos de pagar tudo. (P3.2_Vila Franca do Campo, 49 anos, sexo masculino).

Estes depoimentos confirmam quer a insuficiência das transferências sociais quer as múltiplas estratégias de gestão da privação a que os entrevistados recorrem, como vimos mais detalhadamente no capítulo anterior.

Num número limitado de casos regista-se uma articulação entre as políticas públicas de proteção social e de emprego, as designadas **políticas ativas de emprego**. Entre os entrevistados deste perfil, existem alguns indivíduos abrangidos por Contratos Emprego-Inserção+ (P3.3_Celorico de Basto; P3.3_Montalegre; P3.4_Guimarães), uma medida do IEFP⁵³. Os desempregados abrangidos por esta medida têm direito a:

- i) uma bolsa de ocupação mensal, no valor do IAS;
- ii) ao pagamento de despesas de transporte (caso o transporte não seja assegurado pela entidade de acolhimento);
- iii) uma refeição ou subsídio de alimentação por cada dia de atividade;
- iv) um seguro de acidentes de trabalho.

O enquadramento dos desempregados neste tipo de medidas de ativação da assistência no desemprego apresenta, em tese, um conjunto de vantagens por comparação com as designadas medidas passivas de proteção social, proporcionando oportunidades de integração social, de valorização do capital humano e de melhoria da condição material, dado oferecer uma prestação social mais valorizada por um determinado conjunto de agregados familiares, bem como uma potencial ampliação das oportunidades de emprego.

Estamos assim remetidos à lógica das designadas **políticas de inserção**, que pretendem constituir uma zona de ocupação de transição entre a expulsão e a integração no mundo do trabalho, segundo a lente interpretativa proposta por Castel (1992) e retomada por Queloz (2000).

A melhoria da situação económica proporcionada pela **bolsa de ocupação** não é igualmente negligenciável por comparação com o padrão proporcionado pelo RSI, como

⁵³ Esta medida política tem como destinatários os desempregados inscritos nos serviços de emprego beneficiários do RSI, podendo igualmente ser abrangidos desempregados não beneficiários de prestações de desemprego ou do RSI que se encontrem inscritos há pelo menos 12 meses no Centro de Emprego e que integrem uma família monoparental ou cujos cônjuges ou pessoas com quem vivam em união de facto se encontrem igualmente desempregados ou sejam vítimas de violência doméstica.

podemos observar no Quadro 9 relativo a alguns tipos de agregados familiares, a que pode ainda crescer o valor do subsídio de alimentação.

Quadro 8 – RSI e Bolsa Contrato Emprego-Inserção+, 2019

	RSI		Bolsa CEI+ p/1 desempregado
	N.º Adultos Equivalentes	Limiar do RSI (Euros/Mês)	
A. Isolado	1,0	189,66 €	435,76 €
B. Casal	1,7	322,42 €	435,76 €
C. Casal com 1 Criança	2,2	417,25 €	435,76 €
D. Casal com 1 Filho Adulto	2,4	455,18 €	435,76 €
E. Casal com 2 Filhos (Criança e Adulto)	2,9	550,00 €	435,76 €

Fonte: Cálculos próprios com base nas Portarias n.º 22/2019 e 24/2019.

Uma outra medida que se pretende integrar na lógica das políticas de inserção é o Programa de Ocupação Social de Adultos (PROSA), desenvolvido na Região Autónoma dos Açores, no qual estão integrados quer o entrevistado 3.4_Ponta Delgada quer entrevistados de outros perfis que igualmente beneficiam ou beneficiaram deste programa. No entanto, esta medida tem um recorte mais dirigido aos desempregados com baixa empregabilidade e fragilidades sociais, tendo como requisitos que o candidato tenha:

- i) idade igual ou superior a 45 anos;
- ii) condição de beneficiário do RSI;
- iii) graves problemas sociais devidamente comprovados.

No que se refere aos direitos dos desempregados participantes do programa, prevê-se, para além do seguro de acidentes de trabalho, uma compensação pecuniária estabelecida no acordo ocupacional celebrado entre as entidades selecionadas para o programa e os participantes, mas não especificada na Resolução do Conselho do Governo n.º 139/2015 de 15 de Setembro de 2015.

Neste âmbito, assumem uma especial relevância quer a articulação entre políticas de assistência social e políticas ativas de emprego quer particularmente a eficácia dos programas e medidas que as concretizam (Gustafsson *et al.*, 2002, pp. 173-234). Assim, se estes programas podem evitar a permanência por períodos longos de tempo dos desempregados nos dispositivos de assistência, importa ter em linha de conta: a sua adequação em termos de padrão de satisfação de necessidades; a sua generosidade, para utilizar o jargão técnico usual; e a qualidade do enquadramento e acompanhamento proporcionados aos participantes. Deste

modo, e de acordo com Bonny e Bosco (2002, pp. 81-125), três aspetos parecem assumir uma particular relevância:

- i) o nível de apoio (para além do plano monetário) – a variedade e adequação do apoio proporcionado, tendo em vista a melhoria da situação dos beneficiários, quer em termos sociais, quer em termos psicológicos, quer ainda em termos de formação e qualificação profissionais;
- ii) o grau de efetividade – o grau de utilidade dos programas para conduzir à autonomização dos beneficiários da assistência social (e, de um modo mais geral, à superação da situação de pobreza);
- iv) o nível de personalização do acompanhamento – o grau de sofisticação do modo como se adequa a ajuda às situações individuais (uma condição essencial do sucesso da integração).

De outra forma, as políticas de inserção convertem-se, para muitos dos seus beneficiários, citando Castel (1995), no «trabalho de Sísifo», cuja consolidação progressiva marca «a consagração do provisório como modo de existência» (p. 422), como se sugere, a título exemplificativo, na narrativa deste entrevistado (aqui retomada):

Entrevistadora: Eles estavam a contratar gente para o PROSA ou era para...

Entrevistado: Quando eu estive lá, foi por conta do Recuperar. Foi quando houve esses novos programas que houve para aí. Estive dois anos no Recuperar e depois, no terceiro ano, estive nos CTTS. Esse é um programa bom, porque dá um dinheiro bom. Só depois, então, é que vim para aqui. Chamaram-me para o Fundo de Desemprego, e depois o Fundo de Desemprego falou-me se eu queria ir trabalhar. Eu disse que «claro, já se sabe que queria ir trabalhar.» Mas é a tal coisa: trabalhando ou não trabalhando, eu estive a trabalhar como seja de graça para aqui para a Junta de Freguesia. Porque eles davam-me por mês mais 71 euros, que era alimentação, não sei o que era mais. Que os 429 euros eu recebia sempre era do Fundo de Desemprego e já era meu, era o que eu tinha direito. Vim para aqui, pensando que ia receber mais uns 200 euros em cima para ajudar a vida e vai-se a ver, recebo só 71 euros. Praticamente, aquilo foi a trabalhar de graça, para ali. Estive um ano aqui nisso assim (P3.2_Vila Franca do Campo, 49 anos, sexo masculino).

Por fim, deve igualmente considerar-se a dimensão destes programas de ativação de desempregados assistidos, isto é, a sua abrangência e inclusividade. Considerando os

entrevistados deste perfil, observa-se que apenas uma pequena parte teve a oportunidade de participar nestes programas. Do mesmo modo, no conjunto dos entrevistados e das suas famílias, apenas num caso (a esposa do entrevistado P3.4_Ponta Delgada) se regista a inclusão no mercado de trabalho com um contrato sem termo, situação enquadrada no âmbito do programa de promoção de criação de postos de trabalho permanentes, ELP Contratação, da Região Autónoma dos Açores, de promoção de criação de postos de trabalho permanentes.

6.2. Desempregados e relação com o sistema de Segurança Social e outros serviços públicos

Como foi assinalado anteriormente, o número reduzido de indivíduos beneficiários do subsídio de desemprego e/ou do subsídio social de desemprego decorre do carácter irregular da carreira contributiva para a Segurança Social da maioria dos entrevistados. Contudo, as consequências desta situação não se limitam à exclusão da proteção social no desemprego e de outros direitos sociais associados ao regime de seguro social no decurso da vida ativa, mas implicam igualmente a desproteção destes indivíduos face à pobreza na velhice, ao limitarem de forma significativa o direito a pensões estatutárias ou a pensões estatutárias valorizadas.

Outra dimensão relevante respeita à experiência de relação dos entrevistados com os serviços sociais, incluindo os serviços de segurança social; os serviços sociais municipais; os serviços sociais e de instituições privadas de solidariedade social e os serviços de emprego e formação profissional, de saúde e de habitação.

Não se dispendo de informação suficiente sobre o recurso das famílias dos entrevistados aos serviços sociais durante a sua infância (apesar das evidências que assinalam a existência de situações de pobreza nas famílias de origem), é distinta a experiência na fase adulta, pois é comum a relação dos entrevistados com os serviços sociais, aqui entendidos em sentido lato, em situações críticas ou de privação e necessidade, nomeadamente devido à ausência de outras proteções face ao desemprego e ao desequilíbrio familiar ocorrido com os entrevistados pensionistas por invalidez e em que, em dois casos, a incapacidade para o trabalho é cumulativa com divórcio e problemas graves de saúde.

O apoio material, o acesso a direitos e a qualidade do acompanhamento prestado são os elementos com maior influência no juízo formulado pelos entrevistados quanto ao desempenho dos serviços.

No que respeita aos serviços de apoio social da Segurança Social e de instituições de solidariedade social registam-se quer apreciações positivas, quer juízos fortemente críticos. No primeiro caso (P3.1_Lisboa; P3.1_Ponta Delgada; P3.3_Amadora; P3.3_Montalegre; P3.4_Caldas da Rainha; 3.4_Ponta Delgada; P3.5_Amadora; P3.5_Amadora; P3.5_Caldas da Rainha; P3.5_Guimarães#1; P3.5_Porto), faz-se uma avaliação positiva do desempenho dos serviços da Segurança Social, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e de outras misericórdias locais, e de IPSS responsáveis pelo acompanhamento no âmbito do RSI, expressando sobretudo satisfação com os apoios recebidos em termos de alimentação, de aquisição de medicamentos, de pagamento de serviços com a habitação e, em alguns casos, de acesso a serviços médicos.

No caso da entrevistada P3.1_Lisboa, existe o reconhecimento do apoio da SCML, ainda que simultaneamente esta expresse vontade de se distanciar dos serviços sociais e da relação com assistentes sociais.

Entrevistada: Não, não. Neste momento eu não pedi apoio. A única coisa, o único apoio que eu tenho é os medicamentos, porque eu estou... Faço três bombas, duas caixas de comprimidos por dia.

Entrevistadora: Portanto, eles pagam os medicamentos?

Entrevistada: A Santa Casa. Deram-me um cartão, vou às consultas e pronto, com esse cartão vou aviar a medicação. Vou à farmácia e já está no sistema, o cartão está ativo e levanto os medicamentos.

Entrevistadora: Quanto é que isso é por mês?

Entrevistada: É 58 euros. (...) Pronto, e os óculos também, que eu não vejo sem óculos. Eu olho para aí, eu não vejo nada e agora também tenho dificuldade de ver ao longe, eu não... Só que eles mandaram uma carta (...) com prazos tão grandes que depois chega à altura e a pessoa esquece-se e eu perdi a consulta do oftalmologista. Agora tenho que voltar a ligar para lá... E o dentista também, que a Santa Casa ajuda-me também, que eu estou a arranjar os dentes, que eu tive que os arrancar porque doía-me imenso. Tirando isso,... Mas é assim, sinceramente, eu não quero nada com as assistentes sociais.
(P3.1_Lisboa, 48 anos, sexo feminino)

A entrevistada P3.3_Celorico de Basto descreve de forma positiva, o apoio recebido em situação de privação severa.

Entrevistadora: Lembra-se de uma situação ou de algum momento na sua vida em que tenha sentido que os seus rendimentos não eram suficientes?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Foram sempre suficientes para fazer face às suas despesas?

Entrevistada: É assim,.... Já passei por muitas dificuldades. Já passei, já. Já passei.

Entrevistadora: E em quê que essa dificuldade afetou? Era dificuldade de conseguir o quê?

Entrevistada: Comida.

Entrevistadora: Comida, mesmo.

Entrevistada: Comida, pagar a luz, pagar a água.

Entrevistadora: Mas alguma vez ficou sem comer ou sem pagar essas contas ou era só difícil?

Entrevistada: É assim,.... a única pessoa que me ajudou foi a dra. XXXX [a assistente social],

Entrevistadora: Ah.

Entrevistada: Que me mandou ir ao Pingo Doce. Passou-me um cheque. E que me deu uma botija de gás e um valor de xis dinheiro para eu fazer compras. Foi a única pessoa que me ajudou na altura que eu precisei. (P3.3_Celorigo de Basto, 43 anos, sexo feminino)

Em sentido diverso, a entrevistada 3.1_Porto#2, apresenta fortes críticas aos serviços sociais em geral, descrevendo vários eventos ilustrativos do que considera um mau funcionamento dos serviços.

Entrevistadora: Qual é a sua fonte de rendimento?

Entrevistada: Eu estou a viver do RSI. 142 euros por mês.

Entrevistadora: E acha que os rendimentos que tem são suficientes para as suas necessidades?

Entrevistada: Não [ríspida]. Claro que não.

Entrevistadora: E houve algum momento da sua vida em que tenha sentido isso?

Entrevistada: Oh, desde que fiquei doente até agora. Quando uma assistente social sabe da minha situação, e antes de ir de férias, telefona para uma associação para pedir alimentação, porque vai de férias e quer a minha situação resolvida. (...) Entretanto, ela vai de férias dizem que «sim, senhora» e estou um mês sem ter o que comer porque a associação esqueceu-se. A doutora assumiu um compromisso e a associação esqueceu-se que eu naquele mês comia.

Entrevistadora: E o que fez durante esse mês?

Entrevistada: Foram os amigos que me alimentaram. Eu estive dois/três dias sem comer, para dar de comer ao meu filho não tinha. Eu aguento dois/três dias sem comer. Ao fim de dois/três dias, começo a cair, não é? E os meus amigos começaram a ver isso. Não é que eu tenha muitos, mas começaram a ver-me na rua e começaram a perguntar e eu acabei por dizer, não é? Por muito que quisesse esconder, acabei por dizer. E começaram a aparecer com sacos com coisas para comer e foi o que me valeu naquele mês.

(...)

Entrevistada: Para já, os óculos que precisava, porque comecei a ver mal, e o médico disse: «se não tem dinheiro para comprar óculos» (isto o médico do hospital), «não tem 300 e tal euros para dar por uns óculos com lentes progressivas, vá aos chineses.» E eu não lhe respondi. Depois, fui pedir apoio para os dentes, corri tudo e diziam que não havia apoio para dentes. Fui à mesma assistente social que deu duas vezes o cheque à minha vizinha e ela disse que o Estado não tinha dinheiro para essas coisas, portanto não somos todos iguais. (P3.1_Porto#2, 55 anos, sexo feminino)

Um outro evento relevante é descrito pelo entrevistado 3.2_Ponta Delgada na sua interação com a Segurança Social para ver reconhecido o direito ao subsídio de desemprego.

Entrevistador: Qual o seu grau de satisfação quanto ao modo com que tem sido atendido ou acompanhado em diferentes tipos de apoio social? Neste caso, quando pediu o subsídio de desemprego, como é que correu o processo?

Entrevistado: Inicialmente, não foi fácil, até porque na altura o subsídio de desemprego foi recusado pela razão de eu estar aqui no sindicato. Eu já era dirigente e a lei diz que um dirigente sindical tem direito a quatro dias por mês e quem assume isso é a empresa. Isso está na lei, no código de trabalho. Ou seja, aqueles quatro dias pagava a empresa e os outros dias que ultrapassava pagava o sindicato e a empresa descontava. (...) Quando cheguei à Segurança Social, foi indeferido o subsídio de desemprego. A explicação deles foi que tinha dois empregos, o da empresa onde eu trabalhava e também aqui no sindicato. Porquê? Porque eu também fazia descontos, aquilo que o sindicato me pagava fazia descontos para a Segurança Social, e então eles olharam para aquilo. Só que é assim, a minha entidade patronal não era o sindicato, era a XXXX (...) Ou seja, o meu sindicato não era minha entidade patronal, não se pode dizer que eu tinha um outro emprego, eu não tinha outro emprego. Simplesmente, quando era requisitado, o meu sindicato

assumia aquelas despesas. Andei ali três/quatro meses para resolver esse assunto, sem receber nada. Graças a Deus, tinha rendimentos de trás que me aguentaram e a minha filha já estava lá fora [a estudar]. Foi uma fase também muito difícil. Fui lá, tive que fazer uma exposição à Segurança Social, explicar por A mais B. (...) Tive reuniões lá com eles e disse: «Quando é que os senhores vão perceber, se eu trabalho numa empresa e eu sou dirigente sindical, tenho direito a quatro dias. A lei diz. Eu ia mais dias e o meu sindicato simplesmente pagava-me aqueles dias, que deixou de me pagar porque eu fiquei desempregado. Qual é a parte que os senhores não percebem?» Aquilo deixou-me... (P3.2_Ponta Delgada, 51 anos, sexo masculino)

A entrevistada P3.5_Guimarães#2 faz uma apreciação fortemente crítica dos apoios sociais da Segurança Social, nomeadamente quanto aos limites de referência para situações de carência económica.

Entrevistadora: Qual é a sua satisfação com o modo como tem sido atendida ou acompanhada nos serviços de apoio social?

Entrevistada: Péssimo, péssimo.

(...)

Entrevistadora: Acabou de citar um exemplo, mas existe algum episódio que tenha sido especialmente marcante em relação a esse serviço prestado? Pode ser positivo ou negativo.

Entrevistada: Infelizmente, é negativo. A mim, o que me choca muito é o que a lei diz, que a partir dos 326 euros, a pensão de invalidez, ou de velhice, ou o que queira chamar, a pessoa não tem direito absolutamente nenhum. No apoio à renda, por exemplo, que era um apoio fundamental. No meu caso, que sou sozinha, que tenho que arcar com as despesas todas e com um vencimento de 410,56 euros, não há uma exceção. Não se tem em conta a condição de saúde da pessoa, muito menos a sua sanidade mental. E a pessoa fica completamente entregue a si própria, desprotegida de tudo, de tudo. Daí, cada vez haver mais pessoas mentalmente doentes, mais guerra no mundo, mais mortes, mais assaltos, mais tudo que há do pior, porque quem legisla essa lei não tem capacidade, não tem, no mínimo, capacidade de saber viver com esse valor e pagar seu espaço e sua alimentação e todas as suas despesas consequentes que um ser humano pode ter. Que o sistema de saúde não presta, e que nesse sistema de saúde é o sistema de Segurança Social. (P3.5_Guimarães#2, 60 anos, sexo feminino).

Se no que se refere aos serviços sociais em sentido restrito, podemos considerar que existe um equilíbrio entre as apreciações positivas e as avaliações críticas face aos apoios recebidos, tal não ocorre no que respeita aos serviços de emprego e formação profissional, face aos quais os juízos críticos predominam em absoluto, ainda que com uma menor frequência.

Entrevistado: Eu fui para o fundo do desemprego, não é? E surgiu-me a ideia... Na altura, a XXXX [esposa] já tinha um ATL todo dedicado às artes, porque ela também é artista. E eu sempre gostei de música, então queria ter um negócio que fosse ligado à música. Então, abrimos um espaço, que era um espaço para *freelancers*, para profissionais e onde também tinha formação de música, que era a minha área, não é? E tudo o que tivesse a ver com artes plásticas e outras coisas, e artesanato, que era a parte dela. Não foi concluído porque mudou a lei e as burocracias eram tantas... Tínhamos que ter muito dinheiro à frente.

Entrevistadora: Pois.

Entrevistado: Estávamos a conseguir fazê-lo, faltava-nos a última tranche e eu fiquei doente. Fui internado e estive no hospital três meses, que calhou ser mesmo nessa fase.

Entrevistadora: Pois.

Entrevistado: E nessa altura, o Instituto de Emprego cortou-me, não quis saber, levámos os relatórios médicos e isso tudo, mas não havia justificação nenhuma que conseguisse...

Entrevistadora: Pois, foi numa altura...

Entrevistado: Foi. A partir dessa altura, o que é que eles fizeram? Quiseram-me obrigar a pagar tudo o que já me tinham dado, ainda mais juros e não sei quê... Uma quantia exorbitante. E eu não tinha hipótese mesmo nenhuma, nem tinha ninguém que me ajudasse, nem ia pedir dinheiro emprestado por causa disso, porque eu não sinto que tivesse feito algum mal. Pronto, claro que fiz um projeto, fiquei doente.

Entrevistadora: Claro, depois não deu para avançar.

Entrevistado: Nem sequer assinar podia e como estava só em meu nome, sozinho, a única hipótese que tinha foi fazer uma insolvência, não é? Essa insolvência vai acabar agora, acaba este mês até.

Entrevistadora: Hum.

Entrevistado: É que foi cinco anos. Essa fase aí foi mais complicada. Foi a fase mais difícil...

(P3.2_Porto, 45 anos, sexo masculino)

Ainda que exista uma parte que é dirigida ao desenho e eficácia das políticas públicas de emprego e não só ao desempenho dos serviços de emprego.

Entrevistado: Empregos é dar empregos, efetivos. Gente para ficar efetivos nos seus trabalhos. Não é por contratos. Acabava com esses contratos, que esses contratos não dão com nada. Era pegar em efetivos para essas companhias, para essas empresas. Isto está tudo na mesma. É só contratos, contratos, contratos. A gente leva sempre nas costas com esses contratos e a gente nunca tem direitos nenhuns. E é nisso. O Governo está trabalhando muito mal nesse aspeto. (P3.2_Vila Franca do Campo, 49 anos, sexo masculino)

Entrevistador: Se fosses primeiro-ministro, que medidas tomarias para combater a pobreza no nosso País?

Entrevistado: Dava trabalho às pessoas.

Entrevistador: A tua medida seria trabalho para toda a gente?

Entrevistado: A gente trabalha nestes programas, um programa que não dura muito tempo. E o programa FIOS que é quatro horas por dia durante nove meses, tenho este programa de um ano e meio e depois para onde vou?

Entrevistador: Se fosses primeiro-ministro, mudavas as regras dos programas, é isso?

Entrevistado: Estes programas era para tirar para fora e meter as pessoas a trabalhar. (P3.4_Ponta Delgada, 33 anos, sexo masculino)

Também quanto aos serviços de saúde, a apreciação é crítica, como pode já ser atestado por referências anteriores, sendo esse aspeto particularmente enfatizado, como é normal, por alguns dos entrevistados com doenças graves e/ou crónicas, como ocorre com esta entrevistada:

Entrevistada: Neste momento, estou numa fase crítica, crítica, crítica. Fase crítica em todos os aspetos: aspetos financeiros, aspetos a nível de saúde, que a saúde pura e simplesmente não funciona. Ah, não tenho rendimentos para recorrer a médicos particulares, pois tendo tantos problemas de saúde como tenho, torna tudo muito mais difícil e complexo e é muito difícil psicologicamente, muito, muito difícil, uma pessoa nas minhas condições manter-se equilibrada. Já... Já andei em psicologia, já fiz parte de umas reuniões com um psicólogo, para distinguir melhor, para compreender melhor o que é a

depressão, a tristeza, dificuldades, de tanta coisa... Que me ajudaram também. Mas é assim, quando surge um problema com 20/30 anos, é uma coisa, mas agora aos 60 anos é totalmente diferente. Eu hoje pergunto-me a mim mesma quantos anos andarei cá, o que é que vou, o que é que espero desses últimos anos. É tudo tão difícil, tão difícil, tão inacessível que, muito sinceramente, os meus últimos anos, eu estou a ver que estou com uma imagem muito, muito negativa em relação aos meus últimos anos de vida. (P3.5_Guimarães#2, 60 anos, sexo feminino)

Os serviços de habitação são também uma outra área muito sensível para os entrevistados deste perfil, e igualmente para os demais, não só por se tratar de um mecanismo fundamental para a satisfação das necessidades humanas, mas também porque a possibilidade de obter uma redução nos encargos com o alojamento através do acesso a uma habitação de renda social é um fator importante na mitigação da privação associada à pobreza monetária. Alguns dos entrevistados lograram aceder a uma habitação (P3.1_Porto; P3.3_Lisboa, P3.4_Ponta Delgada; P3.4_Guimarães; P3.5_Porto) e exprimem uma apreciação em geral positiva por essa conquista, com exceção da entrevistada P3.1, que se mostra muito insatisfeita com a habitação que lhe foi atribuída devido ao comportamento dos vizinhos. No entanto, outros entrevistados expressam um juízo muito crítico à falta de resposta dos serviços municipais de habitação às suas solicitações, em alguns casos com vários anos. A entrevistada P3.1_Lisboa perdeu a sua habitação própria por penhora devido às dívidas do marido e reside hoje numa habitação social ocupada:

Entrevistadora: Portanto, falámos um bocadinho do seu percurso e agora disse-me que está com o subsídio de desemprego.

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E tem a pensão de alimentos do seu filho?

Entrevistada: Dado pelo tribunal. Eu pedi ao Tribunal de Menores.

Entrevistadora: Sim. Acha que os seus rendimentos são suficientes para as suas necessidades?

Entrevistada: Se eu tivesse uma casa camarária, sim. Não ter uma casa camarária dificulta-me a vida, porque, não é? Tendo um valor de 600 euros, não dá.

Entrevistadora: Não dá para pagar a casa?

Entrevistada: Não. Pago a casa, mas preciso de pagar água, luz, gás...

Entrevistadora: Há quantos anos é que tem dificuldades em arranjar casa?

Entrevistada: Ah, tanto. Isso vai há 14 anos nisso.

Entrevistadora: Portanto, desde que se separou?

Entrevistada: Sim. Desde que eu vim para Lisboa. (P3.1_Lisboa, 48 anos, sexo feminino)

Situação semelhante é da entrevistada P3.3_Amadora, que aguarda há cerca de dez anos pela possibilidade de aceder a uma habitação social e desse modo deixar de ter de coabitar com os pais.

A entrevistada 3.5_Guimarães#1 manifesta sentir os efeitos da falta de capacidade de resposta dos serviços públicos, referindo-se indiretamente aos serviços de habitação: «Às vezes, costuma ser um pouquinho empatada porquê já deram casas a muita gente depois de eu sair de lá, eu sei. Havia de haver alguém mais responsável que se interessa dos casos.». Vítima de violência doméstica por parte do marido, com marcas até ao presente, mesmo depois do divórcio, alimenta ainda a esperança de poder aceder a uma habitação social, «agora que a lei mudou, a lei mudou e os casos são prioritários e você tem o estatuto de vítima e acho que não vai ter nada em contrário.»

Entrevistada: Estou a ver se me dão uma casa com quarto. Já me fizeram uma proposta para ir para uma casa partilhada, partilhar a casa com outra pessoa. Na altura me falaram que tinha uma nas XXXX, e tinha lá uma senhora e a casa era para duas pessoas. Cada um tem o seu quarto, acho que tem a casa-de-banho individuais e a única coisa que tem que se partilhar é a sala e a cozinha. A pessoa que está lá, já está uma senhora e eu não quis ficar. (P3.5_Guimarães#1, 64 anos, sexo feminino)

Os indivíduos desempregados e pouco qualificados integrados neste perfil de pessoas em situação de pobreza representam 13 % dos cidadãos em situação de risco de pobreza em Portugal, de acordo com a análise das correspondências múltiplas (cf. Livro *A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos*).

No que respeita à condição perante o trabalho, os entrevistados partilham, na sua maioria, uma condição caracterizada pelo desemprego, sendo, num número significativo de casos, um desemprego de longa duração ou mesmo de muito longa duração.

A análise das trajetórias pessoais e laborais dos entrevistados revela com frequência o cumprimento de um destino de pobreza causado pela exposição precoce e de longa duração a contextos de privação e exclusão. Contribuem ainda para este destino: a ocorrência de eventos críticos que desorganizam o equilíbrio entre necessidades e recursos dos indivíduos, devido a

uma situação de rutura e/ou de instabilidade nas relações de trabalho; as ruturas familiares; a fragilização decorrente da situação de saúde e/ou a acumulação de eventos críticos geradores de uma trajetória descendente em termos de posição social (cf. Branco, 2015; Garcia e Kazepov, 2002). De facto, a reconstituição das biografias de primeira mão permite-nos identificar: experiências de privação e de pobreza; a desvalorização, por diferentes razões, do capital educativo na infância; ruturas disruptivas a nível familiar; maus-tratos; institucionalização; discriminação étnica e de género. Estes acontecimentos condicionaram as trajetórias dos nossos entrevistados enquanto adultos nos seus capitais sociais e culturais, mas também no seu corpo, onde se inscrevem sequelas significativas na saúde física e mental e que atravessam os eventos críticos que desencadearam, em várias circunstâncias, o desemprego e outras vulnerabilidades vitais, existenciais e de recursos (Therborn, 2013) que hoje os colocam no grupo das pessoas em condição de pobreza.

Na análise da pobreza, para além da posição dos indivíduos no mundo do trabalho e das suas estruturas familiares, importa ter em linha de conta as políticas públicas de bem-estar social e a forma como estas procuram compensar os desequilíbrios provocados por eventos críticos ocorridos na relação com o mercado de trabalho; na esfera familiar e no domínio da saúde, entre as necessidades e os recursos próprios e/ou das suas redes primárias, identificando alguns dos principais fluxos entre situação e necessidades dos indivíduos, bem como os dispositivos de resposta das políticas públicas, nomeadamente nas áreas da proteção social e do emprego.

A existência de um número tão reduzido de indivíduos em redes de proteção de natureza ocupacional baseada no seguro social explica-se pela natureza instável das trajetórias laborais dos entrevistados, com alta rotatividade entre emprego e desemprego (trajetórias de emprego em carrossel, como vimos), mas também pela informalidade das relações de trabalho que contornam a exigência de contribuições obrigatórias para a Segurança Social. Estas circunstâncias impossibilitam a construção de carreiras contributivas regulares e, em muitos casos, o cumprimento dos critérios de elegibilidade do subsídio de desemprego, nomeadamente o prazo de garantia exigido para aceder a esta prestação social.

No que se refere ao subsídio social de desemprego, tratando-se de uma prestação social de cidadania sujeita a condição de recursos, os limiares de rendimento estabelecidos são um vetor de seletividade que exclui muitos indivíduos desempregados que, por via do carácter precário dos seus vínculos de trabalho, não satisfazem o prazo de garantia do subsídio de desemprego. Acresce que acabam por ser igualmente inibidos do acesso ao subsídio social de desemprego pela condição de recursos, dado que este estabelece como referência do

rendimento mensal por pessoa equivalente 80 % do IAS, correspondendo, por sua vez, a 70 % do limiar de pobreza por adulto equivalente em 2018.

A ausência de rendimentos do trabalho e o elevado número de isolados e de famílias monoparentais que caracterizam este perfil explica o número significativo de beneficiários do RSI, por comparação, por exemplo, com o perfil dos trabalhadores pobres, apesar do baixo limiar da condição de recursos por adulto equivalente desta prestação social.

Num número limitado de casos regista-se uma articulação entre as políticas públicas de proteção social e de emprego, as designadas **políticas ativas de emprego**, que têm como destinatários os desempregados beneficiários do RSI inscritos nos serviços de emprego. O enquadramento neste tipo de medidas de ativação da assistência no desemprego apresenta, em tese, um conjunto de vantagens por comparação com as designadas medidas passivas de proteção social, proporcionando oportunidades de integração social, de valorização do capital humano e de melhoria da condição material, dado oferecer uma prestação social mais valorizada por um determinado conjunto de agregados familiares, bem como uma potencial ampliação das oportunidades de emprego.

Se estes programas podem evitar a permanência por períodos longos de tempo dos desempregados nos dispositivos de assistência, importa ter em linha de conta quer a sua adequação em termos de padrão de satisfação de necessidades, quer a qualidade do enquadramento e acompanhamento que são proporcionados aos indivíduos participantes nestes (Bonny e Bosco, 2002; Gustafsson *et al.*, 2002). De outra forma, as políticas de inserção convertem-se, para muitos dos seus beneficiários, no trabalho de Sísifo (Castel, 1995), cuja consolidação progressiva marca a consagração do provisório como modo de existência.

Outra dimensão relevante respeita à experiência de relação dos entrevistados com: os serviços sociais, incluindo os serviços de Segurança Social; os serviços sociais municipais, os serviços sociais de instituições privadas de solidariedade social e os serviços de emprego e formação profissional, de saúde e de habitação. O apoio material, o acesso a direitos e a qualidade do acompanhamento e suporte prestado são os elementos com maior influência no juízo formulado pelos entrevistados quanto ao desempenho dos serviços. No que respeita aos serviços de apoio social da Segurança Social e de instituições de solidariedade social registam-se tanto apreciações positivas como juízos fortemente críticos, sublinhando quer a importância dos apoios, ainda que limitados, quer as dificuldades e obstáculos registados no acesso aos direitos sociais e ao apoio em situações de comprovada necessidade. Relativamente aos serviços de emprego e formação profissional, os juízos críticos predominam em absoluto, ainda que sejam em parte dirigidos ao desenho e eficácia das políticas públicas de emprego e não só ao

desempenho dos serviços de emprego, o mesmo ocorrendo com os serviços de saúde. Uma outra área muito sensível é a dos serviços de habitação, não só por se tratar de um mecanismo fundamental para a satisfação das necessidades humanas, mas também porque a possibilidade de obter uma redução nos encargos com o alojamento através do acesso a uma habitação de renda social é um fator importante na mitigação da privação associada à pobreza monetária. Alguns dos entrevistados lograram aceder a uma habitação e exprimem uma apreciação em geral positiva por essa conquista. No entanto, outros entrevistados expressam um juízo muito crítico em relação à falta de resposta dos serviços municipais de habitação às suas solicitações, em alguns casos já com vários anos.

Ensaando uma síntese das dimensões analisadas nesta secção, apresentam-se na Figura 2 os principais mecanismos geradores de pobreza entre os indivíduos desempregados e pouco qualificados associados aos sistemas de proteção e apoio social, bem como os fatores de mitigação das situações de privação e pobreza que os entrevistados experienciaram e experienciam, articulando fatores societários com fatores de ordem biográfica.

Figura 2 - Mecanismos geradores e de mitigação da pobreza entre os desempregados e menos qualificados



7. Redes de apoio não institucional e território

7.1. Redes informais de apoio e vizinhança

Se, nos outros perfis, as redes de apoio não institucionais são relevantes, desempenhando um papel social que, não raro, colmata parcialmente as insuficiências e ausências das instituições do Estado-providência, no caso dos indivíduos deste perfil, composto por desempregados e outras pessoas inativas, o papel destas redes é ainda mais notório. O desemprego ou a inatividade são, na maior parte dos casos, vividos como um evento desestabilizador do quotidiano e perturbador da posição social. Como assinala Zoberman (2015, p. 10), «o desemprego transforma a nossa vida. Constrange-nos a encarar a realidade de modo pessimista. Condiciona a nossa visão de futuro.» Se a rutura das rotinas diárias e das relações sociais a elas associadas implicam situações de deslocação social, produzindo assim anomia no sentido dado por Durkheim (1991a [1893]; 1999 [1897]), o desemprego coloca o indivíduo na condição de assistido. Mesmo que estatisticamente o desempregado possa não ser classificado como pobre – o que não é o caso dos nossos entrevistados –, a assistência não deixa de produzir uma marca social que o coloca na condição de pobre, no sentido dado por Simmel [1998 (1907)]. Isto é, como sugere o sociólogo alemão no texto fundador da sociologia da pobreza, só é pobre aquele que é assistido, classificado como tal pela sociedade, colocando-o assim numa categoria social concreta com os seus estigmas. Nesta perspetiva, os pobres não são aqueles que enfrentam privações específicas, mas os que recebem assistência ou a devem receber segundo as normas sociais em vigor. Ou seja, para Simmel, sublinham Paugam e Schultheis (1998), a pobreza não pode ser definida por uma dimensão quantitativa, um valor que define uma linha abaixo da qual se colocam os pobres em contraponto com todos os outros que estão acima dela, mas por uma relação social que resulta de uma situação específica. A condição de desempregado é, nesta discussão, um exemplo muito relevante para se prosseguir com esta discussão, mais de 110 anos depois da publicação do texto seminal de Simmel. Ainda que as condições sejam diferentes, com o alargamento e o enraizamento dos direitos sociais decorrentes da expansão e consolidação do Estado-providência, a condição de desempregado não deixa de comportar em si o princípio do assistido sugerido por Simmel. Isto é particularmente visível nos entrevistados, todos eles assistidos de diversas formas, incluindo as informais, à margem dos apoios do Estado-providência.

Daqui decorre que as redes de apoio de tipo informal, bem como uma inserção social forte no território, podem fazer a diferença entre a rutura completa e uma situação que, embora precária, permita aos indivíduos em situação de pobreza prosseguirem com as suas vidas. As ajudas, como acontece nos outros perfis, são muito diversas, podendo incluir apoio em dinheiro, envolvendo atores ligados pelo parentesco, pela vizinhança e pela amizade. O apoio da família continua a desempenhar um papel central no campo dos apoios informais, sendo frequente este assumir-se como fundamental à sobrevivência de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. De igual modo, a ajuda proporcionada por vizinhos, nomeadamente monetária, também está presente na vida de alguns dos entrevistados. Esta é feita sobretudo em dinheiro, funcionando como solução de último recurso e envolvendo valores relativamente reduzidos.

Entrevistadora: Quando necessita de alguma ajuda ou quando tem algum problema, a quem é que recorre?

Entrevistada: A pessoas de fora, a vizinhos. Como eu já disse aqui, se eu não tenho dinheiro, eu chego a casa de uma vizinha e pergunto: «Eh, vizinha, tens dois euros que me emprestes?» E é sempre assim. (P3.1_ Ponta Delgada, sexo feminino, 48 anos).

Considerando o valor em causa, estes empréstimos pressupõem a devolução, podendo também cair no domínio da reciprocidade equilibrada, implicando que quem recebe terá, num futuro mais ou menos próximo, de devolver o recebido, sob a forma de empréstimo de valor aproximado. Este modelo de reciprocidade está também presente na entreatjada com base no parentesco, ainda que a sua compreensão implique a mobilização de outras dimensões morais, como as relacionadas com a preocupação com o outro, neste caso, com aqueles que dão por parte dos que recebem. Esta situação é muito frequente quando os beneficiários da ajuda dos filhos são os pais, manifestando estes uma preocupação notória com as condições de vida em que aqueles vivem. Assim, tendo uns e outros vidas constrangidas, o ato de doar implica que o doador prescindir de uma pequeníssima poupança ou que adie uma decisão de consumo em benefício dos progenitores.

Entrevistadora: Os seus filhos acabam ajudando um pouquinho quando precisa?

Entrevistada: Sim, mas eu devolvo porque eu sei que eles também precisam. Meu filho que está a viver com o pai, ele compra muita coisa para alimentação dele, dá muita coisa ao filho, ao nível de pagar o colégio para o menino, as roupas e tudo. Que eu também, sempre que posso, compro umas peças de roupa. Porque agora ela tem outro menino de um ano e ela tem esse menino.

Tem dez anos, e ela veste ele com as roupinhas de seis/sete anos, e ele é alto com umas camisolinhas pequeninas. Eu fui numa lojinha bem económica, comprei assim um casaquinho, pijaminhas. (P3.5_Guimarães, sexo feminino, 60 anos)

A entreatajuda faz-se também entre irmãos e irmãs, estando neste caso o princípio da devolução muito evidente. Qualquer apoio, sobretudo quando é monetário, implica o retorno de igual valor. Como é bem evidente, estamos perante pessoas com rendimentos muito reduzidos, a viver numa situação permanente de escassez de recursos financeiros para providenciar os seus consumos domésticos, sempre muito contidos. Assim, a ajuda funciona para estas pessoas como uma rede de proteção, ainda que muito frágil, proporcionando o acesso a pequenas quantias ou alimentos que permitem colmatar momentos de maior constrangimento.

Entrevistadora: E tem ajuda? Recorre nesses momentos de maior necessidade às ajudas de terceiros? De familiares?

Entrevistada: Às minhas irmãs, porque o dinheiro não dura o mês todo, não é? E então esta minha irmã até da reformita dela é que ainda me empresta, porque depois quando eu recebo novamente é que lho dou e é assim, quando há, ajudo-a. Outras vezes, é ela a mim.

Entrevistadora: E ela também vive com pouco, não é?

Entrevistada: Ela vive com pouco. Pronto! Ela vive com 200 euros dela e 200 e qualquer coisa do filho.

Entrevistadora: E mesmo assim, ajuda-a... É aquela pessoa a que, em alguma situação de necessidade, recorre?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Vizinhos e isso, não?

Entrevistada: Às vezes, também uma prima, porque o prédio é tudo primos...

Entrevistadora: Então é família!

Entrevistada: É.

Entrevistadora: Os vizinhos são família...

Entrevistada: Às vezes, uma primita minha que também está com o...

Entrevistadora: O RSI? E também lhe dá assim uma mão? Uma ajuda?

Entrevistada: Olhe, às vezes. «Ora empresta-me uma cebola, ora empresta-me aí um ovo...» E é assim umas para as outras... E é assim que se vive... Mas, se calhar, somos mais felizes do que aqueles que têm muito dinheiro! (P.3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

Nos casos que envolvem o apoio da família, temos também situações de apoio continuado no tempo, implicando nomeadamente a oferta de refeições, assumindo-se estas como fundamentais à sobrevivência de quem está em situação de extrema vulnerabilidade, incluindo psicológica:

Entrevistadora: Por que é que se isola?

Entrevistada: Por causa da minha vida. Prefiro estar quieta no meu canto.

Entrevistadora: Sim. E quando precisa de ajuda a quem recorre?

Entrevistada: Olhe, peço à minha irmã, peço à minha irmã e um dos meus irmãos também.

Entrevistadora: Portanto, é à família, aos irmãos mais próximos?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Como é que faz em relação à comida?

Entrevistada: A comida, vou lá em casa, porque é na rua de trás, vou lá.

Entrevistadora: À casa da sua irmã?

Entrevistada: Sim. E eu para não dar muito trabalho...

Entrevistadora: Que era a casa dos seus pais?

Entrevistada: Sim. O meu filho às vezes vai lá jantar, mas almoçar, ele almoça na escola. (P3.1_Lisboa, sexo feminino, 48 anos).

Tratando-se de indivíduos desempregados, as situações de privação aguda, mesmo de queda na pobreza, estão recorrentemente ligadas a eventos inesperados, nomeadamente de redução abrupta do rendimento por desemprego ou de falência da empresa de que eram proprietários. A crise global do capitalismo na década passada foi especialmente impactante para muitos trabalhadores e pequenos empresários que, não obstante os anos já decorridos, forma incapazes de recuperar⁵⁴. A bem dizer, alguns dos nossos entrevistados desempregados

⁵⁴ Não cabendo aqui proceder ao escrutínio aprofundado da crise, justifica-se assinalar brevemente as suas causas e principais efeitos económicos em Portugal. Seguindo a análise empreendida por Ribeiro (2017, pp. 188-193), a crise espoletada pelos problemas financeiros da Fannie Mae e da Freddie Mac, entidades financeiras especializadas no crédito habitacional, nos Estados Unidos da América, a pessoas

são «carne viva» da crise. Como mostram alguns dos excertos trazidos ao texto, muitos mergulharam num quotidiano sofrido, confrontados com o desemprego e suas consequências pessoais e sociais (Caleiras, 2015). Tal implicou opções dolorosas, privações múltiplas e o recurso à ajuda de familiares e amigos próximos. Podendo muitas vezes segurar o indivíduo aflito, estas ajudas são, porém, insuficientes para permitir o seu retorno à situação anterior, acabando por obrigá-lo a conformar-se com um outro modo de vida, de privações e consumos sempre contidos, num contexto de resignação pessoal e de colapso das expectativas.

Entrevistadora: Quais foram os momentos mais difíceis da sua vida? Quando olha para trás, quais foram os piores momentos?

Entrevistado: Olhe, Os piores momentos foi chegar, se calhar, a umas certas alturas e com... Que eu, para não perder também o carro, tive que fazer um grande esforço. Tive que fazer um esforço, pedir... Ir pedir um adiantamento de anos para pagar a casa, porque eu comprava o carro, porque eu trabalhava, tinha a vida... E depois, de um momento para o outro, fiquei nesta situação de ir para a reforma e fiquei praticamente sem dinheiro para gerir as minhas contas.

Entrevistadora: Ahhh...

Entrevistado: Com alguns amigos (que eles foram a ajuda) que me emprestaram, consegui superar, consegui sobreviver e consegui ter as minhas contas e as minhas dívidas liquidadas. Hoje, felizmente não tenho regalias, pronto, não tenho hipótese de ir a lado nenhum, mas também não tenho dívidas.

[...]

com rendimentos baixos e, em regra, proporcionados por atividades precárias, e confirmada com a derrocada em Setembro de 2008 do banco de investimentos Lehman Brothers, apanhou Portugal numa situação económico-financeira débil, acabando por encurralar o Governo entre o incumprimento do serviço da dívida, com a consequente declaração de moratória de pagamentos, e um pedido de auxílio à UE. Não se podendo obliterar a relevância dos fatores internos que contribuíram para a crise, estes são secundários face à sobredeterminação externa, expressa sob a forma de estagnação prolongada – que coincide com a existência do euro –, de défices persistentes das balanças comercial e de transações correntes e de um endividamento externo elevado (Reis 2014, p. 12). Decalcando o modelo gizado para a Grécia e a Irlanda, o financiamento da economia portuguesa assentou num acordo com a chamada *Troika* (constituída pela UE, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Central Europeu). O guião a aplicar foi socialmente doloroso. Como sublinha M. C. Silva (2013, p. 163), este seguiu outros já executados em outras paragens, mormente na América Latina, traduzindo-se numa compressão da despesa pública, nomeadamente em educação e saúde, do investimento público, sobretudo em infraestruturas, e numa redução brutal das pensões de reforma e dos salários, a designada desvalorização salarial, tida como a única saída possível para que o país ganhasse competitividade de forma rápida, dado não poder proceder à desvalorização da moeda. Alterou-se ainda a legislação laboral, no sentido de uma maior «flexibilização», isto é, cavando a precariedade, nomeadamente pelo alargamento dos motivos de despedimento, pelo esvaziamento da contratação coletiva e pela redução do custo das indemnizações e dos salários.

Entrevistadora: Portanto nessa altura, conseguiu fazer face às suas necessidades com ajuda de amigos.

Entrevistado: Sim, sim.

Entrevistadora: Foi assim que conseguiu fazer essa transição?

Entrevistado: Sim. Tive alguns amigos que me apoiaram. Até um casal bastante meu amigo, quando eu falei com eles, disse mesmo, não tinha... Para conselhos deles, a vida não estava a correr bem, que ia vender o carro. Foi nessa altura que tinha adquirido o carro há pouco tempo. Então, isso foi em 2009 para 2010, e eu tinha comprado o carro precisamente em 2009, em Janeiro. Isto aconteceu-me em Agosto e eu disse que ia vender e eles disseram-me logo que não, que eles é que suportaram praticamente a despesa do carro. Foi eles, enquanto eu não pude, foi eles sempre que me suportaram a despesa do carro. (P3.5_Caldas da Rainha, sexo masculino, 59 anos)

Em contraponto a estas regularidades expressas com razoável finura pelos excertos das entrevistas chamados ao presente texto, temos uma exceção que se coloca em contraponto com reciprocidade equilibrada. Trata-se da cedência de terra de forma graciosa para cultivo para consumo pessoal. É pertinente sublinhar que estamos perante um caso singular, mas que retratará certamente situações que, não sendo recorrentes, estarão presentes em alguns contextos mais rurais. Como a narrativa do nosso entrevistado bem revela, a produção de produtos agrícolas para autoconsumo funciona como um recurso da maior importância para a economia doméstica destes indivíduos e suas famílias, garantindo o aprovisionamento alimentar sem a utilização de dinheiro, que fica assim disponível para o pagamento de bens e serviços que não podem ser extraídos do trabalho agrícola. Esta pluriatividade é, como facilmente se antecipa, ainda mais relevante em situações de desemprego⁵⁵, como aqui fica exemplificado, num excerto já parcialmente apresentado:

⁵⁵ A pluriatividade é um fenómeno social bem conhecido da sociologia portuguesa. Embora menos relevante do que no passado, nomeadamente devido à urbanização, não desapareceu totalmente, como alguns excertos das entrevistas confirmam. Retomando a discussão empreendida por Ribeiro (2017), os rendimentos escassos proporcionados pelo trabalho (ou os seus substitutos quando se está em situação de desemprego) facilitaram a persistência da pluriatividade até hoje. No entender de A. S. Silva (1994, p. 270), a agricultura foi secundarizada nesta dualidade económica em favor da indústria, por trazer rendimentos mais regulares e superiores, mas constituiu-se como um recurso a que as pessoas podiam recorrer sempre que se confrontavam com o desemprego. Considerando que podem existir dois padrões de pluriatividade, um centrado nos rendimentos agrícolas e outro nos rendimentos industriais, A. S. Silva sublinha que «"a fábrica" veio dar às pessoas duas vantagens de monta sobre a agricultura, horário de trabalho e salário; mas não se pode confiar a cem por cento na segurança do emprego fabril.» (1994, p. 326). Quer isto dizer que a atividade agrícola funcionava – e ainda funciona, apesar de profundamente corroída pelas dinâmicas capitalistas impostas nomeadamente pela UE (M. C. Silva, 2012) – como uma

Entrevistadora: De quem são essas hortas?

Entrevistado: A terra não é minha. A terra é de um senhor que eu já disse que tem um bocado de terra para aí. Como não usa, dá para a gente para fazer. Mas eu não pago renda, não pago nada. No dia que ele diga assim: «Foge daí, que isso é meu», eu tenho de deixar tudo o que está lá e eu tenho de fugir.

Entrevistadora: O que é que cultiva lá?

Entrevistado: É de tudo. Eu cultivo repolhos, alfaces, cenouras. É de tudo, de tudo um pouco. Isso é que tem ajudado bastante aqui nessa casa, porque já não preciso comprar nada disso. É batatas, é feijão, é tudo, eu boto de tudo um pouco na terra. E isso é que tem ajudado bastante aqui. Se isso é tudo para comprar, ó senhora, pela sua saúde...

Entrevistadora: Aí é que não dava mesmo.

Entrevistado: Tss! Não dava? Dava cá nada. Assim já não dá, muito menos comprando essas coisas todas (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos).

Se uns encontram na agricultura a retaguarda que lhes permite minimizar os efeitos produzidos pelo desemprego, outros mobilizam os seus contactos pessoais para «biscatar», inserido no que é hoje um dos sectores mais dinâmicos da economia capitalista: o sector dos biscates, no qual operam um número crescente de *gig workers*⁵⁶.

Entrevistadora: Disse que ia fazendo uns biscates, que tipo de coisas faz?

Entrevistado: Ah... sim! Tenho esse meu amigo do *stand* que às vezes ajudo-o a tratar de alguns documentos que ele possa precisar ou isso, ou ir fazer coisas. Já fiz umas

«espécie de seguro contra os riscos do assalariamento em condições subalternas e precárias, e reserva de uma posição no tabuleiro social da terra, a usar quando e se o jogo nele se tornar mais favorável» (A. S. Silva 1994, p. 294). A existência simultânea destas duas formas de remuneração permitiu reforçar a segurança económica das famílias de operários-camponeses, ao mesmo tempo que se mantinham modos de socialização mais próprios da sociedade rural tradicional. Em suma, «a presença da pequena agricultura familiar – geralmente praticada em base camponesa – como rectaguarda de atividades e rendimentos noutros sectores económicos e, reciprocamente, o peso da pluriatividade e do pluri-rendimento na organização da exploração agrícola, fazem sentir-se à escala do território continental. A articulação entre o desenvolvimento da agricultura complementar e o modelo de industrialização no Norte e Centro litorais tem sido também demonstrada» (A. S. Silva, 1994, pp. 270-271). Mesmo em zonas com reduzida ou nula industrialização, como foi observado por Geraldès (1987) e M. C. Silva (1998) em aldeias do noroeste de Portugal, a pluriatividade estava presente: «As pessoas recorrem ou não a tais fontes de rendimento consoante a perceção que têm das circunstâncias num dado momento. Exemplificando, um chefe de família pode “experimentar a sorte”, dedicando-se hoje à actividade de compra e venda de gado nas feiras locais e comercializar amanhã batata-semente, castanhas, nozes, lenha, madeira ou peles de animais domésticos ou do “monte”. A propósito diria um residente: “negoceia-se tudo o que aparecer à mão”» (Portela 1981, p. 221).

⁵⁶ Indivíduos que desenvolvem atividades no sector informal.

mudanças. Já dei aulas a uns miúdos também, mas isso... Era o que eu gostava mais de fazer.

Entrevistadora: Eu sei! A música! [risos]

Entrevistado: É, está sempre presente. Mas não tenho condições também para isso. Tinha que ter um espaço...

Entrevistadora: Pois, tinha que ter um espaço.

Entrevistado: Pronto. É assim, eu sou uma pessoa prestável também e quando precisam de alguma coisa, eu faço e também muita gente ajuda-me quando preciso, se não é de uma forma é de outra.

Entrevistadora: Sim, e para você ir fazendo esses trabalhitos é porque alguém se lembra de si e pede ajuda.

Entrevistado: Claro. Para mim o mais importante é manter a cabeça ocupada. E uma pessoa não desanimar senão... Que eu conheço pessoas que estão na situação que eu estou e são muito infelizes, nem saem de casa. (P3.2_Porto, sexo masculino, 45 anos)

Se, em alguns casos, ainda encontramos apoios informais relevantes fundados no parentesco, na amizade ou na vizinhança, exprimindo até situações de ajuda desinteressada, como a acima apresentada, em muitos outros casos a situação que os entrevistados enfrentam reflete a crescente fragilidade dos laços sociais conforme foi já longamente analisado por Bauman (2007), dando plena expressão ao seu argumento central acerca da liquidez dos tempos em que vivemos.

Entrevistadora: O que é que pensa da relação que tem com os seus familiares, amigos e vizinhos?

Entrevistada: Familiares... não têm ninguém. Tenho a minha irmã mas com essa pouco quero conversa. Porque foi ela que me fez mal a mim e eu estou sempre com o pé atrás.

Entrevistadora: E aos amigos?

Entrevistada: Aos amigos, eu falo, tentam ajudar. Com as vizinhas, só falo com três vizinhas, que é a gestora do meu prédio, mas falar é com a gestora do prédio e com a vizinha do lado direito. Com a do lado esquerdo não tenho assim muita conversa. Ela ajeita-me as calças, é só isso, levo-lhe o lixo. Ela faz-me muito barato as calças e eu levo-lhe o lixo.

Entrevistadora: Quando necessita de alguma ajuda ou tem algum problema, a quem recorre?

Entrevistada: Ao meu marido. Há coisas que eu não conto logo ao meu marido. Por exemplo, quando me fazem mal, eu ligo a uma amiga minha e peço-lhe para não dizer ao meu marido, mas ela diz ao meu marido e depois ele resolve. (P.3.5_ Porto, sexo feminino, 31 anos)

O deslaçamento social é particularmente evidente e sobretudo severo na cidade, onde o distanciamento geográfico em relação aos familiares mais próximos (fruto de dinâmicas laborais e outras que incentivam a mobilidade, mesmo quando não desejada) se conjuga com a inexistência de relações sociais significativas com os vizinhos nos prédios onde se habita. A este contexto nitidamente desvantajoso, há que acrescentar os determinantes sociais decorrentes da velhice, melhor dito, do modo como esta é entendida e socialmente tratada na sociedade contemporânea, sobretudo nos meios mais urbanos, conducente a modos extremos de isolamento e solidão.

Entrevistadora: O que pensa sobre a relação que tem com os seus familiares, amigos e vizinhos?

Entrevistada: Familiar, amigos e vizinhos, muito sinceramente, desde que minha mãe faleceu, a minha família ficou desunida. A nível de vizinhos, vivo num prédio que passa-se meio ano sem ver um vizinho, ninguém acode a ninguém, ninguém sabe nada de ninguém e é assim que eu vivo. A nível de amigos, ... A nível de amigos, todos têm as suas dificuldades e então eu criar novos amigos nesta idade é bem complexo, porque a verbalização da vida de cada um é tudo no negativo, às vezes tudo nas dificuldades, chega a ser um pesadelo. Chega a ser um pesadelo.

Entrevistadora: Então, quanto a redes de apoio, nesses três âmbitos, sente que são enfraquecidas?

Entrevistada: Completamente. Completamente. Completamente.

Entrevistadora: Quando necessita de alguma ajuda ou tem algum problema, a quem recorre?

Entrevistada: Eu quando tenho algum problema mais difícil, e preciso realmente de ajuda, eu recorro à Junta de Freguesias, à União de Juntas, e eles dentro do que é permitido ajudar, ajudam, mas é sempre uma ajuda digamos que irrisória, pode ser eventualmente em alguma receita, pode ser eventualmente em alguns géneros alimentares, se tiverem. Ou através da Junta, a Junta referencia-nos como pessoa de baixo rendimento, a nível financeiro, para outra instituição que nos possa dar ajuda. Mas, volta atrás. O meu maior

problema é a prestação da renda de casa. A prestação de renda de casa limita-me a vida por completo. E eu sinto que não tenho o direito de ser livre, de estar no meu espaço, porque esses direitos que são tão básicos e tão sagrados. Estão a ser completamente retirados, estão a ser completamente retirados. O nosso Governo quer mais sem-abrigos, mais sem-abrigos, mais sem-abrigos, mais pessoas com doenças terríveis, terríveis, terríveis. A nível de foro psíquico, então, nem se fala, porque as dificuldades da vida levam as pessoas a, psicologicamente, a deteriorarem-se, serem más pessoas, a provocar, digamos que na sociedade, muita coisa má, muita coisa má, aliás é o que se vê diariamente. E é preciso ser muito, muito forte psicologicamente para se conseguir ultrapassar a vida da forma que ela evoluiu, da forma que evoluiu para o lado mal, para o lado mal em todos os aspetos. Então, na saúde e na educação, é um descalabro. Eu peço imensa desculpa, mas eu costumo sempre dizer: é obsceno. Quem não for muito forte psiquicamente não consegue ultrapassar, não consegue ultrapassar.

Entrevistadora: E aos seus filhos? Não chega a recorrer a eles numa questão de necessidade, num momento...

Entrevistada: Assim, eu quando comecei aos 13 anos, ... E também tive uma educação muito baseada nisso, na independência. E, para mim, pessoalmente, o ser independente é um bem muito, muito precioso. Os meus filhos, felizmente, trabalham, têm as suas casas, as suas rendas para pagar, os filhos na creche. Os meus filhos têm, digamos, os tostõezinhos contados. No dia em que eu recorrer aos meus filhos para algo, para me emprestarem uns cêntimos, ou sei lá, isso vai ser muito, muito mau para mim, muito, muito, muito mau para mim. Depois de eu ter trabalhado tanto, tantos anos, lutado tanto, eu vou sentir-me muito, muito mal (P3.5_Guimarães, sexo feminino, 64 anos).

Fazendo a síntese dos atores envolvidos nas formas de apoio (cf. Quadro 10), encontramos neste perfil uma certa diversidade, tendo sido possível identificar familiares, amigos e vizinhos. A principal forma de ajuda é monetária, sendo esta assegurada principalmente por familiares, embora também os vizinhos e os amigos sejam referenciados por alguns dos entrevistados.

Quadro 9 - Formas de apoio dominantes e principais atores - Perfil Desempregados

		Relação Social		
		Familiar	Vizinhança	Amizade
Tipo de apoio	Dinheiro	P3.1_Porto – irmã e primos P3.2_Porto – pais – pagamento da renda de casa e da energia elétrica P3.3_Montalegre – mãe P.3.3_Porto - irmãs	P3.1_Ponta Delgada P3.2_Montalegre (crédito consumo – café)	P3.3_Montalegre – apoio direcionado à filha criança da entrevistada. P.3.5_Caldas da Rainha – empréstimo para pagamento de dívidas
	Alimentos	P3.1_Lisboa - irmã	P3.1_Porto P3.2_Alentejo P3.4_Ponta Delgada	
	Vestuário			
	Saúde (idas ao médico, compra de medicamentos)			
	Outro tipo de apoio (ou não identificado)	P3.2_Ponta Delgada – irmã P3.4_Ponta Delgada - pai	P3.5_Amadora	P3.2_Ponta Delgada – empréstimo de habitação P3.2_Vila Franca Campo – cedência de terra para cultivo próprio de forma graciosa

Ainda que diversas, as narrativas de vida destes indivíduos confrontam-nos, uma vez mais, com as limitações da sociedade-providência, aliás, já objeto de escrutínio crítico em outros textos por nós produzidos, mostrando como esta é especialmente fraca, até inexistente, quando se

observam contextos sociais marcados por formas múltiplas de exclusão. Em muitas das pessoas entrevistadas, o princípio do *do ut des* («dou para que tu dê»), bem conhecido do pensamento weberiano, não tem aplicação prática. A situação é tão frágil que muitos, como no caso do entrevistado que recebe a terra para cultivo a título gracioso, apenas podem esperar receber. Ora, devendo a sociedade-providência ser composta por redes de conhecimento e de ajuda de tipo não mercantil – podendo ser analisada segundo os quadros de reciprocidade que convocam as relações do dom discutidas por Mauss (2008 [1925]) –, é necessário sublinhar, na esteira de Silva (2001), que, estando o cálculo presente nas trocas recíprocas entre iguais, está ainda mais presente entre indivíduos com estatutos sociais muito diferentes, configurando-se estas dádivas em formas subtis de controlo social dos mais frágeis e marginalizados.

7.2. Avaliação subjetiva da habitação e do território de residência

As exclusões exprimem-se sempre num dado território, nomeadamente no lugar e na casa em que se habita. Como fica evidente no longo e tocante excerto que a seguir se reproduz, a insegurança da existência quotidiana é também produzida pelas escolhas políticas do Estado, no caso, as relacionadas com a habitação. Estas afetam de forma especialmente implacável os pobres que vivem em casa arrendada, hoje sob ameaça permanente de despejo. Como acontece com indivíduos de outros perfis, os desempregados confrontam-se com as atuais dinâmicas habitacionais e seus efeitos. Como foi assinalado por Silva *et al.* (2017), as cidades são territórios para onde afluem grandes investimentos, sendo a habitação um sector socialmente muito delicado. Deixado ao livre funcionamento do mercado, o preço da habitação empurrará os cidadãos mais desprovidos de recursos para as periferias das grandes cidades, por ação dos conhecidos processos de inflação imobiliária, gentrificação e regeneração urbana. Mesmo nas cidades de média dimensão, como é o caso de Guimarães, a pressão sobre os inquilinos faz-se sentir de uma forma particularmente intensa, conduzindo a denúncias de contratos de arrendamento e conseqüente mudança de residência:

Entrevistada: Neste momento, o meu senhorio lembrou-se que quer a casa para um filho e tenho que sair de lá urgentemente. Ele queria que eu tivesse saído em Abril, não foi possível eu sair em Abril, não arranjei nenhum espaço para sair e agora finalmente

arranjei, mas aquilo está com umas pequenas obras, só posso sair no fim do mês de Junho. Ele quer que saia no fim do mês de Maio, muito sinceramente não sei como é que vai ser. No mês de Junho, vou para um espaço que ainda não tem as obras acabadas, está tudo muito porco, muito sujo, muito... Não tem luz nem tem água. O senhor vai ser condescendente, o meu senhorio, e me deixar estar ali no mês de Junho.

Entrevistadora: Então mora agora no centro, só que tem que sair desse lugar?

Entrevistada: Exatamente.

Entrevistadora: E para onde vai é também no centro?

Entrevistada: Eu arranjei um espaço. Eu fui ver muitos espaços aqui no centro, porque eu nasci aqui e quase sempre vivi aqui. E havia espaços, peço desculpa pela expressão, obscenos. E o espaço melhor que eu vi é aqui na cidade, é muito pequenino, mas foi o espaço melhor que eu vi dentro dos preços que se estão a praticar. Pedem 300 euros, tenho que pagar água, luz e gás, e eu ganho 410,56 euros. (P3.5_Guimarães, sexo feminino, 64 anos).

A pequena miséria de que nos fala Bourdieu (2008 [1993]) mostra-se também através das más condições de habitação em que vivem muitos dos nossos entrevistados. São as infiltrações de água, a humidade, o mau isolamento, o frio e as instalações sanitárias deficientes. No fundo, condições habitacionais que estão presentes por todo o lado, seja nas grandes cidades, seja nas vilas e aldeias do interior, colocando mesmo em risco a integridade física de quem habita casas precárias, envelhecidas e com sinais evidentes de risco de derrocada.

Entrevistadora: E em relação a sua casa, como é que é sua casa? Tem tudo o que precisa? Ou precisaria de obras? Como é que se sente em relação à sua casa?

Entrevistada: É assim, ... Penso muitas vezes sozinha, não é? E falo sozinha e falo com os meus gatos, que as minhas companhias são os gatos.

Entrevistadora: Ah! Tem dois gatos?

Entrevistada: Tenho muitos gatos.

Entrevistadora: Muitos gatos?

Entrevistada: Ui!

Entrevistadora: Quantos?

Entrevistada: Tenho para aí dez.

Entrevistadora: É. Muitos gatos!

Entrevistada: E ainda vou ter outra que vai ter.

Entrevistadora: Ok [risos].

Entrevistada: Penso muitas vezes que gostaria de ter assim uma sala completa, porque, pronto, não tenho. A minha sala tem um sofazito, tem uma mesinha de vidro que foi a minha irmã que me deu, tenho uma arca, que uma irmã minha também me deu, que está no Luxemburgo. E gostaria também de meter uma placa onde eu estou a dormir. Aquilo pode ir abaixo. Tenho medo que as tábuas já sejam tão velhas que aquilo pode ir abaixo. Pôr uma placa ao invés de... Que assim, o chão desse quarto é madeira.

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Aquilo já é muito velho.

Entrevistadora: Ah...

Entrevistada: E eu tenho medo que esteja na cama de noite e aquilo que vá abaixo [risos]

Entrevistadora: Ok.

Entrevistada: E gostaria de ter uns armários bonitos na minha cozinha.

Entrevistadora: E a nível de aquecimento?

Entrevistada: A minha casa é muito fria.

Entrevistadora: Mas tem aquecimento?

Entrevistada: Tenho lareira.

Entrevistadora: Falta um isolamento, talvez?

Entrevistada: É. E entra lá muito frio também, que tem muitos buracos, porque os meus pais eram pobres, não acabaram a casinha. (P3.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 43 anos)

O frio está muito presente no interior norte, onde as temperaturas mínimas no Inverno são muitas vezes negativas, com noites geladas onde até a neve marca presença, tendo como contraponto o calor intenso no Verão, como é o caso de Montalegre, onde vive a entrevistada cuja narrativa é parcialmente abaixo transcrita.

Entrevistadora: Pensando na sua casa, tem alguma dificuldade?

Entrevistada: Ui, é antiga, a minha casa é antiga. A minha casa é uma casa que já foi habitada por muitas pessoas, agora comprei, mas está muito mal, pronto, não tinha quarto-de-banho, tenho para aí cinco anos ou seis.

Entrevistadora: E como era antes?

Entrevistada: Antes, não tinha casa-de-banho e os meus amigos ajudaram-me, deram-me material para fazer a casa-de-banho. Um amigo que trabalhava, o pai da minha filha,

trabalha na construção, ele é que me deu o material. Alguma coisa eu paguei, mas as outras deu-me. Aquela casa era de uns primos desse companheiro que tive e depois nós comprámos, houve uma altura que exigiram o dinheiro, pronto, nós fizemos a casa-de-banho. A cozinha era antiga, agora já fiz uma cozinha mais coisa e fiz a casa-de-banho, que era o principal. O mais mal é a cobertura e os quartos. Pronto, não estão da melhor maneira.

Entrevistadora: E no frio?

Entrevistada: Ui, o frio. E depois os quartos. Antigamente faziam as casas sem... aquela coisinha que fazem para ser mais quente, não tem. No Inverno, é muito fria, de Verão, é muito quente. É difícil. Em baixo, ofereceram-me um recuperador na cozinha, que é cimento, mas em cima, nos quartos, aquilo no Inverno é... É frio, porque aquilo não tem, uma pessoa não tem rendimentos para andar a fazer construção. Já pedimos à Câmara, mas a casa também ainda não está no nosso nome, porque também não há dinheiro para pôr. (P3.3_Montalegre, sexo feminino, 43 anos)

Como se percebe, prevalece uma avaliação negativa da habitação, muitas vezes em contraste com uma apreciação positiva do lugar onde se habita, mostrando que as políticas públicas têm falhado sistematicamente na provisão de habitação de qualidade para os cidadãos e famílias com poucos recursos.

Entrevistadora: O que pensa do sítio onde mora? Da zona onde mora?

Entrevistado: A zona onde eu moro, eu gosto dela. Só a casa em si, onde vivo, é que não gosto.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Está tudo a cair. A casa que a gente pediu para a Câmara nunca mais vem. A gente meteu os papéis para lá, mas não disseram nada. Agora, se arranjasse uma casinha, eu preferia. As obras... Disse que iam lá fazer obras, já foi há dois anos que a gente mandou a carta, ainda não começaram a fazer nada. Também disse à senhoria: «Olhe, o seu pai, quando era vivo, também dizia que vinha cá fazer isto.» Já passaram dois anos e ainda não fizeram nada. Já disse ao Senhor XXXX: «Se calhar, ainda vai morrer você e eu e as obras sem serem feitas. Então você disse que era a partir de Janeiro e foi na carta que era a partir de Janeiro. Pois, foi o que ela avisou. A partir de Janeiro, para estar tudo fora e as obras a começar em Agosto, mas nem uma coisa nem outra.» (P3.5_Amadora, sexo masculino, 58 anos).

Também no campo das dificuldades, é assinalada a dimensão das habitações, considerando o número de pessoas que nelas habitam. Trata-se de um problema mais frequente nas grandes cidades, onde o valor do metro quadrado edificado é mais elevado, o que obriga as famílias a escolher habitações de menor dimensão, frequentemente colocando em causa a intimidade dos seus membros ou a partilha em comum de refeições.

Entrevistadora: O que é que achas que faz mais falta no bairro?

Entrevistada: No bairro onde vivo, nada. É mesmo só a questão de o bairro estar destruído.

Entrevistadora: E em relação à casa, como é que se organizam?

Entrevistada: Organizamos bem, um de cada vez, para ir à casa-de-banho. Normalmente fazemos fila.

Entrevistadora: Quantas divisões tem?

Entrevistada: Tem três quartos, uma sala, uma cozinha e uma casa-de-banho. Uns dormem na sala, outros dormem no quarto. Para as refeições comem metade, depois vão a outra metade. Para ir à casa-de-banho, vai uns, depois vão outros. É organizado bem. Fazia falta uma casa, são muitas pessoas a viver na mesma. Entendemo-nos todos. Falta o espaço, principalmente. Tenho um filho de dez anos, precisa de estudar, de fazer os trabalhos e não consegue, porque o irmão é mais pequeno e não o deixa. E o barulho afeta o miúdo. Estar a fazer os trabalhos... (P3.3_Amadora, sexo feminino, 27 anos)

Frequentemente, a má habitação inscreve-se em lugares socialmente degradados, marginalizados e, de certo modo, abandonados pelos poderes públicos, nomeadamente os autárquicos, mesmo em cidades de média dimensão, como é o caso abaixo, cujo excerto mais relevante é por nós trazido ao texto.

Entrevistadora: Vive em XXXX. O que é que pensa do bairro onde vive?

Entrevistada: É uma miséria. Aquilo é drogas e mais drogas que é um caso sério. De vez enquanto a polícia passa por lá, dá a ronda, é brigas que é um caso sério. Uma vergonha.

Entrevistadora: E aspetos positivos do bairro?

Entrevistada: Positivos... É assim, há pessoas que não se portam mal. Mas de resto, é tudo uns XXXX [adjetivo que permitiria identificar o bairro]. É uma vergonha, a polícia à porta

das pessoas para ver quem roubou e não roubou, tal e tal. É uma vergonha, tanto faz no bairro onde eu estou, como nos outros bairros. Só drogas, drogas, drogas e mais nada.

Entrevistadora: O que é que acha que faz falta no bairro?

Entrevistada: O que é que faz falta!? Como é que eu ei de dizer? É um pouco de segurança, havia de haver mais segurança. (P3.1_Ponta Delgada, sexo feminino, 48 anos)

Em situações extremas, que exprimem formas graves de sindemia⁵⁷, resta o recurso aos apoios formais, de modo a complementar e mesmos substituir as formas de ajuda informal. Tal é particularmente evidente no caso abaixo, em que só existe acesso à habitação, ainda que precário, devido ao apoio de entidades da rede de proteção pública.

Entrevistada: Só que a renda ali era muito cara. Entretanto, fiquei desempregada outra vez. Eu saí dali, vim viver aqui para a casa da minha mãe. Na altura, os meus pais ainda eram vivos, só que os problemas com os meus irmãos, ...

Entrevistadora: Aqui no XXXX?

Entrevistada: Sim, aqui na rua de trás. Só que, pronto, eu tinha problemas com os meus irmãos. Então, através da assistente social, eu arranjei a casa (...) Fui viver para o Bairro de XXXX, num T1, a pagar 450 euros.

Entrevistadora: Numa casa da Câmara?

Entrevistada: Não, não. Particulares. Pagar 450 euros. Ainda falei com o senhorio, mas ele não quis saber e depois saí e não dava. Eu dormia na sala, os miúdos dormiam no quarto, a casa era húmida, é. Falei com a assistente e então arranjei outra casa na XXXX, que é aqui em baixo na XXXX. Eu aí, ... A casa era muito boa, realmente, onde eu pagava 500 euros. Mas eu aí já estava a trabalhar no XXXX e pronto. Pagava 500 euros e com a ajuda da assistente, era muito, porque eu tinha o meu ordenado penhorado. E então, como eu tinha o ordenado penhorado, as dívidas que o meu ex-marido deixou cá, sendo (uma vez que ele não respondia, e não responde a nada) as dívidas dele são todas para mim, de quando nós éramos casados. E as assinaturas, que ele foi muito esperto, eu assinava coisas sem ler e então, pronto, fiquei com as dívidas. Tinha o ordenado penhorado e vivia naquela casa, mas a assistente ajudava-me a pagar metade da renda,

⁵⁷ *Sindemia* é um conceito frequente nas publicações relacionadas com a infeção pelo VIH/sida (cf., entre outros, Sacramento & Ribeiro, 2016), onde se considera esta doença é um entre outros problemas que atingem os indivíduos, traduzindo-se numa «sindemia de pragas» (Parker & Camargo, 2000).

só que, um dia, as Finanças penhoraram aquela casa aos donos e eu tinha que sair. Pronto, deram-me um tempo até...

Entrevistadora: Isso em que ano é que foi?

Entrevistada: Eh, em...

Entrevistadora: Há quanto tempo?

Entrevistada: Mais ou menos, há uns quatro anos.

Entrevistadora: Em 2015.

Entrevistada: Quatro/cinco anos. Cinco anos.

Entrevistadora: 2014/2015?

Entrevistada: Sim, sim. Penhoraram a casa, eu tive que arranjar outra casa, mas por acaso no mesmo prédio havia uma casa vaga. Então, eu passei para a casa de baixo. o senhorio ... Eu pagava 450 euros, só que ele decidiu aumentar a renda para 500 e eu não podia, não podia. Eu não podia. Lá mais uma vez vim para casa da minha mãe, só que não correu... continuou a não correr bem, as coisas com os meus irmãos. Nisto tudo, eu tenho dois irmãos que... Estavam presos por tráficos, um ficou cá fora, outro estava lá dentro. Depois, foram os dois lá para dentro, e então eu fiquei num dos quartos. Quando eles saíram, eu não tinha sítio para ficar, então tive que alugar... Falei com assistente social, mais uma vez. Outra vez, aluguei uma casa na XXXX. Na XXXX, aqui em baixo, ao pé das piscinas. É, onde eu pagava 300 euros de renda. Tipo águas furtadas, que... Um quarto pequeno, a casa era pequena...

Entrevistadora: Sim...

Entrevistada: Era pequena. E chovia lá dentro. A casa era húmida. Quando chovia muito, também chovia dentro de casa. Fiquei com os colchões estragados. Falei com a senhoria, ela disse que ia mandar arranjar, que não tinha culpa, não sei quê. Fiquei sem luz e... Liguei para a polícia na altura, por causa da Proteção Civil. Ver se me podiam ajudar, disseram que não podiam fazer nada, que eu tinha que esperar até segunda-feira e isso aconteceu num sábado e eu tive que esperar até segunda-feira para falar com a assistente social. Então, a assistente social disse que não podia atender, só por marcação. Eu pedi para falar com a assistente que estava de serviço e ela disse-me que o meu caso era...: «Ah, eu não sabia que a senhora vem para aqui reclamar sobre isso. Eu pensei que fosse um caso de vida ou morte». Eu disse: «Então acha que eu viver numa casa, em pleno Inverno, sem luz, não é um caso grave? Eu tenho problemas de saúde, eu sou asmática crónica e para a senhora não é grave?» Eu fui à associação do bairro XXXX, falei com o presidente da associação, expliquei a minha situação, disse, ele disse que ia falar, tinha uma reunião

com a diretora da Santa Casa, ia expor uma situação. Para mim, foi tudo uma grande treta, foi tudo mentira, porque nunca tive resposta. Nunca tive uma resposta. Eles foram ver a casa, eu tinha de pôr baldes em cima dos beliches por causa da chuva...

Entrevistadora: Sim...

Entrevistada: O quarto dos miúdos, como chovia por cima, aquilo explodiu.

Entrevistadora: Mas essa casa era de quem?

Entrevistada: Era também alugada, era. (P3.1_Lisboa, sexo feminino, 48 anos)

A convocação dos poderes públicos torna-se imperiosa também por força das dinâmicas recentes decorrentes da expansão do turismo, nomeadamente com a transferência de habitação para o alojamento local. Ao fazer diminuir a disponibilidade de casas para fins habitacionais, os cidadãos mais frágeis, nomeadamente os que se encontram em situação de desemprego, encontram-se perante uma completa falta de alternativas que não o recurso ao apoio camarário quando a denúncia do contrato de arrendamento se concretiza. Este apoio é, aliás, o único disponível, considerando a manifesta ausência do Governo da República e dos seus diversos braços no domínio da habitação.

Entrevistado: Sinto-me, sinto-me muito bem. A zona é muito boa, por isso é que até me custa um bocado... É assim, eu sei que a minha senhoria quando acabar o contrato deve querer que saia porque ali é uma zona turística, é tudo caríssimo ali agora e pronto... já estive a tirar umas informações sobre as casas camarárias e se calhar vamos procurar uma assim.

Entrevistadora: Vocês têm que ir à Câmara e preencher...

Entrevistado: É. Pedir, requisitar habitação social.

Entrevistadora: Pronto. E se calhar até têm direito, neste momento, com a vossa situação.

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: Pode é ser em qualquer sítio, não sei, mas informe-se.

Entrevistado: Não sei, acho que não. Tem lá umas hipóteses de escolha e depois mesmo quando oferecerem, podemos recusar ou não.

Entrevistadora: Se pudesse, mudava alguma coisa no lugar onde está?

Entrevistado: Não.

Entrevistadora: Sente-se bem lá em casa?

Entrevistado: Sim, é perto das escolas, de tudo.

Entrevistadora: Tem acessibilidade dos serviços?

Entrevistado: Sim, estou perto de tudo. Estou perto disto [apontou para a janela lá fora, do qual tem uma vista sobre a ribeira do Porto], venho passear aqui, por isso está-se bem!

Entrevistadora: E sente-se integrado ali no local?

Entrevistado: Sim, sim, é. (P3.2_Porto, sexo masculino, 45 anos)

Procedendo a uma síntese dos aspetos positivos e negativos do lugar e das condições de habitação (cf. Quadro 11), destacam-se as apreciações negativas. Como apreciações negativas emergem a violência, o tráfico de drogas, a falta de policiamento, a degradação dos espaços públicos e a gentrificação, sobretudo nas grandes cidades de Lisboa e Porto, severamente atingidas pelos efeitos produzidos pelo turismo no espaço urbano. Em contraponto, encontramos referências positivas à disponibilidade de serviços públicos e de transportes públicos. Quanto às condições de habitação, se é certo que existem preocupações comuns aos entrevistados (infiltrações de água e de humidade e deficiências no isolamento térmico), o problema do aquecimento é mais sentido no interior, sobretudo norte, e a dimensão das casas sobretudo nas cidades.

Quadro 10 - Lugar e condições de habitação segundo os entrevistados desempregados (Perfil 3)

Violência	Serviços públicos	Lugar
Tráfico de droga	Transportes coletivos	
Insegurança		
Falta de policiamento		
Degradação dos espaços públicos		
Gentrificação		
Infiltração de água e humidade		Condições de habitação
Isolamento térmico e acústico		
Aquecimento no Inverno		
Dimensão da habitação		
Negativo	Positivo	

Em síntese, e em linha com o que ocorre nos restantes perfis, constata-se algumas regularidades. Embora os atores tenham trajetórias de vida singulares, vivendo em territórios bem diferenciados entre si, de um modo geral sobressaem situações de privação, pobreza, e, menos frequentemente, insegurança habitacional, que atuam como expressões de exclusão social, por

vezes muito severa. Está também sempre presente um certo fatalismo e resignação, sobretudo entre os mais velhos, já no Outono da vida, interpelando-nos não só sobre a dimensão das desigualdades sociais persistentes mas também sobre as causas fundas que produzem o conformismo.

8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza

8.1. Autoperceção da situação pessoal de pobreza e do agregado

Cerca de metade das pessoas entrevistadas (dez casos) não teve dúvidas em afirmar viver numa situação de pobreza, recorrendo, na maior parte dos casos, a exemplos justificativos da sua opinião. Uma entrevistada em Guimarães optou por uma perspetiva quantitativa:

Entrevistada: Eu ganho 410,56 euros. Estou a pagar 200 euros de renda, água, luz e gás e vou passar a pagar 300 euros mais água, luz e gás. Vou ficar provavelmente com 50 euros ou 60 para sobreviver durante o mês. É evidente que vou recorrer a tudo quanto for possível, uma cantina social, tudo o que me for possível, tudo o que eu arranjar para eu conseguir sobreviver. (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

Já uma entrevistada em Lisboa apresentou justificações de ordem qualitativa que remetem para dimensões de privação, neste caso ao nível alimentar.

Entrevistada: Por às vezes querer dar muitas coisas, ... Alguma coisa aos meus filhos e não poder ... É isso que me custa muito... Eles às vezes vêm: «Mãe, há um bocado de cereais?» E eu dizer: «Olha, não há. Se quiseres, podes beber um copo de leite». Custa muito. (P3.3_Lisboa, sexo feminino, 41 anos)

Raciocínio semelhante foi evidenciado por um entrevistado nas Caldas da Rainha, neste caso salientando a privação ao nível do acesso a um serviço essencial como as comunicações digitais⁵⁸.

Entrevistado: Tenho um telefone, como disse há pouco. Tenho um telefone, mas não tenho dinheiro, é só para receber chamadas. (...) Depois é a tal situação, como disse: «Ligue-me, se precisar! Não posso ligar!» Porque as pessoas que têm telefone, que têm televisão, que têm *internet*, pensam que as outras pessoas também têm. Eu também já

⁵⁸ O princípio 20 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais estabelece que «todas as pessoas têm direito a aceder a serviços essenciais de qualidade, designadamente água, saneamento, energia, transportes, serviços financeiros e comunicações digitais. As pessoas necessitadas devem beneficiar de apoios ao acesso a estes serviços.»

senti isso, a tal situação de quando vou ao hospital perguntar quando é que sabem alguma coisa, quando é que está marcado e dizem: «Não precisa de cá vir, ligue.» (...) Ou então «Veja na *internet*», ou «Vá ao *mail*, que já mandei». Pois, mas eu tenho que ir à biblioteca para ver isso! (P3.4_Caldas da Rainha, sexo masculino, 36 anos)

Registam-se ainda situações em que a justificação da perceção de si mesmo como pobre remete, afinal, para uma dimensão de miséria, ficando patente a confusão que é estabelecida relativamente a estas duas situações (Bellaing, 2000; AA.VV., 2010) e sendo referenciadas situações de fome e de carência habitacional grave.

Entrevistada: Eu considero pobre aquele que tem muito pouco para se alimentar e que, para outras coisas como para higiene e para se vestir, qualquer coisa desse género, tem que ir pedir. (P3.1_Porto#2, sexo feminino, 64 anos)

Entrevistada: Considero uma situação de pobreza desde que eu não tenha um teto em condições. Não é um teto, não é em condições, é um teto para eu viver. Não tenho um teto. Porque eu, qualquer pessoa que tenha quatro paredes e durma num colchão, é muito bom. Mas quero é um teto. (P3.1_Lisboa, sexo feminino, 48 anos)

Merece estabelecer-se aqui, ainda que de forma necessariamente breve, a distinção entre estes dois conceitos, socorrendo-nos, por exemplo, da reflexão de Singer, quando refere que:

pobreza pode ser conceituada como falta de recursos monetários para a aquisição de bens e serviços essenciais a uma vida «normal». Miséria seria uma pobreza tão extrema que suas vítimas não dispõem de dinheiro sequer para adquirir uma quantidade mínima de alimentos e outras coisas essenciais à mera sobrevivência (Singer, 2010, 1).

A conceção de pobreza como miséria acaba por tornar-se mais vincada entre os casos que hesitaram em considerar-se pobres, relativizando a sua situação no momento da entrevista perante situações piores do que a que viviam naquele momento, fossem elas de outras pessoas ou do seu próprio passado.

Entrevistada: É assim, há quem esteja muito pior que eu. E nós não podemos dar bofetadas a Deus, porque se vamos a ver por esses países fora... (...) Há crianças a morrer à fome! (P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

Entrevistado: Não, não é assim tão difícil. Já estive em situação difíceis, mas até agora, neste ponto não. Agora, na situação que estou, não. Mas já estive! Já estive! Queria para comer e não havia nada! (P3.3_Amadora, sexo feminino, 27 anos)

No caso de um entrevistado em Ponta Delgada, a reticência em assumir uma situação de pobreza parece prender-se com o facto de receber apoio social. Do seu discurso, transparece a ideia de que esse apoio, ainda que considerado insuficiente, representará a barreira que, na sua opinião, o separava daquilo que considerava uma pobreza «extrema», que, realce-se uma vez mais, poderá também ser lida como uma situação de miséria.

Entrevistado: Neste momento, não estou em pobreza extrema, mas estou em pobreza. Não digo extrema porque eu estou mais ou menos... Estou recebendo o subsídio, porque... Não é quase nada, mas para aquilo, para as despesas que eu tenho e para o que eu pago da casa... (P3.2_Ponta Delgada, sexo masculino, 51 anos)

Nos restantes casos, as pessoas entrevistadas recusaram o rótulo de pobre, voltando a ser predominante a comparação com situações, uma vez mais, de outras pessoas ou do seu próprio passado.

Entrevistado: Não, não. Isso não diria. Eh pá, não me considero assim porque eu vejo, nesta vida que eu ando, vejo muita gente muito pior. Muito pior! (...) Aí não me vejo. (P3.5_Caldas da Rainha, sexo masculino, 59 anos)

Entrevistado: Acho que não e sabe porquê? Porque eu tenho contacto com pessoas muito pobres, que eu considero mesmo pobres... Tenho família, tenho sempre comida, não tenho é luxos. Luxos, não tenho. (...) Mas de resto, comida temos sempre em casa. (P3.2_Porto, sexo masculino, 45 anos)

A maioria das pessoas deste perfil hesitou em considerar que a pobreza tenha caracterizado toda ou a maior parte da sua existência. Do discurso destes respondentes, ressaltaram de forma muito evidente os três «D» da pobreza, já explorados noutras partes do texto. O divórcio surgiu como particularmente relevante no discurso de um entrevistado nas Caldas da Rainha, marcando o momento-charneira para a situação de pobreza deste

respondente, não experienciada enquanto residia no agregado parental ou quando vivia em situação de conjugalidade.

Entrevistado: Se calhar, desde que fiquei sozinho mesmo, separado, divorciado. (...) Depois dela [a ex-mulher] sair, eu já não tinha o mesmo valor [de orçamento familiar]. (...) E já era eu que tinha que pagar as contas. Já comecei a sentir dificuldade em conseguir comprar os alimentos todos, porque pagava as contas de água, luz e gás e casa. E depois tinha que começar a cortar. Por isso é que eu comecei a não ter roupa também. E comecei a cortar em tudo. Deixei de ter também televisão por cabo e coisas assim. (P3.4_Caldas da Rainha, sexo masculino, 36 anos)

Da mesma forma, o desemprego surgiu de forma vincada no discurso de um entrevistado em Vila Franca do Campo. É de realçar, porém, que este D, englobando o desemprego propriamente dito, assumido de forma explícita, parece também englobar, de forma implícita, o emprego sem qualidade, tal como definido neste livro. A situação de emprego, ainda que melhorando objetivamente a situação, não era assumida por este entrevistado como absolutamente marcante para a proteção face a uma situação de pobreza⁵⁹.

Entrevistado: Já vivi em situações melhores, quando eu estou trabalhando. Quando estou desempregado, já se sabe que a gente vive um bocadinho mais apertados. Mas isso é quase sempre na mesma. (...) Há muitos anos que já ando nisso. Quem é pobre é sempre pobre. Nunca chega a ser rico. Trabalhe ou que não trabalhe, é sempre pobre. Já se sabe que trabalhando, a gente vive melhor um bocadinho, mas não é por aí afora. É quase sempre igual. (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Fica também patente no discurso de uma entrevistada em Guimarães a importância do terceiro D: a doença (retomando um excerto já apresentado, agora noutra leitura).

Entrevistada: Ela [a doença] sempre persistiu na minha vida, mas enquanto eu pude trabalhar (e eu trabalho), eu lutei sempre contra ela. Agora, na idade em que estou, sinto-me mais impotente. E na idade em que estou é que precisava mais dos direitos que tenho, porque sempre trabalhei e descontei para o progresso deste país. E eu não tenho culpa

⁵⁹ Situação que remete de forma evidente para a problemática da população trabalhadora pobre, objeto de análise específica noutra livro.

de ser doente, ninguém tem culpa de ser doente, ou de ser mais bem tratada ou menos bem tratada. (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

A importância da doença nestes percursos de pobreza fica igualmente implícita no discurso de uma entrevistada no Porto que adoeceu em 2009, situação que se prolongava até ao momento da entrevista, tendo originado um quadro depressivo. Na sequência dessa situação, deixou de trabalhar em 2010.

Entrevistada: Eu senti [depressão] no preciso momento em que fiquei doente, desde o preciso momento em que precisei de alimentação e não tive. (P3.1_Porto#2, sexo feminino, 64 anos)

Confrontada com uma situação de pobreza, uma parte significativa das pessoas exprimiu sentimentos de resignação, o que é consistente com o que nos apresenta a literatura científica quer a nível nacional, quer internacional (por exemplo, AI/REAPN/SOCIUS/ISEG–UTL, s./d.; Lötter, 2011). Aliás, a reflexão acerca da sua situação por parte de um dos entrevistados em Vila Franca do Campo abaixo transcrita é bem exemplificativa da argumentação de Lötter que sugere que atitudes de fatalismo e resignação podem levar as pessoas pobres a serem destituídas de poder (Lötter, 2011).

Entrevistado: É lidando. O que é que a gente vai fazer à nossa vida?! Vou-me aperrear sempre o juízo?! Eu vou-me aboiar de uma ponte abaixo?! Não vou, porque eu não quero! Eu não pedi para vir para o mundo, eu também não vou pedir para me ir embora. Temos de nos amañhar com isso que se vai passando. (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Muitas das pessoas entrevistadas expressaram a necessidade de optar por uma estratégia de privação, ilustrando o seu discurso com situações de vida constringida e de sacrifício onde o orçamentar e a gestão do dinheiro se tornam centrais, quase competências de sobrevivência (Daly & Kelly, 2015).

Entrevistado: É cortar! Cortar nos alimentos, cortar na roupa... Cortar em tudo, tudo, tudo! Tenho telefone, mas não tenho dinheiro. Não tenho televisão por cabo. Não tenho roupa nova. Esta roupa é dada. (...) O que eu tenho vestido foi tudo dado. (...) É cortar em

tudo para conseguir pagar as contas que são precisas: a renda, água, luz e gás. (P3.4_Caldas da Rainha, sexo masculino, 36 anos)

Noutros casos, os respondentes evidenciaram a opção por outra estratégia, afirmando o recurso ao apoio de outrem.

Entrevistado: Não tenho vergonha de ser pobre, não tenho. Não tenho vergonha, porque se chegar a um dia em que eu não tenha mesmo nada, eu vou bater na porta dum vizinho, que ele dá-me um prato de sopa, como sempre me deu. (P3.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 43 anos)

8.2. Identificação das situações de discriminação/exclusão social

Cerca de metade das pessoas entrevistadas identificou situações passadas em que afirmou ter experienciado discriminação. Porém, a maioria dessas situações deveu-se a outros motivos que não a associação a uma situação de pobreza. As poucas exceções dizem respeito a um respondente de Vila Franca do Campo e a uma entrevistada no Porto.

Entrevistado: Um pobre que é pobre pouco a pouco é discriminado, em qualquer lugar.

Entrevistadora: Em que sentido?

Entrevistado: Em que sentido? A gente vai para um médico ou para um hospital, a gente somos logo atendidos de forma diferente de um rico. Em qualquer coisa que existe, a gente vê logo a diferença da pessoa que tem e de outra pessoa que não tem. (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Entrevistada: Às vezes ouço as pessoas a falarem, mas não ligo. Que eles andam a descontar para nós... Não sei quê...Que nós vivemos às custas deles... (P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

8.3. Identificação de medidas de política social e no combate à pobreza

Instadas a identificar o que mudariam na sua vida se pudessem, as respostas das pessoas entrevistadas dividiram-se por um conjunto alargado de áreas. Algumas referiram mudanças ao nível do local de residência, ganhando destaque a perspetiva assumida por alguns entrevistados em áreas urbanas de se quererem mudar para uma área rural. No caso de um entrevistado em Vila Franca do Campo, seria o local de residência, na sua aceção mais restrita, que seria alvo de alteração.

Entrevistado: O que eu fazia era sair logo daqui desse bairro. Não quer dizer que saísse daqui da minha freguesia [aldeia], porque adoro a minha freguesia. Mas desse bairro, eu saía logo. Porque tem aí gente que eu não gosto. (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Para outras pessoas, na sua maioria homens, a mudança a operar passaria pela dimensão do emprego, ficando bem realçada, no trecho abaixo transcrito, a importância atribuída à componente do trabalho:

Entrevistado: Trabalho para o resto da vida! Sem trabalho não tenho nada... (P3.4_Ponta Delgada, sexo masculino, 33 anos)

De registar, ainda, que algumas pessoas alterariam situações relacionadas com a conjugalidade, não casando com as pessoas com que o fizeram ou, pelo menos, não o tendo feito tão cedo, e de outras para as quais o ter estudado mais seria a mudança crucial a operar.

Entrevistado: Se eu agora fosse novo, eu fazia o contrário. Fazia escola melhor, universidade. (P3.2_Ferreira do Alentejo, sexo masculino, 67 anos)

A diversidade de respostas dadas pelas pessoas entrevistadas manteve-se quando instadas a partilhar as medidas que tomariam para combater a pobreza em Portugal caso desempenhassem o cargo de primeiro-ministro.

Algumas das pessoas entrevistadas evidenciaram respostas que poderiam ser genericamente agregadas na opção «Ajudar os pobres». No entanto, como em outros perfis, esta opção deverá ser antes lida como «ajudar aqueles em situações mais miseráveis», dado que foi sobretudo essa a aceção utilizada pelos respondentes. Na grande maioria destes casos,

foi feita menção a uma perspectiva assistencialista baseada na provisão de alimentação e alojamento.

Entrevistada: Dava mais subsídio e acabava com a pobreza, arranjava-se casa para os pobres, para não dormirem na rua. E, se me saísse o Euromilhões, eu tinha muito que fazer aos pobres. Abria uma casa para os pobres, dava-lhes dormida, comida, roupa lavada e cama. (P.3.5_ Porto, sexo feminino, 31 anos)

Houve ainda quem tenha feito uma menção particular à dimensão da habitação, mais concretamente à população sem-abrigo, relativamente à qual consideraram que deveriam ser providenciadas soluções de alojamento.

Entrevistado: Dava melhores condições. Pelo menos, dar casa a quem precisasse e melhores condições para viver, penso eu. (P3.5_Amadora, sexo masculino, 58 anos)

Outra opção referida relaciona-se com o aumento dos rendimentos das pessoas, tendo sido mencionados especificamente as pensões de reforma e o SMN. Sublinhe-se por fim a relação que algumas destas pessoas, ainda que poucas, estabeleceram relativamente à problemática da pobreza entre quem trabalha (ver a este respeito Diogo *et al.*, 2015). Foi o caso de uma entrevistada no Porto que lembrava de que há pessoas a trabalhar a tempo inteiro e que ainda assim ganham apenas o que classificou como uma «miséria de salário».

Entrevistada: Aumentava um bocado os salários porque tenho consciência disso, que há pessoas que trabalham horas e horas a fio para ganhar uma miséria de salário. Como os abonos, um exemplo. (...) Era, aumentar o salário e os abonos, e assim. As reformas também são muito baixinhas. (P3.3_Porto, sexo feminino, 37 anos)

Algumas pessoas salientaram a importância do emprego como meio através do qual pode ser atingido o fim de obtenção de rendimento, desde que caracterizado por condições adequadas que vão além da dimensão salarial (retomamos novamente um trecho já apresentado):

Entrevistada: Bastante serviço. Bastante emprego que eu dava para aí. (...) Mas era bastante emprego, porque trabalho não falta. Trabalho não falta, aí. Empregos é dar empregos, efetivos. Gente para ficar efetivos nos seus trabalhos. Não é por contratos. Acabava com esses contratos, que esses contratos não dão com nada. Era pegar em efetivos para essas companhias, para essa empresas. Isto está tudo na mesma. É só contratos, contratos, contratos. A gente leva sempre nas costas com esses contratos e a gente nunca tem direitos nenhuns. E é nisso. O Governo está trabalhando muito mal nesse aspeto. (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Provavelmente por se tratar de um perfil em que as pessoas entrevistadas estavam, na sua maioria, a ser alvo de apoio do sistema de proteção social, foi possível perceber o distanciamento que algumas pretenderam promover face aos que consideravam como pobres não merecedores de apoio, em contraponto aos merecedores (Lister, 2004; Diogo, 2007). A sua argumentação parece claramente colocar em discurso direto aquilo a que Lister se refere quando afirma que «o rótulo de pobre "não merecedor" tem sido conotado negativamente pelo processo de estigmatização, o qual, historicamente e na atualidade, tem tido implicações na forma como a sociedade vê os "pobres"» (Lister, 2004, p. 102).

Entrevistada: Uma vez fui à Caritas buscar um saco com alimentos e estava lá uma senhora que ia buscar alimentos para ela e estava cheia de anéis e de brincos e de fios! E eu fico indignada – que é mesmo o termo, indignada – porque as pessoas que a estão a atender não lhe perguntam porque não vai vender um fio! Então vai lá buscar alimentos e traz-me aquele ouro todo pendurado no corpo? Isso é de quem não quer ver! (P3.1_Porto#2, sexo feminino, 64 anos)

Tratando-se de entrevistas a pessoas em situação (estatisticamente objetiva) de pobreza mas, mais do que isso, com percursos e sentimentos como os que têm vindo a ser explanados neste texto, não deixa de ser surpreendente que a quase totalidade dos respondentes se tenha considerado uma pessoa feliz.

Em poucos casos, esse sentimento não foi fundamentado em concreto, mas antes assente numa perspetiva otimista perante a vida.

Entrevistada: Sinto! É que levo a vida sempre a rir e a brincar, mesmo com as dificuldades. Levo a vida sempre a rir [e riu-se]. (P3.1_Ponta Delgada, sexo feminino, 48 anos)

Porém, noutros casos foram apresentados motivos, de onde se destacam as relações familiares e que parecem ecoar as considerações efetuadas, por exemplo por Balancho, que sugerem que

a felicidade se encontra sobretudo dependente das relações sociais, de onde se destacam as familiares positivas, mais do que das condições materiais, [sobressaindo] como uma força reconhecida e investida pelos participantes, que apesar das condições difíceis de vida parecem sobrecompensar intencionalmente essas vulnerabilidades, lutando pela sua felicidade com estratégias afetivas, cognitivas, relacionais e espirituais, considerando-se mesmo, globalmente, felizes e gratos pelo que já possuem (Balancho, 2010, p. iii).

Entrevistado: Sou feliz, como eu já disse à senhora. Enquanto estiver com os olhos abertos, sou sempre feliz! É o amor dos meus filhos, da minha esposa e daquele grande que está lá em cima, que é Deus. (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

No entanto, é preciso ter em linha de conta que, como refere a literatura, os indivíduos podem manifestar a sua felicidade ainda que estejam em situação (muito) vulnerável, na medida em que tendem a ajustar os seus desejos ao que lhes parece alcançável. Tal leva a que o seu nível expresso de satisfação ofereça, amiúde, um panorama mais cor-de-rosa do que aquele em que efetivamente se encontram (Sen, 1999; Kimhur, 2020).

Os filhos mas também os netos ou o cônjuge foram explicitamente apresentados, em alguns casos, como sendo responsáveis pela sensação de felicidade experienciada, seja de forma mais direta, como no caso de uma entrevistada em Montalegre, seja de forma mais indireta, como no caso de um entrevistado em Ponta Delgada.

Entrevistada: Sim. O meu filho fez-me feliz. Eu ter agora este filho também me fez muito feliz, porque a minha filha dizia: «Eu quero um irmão, eu quero um irmão.» E pronto, foi desde aí. (P3.3_Montalegre, sexo feminino, 43 anos)

Entrevistado: Eu sinto-me feliz porque a minha filha está a fazer aquilo que ela gosta, está a construir o seu futuro. (...) O que me deixaria realmente feliz era a minha filha ter o seu mestrado concluído e o seu emprego garantido. Eu não estar na situação em que estou, isso deixava-me feliz, claro. (P3.2_Ponta Delgada, sexo masculino, 51 anos)

Uma entrevistada no Porto, por seu lado, embora hesitando acerca do termo a utilizar, realçou a importância de ir dando passos – antes de mais, assentes na obtenção de um emprego – no sentido de garantir que a situação de pobreza não cerceie toda a sua existência.

Entrevistada: Estou a conseguir, um passo de cada vez, as coisas, os meus objetivos, desde tentar procurar trabalho e conseguir ter a minha... Como é que hei de dizer, como explicar? A minha, não é liberdade, é... [a pensar]. Não é liberdade que se diz, é autonomia. (P3.3_Porto, sexo feminino, 37 anos)

Independentemente do termo utilizado fica, assim, refletida de forma evidente a associação da pobreza, feita por Sen: a liberdade só tem sentido quando associada às condições efetivas do seu exercício (Sen, 1999; Bruto da Costa *et al.*, 2008).

Esta mesma perspetiva prevalece no discurso de uma entrevistada em Guimarães, neste caso para justificar a sua infelicidade num contexto de outros elementos favoráveis.

Entrevistada: Não... [A razão é] não ser independente. Não conseguir manter a minha independência...a favor da minha sanidade mental. Embora eu tenha dois filhos que amo muito, muito, muito; dois netos que eu amo muito, muito, muito; uma nora e um genro que eu amo muito, muito, muito, eu não me sinto feliz. Faço por não transmitir essa infelicidade, talvez porque tenha essa capacidade, digo eu, mas que não me sinto feliz, não... (P3.5_Guimarães#2, sexo feminino, 60 anos)

Algumas das pessoas que manifestaram não ser felizes não apontaram motivos concretos para tal. Entre as que o fizeram, foram apontadas perdas associadas à morte de familiares e também questões ligadas ao emprego.

Entrevistado: Não, não sinto assim. Não como era na América. (...) Havia sempre trabalho e coisa assim. Perdia trabalho, mas também arranjava logo no outro dia. (P3.2_Montalegre, sexo masculino, 56 anos)

Em síntese, constatámos que cerca de metade das pessoas entrevistadas não teve dúvidas em afirmar viver numa situação de pobreza, algumas das quais justificando a perceção

de si mesmo como pobre com considerações que remetem para uma dimensão de miséria, nomeadamente ao nível de situações de fome e de carência habitacional grave.

Esta conceção acaba por tornar-se mais vincada entre os casos que hesitaram em considerar-se pobres, relativizando a sua situação no momento da entrevista perante situações piores do que era naquele momento a sua, fossem elas de outras pessoas ou do seu próprio passado.

Em alguns casos, a reticência em assumir uma situação de pobreza parece prender-se com o facto de receberem apoio social. Do seu discurso parece perpassar a ideia de que esse apoio, ainda que considerado insuficiente, representava a barreira que, na sua opinião, os separava daquilo que consideravam como sendo uma pobreza «extrema», a qual, realce-se uma vez mais, poderá também ser lida como uma situação de miséria.

A maioria das pessoas hesitou em considerar que a pobreza tenha caracterizado toda ou a maior parte da sua existência. Do discurso destes respondentes ressaltaram, de forma muito evidente, os três «D» da pobreza, já explorados noutras partes do texto: divórcio, desemprego e doença.

Confrontadas com uma situação de pobreza, uma parte significativa das pessoas exprimiu sentimentos de resignação e muitas expressaram a necessidade de optar por uma estratégia de privação, tendo as restantes evidenciado o recurso ao apoio de outras pessoas.

Embora cerca de metade das pessoas entrevistadas tenha identificado situações passadas de discriminação, a maioria de tais situações prendeu-se com outros motivos que não com a associação a uma situação de pobreza.

Instadas a identificar o que mudariam na sua vida, se pudessem, as respostas das pessoas entrevistadas dividiram-se por um conjunto alargado de áreas, sendo as mais frequentes as que realçaram mudanças ao nível do local de residência, da situação no mercado de trabalho, da conjugalidade e do percurso educativo.

A diversidade de respostas dadas pelas pessoas entrevistadas manteve-se quando instadas a partilhar quais as medidas que tomariam para combater a pobreza em Portugal caso desempenhassem o cargo de primeiro-ministro. Evidenciou-se, a este nível, a opção de «ajudar os pobres», que deverá ser antes lida como o desejo de «ajudar aqueles em situações mais miseráveis», assente numa perspetiva assistencialista baseada na provisão de alimentação e alojamento; bem como o aumento dos rendimentos, nomeadamente através do aumento das pensões de reforma e do SMN.

Tratando-se de entrevistas a pessoas em situação (estatisticamente objetiva) de pobreza mas, mais do que isso, com percursos e sentimentos como os que têm vindo a ser

explanados neste texto, não deixa de ser surpreendente que a quase totalidade dos respondentes se tenha considerado uma pessoa feliz. As relações familiares, mais concretamente os filhos, parecem ser o elemento nuclear na base dessas respostas.

E que marca inscreve a situação social objetiva destes entrevistados nos desejos e projetos de vida futura? De seguida, refletimos as expectativas e as aspirações dos entrevistados em relação ao seu futuro e ao futuro dos seus familiares.

9. Perspetivas face ao futuro

Abordámos até ao momento os trajetos de vida, referindo-nos não apenas a aspetos factuais de natureza biográfica, mas também ao balanço, às perceções e reflexões desenvolvidas em torno desse percurso de vida e da condição de pobreza. Passamos agora a olhar a forma como quem está em situação de desemprego ou de inatividade avalia as suas perspetivas em relação ao futuro.

O desemprego enquanto condição paralisante é uma ideia que, na esteira d'Os *Desempregados de Marienthal* (Lazarsfeld *et al.*, 1981), aponta a desestruturação dos tempos e a falta de projetos para o futuro como aspetos cruciais da pobreza associada àquela condição (Araújo, 2008; Caleiras, 2011; Fernandes, 2011; Caleiras, 2015). O desemprego, em especial o de longa duração, levaria à apatia e ao conformismo, sendo um fator de quebra dos laços sociais e, desta forma, de exclusão social. Tendo presentes estes contributos, procurámos abordar o tema das perspetivas sobre o futuro evitando abordagens determinísticas e essencialistas, conscientes de que este esforço requer a mobilização de reflexões meta-teóricas em torno de binómios como passado/futuro ou ação/estrutura (Fernandes, 2011; Fernandes, 2019), sendo necessário olhar para esta questão numa perspetiva biográfica e histórica.

Encarando a questão do tempo de uma perspetiva biográfica, importa perceber que a experiência da pobreza pode ser vivida de forma diferenciada em diferentes momentos da vida, condicionando as expectativas face ao futuro em função de fatores biológicos e materiais mas também culturais, muitas vezes relacionados com as próprias especificidades dos trajetos e da condição de vida experienciada. Nesta linha de ideias, a escassez de recursos parece apresentar-se não como um estado mas como um processo que acompanha a vida dos indivíduos, havendo flutuações nas suas biografias, individuais e familiares (Guerra & Pinto, 2015). Refira-se também que revisitações recentes de estudos sobre a pobreza (Capucha, 2015; Guerra & Pinto, 2015) demonstraram como os efeitos da crise e das políticas de austeridade vieram destabilizar o peso de cada uma das tipologias, bem como a necessidade de equacionar a grande interpenetração entre os momentos históricos e os destinos individuais (Guerra & Pinto, 2015), uma questão crucial quando estamos a tratar de um problema como o desemprego (Fernandes, 2011; Fernandes, 2019). Sair da esfera moralizante e culpabilizante, equacionando os níveis macro e micro da realidade, implica também reconhecer a natureza relacional da pobreza e que esta se

desencadeia no jogo de relações que o indivíduo estabelece com as estruturas sociais, com as instituições e com os outros (Amaro, 2015).

À semelhança da abordagem adotada noutros perfis, pressupomos que o estudo destas trajetórias não assenta na essencialização mas antes na compreensão dos processos materiais, culturais e relacionais que estão na base da produção e reprodução da pobreza, e como estes influenciam a capacidade (individual) de imaginação de futuros alternativos. Assim sendo, mais do que estabelecer tipologias, procurou-se compreender o processo de formação de expectativas em relação ao futuro nas suas dimensões: materiais, marcadas pela privação no acesso aos recursos (por exemplo, rendimentos; emprego; saúde e habitação) necessários para uma vida digna; culturais, incluindo aspetos normativos, subjetivos, identitários e simbólicos associados à vivência da situação de privação (por exemplo, escolarização; autoperceções relacionadas com a pobreza); e relacionais, inscritos na natureza (informal ou institucional) e na qualidade dos laços sociais estabelecidos durante e/ou para fazer face a situação de privação (por exemplo, facilidades instrumentais ou subjetivas em recorrer a medidas institucionais de apoio em situação de privação; rede de apoio informal – família, amigos, vizinhos).

Os dados foram assim analisados tendo por referência os percursos de vida das pessoas entrevistadas nas suas dimensões biográficas e históricas, associados a uma questão de pesquisa fundamental: De que forma a vivência (material e subjetiva) da situação de pobreza condiciona a formação de expectativas relativamente ao futuro?

Uma questão crítica resultante do debate ação-estrutura será entender em que medida a análise prospetiva relativa ao futuro denota a cristalização de um processo de interiorização da privação enquanto modo de vida (agência absorvente ou adaptativa, na linha de Dagdevirin e Donoghe (2019)) ou, pelo contrário, desenvolver a formação de expectativas e um investimento em ações sugestivas de uma agência transformadora, que não apenas ajudem na recuperação mas na obtenção de uma melhor situação, menos vulnerável a longo prazo.

Vimos anteriormente como a saída precoce da escola, a relação com o mercado de trabalho e as dificuldades de acesso a emprego de qualidade, assim como a relação com o sistema de proteção social e com os dispositivos de formação e de ativação profissional são questões centrais nas trajetórias aqui abordadas. Na análise deste perfil, foram consideradas várias preocupações tendo por base as suas especificidades. Tal como no perfil dos precários, a questão da relação com o trabalho não se coloca apenas de uma forma retrospectiva, sendo igualmente relevante equacionar o seu lugar na forma de perspetivar o futuro, a partir de quem está em situação de desemprego ou de inatividade. No entanto, um elemento distintivo deste perfil reside no facto de a principal fonte de rendimento da maior parte dos agregados

domésticos ser, como temos vindo a salientar, proveniente de outras transferências sociais, nomeadamente (quotas P3.1, P3.2, P3.3 e P3.4): RSI; Subsídio de Desemprego, Apoio ao Emprego, Subsídio Social de Desemprego ou Programas Ocupacionais. Nos restantes casos (a maior parte dos quais presentes na quota P3.5), o rendimento do agregado provém de pensões de invalidez. Assinalamos também como algumas dessas trajetórias são marcadas pela exposição precoce a processos de privação e exclusão social, marcados por eventos críticos que desorganizaram as suas vidas, nas quais se vai inscrevendo um processo de desafiliação social.

Nas entrevistas enquadradas neste perfil, a questão da formação das expectativas relativamente ao futuro foi abordada numa perspetiva diacrónica, em dois sentidos:

- Quais as expectativas que se foram formando e quais os esforços despendidos, ao longo do curso de vida, no sentido da transformação dessas condições de vida, o seu sucesso na vida, e em que medida o seu maior ou menor sucesso poderá ter contribuído para a evolução dessas expectativas?
- Em que medida o acesso a emprego de qualidade constitui uma aspiração das pessoas entrevistadas e/ou faz parte da avaliação prospetiva das suas condições de vida?⁶⁰

Para ajudar a situar a projeção relativamente ao futuro nas representações que as pessoas entrevistadas têm do seu percurso e das suas condições de vida, foi dada especial atenção às respostas associadas a temas já abordados anteriormente relacionados com os momentos críticos do seu curso de vida e as suas autoperceções. Equacionou-se ainda o lugar das políticas de proteção social e de ativação na formação de expectativas relativamente ao futuro.

9.1. O desemprego e a exclusão social e laboral

Na maior parte das situações aqui abordadas ressalta o desemprego de (muito) longa duração, remontando boa parte desses casos à crise económica de 2008-2014, sugerindo que

⁶⁰ A este propósito, foi equacionado um elemento distintivo relativamente ao Perfil 2, dos precários, que engloba igualmente pessoas em idade ativa, dado que nesse perfil os agregados familiares dos entrevistados não estão em baixa intensidade de trabalho (por desemprego ou incapacidade), e têm como principal fonte de rendimentos o trabalho. Contrariamente ao verificado no Perfil 1 (reformados), será aqui dada relevância à análise das respostas relativas à questão «Acha que poderá vir a viver sem subsídios?» Enquanto o Perfil 4 (trabalhadores) colocaria em evidência a relação com o Estado-providência, no perfil dos precários o aspeto crítico seria o papel de compensação da «família providência» na resposta às situações de privação. Por outro lado, considerando o menor peso de casos de parentalidade, neste capítulo optou-se por não se apresentar de forma autónoma os dados relativos às perspetivas de futuro da descendência.

muitas destas pessoas não chegaram a recuperar do ambiente económico e social adverso que nessa altura se instalou. A análise destas biografias coloca igualmente em evidência processos de exclusão laboral e de desqualificação social em que a idade, as qualificações e a degradação das condições de saúde constituem fatores de vulnerabilidade e de discriminação acrescida.

É também possível identificar neste perfil a presença de trajetórias de emprego em carrossel, envolvendo a inserção em atividades pouco qualificadas e intercalando períodos de trabalho (formal e informal) com períodos de desemprego, sem que se perspetive a consolidação de uma carreira profissional. Mesmo em narrativas em que a quebra de sociabilidades é menos vincada e onde a inserção laboral ainda constitui um horizonte de vida, parece predominar o ceticismo quer quanto à obtenção de um emprego que garanta condições de vida dignas quer quanto à possibilidade de não se depender de apoios sociais⁶¹.

Em Vila Franca do Campo, entrevistámos um desempregado com percurso laboral como pedreiro que estava naquela condição desde a última crise económica. Na narrativa, o entrevistado indicou que abandonar a escola aos 12 anos, apenas com a 3.ª classe, não era mais do que o destino previsível para os rapazes de uma prole grande, de nove filhos, dado que o seu contributo era considerado essencial para a sobrevivência do agregado doméstico. Começou por ajudar o pai na lavoura e depois passou a trabalhar fora do contexto do agregado doméstico, no sector da construção civil, primeiro como servente e depois como pedreiro. Casou-se aos 20 anos, enfrentando desde logo dificuldades em conseguir autonomia residencial, o que acabou por só chegar 17 anos mais tarde, através do acesso à habitação social, um ano antes do nascimento da sua terceira filha. Acompanhando a instabilidade que caracteriza o sector da construção civil, passou por períodos de emprego intercalados com períodos de desemprego, correspondendo a maior parte dos empregos conseguidos a empreitadas ligadas a grandes obras públicas⁶².

Assente num modelo familiar de provedor masculino, o agregado doméstico tem dependido fortemente dos seus rendimentos. Neste sentido, os períodos de desemprego contribuíram para acentuar um processo de privação, de acumulação de desvantagens e, em certo sentido, de marginalização social e familiar. Depois de ficar desempregado, participou em várias medidas ocupacionais e de inserção profissional e, apesar de uma delas ter incluído um curso de formação para pedreiro que lhe permitiu a equivalência ao 9.º ano – facto que é valorizado pelo entrevistado –, nenhuma delas resultou no acesso a emprego estável. O

⁶¹ O acesso à habitação e o futuro da descendência são outras preocupações identificadas. Aqui focamos este tema por estar em causa uma forma de exclusão do mercado de trabalho.

⁶² Será relevante assinalar que a construção da escola básica da freguesia onde reside foi a última empreitada no âmbito da qual foi contratado, estando desempregado desde a sua conclusão, em 2011.

entrevistado explicou que, embora houvesse alguma procura de pedreiros, tinha problemas de coluna o que não se coaduna com o tipo de exigência física associada às funções da profissão – essa é uma questão, como veremos, melindrosa da sua avaliação prospetiva sobre o futuro. Considerou que está numa situação de pobreza, já se sentiu discriminado por isso e a sua narrativa é muito clara acerca da ideia, abordada em qualquer um dos outros perfis, da cristalização da privação enquanto modo de vida – ir vivendo para não morrer.

A entrevista realizou-se na presença da esposa e da filha mais nova (esta com fones) e em alguns momentos apareceu a filha mais velha. O ambiente era de desânimo e relativamente tenso. O entrevistado disse que saíam pouco de casa e, sobretudo, da freguesia onde vivem. A principal ocupação que o entrevistado referiu com orgulho foi o cultivo de hortaliças num terreno privado, cedido pelo proprietário para esse efeito⁶³. Embora falador, apresentou-se contido, especialmente quando abordou o percurso laboral e o percurso de apoio social. Só numa fase final da entrevista, justamente quando foi convidado a fazer uma avaliação prospetiva do seu futuro, pareceu descomprimir, tendo desabafado um pouco acerca de como se sente discriminado por recorrer a apoios sociais, bem como das dificuldades em encontrar um emprego estável.

Entrevistadora: Acha que a sua vida pode vir a ser melhor no futuro?

Entrevistado: Na idade que eu já tenho, desconfio muito, minha senhora. Eu desconfio muito de ter uma vida melhor do que esta que eu tenho. Não...

Entrevistadora: E acha que vai poder vir a viver sem apoios sociais?

Entrevistado: [Suspiro] Não sei. Francamente, eu não sei. Da maneira que isso vai andando aí, eu não sei.

Entrevistadora: Por que é que diz isso, «da maneira que vai andando»?

Entrevistado: É porque não se vê ninguém a dar empregos a essas pessoas de 50 anos, dessas pessoas que já tem mais uma idadezinha. Eles veem essas pessoas sempre para o lado. Vão buscar pessoas mais novas.

Entrevistadora: Acha que é discriminado por ter 50 anos, por estar já nos 50 anos?

Entrevistado: Acho.

Entrevistadora: Disse há bocado que se sente discriminado por receber do banco alimentar. E acha que é discriminado pela sua idade?

⁶³ Estamos a falar de uma freguesia que, apesar de costeira, tem pouco acesso ao mar, assentando grande parte da sua atividade económica na agricultura e, de forma cíclica, na construção civil. Por outro, embora seja a maior freguesia do concelho, é talvez uma das socialmente mais isoladas em relação ao concelho e à ilha.

Entrevistado: Também é outra situação em que a gente somos discriminados. Porque a gente chega a uma certa idade e a gente já não servem. E não servem porque é?! Porque já não damos os rendimentos já, aqueles que eles tanto precisam. E a gente somos discriminados por causa disso.

Entrevistadora: Rendimentos, em termos de trabalho?

Entrevistado: Em termos de trabalho, já se sabe.

Entrevistadora: [Pausa] O que é que seria necessário para viver sem esse subsídio?

Entrevistado: Eh senhora! Seria necessário é emprego. Um emprego. E que fosse um emprego para mim ficar efetivo o resto da minha vida. Não estar derramado por aqui e por lá, que isso não vai com nada (...). (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Esta narrativa sublinha as dificuldades do entrevistado no acesso ao emprego num sector e numa profissão muito exigente em termos de condições físicas. O envelhecimento e as limitações de saúde tornaram-se fatores da desvalorização do entrevistado enquanto força de trabalho. Sem qualificações que habilitassem o acesso a outras profissões, o entrevistado foi recorrendo ao longo da última década a vários tipos de apoios sociais e medidas de ativação – a maior parte delas envolvendo trabalho em organismos do governo regional ou da autarquia local – sem que isso resultasse no acesso a um emprego estável.

Uma mulher de Montalegre, com 43 anos, desempregada há menos tempo do que o entrevistado anterior (desde 2016) também estava enquadrada numa das medidas ativas de emprego e sem perspectivas de inserção profissional. O seu percurso laboral, tal como outros abordados neste e noutros perfis, começou a tomar a forma da continuação dos papéis de género na esfera doméstica – desistiu aos 17 anos da escola, com o 8.º ano, para tomar conta de uma idosa. Teve, de resto, uma trajetória de emprego em carrossel envolvendo inicialmente experiências de emigração em Espanha, intercaladas com períodos de desemprego e incluindo trabalhos na restauração, na agricultura e em atividades de cuidados. Aos 23 anos, teve o seu primeiro filho numa relação marcada pela violência doméstica, tendo-se separado aos 26 anos. Aos 28, iniciou a relação com o atual companheiro, de quem teve o segundo filho. Neste trajeto, contou com o apoio da sua família, em particular da mãe. Depois de nove anos de trabalho sem contrato a cuidar de um idoso que veio a falecer em 2016, voltou a ficar desempregada. Recorreu ao RSI e foi-lhe oferecida a possibilidade de frequência de um curso de formação com equivalência ao 12.º ano. Apesar de a considerar pouco compensadora do ponto vista financeiro, fez uma avaliação positiva dessa experiência, encarando-a como uma oportunidade

de convívio e de alargamento das perspetivas de emprego. No momento da entrevista, estava enquadrada num Contrato Emprego-Inserção+ na Junta de Freguesia, desenvolvendo atividades de higiene urbana. Disse lamentar não ter aproveitado a sua juventude, lembrando o sofrimento pelo qual passou numa relação conjugal violenta, mas considerou que a sua vida era melhor, era feliz, especialmente depois do nascimento do seu filho mais novo. Referiu-se a essas atividades como sendo um emprego, mas, encarando o futuro, preocupava-se com a falta de estabilidade laboral, assim como com a perda da sua principal rede de suporte, a sua mãe.

Entrevistadora: Acha que no futuro sua vida vai ser melhor?

Entrevistada: Eu não sei, vamos ver. Eu acho que não...

Entrevistadora: Por que é que acha que não?

Entrevistadora: Ui, quando acabar este contrato e depois o emprego... É complicado...

Entrevistadora: E acha...

Entrevistada: O futuro não vai ser bom porque depois... Se a minha mãe falece, não é? Pronto, a ajuda dela é muito importante e agora este emprego... Se algum dia faltar a minha mãe e esse emprego, o futuro não vai ser... [Suspiro] é muito difícil.
(P3.3_Montalegre, sexo feminino, 43 anos)

É de notar como a indefinição entre desemprego e emprego se insinua na sua avaliação prospetiva relativamente ao futuro. Apesar da sua disponibilidade e motivação para trabalhar, a falta de perspetivas de emprego colocava-a numa situação de dependência dos apoios sociais – que ora definiu como emprego, contrato ou ainda apoios sociais –, mas sem que se estes consolidassem expectativas de autonomização e de menor vulnerabilidade a longo prazo. Expressou o medo de não ter o que comer – ela própria e o filho –, salientando a importância dos apoios sociais para fazer face a situações mais agudas de privação. A entrevistada reservou para os sonhos a ideia de ir além da sobrevivência e de ter direito a momentos de lazer e de férias.

Entrevistadora: E acha que nalgum momento vai conseguir viver sem esses subsídios?

Entrevistada: Eu acho que não.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Ui... [Pausa] O que me custa mais não é viver coisa é... É o... É um dia não ter... Não ter... Uma refeição para comer, sabe? Eu não, mas o meu filho.

Entrevistadora: Esse é o seu maior medo?

Entrevistada: Eu acho que é mais isso... [Pausa] acho que não é... O passar mal... O dia-a-dia não ter alimentação. Quando deram-me ajuda foi uma altura que eu precisei muito, precisei muito e não tinha dinheiro para comprar alimentos. Foi nessa altura que eles me deram e eu penso muito nessa altura. Quando não há dinheiro para se comprar... E quando veio aquela alimentação toda...

Entrevistadora: Tem medo de voltar a essa situação?

Entrevistada: Sim. (...)

Entrevistadora: E qual é o seu maior sonho?

Entrevistada: Ui! O meu sonho [suspirou] era ter o dia-a-dia.

Entrevistadora: Como assim?

Entrevistada: O dia-a-dia. Não me faltar o que comer, dinheiro, pronto, para minhas despesas.

Entrevistadora: Então o seu maior sonho era ter uma vida financeira mais tranquila?

Entrevistada: Sim, olha, eu nunca passei férias, nunca soube o que era férias. Nunca, nunca, nunca. Desde que me meti aqui, nunca soube o que era férias. Quando estivemos lá em Braga, ainda íamos à praia, mas nem sei, nunca saí daqui, pronto, não sei o que... Se gastar hoje o dinheiro, amanhã não tem para comer. E isto é a minha vida, agora eu tenho primeiro para a casa e se eu precisar de alguma coisa e depois está... [Pausa]
(P3.3_Montalegre, sexo feminino, 43 anos)

Um outro aspeto que esta história de vida coloca em evidência diz respeito à forma como os papéis de género se entroncaram com o percurso de exclusão laboral. Tal como tínhamos verificado nos perfis dos precários e, sobretudo, dos reformados, a análise das entrevistas enquadradas neste perfil sugere que, enquanto no caso dos homens, são sobretudo as características do mercado de trabalho na generalidade dos sectores e dos empregos de referência a impedir a inclusão laboral e social, no caso das mulheres, os papéis de género associados a tarefas associadas ao cuidado e à maternidade acabam por condicionar o desenvolvimento do seu percurso laboral e profissional, conduzindo por vezes a uma condição de inatividade.

Uma outra entrevistada, um pouco mais nova, com 41 anos, disse estar exausta. Com um historial de epilepsia e um ambiente familiar adverso, estudou apenas até ao 5.º ano e começou a trabalhar aos 16 anos, tendo encetado uma trajetória de emprego em carrossel num supermercado, numa pastelaria e no sector das limpezas. Gostava de estudar e, de facto, veio a frequentar um curso de pastelaria e outro de técnica comercial, com equivalência ao 12.º ano,

sem que isso se traduzisse numa valorização e estabilização da sua situação profissional. Tendo-se juntado a um companheiro aos 19 anos, com quem teve quatro filhos, continuou a viver em casa dos pais numa condição de sobreocupação habitacional. Algumas condicionantes associadas à saúde, assim como os papéis de género e associados à maternidade terão constituído um fator de desligamento do mercado de trabalho, especialmente depois do nascimento do filho mais novo, em 2010, que mais tarde veio a ser diagnosticado com uma doença crónica. Face às múltiplas vulnerabilidades, nos últimos anos investiu em procurar autonomia e melhores condições para os filhos, acabando por se separar do companheiro e por aceder a habitação social através da autarquia. Considerou que está numa situação de pobreza e, apesar dos esforços empreendidos – ou exatamente por eles –, sente-se exausta e não vê perspectivas de melhoria no futuro.

Entrevistada: Acho que minha vida não vai melhorar.

Entrevistadora: Acha que não? Por que é que acha isso?

Entrevistada: Não. Porque agora, os problemas que eu tenho tido de saúde... Primeiro de tudo, tem que começar a pensar como ultrapassar isso... Ou seja, como é que posso explicar? Explicar não é simples... Eu, com os problemas de diabetes e não sei o quê, é muito complicado... Porque os médicos dizem assim: «Você não pode comer isso... Agora só pode comer isso»... Mas agora é assim: o que eu tenho não dá para fazer o que eles querem. Então vou ter que... E não o que eles vão em dar... Vai ser complicado, muito complicado. Mas pronto...

Entrevistadora: A XXXX não se consegue imaginar hoje sem o subsídio, por exemplo? Sem o RSI? Hoje...

Entrevistada: Por enquanto, não.

Entrevistadora: Mas consegue-se ver no futuro sem isso?

Entrevistada: Se eu tivesse um trabalho, um trabalho, acho que sim.

Entrevistadora: E acha que ficaria melhor a sua vida com um trabalho?

Entrevistada: Sim, porque o meu psicológico, o meu psicológico ultimamente anda muito cansado. Porque é muita coisa só para a minha cabeça. E eu a tentar gerir tudo e é muita coisa mesmo. A pessoa que eu... As consultas... Eu penduro tudo... Está vendo um mapa? Eu tenho um mapa na sala que já estou usando. Faço uns autocolantes e vou metendo os dias. Eu é que faço isto tudo... Depois vem os pagamentos... É tudo o que eu tenho que fazer... Depois tenho que fazer pagamentos... Vou pagar isto, e isto primeiro... Agora vou

esperar... Pois é. Muito complicado, muito complicado. (P3.3_Lisboa, sexo feminino, 41 anos)

A própria narrativa denota as dificuldades em lidar com a gestão do dia e como as vulnerabilidades associadas às condições de saúde (suas e do filho), assim como as dificuldades em conseguir emprego contribuem para a cristalização da privação enquanto modo de vida e dificultam o investimento em ações que permitam a transformação da sua vida. Neste cenário, à semelhança do verificando noutros perfis (com a relativa exceção dos precários), as expectativas de melhoria de condições de vida parecem transferir-se para a descendência.

Entrevistadora: O que espera para a vida dos teus filhos? Para quando eles crescerem.

Entrevistada: Eu queria que eles tivessem um futuro, que não passassem o que eu passei. Olhassem assim para trás e dissessem: «Eu fiz isso toda a minha vida.» Eu gostava de os ver bem, que não precisassem de ninguém. Porque eu vejo que eu preciso e não tenho ninguém que me estender a mão e eu não gostava que eles passassem o mesmo que eu passei. (...) Para mim, eu já não digo para mim... Lá está, eu já estou tão habituada, que eu já excluo a mim. Então é isso, vejo os meus filhos... O futuro dos meus filhos... Eu gostava, um dia mais à frente, se Deus quiser... Que eu tenho de fechar os olhos e eu olho para trás a dizer assim: «Os meus filhos, sim, posso estar descansada, que eles seguirem o futuro deles»... Era isso que eu queria, mais nada. (P3.3_Lisboa, sexo feminino, 41 anos)

Também o processo de exclusão laboral da entrevistada P3.3_Celorigo de Basto, de 43 anos, terá sido condicionado pela assunção de tarefas de cuidado, neste caso dos pais. Saiu da escola com dez anos, em 1986 e apenas com a 4.^a classe, para trabalhar como empregada doméstica interna, em Guimarães. Aos 21 anos, regressou a casa para cuidar dos pais, ambos com doença do foro oncológico. O seu pai estava já reformado por invalidez por motivos de saúde e terá sido o agravamento da situação da mãe e a indisponibilidade dos irmãos para assumir essa responsabilidade que terão motivado a decisão. Em 2009, já depois do falecimento da sua mãe, regressou ao mercado de trabalho, na colheita de resina, um trabalho muito duro mas que acabou devido ao encerramento da empresa. Nunca quis voltar a estudar e chegou a frequentar cursos de formação, tendo acabado por desistir, por considerar que «não tem cabeça para escrever». Estava desempregada desde então, acabando por recorrer ao RSI. Mais recentemente, foi enquadrada em medida ativa de emprego (o Contrato Emprego-Inserção+), envolvendo atividades de jardinagem na câmara municipal, sem expectativas de integração

profissional. Não se sente feliz e nem sequer o acesso a um emprego estável parece estar no seu horizonte de vida. Os seus sonhos estão direcionados para uma dimensão afetiva da sua vida, pelo desejo ter um filho.

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistada: Eu espero bem que sim, senhora doutora. Espero bem que sim.

Entrevistadora: Mas consegue ver essa melhoria?

Entrevistada: Não, eu não consigo ver. Mas espero que seja para melhor, sim. Tenho esperanças.

Entrevistadora: E acha que algum dia, por exemplo, vai ser possível viver sem o apoio da Câmara, sem apoio de nenhuma instituição social?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Isso não consegue?

Entrevistada: Não, acho que não.

Entrevistadora: Toda a sua vida teve algum apoio?

Entrevistada: Sim. Sempre tive apoio.

Entrevistadora: E quais são os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados?

Entrevistada: Sonhos? Ter um filho e ser feliz.

Entrevistadora: Ter um filho?

Entrevistada: E ser feliz.

Entrevistadora: E ser feliz. Gostava de ser mãe?

Entrevistada: Gostava.

Entrevistadora: Acha que ainda vai conseguir concretizar esse sonho?

Entrevistada: Não sei. [pausa] Acho que não, não sei.

Entrevistadora: Então, diga-me (...) Ainda há qualquer coisa que a XXXX me queira contar sobre a sua vida?

Entrevistada: Eu acho que não há mais nada, senhora doutora. Eu já contei, prontos, que não sou feliz, que não...

Entrevistadora: E o que é que tem de positivo? Tem alguma coisa assim que...

Entrevistada: Não...

Entrevistadora: Como é que lida com a sua tristeza?

Entrevistada: Lido bem, fechando-me dentro de casa. Choro. Abraço com os gatos.

Entrevistadora: É isso?

Entrevistada: É. Mas feliz, não sou. (P3.3_Celorigo de Basto, sexo feminino, 43 anos)

Importa referir, para contextualizar esta narrativa, que a entrevistada não terá chegado a fazer o luto relativo à morte dos pais, tendo ficado deprimida e até pensado em suicidar-se. Considerando a recente detenção do irmão (à data da entrevista), com uma trajetória de toxicod dependência, esta entrevistada estava numa situação de particular vulnerabilidade social e psicológica. Neste sentido, o seu enquadramento no Contrato Emprego-Inserção+ não ofereceu grandes perspetivas de integração laboral (quando acabasse o contrato previa voltar a pedir RSI), mas terá contribuído para quebrar dinâmicas de isolamento social.

O desemprego pode aumentar o processo de acumulação de vulnerabilidades (por vezes pré-existent), precipitando processos de exclusão laboral e social que condicionam a forma de olhar os horizontes de vida, envolvendo, nos casos mais extremos, uma profunda rutura dos laços sociais.

Citada anteriormente como um exemplo de trajetória de emprego em carrossel, uma mulher do Porto, com 55 anos, já terá tido mais de dez empregos, estando desempregada desde 2011 e a sofrer de depressão. A entrevistada tinha dificuldade em referir todas atividades laborais desenvolvidas ao longo da sua vida, mas conseguia detalhar o último trabalho desenvolvido, entre 2008 e 2011, em que tomava conta de doentes acamados. Embora gostasse do trabalho pela sua componente humana, considerava-o desgastante do ponto físico e mental. Começou a adoecer enquanto ainda trabalhava, emagreceu mais de dez quilos e ficou muito cansada, acabando por ser diagnosticada com depressão. São notórios o seu desânimo e o receio de voltar a trabalhar.

Entrevistada: Dizem que é depressão e depois começam a tratar a depressão. Não resolvem os problemas das pessoas. Tratam as depressões.

Entrevistadora: E qual foi o emprego que mais gostou?

Entrevistada: Hum, não sei. O que mais gostei, acho que gostei de todos, tirando esses de fazer limpezas, acho que gostei de todos. Não há nenhum que não tenha gostado. Dava-me bem com as pessoas. Agora nem tanto. Gato escaldado, de água fria tem medo. Uma pessoa vai-se afeiçoando, vai dando quatro horas, mas a pessoa vai estando o dia inteiro e depois às tantas: «Tome para ir embora, que eu já não preciso». E uma pessoa fica assim: «Então, como é?», não há consideração por ninguém. Agora é: confio, desconfiando. Agora já é diferente, agora não trabalho mas aplico em tudo na minha vida confiando, desconfiando, até desde que eu sou doente e as coisas acontecem. Os médicos querem tratar e as coisas à volta não funcionarem, a ligação entre as coisas: Segurança Social,

médico de família, hospital, ... Não há articulação de informação, é complicado. Uma pessoa começa a passar fome e depois não há atestado para a fome. E depois a fome o que faz? Não enfraquece só o corpo, já não se consegue é pensar e, pelos vistos, as pessoas estão interessadas é que as pessoas não pensem. Já não dá, não fazes descontos não te dão valor nenhum. Para o Estado só dá é despesa, o melhor é encostar para canto e esquecer que aquilo está ali, dá muito trabalho e muita despesa. E pronto foi isso que fizeram comigo. (P3.1_Porto#2, sexo feminino, 55 anos)

Orgulha-se de ter conseguido, apesar das dificuldades, «criar o seu filho» de 36 anos, mas marcou-a quando soube que ia ser avó, sem que o seu filho tivesse um emprego. À data da realização da entrevista, apesar de desejar o melhor para filho, explicou que quase não mantinha contacto com ele ou com a neta. A sua narrativa parece ilustrar de forma dramática uma cadeia de negatividades envolvendo um dinamismo recíproco que implica, por um lado, uma recusa das pertenças, dos laços e do bem comum por parte do indivíduo e, por outro, a rejeição do indivíduo nas suas circunstâncias específicas por parte da sociedade (Amaro, 2015). A doença faz parte da sua autoperceção enquanto pobre quer nas dimensões subjetivas (sentimentos de desconfiança; desamparo; exaustão mental) quer nas dimensões materiais (fome; precariedade habitacional; exaustão física; desproteção social; exclusão do mercado de trabalho); percebendo-se, portanto que as circunstâncias pessoais, relacionais e institucionais se entroncam num emaranhado difícil de desatar. Quando questionada sobre se se sentia feliz e sobre as suas expectativas em relação ao futuro, a sua resposta esclarece como essa cadeia de negatividades se projeta de forma muito clara:

Entrevistadora: E o que mudaria na sua vida?

Entrevistada: Ui! Dava corda aos patins e desaparecia. Ia para longe, para o meio do monte.

(...)

Entrevistadora: E sente que a sua vida vai melhorar no futuro?

Entrevistada: Não, vai é piorar.

Entrevistadora: Acha que pode vir a viver sem nenhum tipo de apoio?

Entrevistada: Não, não. Como é que eu posso? Se o médico diz que daqui a dois ou três anos, se não me resolvem a situação da casa, ... (...) Enfim, se eu não arranjo a minha situação. Ele dizia dois/três [anos], isto já devia ter passado um, portanto tenho que

esperar mais dois. Estou com uma doença mental qualquer e cada vez estou mais pele e osso. A ganhar 142 euros a pagar luz, não pago renda porque é a minha tia que paga, mas pago luz, água, gás. E tenho que comer, não é? (P3.1_Porto#2, sexo feminino, 55 anos)

Parece ser claro que neste caso se verifica uma profunda rutura dos laços sociais, cuja recuperação passaria por abordar dimensões de natureza afetiva e material, começando por garantir condições básicas de subsistência.

Num número reduzido de entrevistas, é possível identificar uma avaliação prospetiva mais assertiva e otimista sobre o futuro. Mais qualificados, ou pelo menos com mais recursos sociais e culturais, terão trilhado um longo caminho de privação, que, contudo, envolveu um conjunto de esforços visando uma situação de menor vulnerabilidade. Esses esforços, mais próximos do que anteriormente se tem vindo a designar de uma **agência transformadora**, não se têm, ainda assim, traduzido em resultados que garantam uma melhoria futura das condições de vida. Como veremos, um outro aspeto que ressalta destas experiências é o facto de os laços afetivos, de natureza familiar (cônjuge e descendentes, ou apenas descendentes, nos casos de divórcio), terem constituído um elemento de proteção e motivação face às vulnerabilidades, sendo parte importante das expectativas relativas ao futuro.

Um dos entrevistados do Porto, de 45 anos, estava também desempregado há muito tempo, desde o início da fase mais intensa da crise económica em 2010-2013, sendo beneficiário do RSI à data da entrevista. Mais qualificado do que a maioria deste perfil, abandonou a escola no 12.º ano, no curso de Economia. Não conseguiu concluir a disciplina de Matemática e «queria trabalhar, queria ter dinheiro, queria sair», mas considerou na entrevista que a sua vida poderia ter sido melhor se tivesse continuado os estudos. Iniciou uma trajetória de emprego em carrossel, tal como a maior parte dos outros entrevistados, mas talvez menos orientada pela necessidade de sobrevivência, envolvendo trabalhos um pouco mais qualificados e iniciativas de pendor empreendedor. Trabalhou numa loja de instrumentos musicais, num *stand* de automóveis, numa empresa de equipamentos de escritório, noutra de distribuição de cervejas importadas e num laboratório de medicamentos genéricos. Em 2008, avançou (em conjunto com a esposa, com quem iniciou uma união de facto aos 21 e com quem teve duas filhas) para a criação de um espaço artístico. Contaria para tal com o apoio de um programa de apoio ao empreendedorismo promovido pelo IEFP, mas, dois anos depois, em 2010, o projeto teve de ser suspenso devido a problemas de saúde do entrevistado que obrigaram à sua hospitalização durante três meses. Perdido o apoio do IEFP, ficou numa situação financeira muito precária, o

que o obrigou a iniciar um processo de insolvência que foi concluído em Maio de 2019⁶⁴. Tendo de se focar na sua recuperação, o entrevistado enfrentou a fase mais difícil da sua vida, para a qual terá sido fundamental o apoio e solidariedade familiar. Entretanto recuperou e tinha, à data da entrevista, sua situação financeira praticamente regularizada. Estava otimista, mas preocupava-o em especial o futuro das suas filhas.

Entrevistadora: E tem esperança de que a sua vida vá melhorar no futuro?

Entrevistado: Tenho, tenho. Acho que ainda este ano que vou conseguir melhorar isso, porque agora em termos de saúde já estou a 100 %. O meu processo de insolvência também já está a acabar, já é bom.

Entrevistadora: Estava-me a dizer que tinha uma oportunidade qualquer de emprego?

Entrevistado: Sim, eu tenho um colega meu que tem um negócio de automóveis e ele tem um sócio. Ele chateou-se com o sócio e eles partilham o espaço, não é? E ele está à espera de arranjar um espaço só para ele e disse-me que se arranjasse que eu ia para lá. E eu acho que sim, que vou, porque ele também... Ele é uma das pessoas com quem eu costumo estar e quando precisa de alguma coisa, fazer um registo de um carro ou fazer isso, eu vou porque também não me custa nada.

Entrevistadora: Portanto, ele agora lembrou-se de si.

Entrevistado: É. Nós estamos juntos muitas vezes.

Entrevistadora: Hum-hum. Quais é que são os seus maiores desejos e sonhos que gostava de concretizar?

Entrevistado: É assim, eu agora... hum... Eu o que eu quero é mais para as minhas filhas. O que eu quero é que elas sejam felizes, cresçam e que tenham uma família assim como nós temos. São duas meninas, ainda por cima. [sorriso]

Entrevistadora: As meninhas do papá, não é? [risos]

Entrevistado: É mesmo. Sabe que eu conheço os homens e conheço a sociedade e basta. É mais difícil para vocês, que eu sei.

Entrevistadora: Mas como imagina a vida das suas filhas? Acha que vai correr tudo bem?

Entrevistado: Sim. A mais velha, eu acho que, pronto, tem mais dificuldade. A mais nova é muito decidida, muito pragmática, muito boa aluna. É a melhor aluna da turma. A outra é mais insegura.

⁶⁴ Foi equacionada a possibilidade de ser obrigado a pagar tudo o que lhe tinha sido atribuído, com juros («Era uma quantia exorbitante. E eu não tinha hipótese mesmo nenhuma»). O processo de insolvência terá permitido avançar para a regularização da sua situação financeira.

Entrevistadora: Então, elas são muito diferentes.

Entrevistado: É, a outra é muito insegura. Mas dão-se muito bem, elas. A outra, eu acho que o que ela precisava era de ter alguém, de um namorado, arranjar um namorado que fosse amigo dela e vai arranjar! Porque ela é bonitíssima, é linda! [risos] Ainda por cima são as duas muito lindas [risos]

Entrevistadora: [Risos] Então e para si não quer nada?

Entrevistado: É, trabalho. Eu quero é trabalhar, quero.

Entrevistadora: Pronto, mas está com alguma esperança de que...

Entrevistado: Eu e a mãe, nós tínhamos sempre... A nossa ambição foi sempre deixar bem as nossas filhas e ir morar para um sítio fora daqui da cidade, para o Alentejo ou assim qualquer coisa.

Entrevistadora: Sei, mais sossegado.

Entrevistado: Sim, nós sempre tivemos essa... Ou ter um negócio ligado ao turismo, assim numa região dessas.

Entrevistadora: Então... e não é impossível!

Entrevistado: Não, não é. Claro que não. Mas agora estou mais preocupado com elas, o futuro delas. Se elas estiverem bem, nós também estamos. (P3.2_Porto, sexo masculino, 45 anos)

Uma entrevistada de Lisboa também recorreu a um pedido de insolvência como forma de fazer face à situação financeira que enfrentava e que se vinha arrastando há vários. Estava desempregada, a receber subsídio de desemprego, depois de ter trabalhado seis anos como empregada de balcão numa pastelaria, mas não era a obtenção de emprego a sua maior preocupação, por considerar ter um currículo consistente no sector da distribuição alimentar. Sendo também mais qualificada, não obstante a situação de alguma instabilidade que acompanhou a sua trajetória laboral, foi a atuação do ex-marido que precipitou a degradação da sua situação económica. Nasceu em Angola, veio para Portugal com nove anos devido à guerra e viveu muitos anos numa barraca, num bairro de Lisboa. Aos 16 anos, começou a ajudar a mãe na copa da cozinha num restaurante na Feira Popular e, desde então, fez um percurso laboral no sector do comércio alimentar, que intercalou com alguns períodos de desemprego. Alguns anos depois, retomou os estudos, acabando por concluir o 12.º ano, o que complementou com um curso de inglês. Casou-se aos 27 anos, teve dois filhos e, cerca de nove anos depois, seguiu-se um divórcio litigioso. Referiu-se a esta relação com muita amargura, pois o marido estava envolvido numa atividade de falsificação de documentos, tendo sido difícil

provar que não estava implicada na atividade ilícita do marido. O centro das suas preocupações estava relacionado com o facto de ter ficado com seu salário e casa penhorados, o que deu lugar a um ciclo de privação financeira do qual ainda não se conseguiu recompor. Em vários momentos, disse estar exausta com as dificuldades e privações que enfrentou nos últimos anos, não deixando de procurar saídas. Em 2019, deu início ao processo de regularização da sua situação financeira. Assegurar habitação para si e para o seu filho mais novo (o mais velho já é autónomo) era uma das suas preocupações fundamentais, pelo que ocupou uma casa camarária devoluta. Quando questionada sobre as suas expectativas relativamente ao futuro, respondeu:

Entrevistada: Não sei... Eu não sei. Porque só depende de um teto. Para mim, só depende de um teto.

Entrevistadora: E...

Entrevistada: Sempre trabalhei...

Entrevistadora: E acha que poderá vir a viver sem qualquer apoio?

Entrevistada: Eu digo, sinceramente, com um teto camarário...

Entrevistadora: Acha que sim?

Entrevistada: Aqui que sim. Acho, não, tenho a certeza, porque eu não ia precisar do dinheiro deles para nada.

Entrevistadora: E acha que a vida dos seus filhos vai ser melhor?

Entrevistada: Tendo um teto em condições, ...

Entrevistadora: E acha que a vida deles vai ser melhor? Tem esperança de que a vida deles vá ser melhor?

Entrevistada: É assim, eu não acho... A vida deles não é má. (...) A vida deles não é má porque têm os amigos, fazem atividades, apenas estão um bocadinho como eu. Não têm o teto certo.

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: É só... Melhorar... E vamos viver como sempre vivemos, mas sem o sobressalto de um dia nos porem na rua.

Entrevistadora: Qual era o maior sonho que gostaria de ver realizado?

Entrevistada: É ter uma casa. É ter uma casa minha. Este é o meu maior sonho.

Entrevistadora: Sonho... Foi onde perdeu o sossego, era aí que gostava de recuperar isso...

Entrevistada: É, é. É o meu maior sonho, é ter uma casa, porque eu sei muito bem que o meu rendimento dá muito bem para me sustentar. Não precisaria de ajuda de assistente social.

Entrevistadora: E, no fundo, também está à espera de arranjar trabalho, isso não...

Entrevistada: Não tenho problema nenhum, nem que seja a lavar loiça. (...) Já lavei muita loiça em restaurantes, portanto, ... (P3.1_Lisboa, sexo feminino, 48 anos)

Também um entrevistado de Ponta Delgada, de 51 anos, sublinhou as dificuldades tidas na sequência do divórcio. Proveniente de uma família de meio rural, começou a ajudar o pai no trabalho agrícola muito novo. Concluiu o 6.º ano e abandonou a escola por pressão do pai. Referiu-se diversas vezes a uma relação tensa com pai, que descreveu como sendo uma pessoa trabalhadora, mas como alguém que bebia e batia na sua mãe. Saiu de casa aos 19 anos, para ir viver para Ponta Delgada com a companheira com quem veio a casar. Teve uma filha e construiu uma casa. Trabalhou seis anos numa fábrica de papel que entretanto fechou. A partir dos 29 anos, começou a trabalhar numa empresa de segurança privada onde permaneceu ao longo de cerca de 20 anos. Esta empresa foi vendida a uma multinacional que o dispensou, a ele e aos restantes trabalhadores, não assumindo os vínculos laborais no ato de aquisição da empresa. Bastante implicado na atividade sindical há vários anos (chegou a assumir funções de direção), o entrevistado e os seus colegas deram início a uma queixa no tribunal, da qual aguardavam o desfecho aquando da entrevista. Considerava que o esforço que teve de fazer após o divórcio, procurando lidar com as dificuldades de gestão acrescidas por causa do recomeço da sua vida e pelo seu empenho em dar condições materiais e afetivas para a educação da sua filha, acabou por colocá-lo numa melhor posição para lidar com a atual situação de desemprego. Sentia que, com a sua idade, começava a ter menos oportunidades e, visto que estava bastante motivado para a atividade sindical, gostaria de ser contratado pela sua estrutura sindical.

Entrevistador: Como é que acha que a sua vida vai ser no futuro?

Entrevistado: Não sei, não sei como é que vai ser no futuro, mas o que eu gostaria que fosse, se me perguntasse isso, eu diria que acima de tudo...

Entrevistador: Isso era o que ia perguntar a seguir.

Entrevistado: Pronto, então eu vou responder, gostaria que fosse, no futuro, acima de tudo, continuasse a ter saúde, uma vida digna com saúde, um emprego estável. E que tivesse a minha filha sempre ao meu lado, as pessoas mais próximas, quer dizer, a minha companheira também. No fundo, ter uma vida tranquila com saúde, eu não quero mais do que isso.

Entrevistador: Acha que vai continuar a receber subsídio de desemprego durante muito tempo? Ou que vai continuar nesta situação de desemprego muito tempo?

Entrevistado: Eu espero que não. Que essa situação não se prolongue muito, que eu até, é uma situação que me tem afetado psicologicamente. Não lido muito bem com isso, não lido muito bem, que nunca passei – já passei, mas uma coisa muito fugaz. Gostaria que já amanhã houvesse uma solução de emprego para mim, mas não estou a ver no imediato, até porque pela idade que eu tenho. Até agora, eles nunca me chamaram para um trabalho, uma formação, para nada. Agora, o que eu gostaria que me acontecesse, e que no futuro pudesse acontecer, é que houvesse estabilidade e que na minha estrutura em que estou envolvido, no meu sindicato, eles me criassem condições de eu ficar aqui, contratado pelo meu sindicato, e que continuasse aquilo que estou a fazer aqui. Eu gosto de fazer isto, eu gosto de fazer aquilo que eu faço.

Entrevistador: Seria uma mais-valia para todos, para si e para...

Entrevistado: Eu penso que sim, eu penso que sim. Ainda hoje de manhã, eu estive a falar com o meu coordenador e ele disse precisamente isso.

Entrevistador: Ia fazer uma pergunta a que já me respondeu anteriormente, que era qual seria o futuro da sua filha, mas já me disse que era ter uma vida estável, acabar os estudos e ter um emprego.

Entrevistado: Exatamente. E, já agora, ter uma família. (P3.2_Ponta Delgada, sexo masculino, 51 anos)

9.2. O papel das políticas públicas

Analisando agora o papel das políticas de proteção social e de ativação no desemprego, é notória a sua importância na proteção ou mitigação de situações de pobreza absoluta. No entanto, parece persistir um problema de fundo relacionado com a conjuntura adversa em termos de mercado de trabalho que não permite, salvo casos excecionais, a consolidação do acesso a um emprego estável e de qualidade como horizonte de vida. Apesar da motivação em lutar pela melhoria das condições, são poucas as expectativas de que isso venha realmente a acontecer e é na indeterminação e na sorte que parecem ser depositadas as expectativas e os sonhos.

Por outro lado, estando as medidas de proteção social não contributivas associadas a uma condição de recursos do agregado, essa falta de perspetivas coloca um *trade off* entre a manutenção de apoios sociais – que, apesar de baixos, são relativamente estáveis – e a obtenção

de rendimentos de trabalho⁶⁵. Ainda que estes rendimentos possam compensar a baixa cobertura da proteção, não garantem qualquer estabilidade. Este é um elemento da equação com um grande peso nas situações de maior vulnerabilidade associadas a doenças, a baixas qualificações e/ou à idade de pessoas que se encontram, por isso, mais desvalorizadas enquanto força de trabalho nos sectores onde desenvolveram grande parte do seu percurso laboral. Repetimos aqui uma parte de um extrato já analisado.

Entrevistadora: Acha que a sua vida pode vir a ser melhor no futuro?

Entrevistado: Na idade que eu já tenho, desconfio muito, minha senhora. Eu desconfio muito de ter uma vida melhor do que esta que eu tenho. Não...

Entrevistadora: E acha que vai poder vir a viver sem apoios sociais?

Entrevistado: [Suspiro] Não sei. Francamente eu não sei. Da maneira que isso vai andando aí, eu não sei. (...) É porque não se vê ninguém a dar empregos a essas pessoas de 50 anos, dessas pessoas que já têm mais uma idadezinha. Eles veem essas pessoas sempre para o lado. Vão buscar pessoas mais novas. (...)

Entrevistadora: Disse há bocado que se sente discriminado por receber do banco alimentar. E acha que é discriminado pela sua idade?

Entrevistado: Também é outra situação em que a gente somos discriminados. Porque a gente chega a uma certa idade e a gente já não servem. E não servem porque é?! Porque já não damos o rendimento, já, aqueles que eles tanto precisam. (...)

Entrevistadora: [Pausa] O que é que seria necessário para viver sem esse subsídio?

Entrevistado: Eh senhora! Seria necessário é emprego. Um emprego. E que fosse um emprego para mim ficar efetivo o resto da minha vida. Não estar derramado por aqui e por lá, que isso não vai com nada. (...)

Entrevistadora: (...) E sonhos? Tem algum sonho que gostasse de ver realizado?

Entrevistado: Eu tenho tantos sonhos. Os meus sonhos... A primeira coisa era fugir daqui para fora, como eu disse à senhora. A segunda coisa era ter um emprego como deve de ser, para sustentar a minha família como deve de ser e querer nada do Governo. E para mim não estar com gente sempre à perna. Porque a gente recebem isso, mas eles estão sempre a cobrar aquilo que a gente recebe. (...) Por exemplo, eu estou recebendo esse dinheiro, mas se me aparecesse um dia ou dois para trabalhar, não era bom, não ajudava

⁶⁵ Este *trade-off* ganha forma diversa conforme as medidas e a composição do agregado familiar. Num dos casos, o Contrato Emprego-Inserção+ acabava por ser vantajoso relativamente ao RSI por não estar dependente da composição do agregado familiar.

mais a minha vida? Mas não posso trabalhar. Porque se for apanhado, sou cortado. E eu não vou perder essa minha prestação do fundo de desemprego por causa de um dia ou dois. Uma pessoa tem medo... tem medo de dar um dia ou dois.

Entrevistadora: Por isso é que diz que precisava de um emprego estável?

Entrevistado: Exatamente! Se for esses trabalhos dos programas, não dá para nada. Eu estou um ano e meio a trabalhar e depois, Fundo de Desemprego. Estou mais um ano e meio a trabalhar, Fundo de Desemprego. Isso não dá nada. Por isso, eu digo que o Governo tinha (...) de abrir vagas para pôr o pessoal efetivo nessas empresas. (...)

Entrevistadora: Acredita que isso venha a acontecer?

Entrevistado: Da maneira que isso vai andando? Vai lá nada! (P3.2_Vila Franca do Campo, sexo masculino, 49 anos)

Além do carácter compulsório deste tipo de medidas, já referidos a propósito da análise dos programas de ativação, o entrevistado apontou um dilema que enfrenta na gestão das suas dificuldades, na tentativa de aumentar os seus rendimentos e melhorar as condições de vida da sua família. O facto de as medidas de proteção social não contributivas estarem associadas a uma condição de recursos do agregado coloca-o perante um *trade off* entre a manutenção de apoios sociais, que apesar de baixos são relativamente estáveis, e a obtenção de rendimentos de trabalho, um risco dada a sua irregularidade. Mesmo que estes pudessem compensar a baixa cobertura da proteção não garantem qualquer estabilidade, um elemento da equação que vem ganhando peso com o avançar da idade do entrevistado e face à desvalorização da força de trabalho no sector onde desenvolveu grande parte do seu percurso laboral.

Este *trade off* entre manutenção de apoios sociais e obtenção de rendimentos sociais também foi referido por um entrevistado de Guimarães, de 42 anos, que apenas tinha acesso a assistência alimentar enquanto aguardava pelo RSI. Com um percurso laboral mais estável do que as experiências anteriores, o entrevistado trabalhou quase 20 anos numa fábrica do sector têxtil até ter sido despedido, em 2013, num processo de reestruturação da empresa. Chegou a conseguir alguns empregos sazonais e informais, mas está desempregado desde 2017, e teve acesso ao RSI. No seu caso, vivendo sozinho, o Contrato Emprego-Inserção+ acabava por ser vantajoso relativamente ao RSI, por não estar dependente da composição do agregado familiar. Apesar da sua motivação em lutar pela melhoria das suas condições, não expressou muitas expectativas de melhoria e era na indeterminação e na sorte que pareciam estar depositadas as suas expectativas e sonhos.

Entrevistadora: Acha que as coisas vão melhorar no futuro?

Entrevistado: Eu gostaria.

Entrevistadora: E o que acha que precisa para melhorar?

Entrevistado: Lutar e trabalhar, lutar pelos seus objetivos.

Entrevistadora: Acha que, para melhorar, teria que começar a trabalhar?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: E tem essa esperança de não depender mais dos subsídios do Governo?

Entrevistado: Eu gostaria, mas não sei o dia de amanhã.

Entrevistadora: E qual seria o seu maior sonho hoje?

Entrevistado: Hoje? Receber o Euro milhões. [risos] Isso é lógico, não é? (P3.4_Guimarães, sexo masculino, 42 anos)

As histórias de vida apresentadas anteriormente referem-se situações de desemprego, muitas delas superiores a períodos de cinco anos, em que, apesar das dificuldades, o acesso a emprego continua a ser um ensejo dos entrevistados. No entanto, existe um conjunto de casos neste perfil em que a idade e as condições de saúde fazem com que o acesso à reforma seja a forma mais almejada (e até adequada) para garantir o acesso a condições de vida um pouco mais dignas.

Em dois destes casos, os entrevistados já apresentaram pedido para acesso a reforma, estando a aguardar o seu deferimento. No caso de um entrevistado, de 66 anos, residente em Ferreira do Alentejo, o enquadramento neste perfil e na categoria de desemprego está relacionado com o facto de estar a receber subsídio de desemprego e não reforma, podendo ser encarado como um caso extremo, que ajuda a diferenciar perfis. No entanto, se da perspetiva das instituições de proteção social, é considerado como desempregado, do ponto de vista conceptual, e dada a sua indisponibilidade para o trabalho, estará mais próximo de uma categoria de inatividade. Nascido num país da Europa de Leste, passou muitas privações na infância. Tendo concluído o equivalente local ao 10.º ano, começou a trabalhar aos 16 anos no campo e, mais tarde, durante 16 anos, na indústria de produção de lã. Aos 36 anos, trabalhou uns tempos como pedreiro e depois durante seis anos, como técnico de ar condicionado. Tinha já mais de 45 anos quando decidiu emigrar, primeiro para a República Checa e depois para Portugal, de forma a garantir aos filhos a continuidade dos estudos superiores. Em Portugal, trabalhou em vários sectores, nomeadamente na construção civil e na agricultura, em Lisboa e no Alentejo, numa situação de grande precariedade laboral e administrativa. Já em Portugal, durante o percurso migratório, foi vítima de extorsão e ameaças por uma rede de tráfico de

imigrantes. Conseguiu regularizar a sua situação administrativa em 2007, o que foi particularmente importante não apenas do ponto vista laboral, mas também por ter permitido que fosse visitar a sua família. Gostaria de ter continuado a estudar e arrependia-se da decisão de emigrar, ou pelo menos de não ter trazido a sua família.

Entrevistado: (...) Isto estraga a família, isto estraga a família.

Entrevistadora: Estraga a família, o quê? A emigração?

Entrevistado: A emigração! Porque, sabes, meu culpa, eu precisava, logo traz para esta mulher. Filha entrou na universidade, precisa acabar, precisa... [incompreensível] Senhora, minha mulher, depois passou um ano, acabou filha e entrou o filho na universidade, ele terminou menos do que a universidade... (P3.2_Ferreira do Alentejo, sexo masculino, 67 anos)

O entrevistado teve um percurso muito duro, estando habituado a trabalhar em condições de grande penosidade, risco e precariedade laboral. Ainda assim, esta situação de desemprego estava a ser particularmente dolorosa.

Entrevistadora: Como é para si estar desempregado? Agora desta vez...

Entrevistado: Agora. Depois desta, eu estava doente, dói coluna, dói frio, deste tempo frio na perna, não tem circulação e o sangue não... não sabe o que é que tem. Agora, esta segunda-feira, fiz exame intestino...(...) Agora, dia 28 vai fazer na perna, vai fazer exame.

Entrevistadora: O que é que tem na perna?

Entrevistado: Não sei, não tem circulação e sente frio na perna. Coluna e mão...

Entrevistadora: E acha que não tem condições para voltar a trabalhar, é isso?

Entrevistado: Não tenho condições. E a outra coisa, depois esta doutora, ... Eu já em 2002 sozinho aqui. Sozinho!

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: Esta não é vida.

Entrevistadora: Já está cansado desta vida.

Entrevistado: Eu precisava de sair a reforma, já cortou dois anos e eu ficou mais maluco, mais doente. E agora não se pode acalmar [fica nitidamente emocionado, recomeçando a chorar]

Entrevistadora: E diga-me uma coisa, gostava de voltar para a XXXX [país de origem]?

Entrevistado: Eu... Vai voltar lá, enquanto viva a mulher. Precisa de voltar porque ela já não pode. Precisa ajudar porque ela já...

Entrevistadora: E o que é que precisa para voltar para a XXXX [país de origem]?

Entrevistado: Não volta porque precisa esta...

Entrevistadora: De dinheiro...

Entrevistado: Não, de dinheiro. Agora a outra coisa, precisa já a idade, reforma, arranjar reforma e depois vai para lá enquanto ela for viva. Depois volta para trás. Eu queria ficar aqui...

Entrevistadora: Mas queria ir lá enquanto ela ainda está viva...

Entrevistado: Enquanto ela ainda está viva eu precisava de ir. Ajudar para ela, porque ela já não pode. (P3.2_Ferreira do Alentejo, sexo masculino)

A sua situação faz lembrar, à semelhança de outras referidas anteriormente, a condição de dupla referência referida por Capucha (2015), que neste caso assume proporções dramáticas pois, estando a sua esposa muito vulnerável em termos de saúde, face ao adiamento do acesso à reforma, corria o risco de não conseguir encontrar com vida. Ainda assim, a sua intenção era a de ir ter com a mulher e depois regressar a Portugal, onde pretendia passar o resto da sua vida.

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ficar melhor no futuro?

Entrevistado: Não. Meu vida, sabes, senhora, eu queria ir para casa, ver família, ver mulher, cidade. Médico deixa para ela. Eu traz ela um mês para cá, não... Quer dizer, não tenho condições.

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: Eu... [Cala-se. Nessa altura da entrevista, parece claramente abatido]

Entrevistadora: Portanto, a sua esperança é poder voltar à XXXX [país de origem] e ver a sua mulher, família?

Entrevistado: E depois se volta para trás, quando vai receber reforma. (P3.2_Ferreira do Alentejo, sexo masculino, 67 anos)

Também um entrevistado da Amadora, de 58 anos de idade, estava a aguardar uma decisão relativa ao pedido de reforma, neste caso por invalidez. Nascido no interior do país, viveu a sua infância em contexto de grande privação e deixou a escola apenas com 4.ª classe aos 14 anos, depois de reprovar por três vezes. Foi para Lisboa aos 15 anos, tendo trabalhado como

carpinteiro e depois no sector da restauração e hotelaria. Embora sempre neste sector, ao longo dos anos trabalhou para várias entidades, na maior parte do tempo com contrato de trabalho. Apesar da instabilidade laboral, não tinha dificuldades em conseguir trabalho, mas, à medida que o tempo foi passando, a idade e as limitações de saúde, agravadas por um problema de alcoolismo, foram-se transformando em obstáculos no acesso a um emprego. O apoio social acabou por se tornar essencial para a sua sobrevivência.

Entrevistado: Eu desejava que o futuro fosse melhor, tivesse a ajuda de alguém.

Entrevistadora: E o que é essa ajuda? O que é que queria que ainda não conseguiu? Já falou na casa, mas o que é essa ajuda de que estava à espera?

Entrevistado: Sei lá. Não se pode pedir dinheiro [risos]. O dinheiro faz falta a toda a gente. Toda a gente quer melhores condições. Carro, não vou pedir carro, porque não tenho carta de condução. Se não tirei aos 18 anos, também não é agora que vou tirá-la. Costuma-se a dizer: Burro velho ainda pode aprender. Mas eu acho que agora também não vale a pena. Até era bom tirar a carta de condução, até há carros à venda ainda baratos. Mas já não vale a pena.

Entrevistadora: Acha que no futuro vai conseguir viver sem subsídio?

Entrevistado: Então viver sem subsídio ainda pior.

Entrevistadora: Mas imagine que conseguia viver sem subsídio. O que é que era necessário para que isso acontecesse?

Entrevistado: Sem subsídio, não sabia o que é que havia de fazer na minha vida. Sem rendimento, sem a ajuda onde vou comer e beber e vestir e tomar banho e lavar a roupa, o que é que ia ser da minha vida? Era morte súbita. (P3.5_Amadora, sexo masculino, 58 anos)

Importa salientar que nestes casos, como as situações de inaptidão para o trabalho e de invalidez, sobretudo quando próximas da velhice, indicam um afastamento mais ou menos definitivo do mercado de trabalho, seria expectável que isso se refletisse, também, nas disposições sobre o futuro. Deste ponto de vista, os resultados são bastante curiosos: o reconhecimento da condição de inatividade apenas faz parte fundamental das expectativas de futuro daqueles entrevistados que aguardam deferimento do pedido de acesso a reforma⁶⁶.

⁶⁶ Em dois destes casos, os entrevistados já apresentaram pedido para acesso a reforma (num caso, por velhice, noutro por invalidez), estando a aguardar o seu deferimento. No entanto, se do ponto das instituições de proteção social são considerados desempregados, do ponto de vista conceptual, dada a

Como vimos, os períodos de desemprego terão contribuído para acentuar processos de privação e de acumulação de desvantagens e, de certa forma, de marginalização social. Nos casos mais extremos, de grande precariedade material e afetiva, a reconstituição dos laços sociais passaria por abordar todas estas dimensões de vulnerabilidade em que se encontram, desde logo garantindo condições básicas de subsistência. É por isso relevante que várias das pessoas entrevistadas se manifestassem cétricas quanto à possibilidade de viverem sem apoios sociais.

Isto remete-nos para uma segunda questão, de natureza económica. As dificuldades de acesso a emprego estável e de qualidade são uma tónica comum à maior parte destas entrevistas. Nesse sentido, para além de ser essencial reafirmar a importância das políticas de natureza redistributiva como forma efetiva de combate à pobreza (Marques *et al.*, 2015), importa reequacionar a eficácia das medidas ativas de emprego num cenário onde não há perspetivas de integração profissional. A necessidade de criação de emprego de qualidade constitui assim um desafio fundamental às nossas sociedades, sob pena de se continuar a restringir as oportunidades de melhoria de condições de vida a quem está em situação de desemprego, aprofundando fatores de exclusão, desqualificação e desfiliação social.

Por outro lado, um outro aspeto que ressalta da análise destas entrevistas está relacionado com o facto de, em situações menos extremas de exclusão laboral, a existência de um *trade off* entre a manutenção de apoios sociais, que apesar de baixos são relativamente estáveis, e a obtenção de um rendimento do trabalho que, na prática, pode implicar um aprofundamento da quebra de ligação ao mercado de trabalho ou uma situação de maior desproteção e insegurança social.

É, por fim, de destacar que a idade e a degradação das condições de saúde constituem fatores de vulnerabilidade e de discriminação acrescida.

sua indisponibilidade para o trabalho, estarão mais próximo de uma categoria de inatividade. Nos restantes três casos, a sua condição de inatividade é atestada pela situação de reforma por invalidez.

Conclusão

Este grupo integra pessoas desempregadas ou inativas (mas em idade ativa), enquadradas em agregados cuja principal fonte de rendimento são transferências sociais, que não pensões de velhice. Não obstante a situação atual, todos tiveram amplas experiências de trabalho ao longo da vida. Quando analisamos as suas trajetórias profissionais, destacam-se a instabilidade contratual, a alta rotatividade entre emprego-desemprego e a informalidade das relações de trabalho, constituindo, em regra, trajetórias de emprego em carrossel. A ausência de uma carreira contributiva que assegure a reforma é também algo que tem impacto na ausência de direitos de proteção na doença e no desemprego.

A maior parte das situações de desemprego aqui analisadas parecem remontar à crise económica de 2008-2014, o que sugere que os entrevistados não chegaram a recuperar do ambiente económico e social adverso que nessa altura se instalou, em especial (pelo menos entre a nossa amostra) para trabalhadores não qualificados da construção civil. Quando analisamos o lugar do desemprego nas trajetórias de vida destas pessoas, salientam-se três factos muito evidentes:

- i) na maior parte dos casos o desemprego surge muito precocemente, imediatamente após a primeira ou segunda experiência de trabalho que, à semelhança dos perfis anteriores, ocorre entre os seis e os 16 anos de idade;
- ii) na trajetória de alguns inquiridos há um desemprego recorrente;
- iii) um número muito significativo de pessoas vivencia um desemprego de longa duração ou mesmo de muito longa duração.

As explicações avançadas pelos entrevistados para ingressarem ou permanecerem no desemprego são variadas, refletindo tanto fatores relacionados com as características dos mercados de trabalho como com a diversidade das trajetórias sociais e a singularidade das histórias de vida de cada um. Não deixa de ser relevante encontrarmos aqui situações indicadoras da degradação da relação salarial e de processos de estruturação produtiva em função de critérios de competitividade (despedimentos e fechos de empresa), não sendo de espantar que a dificuldade de obtenção de um emprego de qualidade esteja bem presente nas suas narrativas. Por outro lado, colocando o enfoque no indivíduo, um dos motivos para o desemprego que a análise das entrevistas permite evidenciar é a situação de doença, física e mental, que referimos anteriormente. Outro motivo referenciado remete para a idade, tendo

os entrevistados consciência de que os empregadores são refratários ao recrutamento de trabalhadores mais velhos. A sorte e a discriminação também aparecem como motivos que justificam o afastamento do mercado de trabalho, sendo a discriminação derivada sobretudo da aparência física ou da pertença étnica.

Contudo, não é apenas a instabilidade profissional que assola a vida destas pessoas. As narrativas produzidas em torno da conjugalidade refletem e aprofundam o impacto da situação de desemprego na produção de uma instabilidade pessoal e conjugal, pois, na vida de uma parte muito significativa destes entrevistados, surgiram episódios de separação/divórcio em diferentes momentos do ciclo de vida. Os entrevistados deste perfil salientam os impactos emocionais e o sofrimento associado a esta dissolução e dão a entender que tudo isso veio aprofundar a situação de fragilidade económica em que se encontravam. Por seu turno, a transição para a parentalidade, apesar de ser objeto de diferentes apreciações por parte dos entrevistados, surgiu, para alguns, de uma forma tão inesperada que precipitou processos de autonomização residencial e de conjugalidade. A dissolução das relações conjugais teve como consequência que as obrigações e as responsabilidades parentais se concentrassem apenas num progenitor, fazendo com que a monoparentalidade – masculina e feminina – causasse um enorme impacto na situação de vulnerabilidade social. Ainda assim, os entrevistados consideram que o foco atual de felicidade das suas vidas está nas relações familiares, nomeadamente na relação com os filhos.

Uma questão que se coloca com particular pertinência remete para a forma como os entrevistados compensam os desequilíbrios provocados pelos eventos críticos que ocorreram nas suas vidas.

A maioria das trajetórias de vida destes entrevistados revela o cumprimento de um destino de pobreza devido à exposição precoce e de longa duração a contextos de privação e exclusão⁶⁷. À instabilidade e rutura nas relações laborais, adicionam-se vários casos de ruturas familiares, de pobreza extrema e de formas manifestas e latentes de violência a que foram sujeitos na infância, que, em algumas situações, levou os entrevistados a questionarem o próprio processo de sobrevivência. Em muitos casos, estas provações extremas inscreveram marcas indeléveis com sequelas muito relevantes e marcantes na saúde física e mental, amplificadas depois, enquanto adultos, por trabalhos realizados em condições muito duras e penosas. Noutras situações foram justamente as questões de saúde que impediram o exercício

⁶⁷ Note-se que este perfil foi aquele em que o acesso através de entidades de provisão de ação social teve maior peso na seleção dos entrevistados (mais de metade), o que poderá tido algum impacto no tipo de trajetórias analisadas.

de uma atividade profissional que trouxesse algum rendimento ao agregado familiar, ficando muito explícito neste perfil o ciclo vicioso que se estabelece entre vulnerabilidade económica e condição de saúde.

A par da doença, também a morte de membros relevantes das famílias se revela um aspeto importante nas trajetórias de vida, com impacto na harmonia familiar e nos montantes de rendimentos disponíveis, pois alguns depoimentos enfatizaram como a morte de um provedor teve impacto nas dinâmicas de entrada na pobreza (ou da sua reprodução), em particular quando esse era o principal provedor do rendimento do agregado familiar. A realidade do trabalho infantil, que afeta o percurso de vida das crianças especialmente por motivar o abandono escolar, continua também aqui presente, ainda que de modo menos expressivo do que noutros perfis. As dificuldades económicas dos agregados; as dificuldades de integração na cultura escolar e a desvalorização do papel da escola na construção do futuro surgem assim como fatores desencadeadores de um abandono precoce e desqualificado do sistema escolar.

Tendo em conta as circunstâncias de vida que os discursos produzidos deixam entrever, podemos dizer que a situação de desemprego veio avolumar o processo de acumulação de vulnerabilidades – que muitas vezes se desenham desde a infância –, precipitando processos de exclusão e desafiliação social. As dimensões materiais deste processo são sinalizadas pela privação material, pela incapacidade de garantir a subsistência e pela exaustão física. Nas dimensões subjetivas, alguns entrevistados refletiram como a trajetória de vida os tem vindo a conduzir a sentimentos de desamparo e de desconfiança em relação aos outros, bem como a processos complexos de exaustão mental. O processo de acumulação das vulnerabilidades parece ter uma marca de género, na medida em que a interrupção dos trajetos escolares e profissionais para assumir as responsabilidades parentais é apenas identificada para o caso de mulheres.

Alguns evidenciam estratégias de natureza individual, referindo que as dificuldades de gestão dos recursos os conduziram a prescindir de uns bens em detrimento de outros. Em alguns casos, é preciso também gerir situações de dívida e, quando tal acontece, advêm situações evidentes de privação, pois alguns assumem que a não realização de despesa é, em muitos momentos, a única solução, seja na componente da alimentação, da saúde ou de outras. Frequentemente, para enfrentarem estas dificuldades, os entrevistados procuram realizar pequenos trabalhos (comumente designados de *biscates*). A grande maioria das pessoas entrevistadas não teve qualquer dificuldade em identificar momentos concretos da sua vida em que se tornou evidente que o rendimento disponível não cobria as necessidades, tendo algumas exprimido sentimentos de resignação com esta situação.

Para muitos entrevistados, a gestão quotidiana seria insustentável sem a ajuda dos familiares ou das suas redes de amizade, quer para fazer face às despesas do quotidiano (por exemplo, através de ajuda alimentar), quer para apoio à aquisição de medicação e mesmo para ajuda monetária, como é comprovado pelos depoimentos dos entrevistados quer em agregados isolados quer em famílias nucleares com filhos. Estas redes revelaram-se cruciais ainda para suportarem processos de autonomização residencial requeridos pela transição para a conjugalidade e parentalidade. Diríamos que em algumas situações foi a provisão de recursos por parte das redes de familiares e amigos (solidariedade para a subsistência) a evitar o aprofundamento das situações de pobreza que as políticas públicas não conseguem debelar.

Os dados explanados permitiram perceber os limites da providência estatal na protecção ao desemprego. No que se refere ao subsídio social de desemprego, tratando-se de uma prestação social de cidadania, sujeita a condição de recursos, os limiares de rendimento estabelecidos são um vetor de seletividade excluindo muitos indivíduos desempregados que, por via do carácter precário dos seus vínculos de trabalho, não satisfazem o prazo de garantia do subsídio de desemprego. A reduzida taxa de cobertura observada no que respeita à protecção social no desemprego leva a que a resposta mais frequente das políticas públicas a este problema social, e aos seus impactos na vida dos entrevistados e suas famílias, seja a assistência social no desemprego através do RSI, enquanto dispositivo com uma função de última rede de protecção. A ausência de rendimentos do trabalho e o elevado número de isolados e famílias monoparentais que caracteriza este perfil explica o número significativo de beneficiários do RSI por comparação, por exemplo, com o perfil dos trabalhadores ou mesmo com os precários. O baixo padrão de satisfação de necessidades proporcionado por esta prestação social é particularmente crítico, constituindo apenas uma forma de mitigação da pobreza mais extrema sem obstar à privação material.

A situação de desemprego conduziu uma parte significativa destes entrevistados a regressarem ao sistema de ensino e formação por instigação das instituições. Quando se pronunciam acerca desta experiência, desenham-se uma diversidade de concepções, umas mais benignas e outras particularmente críticas, mas uma questão que se salienta remete para o fraco impacto destas formações no acesso e estabilização dos beneficiários no mercado de trabalho, o que releva de vários factores, designadamente pelo facto de as modalidades de recrutamento em que se baseiam conduzirem a empregos precários, instáveis e mal remunerados. Se, por um lado, estes programas (em que os contratos de emprego-inserção se inserem) podem evitar a permanência por períodos longos de tempo dos desempregados nos dispositivos de assistência, por outro, contribuem decisivamente para fomentar processos de inserção profissional que

progressivamente se consolidam como «a instalação no provisório como regime de existência» (Castel, 1995, p. 422). Assume assim especial relevância a urgência de equacionar outros fatores relacionados com a quantidade e qualidade do emprego disponível.

Considerando todos estes condicionalismos, não será de admirar que metade das pessoas entrevistadas tenha assumido, sem hesitação, viver numa situação de pobreza, algumas das quais justificando a perceção de si mesmo como pobre com considerações que remetem, afinal, para uma dimensão de miséria, nomeadamente ao nível de situações de fome e de carência habitacional grave. Em alguns casos, a reticência em assumir uma situação de pobreza parece prender-se com o facto de receberem apoio social. Do seu discurso parece perpassar a ideia de que esse apoio, ainda que considerado insuficiente, representará a barreira que, na sua opinião, os separa daquilo que consideram como sendo um cenário de pobreza “extrema” ou de miséria.

Em geral, as pessoas entrevistadas neste perfil afirmam não se sentirem discriminadas pela sua situação de pobreza, ainda que encarem o futuro com ansiedade e preocupação, salientando-se aqui os receios com a falta de estabilidade profissional, com os impactos da privação económica nas possibilidades de sobrevivência do agregado familiar, evidenciando-se ainda, em alguns discursos, um cansaço psicológico permanente resultante da dificuldade em gerir uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma⁶⁸. De facto, mesmo nos trajetos onde a quebra dos laços sociais é menos profunda, parece predominar o ceticismo relativamente às perspetivas de acesso a emprego seguro e de qualidade, que permita e a melhoria das condições de vida sem recurso a apoios sociais.

⁶⁸ Na medida em que o desencorajamento está presente em muitas das entrevistas, é impressionante como o afastamento que aqui se verifica relativamente às definições estatísticas oficiais de desemprego coincide com uma aproximação às de inativo-desencorajado.

Bibliografia

- AA.VV. (2010), *Pauvreté et misère dans l'histoire de la pensée économique*, Cahiers d'Économie Politique, n°59, L'Harmattan.
- AI/REAPN/SOCIUS/ISEG–UTL (s.d.), *Estudo sobre a Percepção da Pobreza em Portugal: Algumas Considerações e Recomendações*.
- ALVES, N. (2015), «A Dinâmica da Pobreza em Portugal» em Diogo, Fernando; Castro, Alexandra & Perista, Pedro (ed.) *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos*, Ribeirão, Húmus, pp. 65-78.
- AMARO, I. (2015), «A Dimensão Relacional do Fenómeno da Pobreza Contemporânea: Desafiliação, Laço Social e Vida Urbana», em Diogo, F., Castro, A e Perista, P. (orgs). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos*, Ribeirão, Húmus.
- AMARO, I. & BRANCO, F. (2010), «Perfis de Pobreza na Cidade de Lisboa, Notas Metodológicas e Principais Resultados do Estudo Qualitativo dos Utentes do Serviço de Acolhimento Social da SCML» em *Cidade Solidária*, s/n, pp. 6-11.
- APFEL, N. & SEITZ, V. (1997), «The Firstborn Sons of African American Teenage Mothers: Perspectives on Risk and Resilience», *Developmental Psychopathology: Perspectives on Adjustment, Risk, and Disorder*, Cambridge, Cambridge University, pp. 486-506.
- ARAÚJO, P. (2008), *A Tirania do Presente: Do Trabalho para a Vida às Incertezas do Desemprego*, Coimbra, Quarteto.
- AUGÉ, M. (1998), *Les Formes de l'Oubli*, Paris, Payot & Rivages.
- BALANCHO, M.L. (2010), *Concepções e Razões de Felicidade de Pessoas a Viver em Condições de Pobreza: Um Estudo Exploratório com Beneficiários de Rendimento Social de Inserção dos Açores*, Lisboa, ISPA - Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Tese de doutoramento.
- BANDT, J.; DEJOURS, C. & DUBAR, C., (1995), *La France Malade du Travail*. Paris, Bayard Editions.
- BAPTISTA, I. & PERISTA, P. (2015), *ESPN Thematic Report on Minimum Income Schemes: Portugal*, Bruxelas, European Commission.
- BAUMAN, Z. (2007), *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro, Zahar.

- BEAUD, S. & WEBER, F. (2007), *Guia para Pesquisa de Campo: Produzir e Analisar Dados Etnográficos*, Rio de Janeiro, Vozes.
- BELLAING, L. M. (2000), «Economie de la Pauvreté et Économie de la Misère», em *Socio-Anthropologie* 7.
- BENAVENTE, A. & CORREIA, A.P. (1981), *Obstáculos ao Sucesso na Escola Primária*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- BENAVENTE, A. (org.); ROSA, A., COSTA, A. F. & ÁVILA, P. (1996), *A Literacia em Portugal: Resultados de Uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação.
- BERTAUX, D., (1997, 2001), *Les Récits de Vie*, Paris, Nathan.
- BOGDAN, R. & BIKLEN, S. K. (2003), *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*, 10.ª Edição, Porto, Porto Editora.
- BONNY, Y. & BOSCO, N. (2002), «Income Support Measures for the Poor in European Cities», em C. Saraceno (ed.), *Social Assistance Dynamics in Europe*, Bristol, The Policy Press, pp. 81-126.
- BOURDIEU, P. (1986). «L'Illusion Biographique» em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 63(63), pp. 69-72.
- (2008 [1993]), «O Espaço dos Pontos de Vista», em P. Bourdieu (dir.), *A Miséria do Mundo*, Petrópolis, Vozes, pp. 11-14.
- 2008 [1993a]), «Compreender» em Pierre B. (Dir), *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, pp. 693-732.
- (2008 [1993b]), «Pós-escrito» em P. Bourdieu (Dir.), *A miséria do mundo*, pp. 733-736, Petrópolis: Vozes.
- (1993), *La Misère du Monde*, Paris, Seuil.
- BRANCO, F. (2001), *A Face Lunar dos Direitos Sociais*, Tese de Doutoramento em Serviço Social. São Paulo, PUC.
- (2015), *A Procura da Assistência Social em Portugal como Revelador da Pobreza e Vulnerabilidade Social* em Diogo, Fernando; Castro, Alexandra e Perista, Pedro (ed.) *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos*, Ribeirão, Húmus, 2015, pp. 231-249.

- BRÉBANT, B. (1984), *La Pauvreté, un Destin?*, Paris, L'Harmattan.
- BRUTO DA COSTA, A.; BAPTISTA, I.; PERISTA, P.; CARRILHO, P. (2008), *Um Olhar Sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Gradiva.
- BRYMAN, A. (2004), *Social Research Methods*, Oxford: Oxford University Press.
- BURGUESS, R. G. (1997), *A Pesquisa de Terreno: Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora.
- CALEIRAS, J. (2011), *Para Além dos Números – As Consequências Pessoais do Desemprego. Trajectórias de Empobrecimento, Experiências e Políticas*, Tese de doutoramento (documento não publicado), Coimbra, FEUC.
- (2015), *Para Lá dos Números: As Consequências Pessoais do Desemprego*, Coimbra, Almedina.
- & CALDAS, J.C. (2017), «Emprego e Desemprego: O que Mostram e o que Escondem as Estatísticas?» em Manuel Carvalho da Silva, Pedro Hespanha, e José Castro Caldas (coords.). *Trabalho e Políticas de Emprego: Um Retrocesso Evitável*, Coimbra, Actual, pp. 197-243.
- CANÁRIO, R. (1999), *Formação de Adultos: Um Campo e Uma Problemática*, Lisboa, Educa.
- ; ALVES, N. & ROLO, C. (2001), *Escola e Exclusão Social*, Lisboa, Educa.
- CANTILLON, S. & NOLAN, B. (2001), «Poverty Within Households: Measuring Gender Differences Using Nonmonetary Indicators», em *Feminist Economics*, vol. 1, n.º 7, pp. 5-23.
- CAPUCHA, L. (2005), *Desafios da Pobreza*. Oeiras, Celta.
- (2015), «Conhecimento para a Ação: Avanços, Lacunas e Caminhos para o Estudo da Pobreza» em Diogo, Fernando; Castro, Alexandra & Perista, Pedro (ed.) *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos*, Ribeirão, Húmus, , pp. 49-64.
- CARMO, R. M. & CANTANTE, F. (2015), «Desigualdades, Redistribuição e o Impacto do Desemprego: Tendências Recentes e Efeitos da Crise Económico-Financeira» em *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 77, pp. 33-51.
- & Baptista, I. (2010), *Desigualdades Sociais 2010: Estudos e Indicadores*. Lisboa, Mundos Sociais.
- CASTEL, R. (1995), *Les Métamorphoses de la Question Sociale*, Paris, Fayard.
- & LAÉ, J.-F. (1992), «La Diagonale du Pauvre» em Castel, Robert e Laé. Jean-François (ed.), *Le Revenu Minimum d'Insertion: Une Dette Sociale*, Paris, L'Harmattan, pp. 9-30.

- CASTELLS, M. (2005), *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura (Vol I)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTRO, A., Cavalheiro, C., Quedas, M. J., Rodrigues, F., Guerra, F., & Guerra, I. (2002a), *Os Beneficiários do RMG: Trajectórias de Vida, Vivências e Impactes Diferenciados (Avaliação de Impactes do RMG)*. Lisboa, IDS.
- Castro, A., Cavalheiro, C., Quedas, M. J., Rodrigues, F., Guerra, F., & Guerra, I. (2002b), *Os Beneficiários do RMG: Síntese e Recomendações*. Lisboa, IDS.
- Castro, A., Guerra, I. (Coord.), Amaro, I., Branco, F., Oliveira, A., & Santos, M. (2010), *Os Caminhos da Pobreza: Perfis e Políticas Sociais na Cidade de Lisboa*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- CASTRO, A. (coord.) (2012), *A Cidade Incerta: Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa*, Porto, EAPN Portugal.
- CAUDAU, J. (1996), *Anthropologie de la Mémoire*, Paris, Presses Universitaires de France.
- CLEMENTE, M., *Storie Dominicane: Uno Studio Qualitativo della Prostituzione Minorile in Contesti di Turismo Sessuale*, Roma, Nuova Cultura.
- Comissão Europeia (2019), *Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão - Relatório Relativo a Portugal de 2019, que Acompanha o Documento «Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu e ao Eurogrupo - Semestre Europeu de 2019: Avaliação dos Progressos Realizados em Matéria de Reformas Estruturais, Prevenção e Correção dos Desequilíbrios Macroeconómicos, e Resultados das Apreciações Aprofundadas Efetuadas no Âmbito do Regulamento (UE) n.º 1176/2011*.
- *Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão - Relatório Relativo a Portugal de 2020, que Acompanha o Documento «Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu e ao Eurogrupo - Semestre Europeu de 2020: Avaliação dos Progressos Realizados em Matéria de Reformas Estruturais, Prevenção e Correção dos Desequilíbrios Macroeconómicos, e Resultados das Apreciações Aprofundadas Efetuadas no Âmbito do Regulamento (UE) n.º 1176/2011»*, 2020.
- COSTA, S. (orgs.); SANTOS, M. & GUERRA, I. (2017), «Trânsito Condicionado: Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa - Fase III», Lisboa, EAPN

- Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza. Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa.
- CRÉPIN, C. (2006), «Serge Paugam. Les Formes Élémentaires de la Pauvreté» em *Recherches et Prévisions: Comptes Rendus de Lectures*, n.º 86, pp. 101-103.
- CROMPTON, R. (1997), «Diferença Sexual e Análise das Classes», em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 49, pp. 23-43.
- DAGDEVIREN, H. & DONOGHUE, M. (2019), «Resilience, Agency and Coping with Hardship: Evidence from Europe during the Great Recession» em *Journal of Social Policy*, vol.3 n.º 48, pp. 547-567.
- DALY, M. & KELLY, G. (2015), *Families and Poverty: Everyday Life on a Low Income*, Bristol: Policy Press.
- DELORY-MOMBERGER, C. (2012), «Abordagens Metodológicas na Pesquisa Biográfica», em *Revista Brasileira de Educação* vol. 17 n.º 51, pp. 523-536.
- DEMAZIÈRE, D. (1996), «Chômage et Dynamiques Identitaires» em Paugam, S. (Ed.), *L'Exclusion: État des Savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 335-343.
- DINIS, C. (2011), *Intervenções na Parentalidade com Famílias Multidesafiadas, não Voluntárias e em Contexto de Pobreza. Estudo Qualitativo: De que Falamos, Como falamos e para onde Caminhamos?*, Dissertação de mestrado em Ciências da Família, especialização em Orientação e Mediação Familiar. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.
- DIOGO, A. M. (2013), «Investimento das Famílias em Escolarização e Contextos Escolares» em Diogo, A.M, e Diogo, F. (orgs.), *Desigualdades no Sistema Educativo. Percursos, Transições e Contextos*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 89-108.
- DIOGO, F. & ROQUE, R. (2002), *Vidas no Feminino: Um Estudo dos Impactos Biográficos do RMG nas Famílias Monoparentais Femininas*, Lisboa, IDS.
- , «Le Foyer, les Enfants et Moi: Gérer la Confiance dans des Quotidiens Féminins de Pauvreté» em Balsa, C. (ed.) – *Confiance et Lien Social*, Fribourg, Academic Press Fribourg, 2005, pp. 179-193.
- DIOGO, F. (2007), *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Oeiras, Celta.
- (2010), «Precários Voláteis e Trajectórias de Emprego em Carrossel: O Caso dos Beneficiários do RSI» em *Fórum Sociológico*, n.º 20, pp. 29-38.

- (2013b), «Ativos Altamente Desqualificados e Insucesso do Sistema de Ensino» em Diogo, A. e Diogo, F. (orgs.). *Desigualdades no Sistema Educativo: Percursos, Transições e Contextos*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 45-69.
- (2015), «Pobreza, Emprego e Escolaridade: Notas sobre o Caso Português» em Diogo, F., Castro, A. & Perista, P. (org) *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, pp. 117-128.
- DIOGO, F., CASTRO, A., & PERISTA, P. (Orgs.) (2015), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos*, Ribeirão, Húmus.
- DUBAR, C. (1991), *La Socialization: Constrution des Identités Sociales et Professionnelles*, Paris, Armand Colin.
- DUBET, F. & VÉRETOU, A. (2001), «Une "Réduction" de la Rationalité de l'Acteur: Pourquoi Sortir du RMI?», em *Revue Française de Sociologie*, vol. 3, n.º 42, pp. 407-436.
- DUBET, F. (1996), «L'Exclusion Scolaire : Quelles Solutions ?», em Paugam, S. (ed.), *L'Exclusion: État des Savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 497-505.
- DURKHEIM É. (1999 [1897]. *O Suicídio*. São Paulo, Martins Fontes.
- (1991a [1893]). *De la Division du Travail Social*, Paris, PUF.
- (1991b [1893]). *Le Suicide: Étude de Sociologie*, Paris, PUF.
- ESTANQUE, E. (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividades e Práticas de Classe no Operariado do Calçado*, Porto, Edições Afrontamento.
- Faria, S., Salgueiro, G., Trigo, L. R. & Alberto, I. (2008), «As Narrativas de Adolescentes Institucionalizadas: Percepções em torno das Vivências de Institucionalização», em *Congresso Internacional em Estudos da Criança*, Braga, 2008.
- FERNANDES, L. (2011), *Desemprego e Acção Colectiva: Um Estudo Exploratório*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Sociologia – Ramo Investigação. ISCTE-IUL.
- (2019). *Ação Coletiva de Pessoas Desempregadas*, do Doutoramento em Sociologia - Relações de trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo. Coimbra, Universidade de Coimbra.
- FIGUEIREDO, B. (2000), «Maternidade na Adolescência: Consequências e Trajectórias Desenvolvimentais», em *Análise Psicológica*, vol. 4, n.º 18, pp. 485-498.
- FLICK, U. (2002), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa, Monitor.
- FREYSSINET, J. (2004), *Le Chômage*, 11.ª Ed., Paris, Éditions La Découvert.

- GAISBAUER, H., SCHWEIGER, G. & SEDMARK, C. (2019), *Absolute Poverty in Europe: Interdisciplinary Perspectives on a Hidden Phenomenon*, Bristol, Policy Press.
- GALLAND, O. (1988), «Représentations du Devenir et Reproduction Sociale: Le Cas des Lycéens d'Elbeuf», em *Sociologie du Travail*, vol. 3, n.º 30, pp. 399-417.
- GALLIE, D. (2002), «The Quality of Working Life in Welfare Strategy», em Gøsta Esping-Andersen et al. (ed.), *Why We Need a New Welfare State*, Oxford, Oxford University Press.
- GALLIE, D., PAUGMAN, S. & JACOBS, S. (2003), «Unemployment, Poverty and Social Isolation: Is There a Vicious Circle of Social Exclusion?», em *European Societies*, vol. 1, n.º 5, pp. 1-32.
- GALLIE, D.; MARSH, C. & VOGLER, C. (ed.) (1994), *Social Change and the Experience of Unemployment*, Oxford, Oxford University Press.
- GARCIA, J., JERÓNIMO, L., MATEUS, H., NORBERTO, R., & AMARO, M. I. (2000), *Estranhos: Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta.
- GARCIA, M. & KAZEPOV, Y. (2002), «Why Some People are More Likely to Be on Social Assistance than Others» em C. Saraceno (ed.), *Social Assistance Dynamics in Europe*, Bristol, The Policy Press, pp. 127-172.
- GASKELL, G. & BAUER, M.W. (2004), «Para uma Prestação de Contas Públicas: Além da Amostra, da Fidedignade e da Validade» em M. W. Bauer & G. Gaskell (eds.), *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático*, Petrópolis, Vozes Editora.
- GAULEJAC, V. e LÉONETTI, I. T. (orgs.) (1994). *La Lutte des Places*, Paris/Marselha, Hommes et Perspectives e Desclée de Brouwer.
- GAZIER, B. (2001), «Employability: the Complexity of a Policy Notion», em P. Weinert et al. (eds.), *Employability: From Theory to Practice*, New Brunswick, Transaction, pp. 3-23.
- GERALDES, A. D. (1987), *Gente de Minifúndio: Produção e Reprodução Social em Mudança na Freguesia da Correlhã*, Braga, Universidade do Minho, vol. I, (tese de doutoramento).
- GUERRA, I. & PINTO, T. C. (2015), «Da Pobreza à Vulnerabilidade: Transformações Identitárias e no Agir Coletivo», em F. Diogo; A. Castro & P. Perista, (orgs), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos*, Ribeirão, Húmus.

- GUSTAFSSON, B., MULLER, R., NEGRI, N., & VOGES, W. (2002), «Paths through (and out) Social Assistance», em C. Saraceno (ed.), *Social Assistance Dynamics in Europe*, Bristol, The Policy Press, pp. 173-234.
- HALPERN-MEEKIN, S., EDIN, K., TACH, L., & SYKES, J. (2015), *It's Not Like I'm Poor: How Working Families Make Ends Meet in a Post-Welfare World*, Oakland, University of California Press.
- HESPANHA, P. & MATOS, A. (2000), «Compulsão ao Trabalho ou Emancipação pelo Trabalho? Para Um Debate sobre as Políticas Activas de Emprego», em *Sociologias*, vol. 2, n.º 4, pp. 88-109.
- IESE (2015), *Referencial de Coesão Social 2014*, Lisboa, Instituto de Segurança Social.
- KIMHUR, B. (2020), «How to Apply the Capability Approach to Housing Policy? Concepts, Theories and Challenges», em *Housing, Theory and Society*, vol. 3 n.º 37, pp. 257-277.
- LAZARFELD, Paul; JAHODA, Marie & ZEISEL, Hans, (1981). *Les Chômeurs de Marienthal*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- LISTER, R. (2004), *Poverty*, Cambridge, Polity Press.
- LÖTTER, H. (2011), *Poverty, Ethics and Justice*, Cardiff, University of Wales Press.
- MARQUES, P., SALAVIVA, I., & LAGOA, S. (2015), «What the Best Policies for Fighting Poverty? Learning from the Recent European Experience», em *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 14, n.º 29, pp. 207-223.
- MARTINELLI, B. (2000), *Entre Systématique et Empathie: Réflexion sur la Démarche Ethnologique*, Aix-en-Provence, Université de Provence (texto policopiado).
- MAUSS, M. (1988 [1925]), *Ensaio sobre a Dádiva*, Lisboa, Edições 70.
- MITCHELL, William & MUYSKEN, Joan (2008), *Full Employment Abandoned: Shifting Sands and Policy Failures*, Cheltenham, Edward Elgar.
- MORSE, J.M. & NIEHAUS, L. (2009), *Mixed Method Design. Principles and Procedures*, California, Lerf Coast Press.
- MOSER, L. (2011), «A Nova Geração de Políticas Sociais no Contexto Europeu: Workfare e Medidas de Ativação», em *R. Katál.*, Florianópolis, vol. 1, n.º 14, pp. 68-77.
- OCDE (2019), *Health at a Glance 2019: OECD Indicators*, Paris, OECD Publishing.

- (2018), *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility: How Does Portugal Compare*, Paris, OCDE. <https://www.oecd.org/portugal/social-mobility-2018-PRT-EN.pdf>
- OPSS – Observatório Português dos Sistemas de Saúde (2017), *Relatório Primavera 2017 – Viver em Tempos Incertos: Sustentabilidade e Equidade na Saúde*, OPSS.
- PAIS, J. M. (2000), *Traços e Riscos de Vida: Abordagem Qualitativa a Modos de Vida Juvenis*, Porto, Ambar.
- (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Âmbar.
- PALOS, A. C. (2004), «Da Escola ao Mundo do Trabalho: Quando a Incerteza e a Precariedade Configuram a Inserção Profissional dos Jovens Açorianos», em *Arquipélago*, n.º 5, pp. 31-65.
- PARKER, R. & CAMARGO, K. (2000), «Pobreza e HIV/AIDS: Aspectos Antropológicos e Sociológicos», em *Cadernos de Saúde Pública*, n.º 16 (sup. 1), pp. 89-102.
- PAUGAM, S. & SCHULTHEIS, F. (1998), «Introduction: Naissance d'une Sociologie de la Pauvreté», em G. Simmel, *Les Pauvres*, Paris, PUF, pp. 1-34.
- PAUGAM, S. (1991), *La Desqualification Sociale: Essai sur la Nouvelle Pauvreté*, Paris, PUF.
- (2000), *Le Salarié de la Précarité*, Paris, PUF.
- (2014), *L'Intégration Inégale: Force, Fragilité et Rupture des Liens Sociaux* (dir.), coll. "Le Lien Social", Paris, PUF.
- PAUGAM, S. & ZOYEM, J.-P. & CHARBONNEL, J.-M. (1993), *Précarité et Risque d'Exclusion en France*, Documents du CERC, Paris, La Documentation Française, n.º 109.
- PEREIRINHA, J., PEREIRA, E., BRANCO, F., AMARO, I., Costa, D., & Nunes, F. (2017), *Rendimento Adequado em Portugal Quanto é Necessário para uma Pessoa Viver com Dignidade em Portugal?* Lisboa, Universidade Lisboa & Universidade Católica Portuguesa.
- PERISTA, P. (2018), *ESPN Thematic Report on Inequalities in access to healthcare - Portugal*, European Social Policy Network, Brussels, European Commission.
- PERISTA, P. & BAPTISTA, I. (2010), «A Estruturalidade da Pobreza e da Exclusão Social na Sociedade Portuguesa: Conceitos, Dinâmicas e Desafios para a Acção», em *Fórum Sociológico*, n.º 20, pp. 39-46.

- PITROU, A. (1978), *Vivre sans Famille? Les Solidarités Familiales dans le Monde d'Aujourd'hui*, Toulouse, Ed. Privat.
- POIRIER, J., CLAPIER-VALLADON, S. & RAYBANT P. (1995), *Histórias de Vida: Teoria e Prática*, Lisboa, Celta.
- PORTELA, J. (1981), «Fragueiro: Notas sobre a Agricultura Local», em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, pp. 217-246
- (2008), «Urge Pensar a Pobreza Portuguesa, a Partir do Chão e Muito Para lá dos Pobres», em A. A. Monteiro & F. B. Ribeiro (orgs.), em *Redes sociais: Experiências, Políticas e Perspetivas*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, pp. 109-136.
- QUELOZ, N. (2000), «A Questão da não Integração, Um Conceito que Remete Fundamentalmente para a Questão da Coesão e da Ordem Sociais», em M.-H. Soulet (ed.), *Da não Integração*, Coimbra, Quarteto, pp. 183-197.
- REIS, J. (2014), «Apresentação», em J. Reis (coord.), *A Economia Política do Retrocesso: Causas, Crises e Objetivos*, Coimbra, Almedina, pp. 9-19.
- (2020), *Cuidar de Portugal: Hipóteses de Economia Política em Tempos Convulsos*, Coimbra, Almedina.
- REIS, J. & Rodrigues, J.; Santos, A. & Teles, N., (2013), «Compreender a Crise: A Economia Portuguesa num Quadro Europeu Desfavorável», em *Anatomia da Crise: Identificar os Problemas para Construir as Alternativas*, Observatório das Crises e Alternativas, vol. 1, Lisboa, Centro de Estudos Sociais (CES).
- RIBEIRO, F. B. (2010), *Entre Martelos e Lâminas: Dinâmicas Globais, Políticas de Produção e Fábricas de Caju em Moçambique*, Porto, Afrontamento.
- (2017), *Uma Sociologia do Desenvolvimento*, Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- RIBEIRO, M. (2002), «E como é que, Realmente, se Chega às Pessoas? Considerações Introdutórias sobre as Notas e o Trabalho de Campo como Processo Social», em T. H. Caria (org.), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 99-114.
- Ribeiro, M., Silva, M. C., Schouten, J., Ribeiro, F. B., & Sacramento, O. (2007), *Vidas na Raia: Prostituição Feminina em Regiões de Fronteira*, Porto, Afrontamento.

- RIDGE, T. (2011), «The Everyday Costs of Poverty in Childhood: A Review of Qualitative Research Exploring the Lives and Experiences of Low-Income Children in the UK», em *Children & Society*, vol. 25, pp. 73–84.
- RODRIGUES, C. F. (coord.); FIGUEIRAS, R. & JUNQUEIRA, V. (2016), *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As Consequências Sociais do Programa de Ajustamento*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- RODRIGUES, E. V. (2010), «O Estado e as Políticas Sociais em Portugal: Discussão Teórica e Empírica em torno do Rendimento Social de Inserção», em *Sociologia*, n.º 20, pp. 191-230.
- ROSE, J. (1984), *Enquête d'Emploi: Formation, Chômage, Emploi*. Paris, Économica.
- SACRAMENTO, O. & RIBEIRO, F. B. (2016), «Planeta Sida, Uma Introdução», em O. Sacramento e F. B. Ribeiro (orgs.), *Planeta Sida: Diversidade, Políticas e Respostas Sociais*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, pp. 9-28.
- SANTOS, B. de S. (1985), «Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: O Caso Português», em *Análise Social*, n.º 87/88/89, pp. 869–901.
- SARACENO, C. (ed.) (2002), *Social Assistance Dynamics in Europe*, Bristol, Polity Press.
- SARMENTO, M. (2002), «Infância, Exclusão Social e Educação como Utopia Realizável», em *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 17, p. 13-32.
- (2000), «Os Ofícios da Criança», em *Congresso Internacional Os Mundos Sociais e Culturais da Infância*, Braga, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, vol. 2, p. 125-145.
- SARMENTO, M., FERNANDES, N. & TREVISAN, G. (2015), «A Redefinição das Condições Estruturais da Infância e a Crise Económica em Portugal», em F. Diogo; A. Castro & P. Perista (orgs.), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, pp. 81-100.
- SCHNAPPER, D. (1994), *L'Épreuve du Chômage*. Paris, Gallimard.
- SEN, A. (1999), *Development as Freedom*, Nova York, Anchor Books.
- SILVA, A. S. (1994), *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Portuguesa*, Porto, Afrontamento.

- SILVA, M. C. (1998), *Resistir e Adaptar-se: Estratégias e Constrangimentos Camponeses no Noroeste de Portugal*, Porto, Afrontamento.
- (2001). «Sociedade e Estado perante as Desigualdades Sociais: O Caso Português», em B. S. Santos; S.; A. Cohn. & A. Camargo (orgs.), *Brasil-Portugal entre o Passado e o Futuro: O Diálogo dos 500 Anos*, Rio de Janeiro, EMC Edições, pp. 541-597.
- (2012), *Sócio-antropologia Rural e Urbana*, Porto, Afrontamento.
- (2013). «Crise, Democracia e Desenvolvimento: O Lugar Semiperiférico de Portugal», em *Revista Espanhola de Sociologia*, n.º 19, pp. 153-168.
- SILVA, M. C., Ribeiro, F. B., Cardoso, A. & Felizes, J. (2017), O Espaço Urbano e o Problema da Habitação: Uma Primeira Aproximação às Ilhas e bairros Sociais no Porto e em Braga», em Rodrigues, F. M.; Silva, M. C.; Fontes, A. C.; Mourão S. e L. Baptista, L. (orgs.), *Por uma Estratégia de Cidade Sustentável: Expansão Urbana Planeada, Quadro Legal e Financiamento Autárquico*. Porto, Afrontamento, pp. 169-183.
- SIMMEL, G. [1998 (1907)], *Les Pauvres*, Paris, PUF.
- SINGER, P. (2010), *A Erradicação Da Miséria: Uma Abordagem Inicial*. <https://pt.scribd.com/document/273088577/A-Erradicao-Da-Miseria-Uma-Abordagem-Inicial?>
- SOUSA, L., & MATOS, A. (2006), «O Apoio das Instituições de Protecção Social às Famílias Multiproblemáticas», em *PSI – Rev. Psicol. Soc. Instit.*, Londrina, vol. 3, n.º 1, pp. 1-23.
- SOUSA, L; HESPANHA, P; Rodrigues, S. & Grilo, P. (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Lisboa: Climepsi Editores.
- TACH, L. & GREENE, S.S. (2014), «"Robbing Peter to Pay Paul": Economic and Cultural Explanations for How Lower-Income Families Manage Debt», em *Social Problems*, vol. 61, n.º 1, pp. 1–21.
- TASHARKORY, A. & TEDDLIE, C. (2003), *Mixed Methods in Social & Behavioral Research*, California, Sage Publications.
- TELES, N., (2017). «O Trabalho como Variável de Ajustamento: Da Teoria à Prática», em *Trabalho e Políticas de Emprego: Um Retrocesso Evitável*, Coimbra, Autores e Conjuntura Atual Editora, pp. 35-78.
- THERBORN, G. (2013), *The Killing Fields of Inequality*, Cambridge, Polity Press.

- VALA, J. (1999), «A Análise de Conteúdo», em A. Silva & J. Pinto (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 129-148.
- (2000), «Mudanças nos Valores Associados ao Trabalho e Satisfação com o Trabalho», em M. V. Cabral; J. Vala & J. Freire, *Trabalho e Cidadania*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais [ICS].
- WALKER, R. (2019), «Measuring Absolute Poverty: Shame Is All You Need», em H. Gaisbauer; G. Schweiger, & C. Sendmark, (eds.), em *Absolute Poverty In Europe: Interdisciplinary Perspectives on a Hidden Phenomenon*, Bristol, Policy Press.
- , Kyomuhendo, G. B., Chase, E., Choudhry, S., Gubrium, E. K., Nicola, J. Y., Ming, Y. (2013), «Poverty in Global Perspective: Is Shame a Common Denominator?», em *Journal of Social Policy*, vol. 2, n.º 42, pp. 215-233.
- WUHL, S. (1996), *Insertion: les Politiques en Crise*, Paris, PUF.
- ZOBERMAN, Y. (2015), *Uma História do Desemprego*, Porto, Afrontamento.
- ZONABEND, F. (1989), *La Prequ'île au Nucléaire*, Paris, Odile Jacob.

Anexos

A. Tabela dos perfis

		N.º Cluster				Total
		C1 (27.5 %)	C2 (26.6 %)	C3 (13.0 %)	C4 (32.9 %)	
Sexo	Masculino	37.0 %	46.9 %	49.0 %	48.2 %	44.9 %
	Feminino	63.0 %	53.1 %	51.0 %	51.8 %	55.1 %
Idade 4 Categorias	18-24	0.00 %	29.6 %	17.7 %	5.5 %	12.0 %
	25-44	0.2 %	33.0 %	30.4 %	40.7 %	26.2 %
	45-64	14.6 %	36.5 %	50.3 %	52.3 %	37.5 %
	65+	85.2 %	0.9 %	1.6 %	1.5 %	24.4 %
Estado Civil	Solteiro(a)	11.0 %	61.0 %	49.3 %	23.4 %	33.4 %
	Casado(a)	52.6 %	23.4 %	21.0 %	70.8 %	46.7 %
	Viúvo(a)	29.8 %	1.2 %	7.0 %	0.8 %	9.7 %
	Divorciado(a)	6.6 %	14.4 %	22.7 %	5.0 %	10.2 %
Educação	Básico	98.6 %	66.4 %	79.5 %	74.2 %	79.5 %
	Secundário	1.1 %	26.9 %	14.4 %	20.0 %	15.9 %
	Superior	0.3 %	6.6 %	6.1 %	5.8 %	4.5 %
N_Adultos	1_ad	34.5 %	13.9 %	33.5 %	0.9 %	17.9 %
	2_ad	50.1 %	33.2 %	40.8 %	49.2 %	44.1 %
	3+_ad	15.4 %	52.8 %	25.6 %	49.8 %	38.0 %

N_Crianças	0_cr	95.8 %	56.9 %	57.7 %	42.8 %	63.1 %
	1_cr	2.1 %	25.4 %	18.2 %	29.8 %	19.5 %
	2_cr	1.8 %	13.2 %	14.3 %	19.4 %	12.2 %
	3+_cr	0.2 %	4.5 %	9.8 %	8.0 %	5.2 %
Composição Familiar do Agregado	1_ad	34.3 %	8.6 %	26.8 %	0.6 %	15.4 %
	2_ad_s_crian_dep_amb_65-	3.2 %	15.2 %	17.4 %	16.5 %	12.6 %
	2_ad_s_crian_dep_1+ad_65+	46.2 %	3.6 %	0.9 %	1.9 %	14.4 %
	Out_agr_s_crian_dep	11.4 %	18.9 %	6.5 %	14.4 %	13.8 %
	Um adulto com uma ou mais crianças dependentes	0.1 %	9.5 %	15.5 %	0.6 %	4.8 %
	Dois adultos com uma criança dependente	1.5 %	10.4 %	7.4 %	18.7 %	10.3 %
	Dois adultos com duas crianças dependentes		12.7 %	9.2 %	20.7 %	11.4 %
	Dois adultos com três ou mais crianças dependentes	0.1 %	4.3 %	4.5 %	6.7 %	4.0 %
	Outros agregados com uma ou mais crianças dependentes	3.2 %	16.8 %	11.8 %	19.8 %	13.4 %
Indivíduo com Doença Crônica do ADP	Não	15.7 %	34.6 %	32.4 %	34.4 %	29.1 %
	Sim	84.3 %	65.4 %	67.6 %	65.6 %	70.9 %
Grau de Urbanização	Urbano	57.4 %	68.3 %	71.4 %	67.1 %	65.3 %
	Rural	42.6 %	31.7 %	28.6 %	32.9 %	34.7 %
Principal Fonte de Rendimento do ADP	Rend_Trab	1.5 %	54.5 %	4.8 %	94.3 %	46.6 %
	Pensões	97.5 %	27.7 %	18.8 %	4.2 %	38.0 %

	Out_Tr_Sociais	0.6 %	13.3 %	67.8 %		12.5 %	
	Out_Tip_Rend	0.4 %	4.5 %	8.6 %	1.5 %	2.9 %	
Profissão	F_Armadas		0.6 %		0.1 %	0.2 %	
	Dirig_Direct	4.0 %	3.7 %	2.3 %	6.6 %	4.7 %	
	Espec_at_int_cientif	0.4 %	3.6 %	4.0 %	3.4 %	2.6 %	
	Tec_p_n_inter	3.1 %	3.2 %	3.4 %	5.0 %	3.9 %	
	Pess_adm	1.6 %	5.5 %	4.5 %	6.1 %	4.4 %	
	Trab_ser_pess	11.4 %	21.8 %	15.9 %	22.3 %	18.2 %	
	Agr_trab_qual_APF	13.8 %	6.7 %	4.2 %	6.0 %	8.2 %	
	Trab_qual_ICA	13.7 %	14.8 %	20.1 %	17.4 %	16.0 %	
	Oper_Inst_MTM	16.5 %	13.6 %	14.2 %	12.3 %	14.1 %	
	Trab_n_qual	35.4 %	26.5 %	31.4 %	20.8 %	27.7 %	
	Nacionalidade do Indivíduo de Referência	European Union		0.1 %		0.2 %	0.1 %
		Local / PT	99.6 %	97.7 %	98.1 %	96.5 %	97.8 %
Others		0.4 %	2.2 %	1.9 %	3.3 %	2.0 %	
Condição perante Trabalho	Empregados	3.2 %	29.0 %	4.2 %	76.8 %	34.4 %	
	Desempregados	0.9 %	33.2 %	61.1 %	9.0 %	20.0 %	
	Estudantes	0 %	19.4 %	8.8 %	0 %	6.3 %	
	Reformados	78.5 %	0.6 %	3.7 %	1.8 %	22.8 %	
	Domésticos	15.0 %	10.4 %	8.5 %	11.0 %	11.6 %	

	Out. inativos	2.3 %	7.4 %	13.7 %	1.4 %	4.8 %
Intensidade Laboral per Capita Muito Reduzida (LWI)	Não está em intensidade laboral per capita muito reduzida	1.6 %	62.9 %	3.3 %	92.8 %	48.1 %
	Está em intensidade laboral per capita muito reduzida	1.2 %	6.6 %	83.6 %		13.0 %
	Não se aplica	97.2 %	30.5 %	13.1 %	7.2 %	38.9 %

(Legenda: C1: Reformados; C2: Precários; C3: Desempregados; C4: Trabalhadores)

B. Distribuição dos perfis por quotas

Perfil		Características		Observações
Cluster	Sub-perfil	Individuais	Agregado	
1 – Reformados	1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	2 adultos com 65 ou mais anos e sem crianças dependentes; pensões como a principal fonte de rendimento	
	2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
	3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	2 adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; pensões como a principal fonte de rendimento	
	4	Homens ou mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casado(a)s, em união de facto ou viúvos, reformados ou doméstico(a)s ⁶⁹	Sem crianças dependentes; Pensões como a principal fonte de rendimento	Em agregados com a) um único adulto sem crianças dependentes ou b) com dois adultos sem crianças dependentes e com pelo menos um adulto com 65 ou mais anos
	5	Homens ou mulheres, solteiros ou divorciados, com 65 ou mais anos, reformados	Isolados; Pensões como a principal fonte de rendimento	
2 - Indivíduo em idade ativa, dependentes ou trabalhadores	1	Estudantes com idades entre 18 e 24 anos, solteiros, a viverem em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como a principal fonte de rendimento	

⁶⁹ A cumprir tarefas domésticas e responsabilidades de assistência.

, em agregados sem baixa intensidade de trabalho	2	Homens ou mulheres, desempregados, com idades entre 18 e 44 anos, solteiros	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como a principal fonte de rendimento; a viver em casa dos pais	
	3	Mulheres com idades entre 25 e 64 anos, solteiras, casadas ou em união de facto, ou divorciadas, domésticas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho ou pensões como fonte principal de rendimento; No caso dos agregados sem crianças, integram predominantemente e agregados com dois adultos, ambos com menos de 65 anos; no caso dos agregados com crianças dependentes integram dois ou mais adultos	Inclui agregados sem crianças (59,3 %) e agregados com crianças (40,7 %). No primeiro caso, distinguem-se do 1.4 por predominarem os casos de dois adultos, sem crianças dependentes, ambos com menos de 65 anos
	4	Homens ou mulheres com idades entre 25 e 64 anos, casados, em união de facto (com mais frequência), solteiros ou divorciados (apenas um caso), desempregados	Sem crianças dependentes; trabalho como a principal fonte de rendimento; não vivem com os pais, vivem com cônjuge ou outro	
	5	Homens ou mulheres com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Agregados de um adulto com ou sem crianças; Trabalho como principal fonte de rendimento	

3 – Desempregados e outros inativos mais velhos	1	Mulheres com idades entre 45 e 64 anos, casadas ou em união de facto, divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais	Predominam os agregados sem crianças dependentes (3/4 deste subperfil)
	2	Homens com idades entre 45 e 64 anos, casados ou em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais	Predominam os agregados sem crianças dependentes (3/4 deste subperfil)
	3	Mulheres, entre 18 e 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Com uma ou mais crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento	Predominam os agregados com crianças dependentes (mais de 3/4 deste subperfil)
	4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com e sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento	Cerca de metade dos agregados com crianças dependentes
	5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Sem crianças dependentes com um ou dois adultos; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento	
4 – Trabalhadores	1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
	2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	

	3	Mulheres, com idade entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
	4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
	5	Homens ou mulheres, com idades entre 18 e 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	

C. Distribuição territorial das quotas (primeira aproximação)

Grandes Dicotomias	Concelho	Entradas	Perfil	Características	
				Individuais	Agregado
Norte Litoral Urbano	Guimarães <i>Industrialização difusa e desemprego</i>	10	P1.4	Mulheres com idades entre 45 e 64 anos, casadas ou em união de facto, domésticas ⁷⁰	Sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.1	Estudantes, com idades entre 18 e 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com e sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.4	Homens ou mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto (mais frequente), solteiros ou divorciados (um caso), desempregados	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento; Não vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro
			P2.5	Homens ou mulheres com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciadas, empregados	Agregados de um adulto, com ou sem crianças dependentes, Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimentos

⁷⁰ A cumprir tarefas domésticas e responsabilidades de assistência

			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Porto <i>Urbano consolidado e marginalização urbana</i>	15	P1.2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.4	Homens ou mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto ou viúvos, reformados ou doméstico(a)s	Sem crianças dependentes; a maior parte (90 %) a viverem sós ou em agregados 2 adultos (com 65 ou mais anos); Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.5	Homens ou mulheres, solteiros ou divorciados, com 65 ou mais anos, reformados	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.1	Estudantes, com idades entre os 18 e os 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.2	Homens ou mulheres, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, desempregados, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.5	Homens ou mulheres com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou	Agregados de um adulto com ou sem crianças dependentes; Trabalho como

			divorciados, empregados	principal fonte de rendimento
		P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
		P3.3	Mulheres, entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregados com (3/4 dos casos) ou sem crianças dependentes; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
		P3.4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes (50%/50%); outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
		P4.1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
		P4.1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
		P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
		P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
		P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento

			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Castelo de Paiva <i>Transição, desemprego e envelhecimento</i>	5	P1.4	Homens com idade entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto ou viúvos, reformados (ou domésticos) ⁷¹	Sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.1	Estudantes, com idades entre os 18 e os 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.4	Homens, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes; outras transferências sociais principal fonte de rendimento
			P3.5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Sem crianças dependentes, com um ou dois adultos; Pensões ou outras transferências sociais como principais fontes de rendimento
			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
					P4.5
Norte Interior Rural	Vila Nova de Paiva <i>Rurais médios e envelhecimento agudo</i>	10	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Agregados de dois adultos, com 65 ou mais anos, sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Agregados de dois adultos, com 65 ou mais anos, sem crianças

⁷¹ A cumprir tarefas domésticas e responsabilidades de assistência

				dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
			P2.3	Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, solteiras, casadas ou em união de facto, ou divorciadas; domésticas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho ou as pensões como principais fontes de rendimento
			P2.4	Homens ou mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto (+ frequente), solteiros ou divorciados (1 caso), desempregados	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento (não vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro)
			P2.5	Homens ou mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiras ou divorciadas, empregadas	Agregados de um adulto com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.4	Homens, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com	Agregados de um ou dois adultos, sem crianças dependentes;

				invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Pensões e outras transferências sociais como principais fontes de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes
Sernancelhe <i>Rural deprimido e envelhecimento agudo</i>	10	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Agregados de dois adultos com 65 ou mais anos, sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
		P1.2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
		P1.3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Agregados de dois adultos, com 65 ou mais anos, sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
		P1.4	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, ou viúvos, reformados (ou domésticos)	Sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
		P1.5	Homens com 65 ou mais anos, solteiros ou divorciados, reformados	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
		P2.3	Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, domésticas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
		P2.4	Homens ou mulheres, com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento (não	

				(mais frequente), solteiros ou divorciados (1 caso), desempregados	vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro)
			P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.5	Homens ou mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Agregados com um ou dois adultos, sem crianças dependentes; Pensões ou outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimentos
Sul Litoral Urbano	Lisboa	15	P1.2	Mulheres com 65 anos ou mais, viúvas, reformadas.	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.4	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, viúvas ou em união de facto, domésticas ou reformadas	Sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.5	Mulheres com 65 ou mais anos, solteiras ou divorciadas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.1	Estudantes com idades entre os 18 e os 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimentos
			P2.2	Desempregados com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes;
	<i>Urbano consolidado e marginalizaçã o urbana</i>				

				Trabalho como principal fonte de rendimentos	
			P2.5	Homens ou mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Agregados de um adulto com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.3	Mulheres, entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Isolados ou outros agregados com (3/4) ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Agregados com um ou dois adultos sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento

			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idade entre 18 e 64 anos, solteiras ou divorciadas, empregadas	Com e sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Amadora <i>Urbano consolidado marginalização e desemprego</i>	10	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
P1.3			Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
P2.2			Desempregados com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
P2.5			Pessoas, homens ou mulheres, c/ idades entre os 18 e os 64 anos, solteiras ou divorciadas, empregadas	Isolados, com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	

			P3.3	Mulheres entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Com (3/4) ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P3.5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Com um ou dois adultos, sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.1	Mulheres, com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.3	Mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiras ou divorciadas, empregadas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Mafra				
	<i>Com forte atividade e marginalização moderada</i>	5	P2.1	Estudantes com idades entre os 18 e os 24 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.2	Desempregados, com idades entre os 18 e os 44 anos,	Com ou sem crianças dependentes;

				solteiros, a viver em casa dos pais	Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
Sul Interior Rural	Aljustrel ou Ferreira do Alentejo ou Redondo ou Vidigueira	8	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P1.3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.2	Desempregados, com idades entre os 18 e os 44 anos, solteiros, a viver em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.3	Mulheres c/ idade entre 25 e 64 anos, casadas ou em união de facto, solteiras ou divorciadas, domésticas (a	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho ou pensões como principais fontes
	<i>Agrícola envelhecido e marginalizaçã o rural</i>				

				cumprir tarefas domésticas ou de assistências)	de (não são agregados de 65 ou mais anos)
			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.3	Mulheres, entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregados com uma ou mais crianças dependentes; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
	Alvito <i>Rural deprimido e marginalização rural</i>	7	P1.1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento
P1.2			Mulheres com 65 anos ou mais, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
P1.3			Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	Dois adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; Pensões como principal fonte de rendimento	
P1.5			Mulheres com 65 ou mais anos, solteiras ou divorciadas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
P3.1			Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou	Sobretudo sem crianças dependentes; Outras	

				divorciadas, desempregadas	transferências sociais como principal fonte de rendimento
			P4.4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
Ilhas	Ponta Delgada	5	P2.3	Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, domésticas	Com crianças dependentes; Trabalho ou Pensões como principal fonte de rendimento (Agregados com menos de 65 anos)
			P2.4	Homens ou mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto (mais frequente), solteiros ou divorciados (1 caso), desempregados	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento (não vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro)
			P3.1	Mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P3.3	Mulheres, entre os 18 e os 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Com [3/4] ou sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento

			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
Vila Franca do Campo	5		P1.5	Homens ou mulheres, com 65 ou mais anos, solteiros ou divorciados, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento
			P2.3	Mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, domésticas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento
			P2.4	Homens ou mulheres com idades entre os 25 e os 64 anos, casados, em união de facto (mais frequente), solteiros ou divorciados (1 caso), desempregados	Sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento (não vivem com os pais, vivem com o cônjuge ou outro)
			P3.2	Homens com idades entre os 45 e os 64 anos, casados, em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais
			P4.5	Homens ou Mulheres, com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento

D. Credencial de identificação

CRENCIAL DE ENTREVISTADOR

Declara-se, para os devidos efeitos, que **XXXXXXX** é entrevistadora no âmbito do Projeto *Trajeto e quotidianos de pobreza em Portugal*, estando credenciada para entrevistar pessoas que, de forma voluntária e informada, aceitem participar neste projeto de investigação.

Esclarece-se ainda que a pesquisa é promovida pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc/CICS.UAc), integrando dez investigadores de sete universidades do país, sendo financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, visando aprofundar conhecimento sobre a caracterização da população pobre em Portugal.

Na sua componente intensiva, o projeto prevê a realização de entrevistas semi-estruturadas com vista a conhecer as trajetórias e formas de viver e enfrentar a situação de pobreza. Estas entrevistas serão conduzidas nos seguintes concelhos: Aljustrel; Alvito; Amadora; Castelo de Paiva; Guimarães; Lisboa; Mafra; Ponta Delgada; Porto; Sernancelhe; Vila Nova de Paiva; Vila Franca do Campo.

O trabalho de campo decorrerá de Março a Junho de 2019.

Esclarecemos também que este projeto norteia-se segundo os critérios éticos inerentes a este tipo de investigação, nomeadamente o consentimento informado e a garantia da confidencialidade e do anonimato. O Guião de entrevista foi aprovado pela comissão de ética da Universidade dos Açores.

Desde já agradecendo a disponibilidade em participar nesta pesquisa,

Cordialmente,

Ponta Delgada e Universidade dos Açores, 27 de Março de 2019

O Investigador Responsável

Professor Doutor Fernando Diogo

E. Consentimento informado

Consentimento de participação em projeto

Foi selecionado para realizar uma entrevista sobre trajetórias de vida e quotidianos num projeto de investigação realizado por um conjunto de universidades portuguesas, financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos. Agradecemos a sua participação e as suas respostas à nossa entrevista.

Gostaríamos de ouvir a sua opinião sobre diversos assuntos importantes na sua vida de forma a que possamos usá-la para compreender melhor como é que os portugueses com mais dificuldades económicas vivem. Não existem respostas certas ou erradas às questões que iremos colocar. A sua participação é muito importante e comprometemo-nos a fazer chegar as conclusões do estudo a um público muito alargado onde se incluem os principais responsáveis do país.

Aceito participar neste projeto e compreendo que:

A minha participação é voluntária;

A minha participação se traduz em responder a uma entrevista;

A entrevista serve para efeitos de investigação e tem uma duração aproximada de uma _____ hora, embora possa, em função das minhas respostas, ter duração maior ou menor;

Posso terminar a entrevista a qualquer momento, se assim o entender;

A informação recolhida será utilizada apenas para investigação, e poderá ser utilizada para efeitos de congressos, publicação de artigos científicos, etc...

O meu nome será sempre confidencial em qualquer produto que surja da investigação;

Posso deixar de participar no projeto a qualquer momento. Se quiser retirar a minha entrevista devo ligar para o 296 650 065 e solicitá-lo ao secretário(a) do CICS.NOVA.UAc ou, preferencialmente, mandar um email nesse sentido para fernando.ja.diogo@uac.pt.

Li e aceito participar

_____ (local), aos _____, de 20__

F. Guião de entrevista

Nota para os entrevistadores

Trajetos e Quotidianos de Pobreza em Portugal Guião de Entrevista

Procurando responder à pergunta de partida da pesquisa – «Quem são e como vivem os pobres em Portugal?» –, esta entrevista é pensada como uma ENTREVISTA DE ORIENTAÇÃO BIOGRÁFICA pelo que se organiza em termos cronológicos, a partir do qual se procurará identificar um evento estruturador da situação de pobreza (por exemplo, requerimento do RSI/RMG desemprego, doença grave, acidente de trabalho...).

Pressupõe-se que esse evento estruturador pode ajudar a orientar a entrevista para um **registo narrativo**, não apenas nas suas dimensões biográficas (as trajetórias e os quotidianos), mas também nas suas dimensões mais subjetivas (percepções e reflexões).

Entende-se também que a **situação atual no mundo do trabalho** é o eixo estruturador que melhor pode ajudar a explorar o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos.

Sublinha-se que, tratando-se de uma entrevista de orientação biográfica e natureza semiestruturada, esta pode fluir de uma forma que não siga obrigatoriamente a ordem dos blocos temáticos, sendo, no entanto, desejável que uma vez que seja oportuno abordar um desses tópicos, pelo desenrolar da entrevista, este seja preferencialmente explorado nas suas diferentes dimensões, evitando saltar excessivamente entre assuntos.

Parte importante do trabalho de preparação da entrevista implica, assim, adaptar a entrevista ao perfil da pessoa a entrevistar, procurando ter em mente todos os tópicos considerados no guião mas que este seja usado para que aquela decorra não tanto na forma de coleção de dados biográficos, mas antes de narrativa em torno da trajetória e experiência de pobreza.

1. Enquadramento familiar na infância

Esta secção pretende explorar a visão que a pessoa entrevistada tem sobre os seus primeiros anos de vida, a sua família de origem e aquilo que era o seu contexto de vida. Será importante perceber que visão constroem dessa fase: passaram por dificuldades? Havia problemas? Eram felizes? A família era um suporte?

O importante é deixar falar e perceber que imagem subjetiva têm desses tempos e identificar os principais episódios e os respetivos protagonistas, mesmo que estes não sejam da família.

1. Pedia-lhe que me falasse um pouco das suas recordações de infância. No geral, considera que teve uma infância boa ou má?
2. Que recordações positivas e negativas guarda desse período? (Exemplos de contextos: em casa, na escola, no grupo de amigos, na comunidade...)
3. 3. Lembra-se de a sua família receber algum tipo de apoio, de alguma instituição social, religiosa ou comunitária? Que tipo de apoios eram esses? Ajudavam a resolver algumas situações difíceis que possam ter existido?
4. Recorda-se de existirem situações graves que tenham afetado membros da sua família durante a sua infância (perdas significativas, problemas de saúde, problemas com a justiça...)? De que forma afetaram a sua família?

2. Relação com o sistema educativo

2.1. Relação com a escola

Nesta secção, procura-se explorar como foi – ou é, no caso de estudantes – construída a relação com a escola, enquanto espaço de sociabilidade, de aprendizagem e de «embate com a sociedade». Será fundamental explorar se a escola foi/é vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligada às aprendizagens formais) ou se foi/é, sobretudo, um lugar de estigma e confrontação ou ainda se foi/é, em alternativa, um lugar de convívio com os pares. Explorar as razões dessas imagens da vivência escolar.

Explorar, também, os fatores de permanência ou de recusa da escola, se isso mudou com a idade e porquê.

Podíamos agora falar um pouco sobre a sua relação com a escola. Fale-me um pouco acerca do período em que andou na escola em criança/jovem. (adaptar perguntas para o caso dos estudantes)

1. Até que ano andou na escola? E até que idade? Alguma vez reprovou de ano? Quantas vezes? Porque acha que isso aconteceu?
2. Do que é que gostava mais e gostava menos na escola? Como era a sua relação com os professores?
3. Porque deixou/abandonou a escola? (está a pensar abandonar a escola? porquê?)

2.2. A escola e o futuro

Interessa aqui explorar de que forma e até que ponto a escola é encarada como uma plataforma de distribuição e democratização de oportunidades. Por outro lado, perceber se a pessoa entrevistada sente que foi condicionada no seu projeto de vida por um eventual *drop-out* e o que é que o motivou.

1. Gostaria de (continuar) ter continuado a estudar? Porquê?
2. Acha que a sua vida (será) seria melhor se (continuar) tivesse continuado a estudar? Porque tem essa opinião? (termos laborais, sociais, etc.)
3. Mais tarde voltou a estudar ou fez formação profissional? Fale-me desse período.

3. Transições para a vida adulta

Transição Escola-Trabalho (se aplicável).

Esta secção cruza-se com a anterior e será expectável que muitas das perguntas sejam respondidas numa sequência narrativa despoletada pelas perguntas sobre a saída da escola. Aqui interessa perceber se houve um trajeto direto entre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho (e até se houve uma relação de efeito-causa entre estas variáveis) ou se a transição foi mais sinuosa, intermitente, permeada por períodos de inatividade. Neste último caso, explorar também que inatividade foi esta: tratou-se de não participar no mercado de trabalho formal, mas exercendo outras atividades informais?

Fale-me um pouco da fase da sua vida depois de sair da escola (se aplicável).

1. Começou logo a trabalhar? Que idade tinha? Tinha algum contrato? Como é que conseguiu esse primeiro emprego? O que é que fazia? Durante quanto tempo esteve nesse primeiro emprego?

3.2. Saída de casa dos pais (se aplicável)

Explorar as condições de construção da autonomia e de ameaças a essa autonomia.

E sobre a fase da sua vida em que deixou de morar com os seus pais... (no caso de já ter saído da casa dos pais.)

1. Que idade tinha? Com quem foi viver? Como se sustentava?
2. Depois de ter saído da casa dos seus pais teve de regressar alguma vez? Porquê? Já tinha companheiro (a) nessa altura?

3.3. Primeira experiência conjugal e parental (se aplicável)

Fale-me agora da época da sua vida em que casou/se juntou com um/a companheiro (a) (pela primeira vez)?

1. Já tinha saído da escola? Já estava a trabalhar? Que idade tinha?
2. Teve filhos? O seu primeiro filho ou filha nasceu em que momento da sua vida?
3. Continua a viver com o seu/sua companheiro(a)?
4. Em que é que essa separação alterou a sua vida? (se aplicável)

4. Relação com o mundo do trabalho

Trajectoria Profissional/Laboral

Nesta secção pretende-se explorar qual tem sido o caminho da pessoa entrevistada no mercado de trabalho, mas também como se tem sentido nas suas experiências laborais, se se sente recompensada, realizada, se consegue permanecer no mercado de forma estável e prolongada, etc.

Importa começar por referir a condição em relação ao mundo laboral em que se encontra atualmente quem está a ser entrevistado, convidando-o a falar dela, **tendo em mente o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos (evento estruturador)**. Procurar desenvolver a entrevista a partir desse evento.

Começemos, então, a entrevista pela sua situação atual em relação ao trabalho.

Pelo que percebi neste momento está **empregado/desempregado/reformado/a estudar/ não está a trabalhar**. É assim? (explorar situação laboral; explorar restantes eixos a partir de evento estruturador).

- 1) O que faz e como conseguiu o emprego atual (ou o último que teve), pode contar-nos a história? E que tipo de contrato tem (teve)? **[se nunca teve um emprego passar para a questão 6]**
- 2) O que é que gosta mais no trabalho que faz (ou no último que teve)? E o que gosta (gostava) menos? Se pudesse mudar, o que é que mudava? Em geral, está satisfeito com o seu trabalho (esteve satisfeito com o último que teve)?
- 3) Mais ou menos quantos trabalhos/empregos diferentes já teve na sua vida? E que tipos de contrato teve?
- 4) Está ou esteve alguma vez desempregado/a? Por que motivo está/esteve desempregado/a? Por quanto tempo é que está/esteve desempregado/a? Lembra-se especialmente de alguma vez em que esteve desempregado/a? E como lidou com essa situação?
- 5) Qual é que foi o emprego que mais gostou? Porquê?
- 6) Acha que tem dificuldades em arranjar emprego? Porque motivos?
- 7) Se nunca trabalhou por que é que isso aconteceu?
- 8) Se está reformado, quando se reformou e porque motivo (atingiu a idade de reforma, por questões de saúde / incapacidade para o trabalho, outra situação...)?

5. Autopercepção do percurso, comparação da vida presente com a passada

Explorar a visão geral sobre a sua vida e a avaliação que faz sobre o percurso, os pontos de destaque e os momentos-crítico.

1. Qual é a sua principal fonte de rendimento (trabalho, reforma, outra, qual)? Acha que os rendimentos que tem são suficientes para responder as suas necessidades?
2. Lembra-se duma situação/momento da sua vida em que tenha sentido/percebido que os seus rendimentos não são suficientes? (se resposta negativa)
3. Como vê o seu percurso de vida até agora? Quais foram os aspetos positivos, os sucessos, as vitórias?
4. Nesse percurso quais foram os momentos mais difíceis? Em algum desses momentos a sua vida mudou muito? (saída de casa dos pais, saída da escola, entrada no mercado de trabalho, conjugalidade, parentalidade, doenças, institucionalização, relação com sistema de justiça...)
5. Quando olha para trás, para o seu percurso, acha que teve altos e baixos, que tem vindo a melhorar ou que já esteve melhor do que agora? Em que aspetos? Porquê?

6. Redes de apoio não institucional e território

6.1. Redes de apoio não institucional

Explorar qual é a rede de suporte informal que a pessoa entrevistada considera que tem e em que medida lhe dá a ajuda e segurança que considera que necessita. Quais os atores chave que suportam a sua sobrevivência (mãe, outro/a familiar, amigo/a, técnica...) e que recursos se utiliza na relação com esses atores.

1. O que é que pensa da relação que tem com os seus familiares, amigos e vizinhos? (explorar os três tipos de atores)
2. Quando necessita de alguma ajuda ou tem algum problema, a quem recorre?

6.2. Avaliação dos territórios de habitação

Exploração da relação entre o território habitacional e a condição de vida. A forma como, eventualmente, o território produz exclusão e segregação, mas também redes informais de suporte. A vizinhança (o local onde vive) constitui-se como um recurso ou uma ameaça?

1. O que pensa do lugar onde vive? Quais os aspetos mais positivos e os mais negativos. Quando e como veio/foi viver para este/esse lugar?
2. Na sua opinião o que faz falta no lugar onde mora? O que mudaria se pudesse? (serviços, transportes, segurança...)
3. Em relação à sua casa: Que dificuldades é que sente?

7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção social

Nesta secção explora-se a forma como no passado e no presente a pessoa entrevistada se relaciona com os apoios públicos de proteção social e de que forma estes são recursos ou se constituem como formas rituais de humilhação.

7.1. Histórico

Nesta secção, há que explorar toda a relação com os apoios do Estado, desde a Segurança Social (RSI, subsídio de desemprego, baixas médicas, etc.) até à ação social (banco alimentar, ajudas pontuais, ...). Explorar também momentos em que se beneficiou de apoios pontuais ou mais focalizados (ação social escolar, etc.).

1. Ao longo da sua vida fez descontos para a Segurança Social e sistemas semelhantes? Sempre ou apenas em alguns períodos? Se não porquê?
2. Ao longo da sua vida recorreu a apoios ou serviços de apoio, públicos ou privados? De que tipo?

7.2. Situação Atual

1. Atualmente é beneficiário de algumas prestações/subsídios da Segurança Social? Quais? (Subsídio de desemprego/ Subsídio de Doença/Pensão de Reforma/ RMG-RSI/CSI/Prestação Social para a Inclusão)? E do abono de família e da Ação Social Escolar (para os/as filhos/as)?
2. É apoiado(a) por alguma outra Instituição de Apoio Social? Qual/Quais?
3. Em que medida essas prestações e apoios são importantes na fase atual da sua vida?

7.3. Perceção da relação com os Serviços Sociais

1. Qual o seu grau de satisfação quanto ao modo como tem sido atendido/a e acompanhado/a nos diferentes serviços de apoio social?
2. Existe algum episódio que tenha sido para si especialmente marcante (positivo ou negativo) na sua relação com os serviços de apoio social, saúde ou outros...? (discriminação, ajuda...)

8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza

Nesta secção vai ser explorada a autoperceção da pessoa entrevistada enquanto pobre, procurando ainda perceber como é que considera que o problema da pobreza poderia ser resolvido.

É preciso ter em conta tudo o que foi dito e interessa perceber como é que a pessoa entrevistada se sente consigo e com a sua vida.

1. Quando pensa na sua vida atual considera-se uma pessoa/família que vive em situação de pobreza? Porquê? É uma perceção da sua situação no presente ou acha que sempre esteve nessa condição?
2. Como tem lidado com essa condição? (idem) (resignação, isolamento, manter as aparências) [**se aplicável**]
3. Alguma vez se sentiu discriminado ou excluído? O que o/a fez sentir-se assim?
4. Se pudesse, o que mudaria na sua vida?
5. E se fosse primeiro/a-ministro/a que medida(s) tomaria para combater a pobreza no nosso país?
6. Em geral, sente-se uma pessoa feliz? Qual a principal razão de se sentir como refere?

9. Perspetivas face ao futuro

Explorar como a entrevistado/a se projeta no futuro, que esperança deposita no futuro.

1. Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro? Acha que poderá vir a viver sem subsídios e apoios do estado e de instituições de apoio social? [**se aplicável**] Se sim, o que é necessário para que isso aconteça? Se não, porquê?
2. E a vida dos seus filhos e/ou filhas?
3. Quais os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados? Acha que vai conseguir concretizá-los?

G. Grelha de codificação (versão base)

Objetivos de Investigação/ Secção da Entrevista – Temas	Subtemas	Questões	Categorias	Sub-Categorias		
<p>1. Enquadramento familiar na infância Esta secção pretende explorar a visão que a pessoa entrevistada tem sobre os seus primeiros anos de vida, a sua família de origem e aquilo que era o seu contexto de vida. Será importante perceber que visão constroem dessa fase: passaram por dificuldades? Havia problemas? Eram felizes? A família era um suporte?</p>	A) Recordações e contextos da infância	1.1. No geral, considera que teve uma infância boa ou má?	Classificação da infância	Infância boa		
				Infância nem boa nem má		
				Infância má		
				1.2. a) Que recordações positivas guarda desse período?	Contexto em casa	Recordações dos pais Recordações de outros familiares
					Contexto na escola	Recordações da escola/espço Recordações dos professores Recordações dos funcionários
					Contexto no grupo de amigos	Recordações de amigos na escola Recordações de amigos na vizinhança
					Contexto na comunidade	Elementos de vizinhança Instituições na comunidade
				1.2. b) Que recordações negativas guarda desse período?	Contexto em casa	Recordações dos pais Recordações de outros familiares
			Contexto na escola	Recordações da escola/espço Recordações dos professores		

				Recordações dos funcionários
			Contexto no grupo de amigos	Recordações de amigos na escola Recordações de amigos na vizinhança
			Contexto na comunidade	Elementos de vizinhança Instituições na comunidade
B) Eventos e situações potenciadoras da pobreza na infância	1.3. Lembra-se de a sua família receber algum tipo de apoio, de alguma instituição social, religiosa ou comunitária? Que tipo de apoios eram esses? Ajudavam a resolver algumas situações difíceis que possam ter existido?	Tipos de apoios identificados	Apoios formais – instituições sociais, instituições religiosas, instituições comunitárias; outro tipo de instituições Apoios informais – vizinhança, redes primárias Apoio pontual Apoio sistemático	
			Eficácia dos apoios na resolução de problemas	Resolveu situações difíceis Não resolveu situações difíceis Resolveu situações de modo pontual
	1.4. Recordar-se de existirem situações graves que tenham afetado membros da sua família durante a sua infância	Sem situações graves		
		Perdas significativas	Na Família nuclear Na Família alargada	
		Problemas de saúde	Da família nuclear Da família alargada	

		(perdas significativas, problemas de saúde, problemas com a justiça...)? De que forma afetaram a sua família?	Problemas com a justiça	Da família nuclear Da família alargada
			De que forma situações graves afetaram a família	Alteraram significativamente Não alteraram significativamente Alteraram num período longo Alteraram num período curto de tempo
<p>2. Relação com o sistema educativo explorar como foi – ou é, no caso de estudantes – construída a relação com a escola, enquanto espaço de sociabilidade, de aprendizagem e de «embate com a sociedade». Explorar se a escola foi/é vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligada</p>	<p>C) Percurso escolar durante a infância/juventude</p>	<p>2.1.1. Até que ano andou na escola? E até que idade? Alguma vez reprovou de ano? Quantas vezes? Porque acha que isso aconteceu?</p>	Até que idade andou na escola	Nunca frequentou Frequentou até
			Número de reprovações	Nenhuma reprovação 1 a 3 reprovações Mais do que 3 reprovações
			Razões para sucesso escolar	Apoio dos professores da escola Apoio dos auxiliares da escola Apoio de instituições na comunidade/projetos Apoio da família nuclear e alargada Apoio de amigos/pares Trabalho próprio
			Razões para insucesso escolar	Ausência de Apoio dos professores da escola

<p>às aprendizagens formais) ou se foi/é, sobretudo, um lugar de estigma e confrontação ou ainda se foi/é, em alternativa, um lugar de convívio com os pares. Explorar as razões dessas imagens da vivência escolar. Explorar, também, os fatores de permanência ou de recusa da escola, se isso mudou com a idade e porquê.</p>				<p>Ausência de Apoio dos auxiliares da escola Ausência de Apoio de instituições na comunidade/projetos Ausência de Apoio da família nuclear e alargada Ausência de Apoio de amigos/pares Ausência de trabalho próprio</p>
		<p>2.1.2. Do que é que gostava mais e gostava menos na escola? Como era a sua relação com os professores?</p>	<p>Do que gostava mais na escola</p>	<p>Dos professores Dos auxiliares Dos amigos/pares (inclui momentos de convívio no recreio) Das aprendizagens</p>
			<p>Do que gostava menos na escola</p>	<p>Dos professores Dos auxiliares Dos amigos/pares (inclui momentos de convívio no recreio) Das aprendizagens</p>
			<p>Elementos relacionais com professores</p>	<p>Positivos Negativos indiferentes</p>
	<p>D) Representações sobre a escola e percursos de abandono escolar</p>	<p>2.1.3. Porque deixou/a abandonar a</p>	<p>Porque deixou a escola</p>	<p>Ingressou no mercado de trabalho (para ganhar</p>

		escola? (está a pensar abandonar a escola? porquê?)		<p>dinheiro para si ou para a família de origem)</p> <p>Número elevado de retenções</p> <p>Má relação com professores</p> <p>Má relação com amigos/pares</p> <p>Não ver utilidade do percurso escolar</p>
			Porque pensa sair da escola	<p>Ingresso no mercado de trabalho (apoio à família ou autonomia financeira)</p> <p>Não utilidade/necessidade de percurso escolar</p>
	E) Representações sobre escola e futuro	2.2.1. Gostaria de (continuar) ter continuado a estudar? Porquê?	Porque gostaria de ter continuado a estudar	<p>Obter um futuro melhor</p> <p>Desenvolver horizontes sociais e culturais</p> <p>Maiores oportunidades financeiras</p> <p>Maiores conhecimentos</p> <p>Exercício de profissão desejada</p>
			Porque não gostaria de ter continuado a estudar	<p>Insucessos na aprendizagem</p> <p>Inutilidade do percurso escolar</p>

				Má relação com professores Má relação com amigos/pares
			Porque gostaria de continuar a estudar	Obter um futuro melhor Desenvolver horizontes sociais e culturais Maiores oportunidades financeiras Maiores conhecimentos Exercício de profissão desejada
			Porque não gostaria de continuar a estudar	Insucessos na aprendizagem Inutilidade do percurso escolar Má relação com professores Má relação com amigos/pares
	2.2.2.	Acha que a sua vida (será) seria melhor se (continuar) tivesse continuado a estudar ? Porque tem	Porque a vida seria melhor se tivesse continuado a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente
			Porque a vida não seria melhor se tivesse continuado a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente
			Porque a vida será melhor se continuar a estudar	Socialmente Economicamente Culturalmente
			Porque a vida não será	Socialmente

		essa opinião ? (termos laborais , sociais, etc.)	melhor se continuar a estudar	Economicamente Culturalmente	
	F) Formação profissional	2.2.3. Mais tarde voltou a estudar ou fez formação profissional? Fale-me desse período .	Continuidade do percurso escolar	Área de percurso escolar	
			Continuidade do percurso formativo	Área de formação profissional	
<p>3. Transição Escola-Trabalho (se aplicável).</p> <p>Esta secção cruza-se com a do trabalho. Aqui interessa: perceber se houve um trajeto direto entre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho (e até se houve uma relação de efeito-causa entre estas</p>	G) Processo de saída da escola	3.1.1. Começou logo a trabalhar? Que idade tinha? Tinha algum contrato? Como é que conseguiu esse primeiro emprego? O que é que fazia? Durante quanto tempo esteve no primeiro emprego	Começou logo a trabalhar	Começou logo a trabalhar	
					Não começou logo a trabalhar
				Idade no 1.º emprego	Antes dos 16 anos Depois dos 16 anos
				Tipo de contrato	Sem contrato Recibos verdes Contrato temporário Contrato permanente
				Estratégias de entrada no mercado de trabalho	Meios formais (Através da escola/instituição de formação profissional/Centro de Emprego) Meios informais

<p>variáveis) ou se a transição foi mais sinuosa, intermitente, permeada por períodos de inatividade. Neste último caso, explorar também que inatividade foi esta: tratou-se de não participar no mercado de trabalho formal, mas exercendo outras atividades informais?</p>				(Procura ativa de trabalho Candidaturas espontâneas Contactos de familiares/amigos)	
				Quais as tarefas desempenhadas	
				Tempo de permanência no 1.º emprego	Trabalho sazonal Período de experiência Até 6 meses Entre 6 meses a 1 ano Superior a 1 ano
<p>H) Processo de saída de casa dos pais</p>		<p>3.2.1. Que idade tinha? Com quem foi viver? Como se sustentava?</p>	Idade de autonomização		
			Com quem foi viver	Conjugalidade	
				Familiares	
				Outras situações (amigos, apartamento de autonomia, etc)	
			Quais eram as fontes de rendimento do agregado	Apenas do trabalho	
				Apenas sem ser do trabalho	
<p>3.2.2 Depois de ter saído da casa dos seus pais, teve de regressar alguma vez? Porquê? Já</p>	Retorno a casa dos pais	Não retornou			
		Separação conjugal			
		Motivos económicos			
		Outros motivos para retorno			

		<p>tinha companheiro (a) nessa altura?</p>	<p>Com ou sem companheiro/a na altura do retorno</p>	<p>Com companheiro/a na altura do retorno</p> <hr/> <p>Sem companheiro/a na altura do retorno</p>
I) Modelos de conjugalidade		3.3.1. Já tinha saído da escola? Já estava a trabalhar? Que idade tinha?	Idade na primeira conjugalidade	
			Primeira conjugalidade e escola	<p>Simultânea</p> <hr/> <p>Não simultânea</p>
		Primeira conjugalidade e trabalho	Simultânea	
			<p>Conjugalidade antes de trabalho</p> <hr/> <p>Trabalho antes da conjugalidade</p>	
3.3.3. Continua a viver com o seu/sua companheiro(a)?	Permanência da primeira relação de conjugalidade /rutura	<p>Permanência da primeira relação de conjugalidade</p> <hr/> <p>Rutura da primeira relação de conjugalidade</p>		
J) Modelos de parentalidade		3.3.2. Teve filhos? O seu primeiro filho ou filha nasceu em que momento da sua vida?	Vivências de parentalidade (idade, evento de vida)	Sem filhos/as
				Com filhos
		3.3.4. Em que é que essa separação alterou a sua vida? (se aplicável)	<p>Alterações resultantes da rutura da primeira relação de conjugalidade</p>	<p>Sem alterações</p> <hr/> <p>Mudança de emprego</p> <hr/> <p>Mudança de residência</p>

<p>4. Relação com o mundo de trabalho (Trajetória Profissional/Laboral) Explorar qual tem sido o caminho da pessoa entrevistada no mercado de trabalho, mas também como se tem sentido nas suas experiências laborais, se se sente recompensada, realizada, se consegue permanecer no mercado de forma estável e prolongada, etc Identificar o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos (evento estruturador).</p>	<p>K) Emprego atual (população empregada)</p>	<p>4.1. O que faz e como conseguiu o emprego atual (ou o último que teve)? Pode contar-nos a história? E que tipo de contrato tem (teve)?</p>	<p>Estratégias de entrada no emprego atual /último que teve</p>	<p>Meios formais e meios informais: Procura ativa de trabalho Candidaturas espontâneas Contactos de familiares/amigos Por convite da instituição empregadora atual, Centro de Emprego</p>
			<p>Tipo de contrato no emprego atual /último que teve</p>	<p>Sem contrato</p>
				<p>Recibos verdes</p>
				<p>Contrato temporário</p>
	<p>L) Perceções de satisfação sobre o emprego atual</p>	<p>4.2. O que é que gosta mais no trabalho que faz (ou no último que teve)? E o que gosta (gostava) menos? Se pudesse mudar o que é que mudava? Em geral está satisfeito com o seu trabalho (esteve satisfeito com o último que teve)?</p>	<p>O que é que gosta mais no trabalho que faz (ou no último que teve)</p>	<p>Nada</p>
			<p>O que é que gosta menos no trabalho que faz (ou no último que teve)</p>	<p>Nada</p>
				<p>Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilidade</p>
			<p>O que mudava</p>	<p>Não mudava nada</p>
<p>Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho</p>				

				Níveis de responsabilida de
			Satisfação com o trabalho	Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilida de
			Nem satisfação nem insatisfação com o trabalho	Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilida de
			Insatisfação com o trabalho	Remuneração Condições de trabalho Condições de progressão Horários de trabalho Níveis de responsabilida de
M) Vivências no mercado de trabalho e trajetória de desemprego N) Inexperiências no mercado de trabalho O) Reformados	4.3. Mais ou menos quantos trabalhos/empregos diferentes já teve na sua vida? E que tipos de contrato teve?	Número		
			Tipos de contrato	Sem contrato Recibos verdes Contrato temporário Contrato permanente Ao dia ou à tarefa
	4.4. Está ou esteve alguma vez	Motivos para desemprego	Doença temporária Invalidez	

		<p>desempregado/a? Por que motivo está/esteve desempregado/a? Por quanto tempo é que está/esteve desempregado/a?</p> <p>Lembra-se especialmente de alguma vez em que esteve desempregado/a? E como saiu dessa situação?</p>		<p>Transição para um novo emprego</p> <p>Despedimento pela entidade empregadora</p> <p>Despedimento espontâneo</p> <p>Finalização de período contratual</p>
			Tempo de desemprego	<p>< a 3 meses</p> <p>De 3 meses a 6 meses</p> <p><a 6 meses e < a 1 ano</p> <p>Superior a 1 ano</p>
			Situação particular de desemprego	
			Saída da situação particular de desemprego	
		4.5. Qual é que foi o emprego que mais gostou. Porquê?	Emprego de que mais gostou	
			Razão para ter gostado do emprego	<p>Remuneração</p> <p>Condições de trabalho</p> <p>Condições de progressão</p> <p>Horários de trabalho</p> <p>Níveis de responsabilidade</p>
		4.6. Acha que tem dificuldades em arranjar emprego?	Motivos para ter dificuldades em arranjar emprego	Sem dificuldades
				Falta de habilitações
				Falta de qualificações
				Falta de sorte

		Porque motivos?		Idade/situação particular de saúde
		4.7. Se nunca trabalhou, por que é que isso aconteceu?	Razões explicativas para a não entrada no mercado de trabalho	Nunca tentou entrar Saúde Ausência de oportunidades/falta de sorte Outra razão
		4.8. Se está reformado, quando se reformou e porque motivo (atingiu a idade de reforma, por questões de saúde / incapacidade e para o trabalho, outra situação...)?	Idade de reforma	Idade limite
			Motivos para a reforma	Questões de saúde
				Incapacidade para o trabalho
				Outra situação
5. Autopercepção do percurso, comparação da vida presente com a passada. Explorar a visão geral sobre a sua vida e a avaliação que faz sobre o percurso, os pontos de destaque e	P) Percepções sobre adequação de níveis de rendimento	5.1. Qual é a sua principal fonte de rendimento (trabalho, reforma, outra, qual)? Acha que os rendimentos que tem são suficientes para responder as suas necessidades?	Identificação da principal fonte de rendimento,	Trabalho
				Pensão
				Outras transferências sociais
				Outra fonte
			Percepção sobre a suficiência de recursos em resposta às necessidades	Rendimentos sempre suficientes para as necessidades
				Rendimentos nem sempre suficientes para as necessidades
				Rendimentos nunca suficientes

os momentos-crítico.				para as necessidades
	5.2. Lembra-se de uma situação/momento da sua vida em que tenha sentido/percebido que os seus rendimentos não são suficientes?	Prevalência		Nenhuma situação em concreto
			Pouco frequente	
			Muito frequente	
Atores			Contexto familiar	
			Contexto de vizinhança	
			Contexto profissional	
			Contexto institucional	
			Outro contexto	
Tempos			Quando criança	
			Quando adolescente	
			Quando jovem adulto	
			Quando adulto	
Lugares			Em casa	
			No território de residência	
			No trabalho	
			Numa organização	
			Noutro local	
Acontecimentos			Não ligado a nenhum acontecimento específico	
			Doença do/a próprio/a	
			Doença de familiar	
		Morte de familiar		
		Rutura familiar		
		Recomposição familiar		
		Desemprego		

Q) Avaliação subjetiva do percurso de vida até ao momento	5.3. Como vê o seu percurso de vida até agora? Quais foram os aspetos positivos, os sucessos, as vitórias?	Sem aspetos positivos	Dificuldades no emprego (ex. salários em atraso)
			Despesa inesperada
			Outra situação
		Contexto familiar	Relacionado com parceiro/a
			Nascimento de filho/a(s)
			Relacionado com filho/a(s) (não relacionado com nascimento)
			Outros aspetos
		Contexto profissional	Obtenção de um emprego
			Percurso profissional
			Outros aspetos
		Condições materiais de vida	Alimentação
			Habitação
		Outros contextos	
		Tempos	Passado – infância
			Passado – jovem adulto
			Passado remoto - adulto
			Passado próximo/presente
5.4. Nesse percurso quais foram os momentos	Prevalência	Nenhuma situação em concreto	
		Pouco frequente	

		<p>mais difíceis? Em algum desses momentos a sua vida mudou muito? (saída de casa dos pais, saída da escola, entrada no mercado de trabalho, conjugalidade, parentalidade, doenças, institucionalização, relação com sistema de justiça...)</p>		Muito frequente
	Atores		Contexto familiar	
			Contexto de vizinhança	
			Contexto profissional	
			Contexto institucional	
			Outro contexto	
	Tempos		Quando criança	
			Quando adolescente	
			Quando jovem adulto	
			Quando adulto	
	Lugares		Em casa	
			No território de residência	
			No trabalho	
			Numa organização	
	Acontecimentos		Noutro local	
			Não ligado a nenhum acontecimento específico	
			Doença do/a próprio/a	
			Doença de familiar	
			Morte de familiar	
			Rutura familiar	
		Recomposição familiar		
		Desemprego		
		Dificuldades no emprego (ex. salários em atraso)		
	Despesa inesperada			

				Outra situação
			Momentos negativos estruturadores do percurso em que a vida tenha mudado muito	Sem momentos deste género
				Saída de casa dos pais
				Saída da escola
				Entrada no mercado de trabalho
				Conjugalidade
				Parentalidade
				Doenças
				Institucionalização
				Relação com sistema de justiça
				Outros motivos
		5.5. Quando olha para trás, para o seu percurso, acha que teve altos e baixos, que tem vindo a melhorar ou que já esteve melhor do que agora? Em que aspetos? Porquê?	Percurso com altos e baixos	
			Percurso que tem vindo a melhorar	
			Percurso que tem vindo a piorar	
6. Redes de apoio não institucional e território <i>Redes de apoio não institucional: Explorar</i>	R) Redes informais de apoio e vizinhança S) Avaliação subjetiva da habitação e do território de residência	6.1.1. O que é que pensa da relação que tem com os seus familiares, amigos e vizinhos? (explorar os	Perceção subjetiva da relação com familiares	Marcada pela positiva
				Marcada pela inconstância
			Perceção subjetiva da relação com amigos	Marcada pela negativa
				Marcada pela positiva
				Marcada pela inconstância

<p>qual é a rede de suporte informal que a pessoa entrevistada considera que tem e em que medida lhe dá a ajuda e segurança que considera que necessita. Quais os atores chave que suportam a sua sobrevivência (mãe, outro/a familiar, amigo/a, técnica...) e que recursos se utiliza na relação com esses atores</p> <p><i>Avaliação dos territórios de habitação:</i> Exploração da relação entre o território habitacional e a condição de vida. A forma como, eventualmente, o território produz exclusão e</p>	três tipos de atores)		Marcada pela negativa	
			Perceção subjetiva da relação com vizinhos	Marcada pela positiva
				Marcada pela inconstância
				Marcada pela negativa
	6.1.2. Quando necessita de alguma ajuda ou tem algum problema, a quem recorre?	Suportes ativos em caso de necessidade	Nunca necessita	
			Nunca recorre	
			Relações familiares	
			Relações de amizade	
	6.2.1. O que pensa do lugar onde vive? Quais os aspetos mais positivos e os mais negativos. Quando e como veio/foi viver para este/esse lugar?	Perceção subjetiva do território onde vive	Eminentemente positiva	
			Eminentemente neutra	
			Eminentemente negativa	
		Aspetos positivos do território onde vive	Localização	
Condições de habitação				
Habitat / habitus				
Sociabilidades				
Aspetos negativos do território onde vive		Localização		
		Condições de habitação		
		Habitat / habitus		
		Sociabilidades		
Quando foi viver para o território onde vive		Quando criança		
	Quando adolescente			
	Quando jovem adulto			
	Quando adulto –			

segregação, mas também redes informais de suporte. A vizinhança (o local onde vive) constitui-se como um recurso ou uma ameaça?				passado remoto
				Quando adulto – passado recente
				Sempre lá viveu
				Realojamento – com família de origem
				Realojamento - próprio
				Associado à conjugalidade
				Associado a relações familiares / sociabilidades
				Resultado da procura de casa – critério económico
				Resultado da procura de casa – acaso
				Outro processo
6.2.2. Na sua opinião, o que faz falta no lugar onde mora? O que mudaria se pudesse? (serviços, transportes, segurança...)			Necessidades sentidas no território onde vive	Sem necessidades sentidas
				Serviços
				Transportes
				Segurança
				Espaços públicos
6.2.3. Em relação à sua casa: Que dificuldades é que sente?			Dificuldades sentidas relativamente à residência	Outras necessidades
				Não mudaria nada
6.2.3. Em relação à sua casa: Que dificuldades é que sente?			Dificuldades sentidas relativamente à residência	Sem dificuldades sentidas
				Acessibilidade
				Tamanho
				Qualidade construção

				Gastos
				Outras dificuldades
<p>7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção</p> <p>Nesta secção explora-se a forma como no passado e no presente a pessoa entrevistada se relaciona com os apoios públicos de proteção social e de que forma estes são recursos ou se constituem como formas rituais de humilhação.</p>	<p>T) Relação com descontos para a Segurança Social e sistemas semelhantes</p> <p>U)</p> <p>V)</p> <p>W) Relação com apoios estatais ao longo do percurso de vida</p>	<p>7.1.1. Ao longo da sua vida fez descontos para a Segurança Social e sistemas semelhantes? Sempre ou apenas em alguns períodos? Se não porquê?</p>	Historial de descontos para sistemas de Segurança Social e outros	Nunca fez descontos
			Apenas em alguns períodos	
		Sempre fez descontos		
		Motivos para nem sempre ter feito descontos para sistemas de Segurança Social e outros	Responsabilidade da entidade empregadora	
		Decisão própria		
		Outros motivos		
	<p>7.1.2. Ao longo da sua vida recorreu a apoios ou serviços de apoio, públicos ou privados? De que tipo?</p>	<p>Recurso a serviços de apoio públicos e privados, por tipo de apoio</p>	Nunca recorreu	
			Recurso apenas a serviços de apoio públicos	
		Recurso apenas a serviços de apoio privados		
		Recurso a serviços de apoio públicos e privados		
		Regular/pontual	Regular	
		Pontual		
<p>X) Relação atual com apoios estatais e de outras instituições</p>	<p>7.2.1. Atualmente é beneficiário de algumas prestações/subsídios da Segurança Social? Quais? (Subsídio de desemprego / Subsídio de</p>	<p>Tipo de benefício auferido</p>	Não é beneficiário de nenhuma prestação/subsídio da Segurança Social	
			Subsídio de desemprego	
			Subsídio de Doença	
			Pensão de Reforma	
			RSI	

		Doença/Pensão de Reforma/RSI/CSI/Prestação Social para a Inclusão)...? E do abono de família e da Ação Social Escolar (para os/as filhos/as)?		Complemento Solidário para Idosos
				Prestação Social para a Inclusão
		7.2.2. É apoiado(a) por alguma outra Instituição de Apoio Social? Qual/Quais?	Tipo de instituição	Abono de Família / Ação Social Escolar
				Outros benefícios
Y) Impacto das prestações na fase atual do percurso de vida	7.2.3. Em que medida essas prestações e apoios são importantes na fase atual da sua vida?	Perceção sobre a importância dos apoios no momento atual	Sem apoio por outra instituição	
			Instituição pública	
			Instituição privada	
			Instituição pública e privada	
			Grande importância	
			Importância média	
			Pouca/nenhuma importância	
Z) Relação atual com serviços sociais	7.3.1. Qual o seu grau de satisfação quanto ao modo como tem sido atendido/a e acompanhado/a nos diferentes serviços de apoio social?	Grau de satisfação perante o atendimento e acompanhamento social	Grande satisfação	
			Satisfação média	
			Pouca/nenhuma satisfação	

		7.3.2. Existe algum episódio que tenha sido para si especialmente marcante (positivo ou negativo) na sua relação com os serviços de apoio social, saúde ou outros...? (discriminação, ajuda...)	Identificação de episódios marcantes com serviços de apoio – positivo	Nenhum episódio marcante 1 episódio marcante Vários episódios marcantes
			Identificação de episódios marcantes com serviços de apoio – negativo	Nenhum episódio marcante Discriminação Negação de apoio Outras situações
<p>8. Percepção de si como pobre e do combate à pobreza</p> <p>Nesta secção vai ser explorada a auto percepção da pessoa entrevistada enquanto pobre, procurando ainda perceber como é que considera que o problema da pobreza poderia ser resolvido. É preciso ter em conta tudo o que foi dito e interessa</p>	<p>AA) Auto percepção da situação pessoal de pobreza e do agregado</p> <p>BB) Identificação de situações de discriminação/exclusão social</p> <p>Z1) identificação de medidas de política social no combate à pobreza</p>	<p>8.1. Quando pensa na sua vida atual considera-se uma pessoa/família que vive em situação de pobreza? Porquê? É uma percepção da sua situação no presente ou acha que sempre esteve nessa condição?</p>	Auto percepção como pobre	Em situação de pobreza Não em situação de pobreza
			Percepção de persistência de pobreza	Em situação persistente de pobreza Não em situação persistente de pobreza
		Reação à condição atual de pobreza	Resignação Isolamento Manter as aparências Privação Pro-atividade Outras reações	
			Reação à condição	Resignação Isolamento

perceber como é que a pessoa entrevistada se sente consigo e com a sua vida.	[se aplicável]	persistente de pobre	Manter as aparências
			Privação
			Pro-atividade
			Outras reações
	8.3. Alguma vez se sentiu discriminado/a ou excluído/a? O que o/a fez sentir-se assim?	Sentimento de discriminação /exclusão	Sem sentimento de discriminação /exclusão
			Ocasional sentimento de discriminação /exclusão
		Razões para sentimento de discriminação /exclusão	Permanente sentimento de discriminação /exclusão
			Atores
			Tempos
			Lugares
			Acontecimentos
	8.4. Se pudesse, o que mudaria na sua vida?	Ação individual de mudança (perspetiva incondicional)	Económica
Condições materiais de vida			
Escolaridade			
Trabalho			
Familiares			
		Outros aspetos	
8.5. E se fosse primeiro/a-ministro/a, que medida(s) tomaria para combater a pobreza no nosso país?	Ação de mudança coletiva (combate à pobreza)	Salários	
		Mais emprego	
		Apoio social	
		Melhores condições de habitação	
		Outras ações	
8.6. Em geral, sente-se uma pessoa feliz? Qual a principal razão de se	Motivos para sensação de felicidade	Familiares	
		Saúde	
		Profissionais	
		Sociabilidades	
		Outros motivos	
		Familiares	

		sentir como refere?	Motivos para não sensação de felicidade	Saúde Profissionais Sociabilidades Outros motivos	
<p>9. Perspetivas face ao futuro Explorar como o/a entrevistado/a se projeta no futuro, que esperança deposita no futuro.</p>	<p>CC) Perspetivas face ao futuro e ações para melhoria da qualidade de vida</p>	<p>9.1. Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro? Acha que poderá vir a viver sem subsídios e apoios do Estado e de instituições de apoio social? [se aplicável] Se sim, o que é necessário para que isso aconteça? Se não, porquê?</p>	Análise prospetiva da situação individual	Melhoria Manutenção Pioria	
			Análise prospetiva da situação individual sem apoio institucional	Possível Não possível Incerteza	
			Critérios para a dependência futura de apoio institucional	Desemprego Incapacidade para trabalho Salários baixos Baixa intensidade laboral do agregado Outros aspetos	
				Critérios para a independência futura face ao apoio institucional	Emprego Salários mais elevados Maior intensidade laboral do agregado Acaso / sorte Outros aspetos
			9.2. E a vida dos seus filhos e/ou filhas?	Análise prospetiva da situação de descendentes	Melhoria Manutenção Pioria
			9.3. Quais os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados? Acha que vai	Sonhos que gostaria de ver realizados	Pessoais Familiares Saúde Profissionais Sociabilidades Outros motivos
					Expectativa de

		conseguir concretizá-los?	concretização dos sonhos	Incerteza
--	--	---------------------------	--------------------------	-----------

H. Situação perante o trabalho e estrutura familiar

Entrevistado/a	Género/ Idade	Situação perante trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
P3.1. Lisboa	Feminino, 48	Desempregada de Longa Duração (DLD) (01.2018/...) Despedimento sem justa causa	12.º ano concluído no ensino noturno	Início precoce no mercado de trabalho (14/15 anos) Carreira laboral longa, tendo como principal ocupação a restauração e o trabalho numa cadeia de distribuição Frequente Formação Profissional	Carreira contributiva na Segurança Social de ± 28 anos, com falta de alguns períodos por ausência de vínculo contratual ou não entrega dos descontos à Segurança Social pelas entidades patronais.	Monoparental	1	1		11,0 % 1 adulto subsídio de desemprego	Prestações sociais	Histórico de relação com serviços sociais — Em 2007, penhora de ordenado por decisão judicial, por dívidas contraídas pelo ex-marido. Foi despejada da habitação própria que tinha adquirido aquando do casamento, por incapacidade de pagamento das obrigações do crédito à habitação. — Pós 2007, apoios dos serviços sociais públicos (incluindo a SCML), quer na procura de alternativas habitacionais, quer a nível de apoio alimentar e de saúde. — Beneficiária da Segurança Social,	Apoio da família (Irmãos. Pais já falecidos)

Entrevistado/a	Género/Idade	Situação perante trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
												<p>recebendo o subsídio de desemprego</p> <ul style="list-style-type: none"> — ASE para o filho mais novo. — Apoio SCML, cartão de saúde que lhe possibilita quer a aquisição de medicamentos, quer o acesso a serviços de saúde. — Pensão de alimentos do filho decretada pelo Tribunal de Família. <p>Posição crítica face aos serviços de habitação.</p>	
P3.1. Ponta Delgada	Feminino, 48	Desempregada DDL Despedimento justa causa Atividade informal	4.ª classe	<p>Início no mercado de trabalho aos 23/24 anos, após separação do marido</p> <p>Atividade principal na área dos serviços pessoais e domésticos (área das limpezas), durante 11 anos Despedimento com justa causa por problemas com consumo de álcool</p> <p>Atividade informal em limpezas e recolção e venda de objeto</p>	Carreira contributiva ± 11 anos com contrato com empresa de limpezas e serviços pessoais.	Nuclear s/filhos	2	s/crianças		IL 0 % 2 adultos desempregados s/proteção social desemprego	Prestações sociais	<p>Sem histórico de recurso a serviços sociais públicos ou privados.</p> <p>Beneficiária RMG/RSI após desemprego Marido beneficiário RSI.</p>	Sem informação
P3.1. Porto #1	Feminino	Desempregada Desemprego por incapacidade para o trabalho	4.ª classe	<p>Início no mercado de trabalho aos 12 anos numa fábrica de confeções, como «rematadeira»</p> <p>Ajudante de cozinha</p>	Carreira contributiva curta por motivo de trabalho sem contrato, períodos curtos de trabalho com descontos,	Nuclear c/filhos	6	3	1	IL 33,3 % 1 adulto trabalhador em situação de baixa médica 2 adultos desempregados	Prestações sociais Rendimento trabalho /subsídio doença	<p>Beneficiária RMG/RSI.</p> <p>Apoio alimentar IPSS. Apoio privados em roupas e</p>	Apoio irmãs e mãe

Entrevistado/a	Género/Idade	Situação perante trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
		Atividade informal Problemas de saúde dificultam trabalho regular			realização de descontos não à entregues à Segurança Social							calçado para os filhos. Requerimento de acesso a habitação social, sem sucesso.	
P3.1. Porto #2	Feminino, 55	DLD (2011/...) doença não diagnosticada e com acompanhamento de saúde mental Desemprego por incapacidade para o trabalho	9.º ano	Início no mercado de trabalho como empresária a título individual (papelaria) Trabalho em ourivesaria como independente Empregada doméstica	Carreira contributiva pontual	Isolada	1			IL 0 % 1 adulta desempregado	Prestações sociais	Beneficiária RSI (142€ /mês) Habitação Social Apoio Exército de Salvação em termos de alimentação, medicamentos e bens pessoais. Forte criticismo dos serviços de apoio social e dos serviços municipais de habitação.	Apoio de amigos
P3.2 Ferreira do Alentejo	Masculino, 67	Desempregado (desemprego recente, aguarda reforma)	10.º ano	Imigrou para Portugal em 2002 Trabalhou como servente na construção civil e noutras atividades pouco qualificadas	carreira contributiva, mas irregular	Isolado	1			1 adulto desempregado com proteção social no desemprego a aguardar reforma	Prestações sociais	Beneficiário subsídio desemprego	Sem rede familiar em Portugal
P3.2 Montalegre	Masculino, 54	DLD Despedimento por cessação de contrato	Analfabeto	Início no mercado de trabalho aos 6 anos como ajudante de padaria nos EUA Trabalhou como jardineiro na Câmara Municipal local	Sem carreira contributiva	Isolado	1			IL 0 % 1 adulto desempregado sem proteção social no desemprego	Prestações sociais	Beneficiário RSI Apoio social da Cruz Vermelha Não há referência a qualquer benefício social do Estado americano, porventura em consequência da deportação e perda de cidadania americana.	Sem suporte familiar ativo

Entrevistado/a	Género/Idade	Situação perante trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
P3.2. Ponta Delgada	Masculino, 51	Desempregado, (desemprego recente) Desemprego por venda de empresa onde trabalhava	9.º ano	Início no mercado de trabalho aos 18/19 anos como empregado de comércio Carreira mais recente como segurança (p/1997) Dirigente sindical	Carreira contributiva longa	Monoparental masculina	2		1	IL 0 % 1 adulto desempregado com proteção social no desemprego 1 adulto estudante	Prestações sociais	Sem histórico de assistência social pública ou privada Subsídio desemprego Bolsa AS Ensino Superior (filha) Dificuldades no reconhecimento do direito ao subsídio de desemprego	Apoio da irmã
P3.2. Porto	Masculino, 45	Desempregado (DLD 2010/...) Desemprego por falência da empresa onde trabalhava e insucesso no negócio pessoal pós-desemprego Atividades informais	9.º ano Frequência 12.º ano não concluído	Início no mercado de trabalho aos 17 anos como empregado comércio Vendedor de produtos farmacêuticos 2003/06 Desemprego Empresa própria com esposa. Insolvência associado a doença. Declaração de insolvência (2010)	Carreira longa com algumas irregularidades	Nuclear c/filhos	4	1	1	IL 0 % 2 adultos desempregadas 1 adulto estudante	Prestações sociais Rendimentos de atividade informal	Beneficiário RSI Esposa beneficiária RSI Bolsa ação social do Ensino Superior (filha) Dificuldades na relação com o IEFP	Apoio da família (pais e sogros)
P3.2 Vila Franca do Campo	Masculino, 49	Desempregado (DLD 2012/...) Após cessação da participação no programa Recuperar da Região Autónoma dos Açores	9.º ano	Início no mercado de trabalho aos 13 anos como servente de pedreiro Pedreiro em várias empresas Emprego em carrossel pós 2007 com alternância de desemprego/emprego/programas ocupacionais Limitações para o trabalho por problemas de saúde incompatíveis com a atividade	Carreira contributiva irregular Períodos sem descontos por autoexclusão, por dificuldade de assumir um seguro social voluntário face à escassez dos rendimentos auferidos.	Nuclear c/filhos	5	1	2	IL 0 % 1 adulto desempregado com proteção social desemprego 1 adulto desempregado 1 adulta doméstica 1 adulto em formação profissional	Prestações sociais	Subsídio de desemprego Bolsa Formação Profissional Habitação social Ação social escolar da filha mais nova Posição crítica face ao sistema público de apoio ao emprego devido ao seu caráter	Sem informação

Entrevistado/a	Género/Idade	Situação perante trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
												temporário e não gerador de segurança Recurso à Segurança Social aquando da gravidez de risco da esposa (± 25 anos), tendo recebido apoio eventual	
P3.3. Amadora	Feminino 27	Desempregada (DLD 2016/...)	9.º ano Abandono escolar aos 17 anos por gravidez Curso de pastelaria	Iniciou-se no mercado de trabalho aos 23 anos em serviços pessoais e doméstico (limpeza IKEA) Alega discriminação no emprego	S/carreira contributiva	Nuclear c/filhos	4	2	—	IL 0 % 1 adulta desempregada 1 adulto desempregado com atividades informais	Prestações sociais Rendimentos atividade informal	RSI antes e após emprego Abono de família filhos Boa relação com IPSS com protocolo com Segurança Social que faz acompanhamento social RSI Partilha habitação com pais Requereu acesso à habitação social há 10 anos	
P3.3. Celorico de Basto	Feminino, 43	Desempregada (DLD 2017/...) Com Contrato de Emprego-Inserção+	4.ª classe	Inicia-se no mercado de trabalho aos 11 anos como empregada doméstica Retorna a casa dos pais, de quem se torna cuidadora aos 21 anos Emprego em carrossel: emprego/desemprego / Contratos Emprego-Inserção	Sem carreira contributiva com exceção dos 2 últimos anos com Contrato de Emprego-Inserção.	Outra (vive com irmão que se encontra em reclusão)	2		—	IL 0 % 1 adulto desempregado com Contrato Emprego-Inserção 1 adulto em reclusão	Prestações sociais (Bolsa Contrato Emprego-Inserção+)	Foi beneficiária do RSI, de Bolsa Emprego-Inserção Apoio Social Município em situações de privação Apoio alimentar	Apoio dos vizinhos Sem apoio dos irmãos por questões de partilhas

Entrevistado/a	Género/Idade	Situação perante trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
P3.3. Lisboa	Feminino, 41	Desempregada (DLD 2010/...)	12.º ano Completado como adulta Cursos profissionais de pastelaria e marketing	Início no mercado de trabalho aos 16 anos como empregado comércio/restauração Interrupção da atividade por motivos de maternidade (1.º e 2.º filho) Empregada de limpeza Nova interrupção por gravidez e cuidados 3.º filho Retoma estudos /formação profissional	Carreira contributiva limitada	Monoparental	5	2	2	IL 0 % 2 adultos desempregados 1 adulto desempregado doente crónico (colite ulcerosa e uma hepatite autoimune) E. com vários problemas de saúde	Prestações sociais	Beneficiária do RSI com períodos ativo e com suspensões Habitação social Apoio alimentar Caritas Abonos família e ASE (filhos)? Posição crítica sobre Serviço Sociais	
P3.3. Montalegre	Feminino, 43	Desempregada (DLD 2017/...) com Contrato Emprego-Inserção+	12.º ano, completado em adulta. (Abandono da escola no 8.º ano por influência da professora que a contratou como cuidadora)	Início no mercado de trabalho aos 17 anos como cuidadora de idosos sem contrato Contrato de Emprego-Inserção+	Trajetória caracterizada por relações de trabalho predominantemente e informais como cuidadora de pessoas idosas, sem descontos para o sistema de Segurança Social, entrecruzado com períodos de desemprego e atividade no âmbito de programas ocupacionais	Alargada: marido, filhos e mãe	5	1	1	IL 33 % 1 adulto Contrato Emprego-Inserção 1 adulto trabalhador* 1 pensionista sobrevivência *Filha adulta começou a trabalhar na semana da entrevista	Prestações sociais (Bolsa Contrato Emprego-Inserção) Trabalho	Beneficiária RSI com Contrato Emprego-Inserção+ aquando do nascimento do primeiro filho e associado a ciclos de desemprego sem proteção social Abono de família filho Apoio alimentar Cruz Vermelha Apreciação positiva Segurança Social	Solidariedade familiar
P3.3. Porto	Feminino 37	Desempregada (DLD 2015/...)	9.º ano (completado como adulta)	Início no mercado de trabalho aos 17 anos como empregada de comércio. Trajetória de empregos de curta duração, como empregada de balcão.	Carreira contributiva irregular e curta para a Segurança Social, com períodos de contratos formais e descontos e outros	Monoparental	4	2	1	IL 0 % 1 adulto desempregado* 1 adulta à procura 1.º emprego	Prestações sociais Pensão alimentos filhas	Beneficiária RSI (Janeiro 2019, na sequência de processo conflituoso de separação)	Solidariedade familiar e de vizinhança

Entrevistado/a	Género/Idade	Situação perante trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
anos fruto de relação ocasional				Período de desemprego com da realização de algumas atividades informais Desempregada, (processo complexo de separação)	de trabalho informal sem descontos.					* problemas foro psiquiátrico com limitação para o trabalho.		Abonos de família das filhas com majoração por problemas saúde das crianças 1.º escalão de ação social escolar filha estudante	
P3.4 Caldas da Rainha	Masculino, 36	Desempregado (DLD 9.2017/...)	12.º ano (Concluído como adulto, tendo abandonado o ensino regular sem concluir o 12.º ano)	Início no mercado de trabalho aos 17 anos como operário fabril Ingressa na Força Aérea como profissional com 24 anos, sendo dispensado aos 27 por motivos de saúde, ficando desempregado Contrato Emprego-Inserção como técnico de apoio informático no Centro de Saúde Aprovado em concurso público do Ministério da Saúde, aguarda colocação	Carreira contributiva regular	Isolado (divorciado com 2 filhos. Processo de divórcio litigioso quanto à guarda dos filhos)	1		—	IL 0 % 1 adulto desempregado com proteção social no desemprego (SSD)	Prestações sociais	Proteção social no desemprego (subsídio social de desemprego) Relação com os serviços sociais da Segurança Social e Santa Casa da Misericórdia, iniciada no contexto de privação registado após o divórcio e situação de desemprego. Apoio S. C. Misericórdia Apreciação crítica relação c/SS (P352)	Sem apoio por parte dos pais
P3.4 Guimarães	Masculino, 42	Desempregado (DLD 2014/...) Bolsa Emprego-Inserção+	12.º ano (Concluído como adulto, tendo abandonado o ensino regular no 6.º ano)	Início no mercado de trabalho aos 14 anos como trabalho informal em loja de calçado Aos 27 anos, desempregado, inicia curso de práticas administrativas Trabalha em fábrica têxtil Atividades sazonais informais e desemprego	Carreira contributiva irregular, com informação precisa apenas sobre o período em que trabalhou na empresa têxtil	Isolado (separação da companheira como processo desestabilizador)	3	1	—	IL 0 % 1 adulto contrato E-I	Prestações sociais	Bolsa Contrato Emprego-Inserção+ RSI em situação de desemprego sem proteção social, com apoio do programa alimentar Segurança Social	Sem referência

Entrevistado/a	Género/Idade	Situação perante trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
												Ehabitação social partilhada Relação com Segurança Social: Aceita face à necessidade, mas com dimensões críticas	
P3.4. Ponta Delgada	Masculino 33	DLD Programa Ocupacional PROSA	6.º ano (concluído no âmbito da Educação de Adultos)	Início no mercado de trabalho aos 14 anos. Trabalho nas estufas de ananás sem contrato ou a recibos verdes até aos 22 anos.	Carreira contributiva muito limitada Desvaloriza carreira contributiva Dívida Segurança Social devido a incumprimentos de contribuições sociais como independente	Nuclear com filhos	5	3	—	IL 50 % 1 adulto desempregado programa PROSA, RAA 1 adulta trabalhadora (programa ELP, RAA)	Prestações sociais (PROSA-RAA) Trabalho	Beneficiário do RSI. Abono de família Habitação de renda social Avalia de forma positiva os apoios sociais em situação de privação de privação, sendo crítico face aos serviços de saúde e à natureza dos programas de apoio ao emprego, que entende não responderem ao problema da precariedade. Beneficiário de apoios sociais e de apoio alimentar.	
P3.5. Amadora	Masculino 58	DLD (2007/...)	4.ª classe	Início no mercado de trabalho aos 15 anos Trabalhos vários em restauração e hotelaria DLD desde 2007 por motivos de saúde associados ao álcool	Carreira contributiva (informação não confirmada)	Isolado	1	s/crianças	—	IL 0 % 1 adulto Desempregado (DLD)	Prestações Sociais (RSI)	Beneficiário do RSI. Apoio social por IPSS em alimentação, higiene, tratamento de roupa... Requerimento de habitação social	

Entrevistado/a	Género/Idade	Situação perante trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
												não atendido até à data Avalia de forma positiva os apoios sociais dada a situação de privação em que se encontra.	
P3.5. Caldas da Rainha	Masculino 59	Reformado por invalidez	9.º ano (frequência da escola até 6.º ano, 9.º no âmbito RVCC)	Início no mercado de trabalho aos 14 anos servente construção civil Último trabalho como motorista TIR (41 anos) Reformado por invalidez aos 49 anos	Carreira contributiva longa	Alargada: casal com netos Guarda dos netos que haviam sido institucionalizados	5	3	—	2 adultos pensionistas	Pensões Pensão alimentos netos	Não tem historial de apoio dos serviços sociais, acionada após guarda dos netos. Não obteve apoios Abono família e Ação Social Escolar netos Emite juízo crítico sobre os serviços sociais, sobre a justiça e a política social em geral, mormente sobre a alegada diferença de tratamento entre beneficiários do RSI e reformados, mesmo que com uma carreira contributiva longa	
P3.5. Guimarães1	Feminino 64	Reformada por invalidez	9.º ano Curso dactilografia	Início no mercado de trabalho aos 13 anos como ajudante de armazém sem contrato e proteção social Empregada escritório e departamento comercial da empresa	Carreira contributiva regular	Isolado Divórcio aos 59 anos na sequência de um longo processo de violência doméstica	1		—	1 adulta pensionista	Pensão	Subsídio provisório da Segurança Social Apoio Câmara Municipal para pagamento água e eletricidade	Apoio família (pai)

Entrevistado/a	Género/Idade	Situação perante trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
				Reformado por invalidez aos 64 anos								Posição crítica face aos serviços habitação	
P3.5. Guimarães2	Feminino 60	Reformada por invalidez Trabalho informal compatível com condição saúde	6.º ano	Início no mercado de trabalho aos 13 empresa têxtil Empregada de comércio durante 18 anos Desemprego devido a doença prolongada Reformado por invalidez aos 48 anos	Carreira contributiva regular	Isolado Separação aos 59 anos	1		—	1 adulta pensionista	Pensão	Apoio alimentar Junta de Freguesia Valoriza a importância dos apoios sociais, mas expressa revolta pela sua insuficiência e ineficácia Expressa forte crítica aos apoios sociais da Segurança Social, nomeadamente e quanto aos limites de referência para situações de carência económica. Idem serviços saúde	Apoio família (filhos)
P3.5. Porto	Feminino 31	Pensionista invalidez	6.º ano	Sem atividade laboral por motivos de saúde	Sem carreira contributiva	Casal s/filhos	2		—	1 adulta pensionista social de invalidez 1 trabalhador	Pensão social de invalidez Salário	Apoio social do Exército de Salvação Habitação de renda social Valoriza a importância dos apoios sociais	Infância marcada pela institucionalização o ainda bebé e por vários episódios de violação que se prolongaram até aos 19 anos Autonomização aos 19 com o

Entrevistado/a	Género/ Idade	Situação perante trabalho	Educação	Atividade	Carreira Contributiva	Estrutura Familiar	N AF	Crianças	Filhos adultos	Intensidade Laboral Adultos Agregado Familiar	Rendimentos	Proteção Social	Solidariedade Familiar
													apoio da Segurança Social